

RELATORIO

APRESENTADO

AO



PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

18 de Maio de 1913 a 3 de Maio de 1914

VOLUME PRIMEIRO

ANNEXO A

PARTE II



RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1914

06 627	4.11.83
	(anxo A)
doau	

ANNEXO A

Documentos



2

RELATORIO

DO

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1914

VOLUME PRIMEIRO

ANEXO A

PARTE II

EXTRADIÇÃO

N. 1

Nota circular do Governo Brasileiro às Legações Estrangeiras no Brasil, remetendo exemplares da Lei n. 2.416, de 28 de Junho de 1911, relativa a extradição

2ª Secção.—N. — A's Legações Estrangeiras.—Em 17 de Janeiro de 1913.

Senhor...

Tenho a honra de offerecer a V... dous exemplares da Lei n. 2.416, de 28 de Junho de 1911, que regula a extradição de nacionaes e estrangeiros e o processo e o julgamento dos mesmos quando, fóra do paiz, perpetrarem algum dos crimes mencionados nessa Lei, ora em pleno vigor no Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a V... os protestos da minha...

LAURO MÜLLER

N. 2

Projecto de Tratado de Extradição

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e
.
animados do desejo de evitar que criminosos profugos transitem ou se asylem impunemente no territorio de cada uma das Altas Partes Contractantes, resolveram

celebrar o presente Tratado de extradição, e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber :

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil ao Sr.
.
O. ao
Senhor.

Os quaes, depois de haverem exhibido reciprocamente seus Plenos Poderes, achados em bôa e devida fôrma convieram nos seguintes artigos :

ARTIGO 1º

As duas Altas Partes Contractantes se obrigam a entregar uma á outra os delinquentes em transitio pelos respectivos territorios ou que nelles se acharem refugiados, desde que concorram as seguintes condições :

1.^a Que a parte reclamante tenha competencia para processar e julgar o delicto ou contravenção que motivar o pedido ;

2.^a Que seja de caracter commum o delicto ou contravenção commettida antes ou depois da celebração deste Tratado ;

3.^a Que o criminoso já esteja pronunciado ou condemnado como autor, co-réo ou cumplice ;

4.^a Que a pena a comminar ou comminada pelas leis do paiz requerente seja de um anno de prisão no minimo, tanto para os pronunciados como para os condemnados ;

5.^a Que a parte requerente apresente documentos que, segundo as suas leis e as da parte requerida, justifiquem a criminalidade do reclamado ou autorizem o seu julgamento.

Paragrapho unico. Os numeros anteriores se applicam tambem á tentativa dos delictos ou contravenções passíveis de extradição.

ARTIGO 2º

Nenhuma das Altas Partes Contractantes é obrigada a entregar os seus nacionaes, mas se alguma os entregar será sobre a base da mais perfeita reciprocidade.

ARTIGO 3º

Não póde ser concedida a extradição :

1.º Quando estiver prescripto o crime ou a pena segundo a lei do paiz requerente, ou quando neste o réo já tiver sido julgado pelo mesmo delicto a que se refere o pedido ;

2.º Quando se tratar de delictos puramente militares, delictos contra a religião, delictos de imprensa, ou de crimes politicos e dos que lhes são connexos.

Paragrapho unico. A allegação de fim ou motivo politico não impedirá a extradição, quando o facto constituir principalmente uma infracção commum da lei penal.

Não se reputam delictos politicos :

a) Os actos de anarchia que constituirem crimes previstos pela legislação dos Estados Contractantes ;

b) O assassinato ou tentativa de assassinato do Chefe do Estado reclamante, dos seus substitutos legaes e dos seus Ministros de Estado ou de um dos Chefes dos Estados particulares que façam parte de uma Confederação ou de um dos Governadores dos Estados que formem um Estado Federal.

ARTIGO 4º

Quando, para impedir a fuga de um delinquente, uma das Altas Partes Contractantes julgar urgente a sua prisão provisoria, como medida preliminar da extradição, poderá solicitar essa diligencia por via postal ou telegraphica ou pelo intermedio do agente diplomatico allegando a existencia, pelo menos, de um mandado de prisão ou de um auto de prisão em flagrante. Essa prisão será mantida por 60 dias dentro de cujo prazo o Estado requerente apresentará ao requerido o pedido formal de extradição devidamente instruido.

ARTIGO 5º

Os pedidos de prisão provisoria e os de extradição devem ser feitos de Governo a Governo, directamente, ou pelo intermedio dos respectivos agentes diplomaticos, e serão acompanhados dos seguintes documentos :

1.º Quanto aos accusados para a prisão provisoria : copia authentica, pelo menos, do mandado de prisão ou auto de prisão em flagrante ;

2.º Quanto aos pronunciados : de traslado authentico da sentença ou acto do processo criminal emanado do Juiz competente contendo a indicação precisa do facto incriminado, do lugar e data em que foi commetido e da copia dos textos da lei penal applicavel á especie ;

3.º Quanto aos condemnados : copia authentica da sentença definitiva de condemnação com as indicações acima enumeradas ;

4.º Sempre que fôr possivel, os documentos acima indicados devem ser acompanhados do retrato, da ficha dactyloscopica ou dos signaes caracteristicos do individuo reclamado.

Paragrapho unico. Em nenhum caso será attendido o pedido do réo para ser entregue ao Estado requerente antes da apresentação dos documentos necessarios para isso.

ARTIGO 6º

Se fôr de morte ou corporal a pena em que incorrer o criminoso profugo, a extradição será concedida pelo Brasil mas sob a condição de ser tal pena commutada na de prisão pelos órgãos competentes.

ARTIGO 7º

A prisão preventiva e a extradição já concedidas ficarão de nenhum effeito, além do caso da morte do extraditando e do de desistencia do Governo reclamante, nos casos seguintes :

1.º Quando dentro do prazo de sessenta dias da data em que se effectua a prisão provisoria do criminoso não forem exhibidos pelo Governo reclamante os documentos justificativos do pedido de extradição em devida fôrma e convenientemente instruido ;

2.º Quando o criminoso, posto á disposição do Estado requerente, Legação ou Consulado, não fôr transportado dentro do prazo de vinte dias, contado da data da comunicação ;

3.º Quando dentro de sessenta dias contados da data da prisão preventiva, o detido pedir e obtiver uma ordem de *habeas-corpus* em seu favor.

Parapho unico. Em qualquer dos casos acima o individuo posto em liberdade não poderá mais ser preso pelo crime que motivou o pedido de extradição

ARTIGO 8º

A entrega de um individuo reclamado ficará adiada sem prejuizo da sua effectividade :

- a) enquanto durar o processo de *habeas-corpus* ;
- b) quando grave enfermidade intercurrente impedir que, sem perigo de vida, o criminoso seja transportado para o paiz requerente ;
- c) quando o individuo reclamado se achar sujeito á acção penal do Estado requerido.

ARTIGO 9º

Quando o pedido de extradição, feito por uma das Altas Partes Contratantes, fôr pela outra Parte considerado improcedente por vicios de fôrma ou insufficiencia dos documentos apresentados, estes lhe serão devolvidos, expondo-se os motivos que impediram o andamento do processo.

Neste caso, pôde um novo pedido ser feito em regra.

ARTIGO 10º

O pedido de extradição quanto aos seus tramites, a apreciação da legitimidade da sua procedencia, a admissão e qualificação nas excepções com o que possa ser impugnado pelo criminoso profugo reclamado, ficará a cargo das autoridades competentes do paiz de refugio, que procederão de accôrdo com as disposições e praticas legaes vigentes no mesmo paiz.

Ao réo profugo fica, porém, salva a faculdade de usar do recurso de *habeas-corpus* ou de fiança nos casos e pelos modos estabelecidos pelas leis do Estado requerido.

ARTIGO 11º

Os individuos entregues por extradição não poderão ser julgados e punidos por delictos politicos anteriores á extradição ou por actos connexos. Poderão, porém, com o seu livre e expresso consentimento, ser processados e julgados pelos crimes communs passíveis de extradição, na fôrma do presente Tratado e que não tenham motivado a já concedida, mas não poderão ser entregues a terceira Potencia que os reclame sem que nisso convenha o Estado requerido.

Não é necessario esse consentimento, se, depois de absolvidos ou cumprida a sentença, permanecerem por mais de um mez no territorio do Estado requerente.

ARTIGO 12º

Quando diversos Estados solicitam a entrega do mesmo individuo pelo mesmo facto, será preferido o paiz em cujo territorio a infracção foi commettida; si se tratar de differentes delictos será aceito em primeiro lugar o pedido que versar sobre o crime mais grave, a juizo do Governo requerido; se os delictos forem de igual gravidade e datas differentes, será preferido o que primeiro tiver sido apresentado, mas se tiverem a mesma data, o Governo requerido resolverá por si a qual dos Estados requerentes entregará o criminoso.

ARTIGO 13º

O criminoso que, depois de entregue ao Estado requerente, conseguir escapar á acção da justiça e outra vez se refugiar no territorio do Estado requerido ou por elle passar em transito, será detido mediante requisição directa ou por via diplomatica e de novo entregue sem outras formalidades.

ARTIGO 14º

O Estado requerido effectuará o transporte do criminoso até o porto ou ponto mais conveniente para seu embarque ou entrega aos agentes que o tenham de receber.

O Estado requerido, porém, poderá, por solicitação do Estado requerente, mandar um ou mais agentes de segurança ou da força publica, militar ou policial, custodiar o criminoso até o seu destino. Nesse caso caberá ao Estado requerente prover ás despesas com as viagens de ida e regresso desses agentes.

ARTIGO 15º

As despesas que resultarem da captura, manutenção e extradição do criminoso até a data da sua entrega ou desembarque ficarão a cargo do Estado requerido ; depois disso correrão por conta do Estado requerente.

ARTIGO 16º

Todos os objectos, valores ou documentos que tiverem relação com o delicto que motivar a extradição e que forem encontrados com o criminoso no acto da captura ou em sua bagagem, serão apprehendidos e entregues juntamente com o réo ao Estado requerente.

Os objectos ou valores que existirem em poder de terceiros tambem serão apprehendidos, mas não serão entregues ao Estado reclamante senão depois de resolvidas as excepções que os possuidores apresentarem.

ARTIGO 17º

Uma das Altas Partes Contractantes permittirá que transite em custodia pelo seu territorio ou pelas suas aguas territoriaes o criminoso entregue por terceira Potencia á outra Parte, excepto si se tratar de subdito pertencente ao paiz de transito ou si se tratar de delicto não previsto neste Tratado.

Para o mesmo fim bastará uma simples notificação contendo o pedido de transito e a designação do crime que motivar a extradição.

ARTIGO 18º

Quando, em uma causa crime não politica, fôr necessario para instrucção do processo o depoimento ou citação de testemunhas residentes ou de passagem no territorio de uma das Altas Partes Contractantes, a outra requisitará por via diplomatica ou consular esse depoimento em carta rogatoria, emanada de auto-

ridade competente e acompanhada de uma traducção na lingua do paiz onde tem de ser cumprida. As despesas com a execução desses instrumentos criminaes ficam a cargo do Governo que os receber.

ARTIGO 19º

O presente tratado vigorará por tempo indeterminado, cessando todos os seus effeitos um anno depois que uma das Altas Partes Contractantes o houver denunciado á outra.

Será ratificado e as ratificações trocadas no Rio de Janeiro ou em..... depois de preenchidas as formalidades legais em cada um dos dois paizes.

Em fê do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, firmamos o presente Tratado em dois exemplares, cada um nas linguas portugueza e....., appondo nelles os nossos sellos na cidade do Rio de Janeiro a.....de..... de.....

N. 3

Aviso do Ministerio das Relações Exteriores ao da Justiça e Negocios Interiores

2ª Secção. — N. 58. — Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a V. Ex. que todos os tratados de extradição de criminosos, concluidos e assignados pelo Brasil com varias potencias, já se acham denunciados.

Tres delles, como V. Ex. se acha informado, cessaram de produzir os seus effeitos, por accôrdo das altas partes contractantes, desde a data da denuncia. São elles :

1º — Tratado com a Republica do Chile, assignado em 4 de Maio de 1897 ; denunciado em 21 de Janeiro de 1913, deixando de vigorar nessa mesma data. Decreto, publicando a denuncia, n. 10.127, de 19 de Março ultimo.

2º — Tratado com a Republica do Paraguay, concluido em 16 de Janeiro de 1872 ; denunciado em 14 de Fevereiro do corrente anno, cessando os seus effeitos no 1º de Abril proximo passado. O Decreto de publicidade da denuncia tem o n. 10.151, de 2 tambem de Abril ultimo.

3º — Convenção de 12 de Janeiro de 1855 sobre processo e extradição de moedeiros falsos e falsificadores de titulos publicos e bancarios. Denunciado em

13 de Março ultimo, deixando de vigorar nessa mesma data. Decreto de publicidade da denuncia 10.209, de 30 de Abril proximo passado.

Todos os outros tratados denunciados estarão ainda em vigor durante os prazos supplementares, a contar da denuncia.

Na seguinte relação V. Ex. terá conhecimento da data da denuncia de cada tratado e do dia em que os seus effeitos cessarão.

Allemanha. Tratado assignado em 17 de Setembro de 1877. Denunciado em 14 de Março ultimo ; cessará de estar em vigor em 14 de Setembro do corrente anno, isto é, *seis mezes* depois da denuncia.

Austria-Hungria. Tratado de 21 de Maio de 1883. Denunciado em 2 do corrente, cessará os seus effeitos em 2 de Abril de 1914, isto é, *um anno depois*.

Belgica. Tratado de 21 de Junho de 1873 e Tratado addicional de 12 de Dezembro de 1877. Denunciados em 14 de Março ultimo, cessarão de vigorar a 14 de Março de 1914, isto é, *um anno depois*.

Estados Unidos da America. Tratado de 14 de Maio de 1897 e os Protocollos de 28 de Maio de 1898 e 29 de Maio de 1901. Denunciados em 23 de Janeiro de 1913, cessarão os seus effeitos em 23 de Julho do corrente anno, isto é, *seis mezes* depois da denuncia.

Gran-Bretanha. Tratado de 13 de Novembro de 1872. Denunciado em 14 de Março do corrente anno, cessará de vigorar em 14 de Setembro tambem do corrente anno, isto é, *seis mezes* depois da denuncia.

Hespanha. Tratado de 16 de Março de 1872. Foi denunciado em 24 de Janeiro do corrente anno e cessará os seus effeitos *um anno depois* da denuncia, isto é, em 14 de Janeiro de 1914.

Italia. Tratado de 12 de Novembro de 1872. Denunciado em 15 de Abril de 1913, cessará de vigorar em 15 de Abril de 1914, isto é, *um anno depois* da denuncia.

Paizes Baixos. Convenção de 21 de Novembro de 1895 e Protocollo de mesma data. Denunciados em 26 de Março de 1913, cessarão os seus effeitos *seis mezes* depois dessa data, isto é, em 26 de Setembro vindouro.

Portugal. Tratado de 10 de Junho de 1872. Denunciado em 1 de Fevereiro do corrente anno, cessará todos os seus effeitos *um anno* depois dessa data, isto é, em 1 de Fevereiro de 1914.

À medida que os prazos supplementares forem terminando, providenciarei para que sejam expedidos os decretos fazendo publica a cessação dos tratados.

Varios Governos teem manifestado o desejo de celebrar novos tratados, tendo por base a lei brasileira de extradição, já porque isso seja indispensavel, como acontece com os Estados Unidos da America e a Gran-Bretanha, que não entregam criminosos senão em virtude de accôrdo, já para regular certas circumstancias que a nossa lei não prevê, como a correspondencia e fixação das peças instructivas do pedido de extradição (art. 8º da Lei), o encargo das despesas de transporte e meio de satisfazel-as, o modo de entrega do extraditando, a tomada

de depoimentos sobre causas criminaes, os pedidos de traslado de processos e outras providencias que é uso incluir em tratados dessa natureza.

Ainda não respondi a nenhuma de taes solicitações ; mandei, porém, formular pela Secção competente o incluso projecto de tratado de extradição, afim de o apresentar aos paizes que desejam ou que desejarem entrar em negociações sobre a materia. Por esse meio, com poucas alterações, os tratados obedecerão a uma só norma, quanto á forma e quanto ás clausulas, sem se afastarem dos principios e regras estabelecidos na nossa lei especial.

Rogo a V. Ex. a bondade de examinar, com a possivel urgencia, o mesmo projecto, para que eu o possa propôr como base essencial para a celebração de novos tratados.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

LAURO MÜLLER.

A S. Ex. o Sr. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa, Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

N. 4

Aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores ao das Relações Exteriores, em resposta ao precedente

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.— Directoria da Justiça.— N. 1.113.— 1ª Secção.— Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1913.

Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Em resposta ao Aviso n. 58, de 27 de Maio ultimo, em que vos dignastes communicar-me terem sido denunciados os tratados de extradição concluidos entre o Brasil e diversas Potencias, submettendo, ao mesmo tempo, á minha apreciação um projecto de tratado de extradição, para servir de base á celebração de novos tratados, tenho a honra de declarar-vos que este Ministerio nada tem a oppôr ao referido projecto, cujas clausulas julgo acceitaveis por não contrariarem os principios consagrados na lei brasileira de extradição n. 2.416, de 28 de Junho de 1911.

Aproveito a oportunidade para reiterar-vos os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

RIVADAVIA DA CUNHA CORRÊA.

N. 5

Nota circular do Governo Brasileiro ás Legações Estrangeiras no Brasil, remettendo o Projecto de Tratado de Extradicação

2ª Secção.— Em 22 de Julho de 1913.

Senhor.....,

O Governo Brasileiro, no intuito de poder acceitar pedidos de extradicação de criminosos prófugos de outros paizes com os quaes não tenha tratados dessa natureza, resolveu sancionar e promulgar, sob n. 2.416 e data de 28 de Junho de 1911, a Lei que o Congresso Nacional votou regulando a extradicação de nacionaes e estrangeiros e o seu processo e julgamento quando, fóra do paiz, perpetrarem algum dos crimes mencionados na mesma Lei.

O art. 12 dessa Lei determinou não só que o seu texto fosse enviado a todas as nações com as quaes o Brasil mantém relações, mas tambem que fossem denunciados todos os tratados de extradicação ainda vigentes, e isso com o fim de uniformizar, pondo de accôrdo com a mesma Lei, os que venham a ser celebrados d'ora em diante. Isso já foi feito.

As disposições da Lei são por si só sufficientes para garantir a reciprocidade dos pedidos feitos pelo Governo Brasileiro aos de outros paizes. Entretanto, para regular detalhes, convém que sejam concluidos novos tratados.

Para esse fim, mandei organizar o incluso projecto, baseado nas regras e principios estabelecidos naquella Lei, e peço a V.... que o submetta ao seu Governo para que elle diga, depois do competente exame, se lhe será possível acceital-o como se acha redigido ou mesmo soffrendo ligeiras modificações, que não ontrariam aquellas regras e principios.

Tenho a honra de renovar a V.... os protestos da minha....

FRANCISCO REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

ARBITRAMENTO

Tratados e Convenções de Arbitramento permanente celebrados entre o Brasil e outras Nações.— Estado anterior e actual dos mesmos Actos

N. 6

Relação summaria dos 31 Actos de Arbitramento Permanentemente celebrados pelo Brasil, singularmente, com outras Nações, dispostos na ordem chronologica da assignatura

- 1) — Tratado com a Republica do Chile, assignado no Rio de Janeiro, a 18 de Maio de 1899.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 25 de Agosto de 1899, sancionada pelo Presidente da Republica no dia 31, mas sómente publicada pelo Decreto n. 601, de 6 de Setembro do mesmo anno.— Trocadas as ratificações, em Santiago do Chile, a 7 de Março de 1906; sendo a brasileira de 23 de Janeiro e a chilena de 7 de Março desse anno.— Promulgado pelo Decreto n. 5.965, de 14 de Abril de 1906.— Prazo de duração: — 10 annos, e d'ahi em diante, indefinidamente, até ser denunciado; subsistindo ainda por mais um anno, a partir da notificação da denuncia.— (1º Acto promulgado.)
- 2) — Tratado com a Republica Argentina, assignado no Rio de Janeiro, a 7 de Setembro de 1905.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 1º de Outubro de 1908, sancionada pelo Decreto n. 1.971, da mesma data.— Trocadas as ratificações, em Buenos-Aires, a 5 de Dezembro de 1908; sendo a brasileira de 9 de Novembro e a argentina de 2 de Dezembro desse anno.— Promulgado pelo Decreto n. 7.277, de 7 de Janeiro de 1909.— Duração: — periodos successivos de 10 annos.— (2º Acto promulgado.)
- 3) — Convenção com os Estados Unidos da America, assignada na cidade de Washington, a 23 de Janeiro de 1909.— Approvada pelo Congresso

Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto. n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, em Washington, a 26 de Julho de 1911; sendo a brasileira de 2 de Janeiro desse anno e a norte-americana de 1º de Março de 1909. — Promulgada pelo Decreto n. 8.890, de 9 de Agosto de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (8º Acto promulgado.)

4) — Convenção com Portugal. — Foi assignada em Petropolis, a 25 de Março de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 29 de Maio de 1911; sendo a brasileira de 9 de Março e a portugueza de 7 de Fevereiro do mesmo anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.766, de 31 de Maio de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (4º Acto promulgado.)

5) — Convenção com a Republica Franceza, assignada em Petropolis, a 7 de Abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 27 de Junho de 1911; sendo a brasileira de 30 de Janeiro desse anno e a franceza de 12 de Junho de 1909. — Promulgada pelo Decreto n. 8.850, de 26 de Julho de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (5º Acto promulgado.)

6) — Convenção com o Reino de Hespanha, assignada em Petropolis, a 8 de Abril do 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 29 de Junho de 1911; sendo a brasileira de 15 de Março e a hespanhola de 30 tambem de Março desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.851, de 26 de Julho de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (6º Acto promulgado.)

7) — Convenção com os Estados Unidos Mexicanos, assignada em Petropolis, a 11 de Abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, na cidade do Mexico, a 26 de Dezembro de 1911; sendo a brasileira de 15 de Março desse anno e a mexicana de 31 de Janeiro de 1910. — Promulgada pelo Decreto n. 9.389, de 28 de Fevereiro de 1912. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (13º Acto promulgado.)

- 8) — Convenção com a Republica de Honduras, assignada em Guatemala, a 26 de Abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 17 de Maio de 1911. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 9) — Convenção com os Estados Unidos de Venezuela, assignada em Caracas, a 30 de Abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, em Caracas, a 8. de Janeiro de 1912 ; sendo a brasileira de 6 de Março de 1911 e a venezuelana de 8 de Janeiro de 1912. — Promulgada pelo Decreto n. 9.390, de 28 de Fevereiro de 1912. — Duração : — por um periodo de 5 annos, e, se não fôr denuciada 6 mezes antes da extinctão desse prazo, ficará renovada por mais um anno, e assim successivamente. — (14º Acto promulgado.)
- 10) — Convenção com a Republica de Panamá, assignada em Washington, a 1 de Maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 2 de Março de 1911. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 11) — Convenção com a Republica do Ecuador, assignada em Washington, a 13 de Maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, na cidade de Quito, a 12 de Fevereiro de 1912 ; sendo a brasileira de 9 de Março de 1911 e a ecuatoriana de 12 de Fevereiro de 1912. — Promulgada pelo Decreto n. 9.516, de 10 de Abril de 1912. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (16º Acto promulgado.)
- 12) — Convenção com a Republica de Costa Rica, assignada em Washington, a 18 de Maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, em Washington, a 10 de Agosto de 1911 ; sendo a brasileira de 8 de Março de 1911, e a de Costa Rica de 20 de Outubro de 1909. — Promulgada pelo Decreto n. 8.987, de 20 de Setembro de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (10º Acto promulgado.)

- 13) — Convenção com a Republica de Cuba, assignada em Washington, a 10 de Junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910. sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, na cidade de Havana, a 2 de Agosto de 1911; sendo a brasileira de 3 de Março e a cubana de 2 de Agosto desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.892, de 9 de Agosto de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (9º Acto promulgado.)
- 14) — Convenção com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, assignada em Petropolis, a 18 de Junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 6 de Maio de 1911; sendo a brasileira de 11 de Janeiro e a britannica de 22 de Março desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.720, de 10 de Maio de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (3º Acto promulgado.)
- Em 3 de Setembro de 1909, foi assignada na cidade do Rio de Janeiro uma — Declaração de rectificação dessa Convenção, consignando duas modificações feitas nos exemplares originaes, no artigo 2º, uma no texto brasileiro e outra no texto britannico correspondente.
- 5) — Tratado com a Republica da Bolívia, assignado em Petropolis, a 25 de Junho de 1909. — Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificado pelo Brasil, em 3 de Fevereiro de 1911. — Trocadas as ratificações, na cidade de La Paz, em 10 de Maio de 1912. — Promulgado pelo Decreto n. 10.371, de 30 de Julho de 1913. — Duração : — periodos successivos de 10 annos. — (20º Acto promulgado.)
- 16) — Convenção com a Republica de Nicaragua, assignada em Guatemala, a 28 de Junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 15 de Março de 1911. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 17) — Convenção com o Reino da Noruega, assignada em Kristiania, a 13 de Julho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 27 de Junho de 1911; sendo a brasileira de 18 de Fevereiro e a da Noruega de 25 do mesmo mez desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.852, de 26 de Julho de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (7º Acto promulgado.)

- 18) — Convenção com a China, assignada em Peking, a 3 de Agosto de 1909.—
Aprovada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de
1910, sancionada pelo Decreto n. 2.397, da mesma data.— Trocadas as
ratificações, em Paris, a 14 de Dezembro de 1911; sendo a brasileira de 3 de
Fevereiro desse anno e a chinesa de data que não poudé ser decifrada.—
Promulgada pelo Decreto n. 9.388, de 28 de Fevereiro de 1912.— Duração:
— periodos successivos de 5 annos.— (12º. Acto promulgado.)
- 19) — Convenção com a Republica do Salvador, assignada em San Salvador, a
3 de Setembro de 1909.— Aprovada pelo Congresso Nacional, em Reso-
lução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.397, da
mesma data.— Ratificada pelo Brasil, em 2 de Março de 1911, e pela Repu-
blica do Salvador, em 13 de Outubro de 1913.— Trocadas as ratificações,
na cidade de Washington, a 12 de Novembro de 1913.— Promulgada pelo
Decreto n. 10.611, de 17 de Dezembro de 1913.— Duração:— periodos
successivos de 5 annos.— (22º Acto promulgado.)
- 20) — Tratado com a Republica do Perú, assignado em Petropolis, a 7 de De-
zembro de 1909.—Aprovado pelo Congresso Nacional, em Resolução de
31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.398, da mesma data.
— Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 13 de Janeiro de 1912, sendo
a brasileira de 17 de Fevereiro e a peruana de 2 de Dezembro de 1911.— Pro-
mulgado pelo Decreto n. 9.392, de 28 de Fevereiro de 1912.— Duração:—
periodos successivos de 10 annos.— (15º Acto promulgado.)
- 21) — Convenção com o Reino da Suecia, assignada em Stockholm, a 14 de
Dezembro de 1909.— Remettida ao Congresso Nacional, em 25 de Julho de
1913, com a Mensagem Presidencial de 23 do mesmo mez.— Duração:—
por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do ven-
cimento desse prazo, por mais um anno, a partir do dia em que houver sido
denunciada.
- 22) — Convenção com a Republica do Haiti, assignada em Washington, a 25 de
Abril de 1910.— Aprovada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31
de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data.—
Ratificada pelo Brasil, em 15 de Fevereiro de 1911, e pela Republica do
Haiti, em 14 de Junho do mesmo anno; sendo, porém, sancionada pelo
Corpo Legislativo dessa Republica sómente a 17 de Agosto de 1912.—
Trocadas as ratificações, na cidade de Washington, a 21 de Novembro de
1912.— Promulgada pelo Decreto n. 10.245, de 28 de Maio de 1913.— Du-
ração:— periodos successivos de 5 annos.— (19º Acto promulgado.)

- 23) — Convenção com a Republica Dominicana, assignada em Washington, a 29 de Abril de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro do mesmo anno, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 15 de Março de 1911, e pela Republica Dominicana, em 24 de Fevereiro de 1913. — Trocadas as ratificações, na cidade de Washington, a 31 de Março de 1913. — Promulgada pelo Decreto n. 16.244, de 28 de Maio de 1913. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (18º Acto promulgado.)
- 24) — Tratado com a Republica da Colombia, assignado em Bogotá, a 7 de Julho de 1910. — Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data. — Ratificado pelo Brasil, em 21 de Fevereiro de 1911. — Não promulgado, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 10 annos.
- 25) — Convenção com o Reino da Grecia, assignada em Berlim, a 28 de Julho de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno. — Ratificada pelo Brasil, em 6 de Agosto de 1913. — 17 do mesmo mez e anno. — Ratificada pelo Brazil em 6 de Agosto de 1913. — Não promulgada: por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração, — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim desse periodo, obrigará até um anno, a partir do dia em que houver sido denunciada.
- 26) — Convenção com o Imperio da Russia, assignada no Rio de Janeiro, a 26/13 de Agosto de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, em 11 de Maio de 1912; sendo a brasileira de 6 de Fevereiro de 1911. — Promulgada pelo Decreto n. 9.586, de 22 de Maio de 1912. — Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim deste periodo, ficará obrigatoria até mais um anno, a partir do dia em que houver sido denunciada. — (17º Acto promulgado.)
- 27) — Convenção com o Imperio da Austria-Hungria, assignada no Rio de Janeiro, a 19 de Outubro de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 28 de Setembro de 1911; sendo a brasileira de 6 de Fevereiro e a austro-hungara de 5 de Abril desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 9.104, de 8 de Novembro de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (11º Acto promulgado.)

- 28) — Tratado com a Republica Oriental do Uruguay, assignado em Petropolis, a 6 de Janeiro de 1911.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Rtficado pelo Brasil, em 23 de Julho de 1913.— Não promulgado, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração : — periodos sucessivos de 10 annos.
- 29) — Convenção com a Republica do Paraguay, assignada em Asunción, a 24 de Fevereiro de 1911.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Ratificada pelo Brasil, em 23 de Julho de 1913. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento desse prazo, vigorará por mais um anno, e assim sucessivamente.
- 30) — Convenção com o Reino de Italia, assignada no Rio de Janeiro, a 22 de Setembro de 1911.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Ratificada pelo Brasil, em 7 de Agosto de 1912, e pelo Reino da Italia, em 19 de Junho de 1913.— Trocadas as ratificações, na cidade do Rio de Janeiro, a 28 de Julho de 1913.— Promulgada pelo Decreto n. 10.372, de 30 de Jnlho do mesmo anno.— Duração :— por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento desse prazo, continuará obrigatoria até que, havendo denuncia, finde um anno, depois do recebimento dessa denuncia.— (21º Acto promulgado.)
- 31) — Convenção com o Reino da Dinamarca, assignada em Copenhague, a 27 de Novembro de 1911.— Remettida ao Congresso Nacional, em 25 de Julho de 1913, com a Mensagem Presidencial de 23 do mesmo mez.— Duração :— por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim desse periodo, ficará obrigatoria até 6 mezes, a partir do dia em que houver sido denunciada.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914.— *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

ESTADO ACTUAL DOS ACTOS DE ARBITRAMENTO

I.— Actos ultimados, isto é, promulgados e em vigor

IV. 7

Relação summaria dos 22 Actos de Arbitramento permanentemente em vigor, isto é, promulgados no Brasil, dispostos na ordem em que foram assignados

- 1) — Tratado com a Republica do Chile, assignado no Rio de Janeiro, a 18 de Maio de 1899.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 25 de Agosto de 1899, sancionada pelo Presidente da Republica no dia 31, mas sómente publicada pelo Decreto n. 601, de 6 de Setembro do mesmo anno.— Trocadas as ratificações, em Santiago do Chile, a 7 de Março de 1906; sendo a brasileira de 23 de Janeiro e a chilena de 7 de Março desse anno.— Promulgado pelo Decreto n. 5.965, de 14 de Abril de 1906.— Prazo de duração: — 10 annos, e dahi em diante, indefinidamente, até ser denunciado; subsistindo ainda por mais de anno, a partir da notificação da denuncia.— (1º Acto assignado e 1º promulgado.)
- 2) — Tratado com a Republica Argentina, assignado no Rio de Janeiro, a 7 de Setembro de 1905.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 1º de Outubro de 1908, sancionada pelo Decreto n. 1.971, da mesma data.— Trocadas as ratificações, em Buenos Aires, a 5 de Dezembro de 1908; sendo a brasileira de 9 de Novembro e a argentina de 2 de Dezembro desse anno.— Promulgado pelo Decreto n. 7.277, de 7 de Janeiro de 1909.— Duração: — periodos successivos de 10 annos.— (2º Acto assignado e 2º promulgado.)
- 3) — Convenção com os Estados Unidos da America, assignada na cidade de Washington, a 23 de Janeiro de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Trocadas as ratificações, em Washington, a 26 de Julho de 1911; sendo a brasileira de 2 de Janeiro desse anno e a norte-americana de 1º de Março de 1909.— Promulgada pelo Decreto n. 8.890, de 9 de Agosto de 1911.— Duração: — periodos successivos de 5 annos.— (3º Acto assignado e 3º promulgado.)

- 4) — Convenção com Portugal.— Foi assignada em Petropolis, a 25 de Março de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 29 de Maio de 1911; sendo a brasileira de 9 de Março e a portugueza de 7 de Fevereiro do mesmo anno.— Promulgada pelo Decreto n. 8.766, de 31 de Maio de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.— (4º Acto assignado e 4º promulgado.)
- 5) — Convenção com a Republica Franceza, assignada em Petropolis, a 7 de Abril de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data,— Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 27 de Junho de 1911; sendo a brasileira de 30 de Janeiro desse anno e a franceza de 12 de Junho de 1909.— Promulgada pelo Decreto n. 8.850, de 26 de Julho de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos.— (5º Acto assignado e 5º promulgado.)
- 6) — Convenção com o Reino da Hespanha, assignada em Petropolis, a 8 de Abril de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 29 de Junho de 1911; sendo a brasileira de 15 de Março e a hespanhola de 30 tambem de Março desse anno.— Promulgada pelo Decreto n. 8.851, de 26 de Julho de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos.— (6º Acto assignado e 6º promulgado.)
- 7) — Convenção com os Estados Unidos Mexicanos, assignada em Petropolis, a 11 de Abril de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Trocadas as ratificações, na cidade do Mexico, a 26 de Dezembro de 1911; sendo a brasileira de 15 de Março desse anno e a mexicana de 31 de Janeiro de 1910.— Promulgada pelo Decreto n. 9.389, de 28 de Fevereiro de 1912.— Duração: — periodos successivos de 5 annos.— (7º Acto assignado e 13º promulgado.)
- 8) — Convenção com os Estados Unidos de Venezuela, assignada em Caracas, a 30 de Abril de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Trocadas as ratificações, em Caracas, a 8 de Janeiro de 1912; sendo a brasileira de 6 de Março de 1911 e a venezuelana de 8 de Janeiro de 1912.— Promulgada pelo Decreto n. 9.390, de 28 de Fevereiro de 1912. — Duração: — por um periodo de 5 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes da extincção desse prazo, ficará renovada por mais um anno, e assim successivamente.— (9º Acto assignado e 14º promulgado.)

- 9) — Convenção com a Republica do Ecuador, assignada em Washington, a 13 de Maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, na cidade de Quito, a 12 de Fevereiro de 1912; sendo a brasileira de 9 de Março de 1911 e a ecuatoriana de 12 de Fevereiro de 1912. — Promulgada pelo Decreto n. 9.516, de 10 de Abril de 1912. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (11º Acto assignado e 16º promulgado.)
- 10) — Convenção com a Republica de Costa Rica, assignada em Washington, a 13 de Maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, em Washington, a 10 de Agosto de 1911; sendo a brasileira de 8 de Março de 1911 e a de Costa Rica de 20 de Outubro de 1909. — Promulgada pelo Decreto n. 8.987, de 20 de Setembro de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (12º Acto assignado e 10º promulgado.)
- 11) — Convenção com a Republica de Cuba, assignada em Washington, a 10 de Junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, na cidade de Havana, a 2 de Agosto de 1911; sendo a brasileira de 3 de Março e a cubana de 2 de Agosto desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.892, de 9 de Agosto de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (13º Acto assignado e 9º promulgado.)
- 12) — Convenção com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, assignada em Petropolis, a 18 de Junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 6 de Maio de 1911; sendo a brasileira de 11 de Janeiro e a britannica de 22 de Marco desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.720, de 10 de Maio de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (14º Acto assignado e 3º promulgado.)
- Em 3 de Setembro de 1909, foi assignada, na cidade do Rio de Janeiro, uma — Declaração de rectificação dessa Convenção, consignando duas modificações feitas nos exemplares originaes, no artigo 2º, uma no texto brasileiro e outra no texto britannico correspondente.
- 13) — Tratado com a Republica da Bolivia, assignado em Petropolis, a 25 de Junho de 1909. — Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma

data.—Ratificado pelo Brasil, em 3 de Fevereiro de 1911.—Trocadas as ratificações, na cidade de La Paz, em 10 de Maio de 1912.— Promulgado pelo Decreto n. 10.371, de 30 de Julho de 1913.— Duração : — periodos successivos de 10 annos.— (15º Acto assignado e 20º promulgado.)

14) — Convenção com o Reino da Noruega, assignada em Kristiania, a 13 de Julho de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.—Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 27 de Junho de 1911; sendo a brasileira de 18 de Fevereiro e a da Noruega de 25 do mesmo mez desse anno.— Promulgada pelo Decreto n. 8.852, de 26 de Julho de 1911.— Duração : — periodos successivos de 5 annos.— (17º Acto assignado e 7º promulgado.)

15) — Convenção com a China, assignada em Peking, a 3 de Agosto de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.397, da mesma data.—Trocadas as ratificações, em Paris, a 14 de Dezembro de 1911; sendo a brasileira de 3 de Fevereiro desse anno e a chinesa de data que não poudé ser decifrada.— Promulgada pelo Decreto n. 9.388, de 28 de Fevereiro de 1912.— Duração : — periodos successivos de 5 annos.— (18º Acto assignado e 12º promulgado.)

16) — Convenção com a Republica do Salvador, assignada em San Salvador, a 3 de Setembro de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.397, da mesma data.— Ratificada pelo Brasil, em 2 de Março de 1911, e pela Republica do Salvador, em 13 de Outubro de 1913.—Trocadas as ratificações, na cidade de Washington, a 12 de Novembro de 1913.— Promulgada pelo Decreto n. 10.611, de 17 de Dezembro de 1913.— Duração:— periodos successivos de 5 annos.— (19º Acto assignado e 22º promulgado.)

17) — Tratado com a Republica do Perú, assignado em Petropolis, a 7 de Dezembro de 1909.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.398, da mesma data.— Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 13 de Janeiro de 1912; sendo a brasileira de 17 de Fevereiro e a peruana de 2 de Dezembro de 1911.— Promulgado pelo Decreto n. 9.392, de 28 de Fevereiro de 1912.— Duração :— periodos successivos de 10 annos.— (20º Acto assignado e 15º promulgado.)

18) — Convenção com a Republica do Haiti, assignada em Washington, a 25 de Abril de 1910.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de

- 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data.— Ratificada pelo Brasil, em 15 de Fevereiro de 1911, e pela Republica do Haiti, em 14 de Junho do mesmo anno; sendo, porém, sancionada pelo Corpo Legislativo dessa Republica sómente a 17 de Agosto de 1912.— Trocadas as ratificações, na cidade de Washington, a 21 de Novembro de 1912.— Promulgada pelo Decreto n. 10.245, de 28 de Maio de 1913.— Duração:— periodos successivos de 5 annos.— (22º Acto assignado e 19º promulgado.)
- 19) — Convenção com a Republica Dominicana, assignada em Washington, a 29 de Abril de 1910.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro do mesmo anno, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data.— Ratificada pelo Brasil, em 15 de Março de 1911, e pela Republica Dominicana, em 24 de Fevereiro de 1913.— Trocadas as ratificações, na cidade de Washington, a 31 de Março de 1913.— Promulgada pelo Decreto n. 10.244, de 28 de Maio de 1913.— Duração:— periodos successivos de 5 annos.— (23º Acto assignado e 18º promulgado.)
- 20) — Convenção com o Imperio da Russia, assignada no Rio de Janeiro a 26/13 de Agosto de 1910.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data.— Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 11 de Maio de 1912, sendo a brasileira de 6 de Fevereiro de 1911.— Promulgada pelo Decreto n. 9.586, de 22 de Maio de 1912.— Duração:— por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim deste periodo, ficará obrigatoria até mais um anno, a partir do dia em que houver sido denunciada.— (26º Acto assignado e 17º promulgado.)
- 21) — Convenção com o Imperio da Austria-Hungria, assignada no Rio de Janeiro, a 19 de Outubro de 1910.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data.— Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 28 de Setembro de 1911; sendo a brasileira de 6 de Fevereiro e a austro-hungara de 5 de Abril desse anno.— Promulgada pelo Decreto n. 9.104, de 8 de Novembro de 1911.— Duração:— periodos successivos de 5 annos.— (27º Acto assignado e 11º promulgado.)
- 22) — Convenção com o Reino de Italia, assignada no Rio de Janeiro, a 22 de Setembro de 1911.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Ratificada pelo Brasil, em 7 de Agosto de 1912, e pelo Reino da Italia, em 19 de Junho de 1913.— Trocadas as ratificações, na

cidade do Rio de Janeiro, a 28 de Julho de 1913.— Promulgada pelo Decreto n. 10.372, de 30 de Julho do mesmo anno.— Duração :— por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento desse prazo, continuará obrigatoria até que, havendo denuncia, finde um anno depois do recebimento dessa denuncia.— (30º Acto assignado e 21º. promulgado.)

Secção do Archivo da Secretaria do Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914.— *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 8

Relação summária dos 22 Actos de Arbitramento permanente em vigor, dispostos na ordem em que foram promulgados no Brasil

- 1) — Tratado com a Republica do Chile, assignado no Rio de Janeiro, a 18 de Maio de 1899. — Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 25 de Agosto de 1899, sancionada pelo Presidente da Republica no dia 31, mas sómente publicada pelo Decreto n. 601, de 6 de Setembro do mesmo anno.— Trocadas as ratificações, em Santiago do Chile, a 7 de Março de 1906; sendo a brasileira de 23 de Janeiro e a chilena de 7 de Março desse anno.— Promulgado pelo Decreto n. 5.965, de 14 de Abril de 1906. — Prazo de duração : — 10 annos, e dahi em diante, indefinidamente, até ser denunciado; subsistindo ainda por mais um anno, a partir da notificação da denuncia. — (1º Acto assignado.)
- 2) — Tratado com a Republica Argentina, assignado no Rio de Janeiro, a 7 de Setembro de 1905. — Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 1º de Outubro de 1908, sancionada pelo Decreto n. 1.971, da mesma data.— Trocadas as ratificações, em Buenos-Aires, a 5 de Dezembro de 1908; sendo a brasileira de 9 de Novembro e a argentina de 2 de Dezembro desse anno. — Promulgado pelo Decreto n. 7.277, de 7 de Janeiro de 1909. — Duração : — periodos successivos de 10 annos. — (2º Acto assignado.)

- 3) — Convenção com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, assignada em Petropolis, a 18 de Junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 6 de Maio de 1911; sendo a brasileira de 11 de Janeiro e a britannica de 22 de Março desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.720, de 10 de Maio de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (14º Acto assignado.)

Em 3 de Setembro de 1909, foi assignada, na cidade do Rio de Janeiro, uma — Declaração de rectificação dessa Convenção, consignando duas modificações feitas nos exemplares originaes, no artigo 2º, uma no texto brasileiro e outra no texto britannico correspondente.

- 4) — Convenção com Portugal. — Foi assignada em Petropolis, a 25 de Março de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 29 de Maio de 1911; sendo a brasileira de 9 de Março e a portugueza de 7 de Fevereiro do mesmo anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.766, de 31 de Maio de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (4º Acto assignado.)
- 5) — Convenção com a Republica Franceza, assignada em Petropolis, a 7 de Abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 27 de Junho de 1911; sendo a brasileira de 30 de Janeiro desse anno e a franceza de 12 de Junho de 1909. — Promulgada pelo Decreto n. 8.850, de 26 de Julho de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (5º Acto assignado.)
- 6) — Convenção com o Reino da Hespanha, assignada em Petropolis, a 8 de Abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 29 de Junho de 1911; sendo a brasileira de 15 de Março e a hespanhola de 30 tambem de Março desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.851, de 26 de Julho de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (6º Acto assignado.)
- 7) — Convenção com o Reino da Noruega, assignada em Kristiania, a 13 de Julho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 27 de Junho de 1911; sendo a brasileira de 18 de Fevereiro e a da Noruega de 25 do mesmo mez desse anno. — Promulgada pelo Decreto n. 8.852, de 26 de Julho de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (17º Acto assignado.)

- 8) — Convenção com os Estados Unidos da America, assignada em Washington, a 23 de Janeiro de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Trocadas as ratificações, em Washington, a 26 de Julho de 1911; sendo a brasileira de 2 de Janeiro desse anno e a norte-americana de 1º de Março de 1909.— Promulgada pelo Decreto n. 8.890, de 9 de Agosto de 1911.— Duração:— periodos successivos de 5 annos.— (3º Acto assignado.)
- 9) — Convenção com a Republica de Cuba, assignada em Washington, a 10 de Junho de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Trocadas as ratificações, na cidade de Havana, a 2 de Agosto de 1911; sendo a brasileira de 3 de Março e a cubana de 2 de Agosto desse anno.— Promulgada pelo Decreto n. 8.892, de 9 de Agosto de 1911.— Duração:— periodos successivos de 5 annos.— (13º Acto assignado.)
- 10) — Convenção com a Republica de Costa Rica, assignada em Washington, a 18 de Maio de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Trocadas as ratificações, em Washington, a 10 de Agosto de 1911; sendo a brasileira de 8 de Março de 1911 e a de Costa Rica de 20 de Outubro de 1909.— Promulgada pelo Decreto n. 8.987, de 20 de Setembro de 1911.— Duração:— periodos successivos de 5 annos.— (12º Acto assignado.)
- 11) — Convenção com o Imperio da Austria-Hungria, assignada no Rio de Janeiro, a 19 de Outubro de 1910.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data.— Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 28 de Setembro de 1911; sendo a brasileira de 6 de Fevereiro e a austro-hungara de 5 de Abril desse anno.— Promulgada pelo Decreto n. 9.104, de 8 de Novembro de 1911.— Duração:— periodos successivos de 5 annos.— (27º Acto assignado.)
- 12) — Convenção com a China, assignada em Peking, a 3 de Agosto de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.397, da mesma data.— Trocadas as ratificações, em Paris, a 14 de Dezembro de 1911; sendo a brasileira de 3 de Fevereiro desse anno e a chinesa de data que não poudeser decifrada.— Promulgada pelo Decreto n. 9.388, de 28 de Fevereiro de 1912.— Duração:— periodos successivos de 5 annos.— (18º Acto assignado.)

- 13) — Convenção com os Estados Unidos Mexicanos, assignada em Petropolis, a 11 de Abril de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Trocadas as ratificações, na cidade do Mexico, a 26 de Dezembro de 1911; sendo a brasileira de 15 de Março desse anno e a mexicana de 31 de Janeiro de 1910.— Promulgada pelo Decreto n. 9.389, de 28 de Fevereiro de 1912.— Duração: — periodos successivos de 5 annos.— (7º Acto assignado.)
- 14) — Convenção com os Estados Unidos de Venezuela, assignada em Caracas, a 30 de Abril de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396 da mesma data.— Trocadas as ratificações, em Caracas, a 8 de Janeiro de 1912; sendo a brasileira de 6 de Março de 1911 e a venezuelana de 8 de Janeiro de 1912.— Promulgada pelo Decreto n. 9.390, de 28 de Fevereiro de 1912.— Duração: — por um periodo de 5 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes da extincção desse prazo, ficará renovada por mais um anno, e assim successivamente.— (9º Acto assignado.)
- 15) — Tratado com a Republica do Perú, assignado em Petropolis, a 7 de Dezembro de 1909.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.398, da mesma data.— Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 13 de Janeiro de 1912; sendo a brasileira de 17 de Fevereiro e a peruana de 2 de Dezembro de 1911.— Promulgado pelo Decreto n. 9.392, de 28 de Fevereiro de 1912.— Duração: — periodos successivos de 10 annos.— (20º Acto assignado.)
- 16) — Convenção com a Republica do Equador, assignada em Washington, a 13 de Maio de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Trocadas as ratificações, na cidade de Quito, a 12 de Fevereiro de 1912; sendo a brasileira de 9 de Março de 1911 e a ecuatoriana de 12 de Fevereiro de 1912.— Promulgada pelo Decreto n. 9.516, de 10 de Abril de 1912.— Duração: — periodos successivos de 5 annos.— (11º Acto assignado.)
- 17) — Convenção com o Imperio da Russia, assignada no Rio de Janeiro, a 26/13 de Agosto de 1910.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data.— Trocadas as ratificações, no Rio de Janeiro, a 11 de Maio de 1912, sendo a brasileira de 6 de Fevereiro de 1911.— Promulgada pelo Decreto n. 9.586, de 22 de Maio de 1912.— Duração: — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim deste periodo, ficará obrigatoria até mais um anno, a partir do dia em que houver sido denunciada.— (26º Acto assignado.)

- 18) — Convenção com a Republica Dominicana, assignada em Washington, a 29 de Abril de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro do mesmo anno, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 15 de Março de 1911, e pela Republica Dominicana, em 24 de Fevereiro de 1913. — Trocadas as ratificações, na cidade de Washington, a 31 de Março de 1913. — Promulgada pelo Decreto n. 10.244, de 28 de Maio de 1913. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (23º Acto assignado.)
- 19) — Convenção com a Republica do Haiti, assignada em Washington, a 25 de Abril de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 15 de Fevereiro de 1911, e pela Republica do Haiti, em 14 de Junho do mesmo anno; sendo, porém, sancionada pelo Corpo Legislativo dessa Republica sómente a 17 de Agosto de 1912. — Trocadas as ratificações, na cidade de Washington, a 21 de Novembro de 1912. — Promulgada pelo Decreto n. 10.245, de 28 de Maio de 1913. — Duração: — periodos successivos de 5 annos. — (22º Acto assignado.)
- 20) — Tratado com a Republica da Bolivia, assignado em Petropolis, a 25 de Junho de 1909. — Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificado pelo Brasil, em 3 de Fevereiro de 1911. — Trocadas as ratificações, na cidade de La Paz, em 10 de Maio de 1912. — Promulgado pelo Decreto n. 10.371, de 30 de Julho de 1913. — Duração: — periodos successivos de 10 annos. — (15º Acto assignado.)
- 21) — Convenção com o Reino de Italia, assignada no Rio de Janeiro, a 22 de Setembro de 1911. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno. — Ratificada pelo Brasil, em 7 de Agosto de 1912, e pelo Reino da Italia, em 19 de Junho de 1913. — Trocadas as ratificações, na cidade do Rio de Janeiro, a 28 de Julho de 1913. — Promulgada pelo Decreto n. 10.372, de 30 de Julho do mesmo anno. — Duração: — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento desse prazo, continuará obrigatoria até que, havendo denuncia, finde um anno depois do recebimento dessa denuncia. — (30º Acto assignado.)
- 22) — Convenção com a Republica do Salvador, assignada em San Salvador, a 3 de Setembro de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.397, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 2 de Março de 1911, e pela Republica do Salvador, em 13 de Outubro de 1913. — Trocadas as ratificações, na

cidade de Washington, a 12 de Novembro de 1913. — Promulgada pelo Decreto n. 10.611, de 17 de Dezembro de 1913. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (19º Acto assignado.)

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914. — *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

II.— Actos não ultimados

N. 9

Relação summaria dos 9 Actos de Arbitramento permanente não ultimados, dispostos na ordem chronologica da assignatura

- 1) — Convenção com a Republica de Honduras, assignada em Guatemala, a 26 de Abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 17 de Maio de 1911. — Não promulgada, porque ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (8º Acto assignado.)
- 2) — Convenção com a Republica de Panamá, assignada em Washington, a 1º de Maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 2 de Março de 1911. — Não promulgada porque ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (10º Acto assignado.)
- 3) — Convenção com a Republica de Nicaragua, assignada em Guatemala, a 28 de Junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 15 de Março de 1911. — Não promulgada, porque ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (16º Acto assignado.)

- 4) — Convenção com o Reino da Suecia, assignada em Stockholmo, a 14 de Dezembro de 1909. — Remettida ao Congresso Nacional, em 25 de Julho de 1913, com a Mensagem Presidencial de 23 do mesmo mez. — Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento desse prazo, por mais um anno, a partir do dia em que houver sido denunciada. — (21º Acto assignado.)
- 5) — Tratado com a Republica da Colombia, assignado em Bogotá, a 7 de Julho de 1910. — Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data. — Ratificado pelo Brasil, em 21 de Fevereiro de 1911. — Não promulgado, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 10 annos. — (24º Acto assignado.)
- 6) — Convenção com o Reino da Grecia, assignada em Berlim, a 28 de Julho de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno. — Ratificada pelo Brasil, em 6 de Agosto de 1913. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim desse periodo, obrigará até um anno, a partir do dia em que houver sido denunciada. — (25º Acto assignado.)
- 7) — Tratado com a Republica Oriental do Uruguay, assignado em Petropolis a 6 de Janeiro de 1911. — Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno. — Ratificado pelo Brasil, em 23 de Julho de 1913. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 10 annos. — (28º Acto assignado.)
- 8) — Convenção com a Republica do Paraguay, assignada em Asunción, a 24 de Fevereiro de 1911. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno. — Ratificada pelo Brasil, em 23 de Julho de 1913. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento desse prazo, vigorará por mais um anno, e assim successivamente. — (29º Acto assignado.)
- 9) — Convenção com o Reino da Dinamarca, assignada em Copenhague, a 27 de Novembro de 1911. — Remettida ao Congresso Nacional, em 25 de Julho

de 1913, com a Mensagem Presidencial de 23 do mesmo mez. — Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim desse periodo, ficará obrigatoria até mais 6 mezes, a partir do dia em que houver sido denunciada. — (31º e ultimo Acto assignado.)

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914. — *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

a) — Approvados pelo Congresso Nacional, e sancctionados e ratificados pelo Poder Executivo

N. 10

Relação summaria dos 7 Actos de Arbitramento permanente, até agora ratificados sómente pelo Brasil, dispostos na ordem chronologica da assignatura

- 1) — Convenção com a Republica de Honduras, assignada em Guatemala, a 26 de Abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancctionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 17 de Maio de 1911. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (8º Acto assignado.)
- 2) — Convenção com a Republica de Panamá, assignada em Washington, a 1º de Maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancctionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 2 de Março de 1911. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos. — (10º Acto assignado.)
- 3) — Convenção com a Republica de Nicaragua, assignada em Guatemala, a 28 de Junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancctionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data. — Ratificada pelo Brasil, em 15 de Março de 1911. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de annos. — (16º Acto assignado.)

- 4) — Tratado com a Republica da Colombia, assignado em Bogotá, a 7 de Julho de 1910.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data.—Ratificado pelo Brasil, em 21 de Fevereiro de 1911.—Não promulgado, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração : — periodos successivos de 10 annos.— (24º Acto assignado.)
- 5) — Convenção com o Reino da Grecia, assignada em Berlim, a 28 de Julho de 1910.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Ratificada pelo Brasil, em 6 de Agosto de 1913.—Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração: —por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada seis mezes antes do fim desse periodo, obrigará até um anno, a partir do dia em que houver sido denunciada.— (25º Acto assignado.)
- 6) — Tratado com a Republica Oriental do Uruguay, assignado em Petropolis, a 6 de Janeiro de 1911.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Ratificada pelo Brasil, em 23 de Julho de 1913.—Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 10 annos.— (28º Acto assignado.)
- 7) — Convenção com a Republica do Paraguay, assignada em Asunción, a 24 de Fevereiro de 1911.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Ratificada pelo Brasil, em 23 de Julho de 1913.— Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada seis mezes antes do vencimento desse prazo, vigorará por mais um anno, e assim successivamente.— (29º Acto assignado.)

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914.— *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 11

Relação summaria dos 7 Actos de Arbitramento permanente, até agora ratificados sómente pelo Brasil, dispostos na ordem em que foram ratificados

- 1) — Tratado com a Republica da Colombia, assignado em Bogotá, a 7 de Julho de 1910.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.399, da mesma data.— Ratificado pelo Brasil, em 21 de Fevereiro de 1911.— Não promulgado, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração :— periodos successivos de 10 annos.— (24º Acto assignado.)
- 2) — Convenção com a Republica de Panamá, assignada em Washington, a 1º de Maio de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Ratificada pelo Brasil, em 2 de Março de 1911.— Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração :— periodos successivos de 5 annos.— (10º Acto assignado.)
- 3) — Convenção com a Republica de Nicaragua, assignada em Guatemala, a 28 de Junho de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Ratificada pelo Brasil, em 15 de Março de 1911.— Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração :— periodos successivos de 5 annos.— (16º Acto assignado.)
- 4) — Convenção com a Republica de Honduras, assignada em Guatemala, a 26 de Abril de 1909.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo Decreto n. 2.396, da mesma data.— Ratificada pelo Brasil, em 17 de Maio de 1911.— Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração :— periodos successivos de 5 annos.— (8º Acto assignado.)
- 5) — Tratado com a Republica Oriental do Uruguay, assignado em Petropolis, a 6 de Janeiro de 1911.— Approvado pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Ratificado pelo Brasil, em 23 de Julho de 1913.— Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração :— periodos successivos de 10 annos.— (28º Acto assignado.)

- 6) — Convenção com a Republica do Paraguay, assignada em Asunción, a 24 de Fevereiro de 1911.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Ratificada pelo Brasil, em 23 de Julho de 1913.— Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento desse prazo, vigorará por mais um anno, e assim successivamente.— (29º Acto assignado.)
- 7) — Convenção com o Reino da Grecia, assignada em Berlim, a 28 de Julho de 1910.— Approvada pelo Congresso Nacional, em Resolução de 7 de Julho de 1912, sancionada pelo Decreto n. 2.581, de 17 do mesmo mez e anno.— Ratificada pelo Brasil, em 6 de Agosto de 1913.— Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações.— Duração : — por um periodo de 10 annos, e se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim desse periodo, obrigará até um anno, a partir do dia em que houver sido denunciada.— (25º Acto assignado.)

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914.— *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

- b) — Submettidos ao exame do Congresso Nacional e pendentes de sua deliberação

N. 12

Relação summaria dos 2 Actos de Arbitramento permanente, até agora apenas remettidos ao Congresso Nacional Brasileiro, e ainda pendentes da sua deliberação, dispostos na ordem em que foram assignados

- 1) — Convenção com o Reino da Suecia, assignada em Stockolmo, a 14 de Dezembro de 1909.— Remettida ao Congresso Nacional, em 25 de Julho de 1913, com a Mensagem Presidencial de 23 do mesmo mez.— Duração: — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento desse prazo, por mais um anno, a partir do dia em que houver sido denunciada.— (21º Acto assignado.)

- 2) — Convenção com o Reino da Dinamarca, assignada em Copenhague, a 27 de Novembro de 1911.—Remettida ao Congresso Nacional, em 25 de Julho de 1913, com a Mensagem Presidencial de 23 do mesmo mez.— Duração:— por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim desse periodo, ficará obrigatoria até mais 6 mezes, a partir do dia em que houver sido denunciada.— (31º Acto assignado.)

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914.— *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

Andamento que tiveram os actos de Arbitramento permanente, desde 18 de Maio de 1913 até 3 de Maio de 1914

Actos promulgados

Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a Republica Dominicana, assignada em Washington, a 29 de Abril de 1910

N. 13

Officio da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

A' 1ª Secção.— N. 17.— Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.— Washington, 11 de Abril de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia, em separado, a Carta de Rati-ficação, por parte da Republica Dominicana, da Convenção de Arbitramento concluida com o nosso paiz em 29 de Abril de 1910, assim como dois exemplares, um em portuguez e o outro em hespanhol, da acta firmada por occasião da troca.

Aproveito a oportunidade para confirmar o telegramma que sobre este particular expedi a Vossa Excellencia no dia 1º do corrente, nestes termos :

« 34 terça firmei hoje data hontem com Ministro Francisco Peynado troca ratificação tratado geral arbitramento com Republica Dominicana. »

Prevaleço-me do ensejo para renovar a vossa Excellencia, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

DOMICIO DA GAMA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Termo da troca das Ratificações da Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a Republica Dominicana ; effectuada em Washington, na Embaixada Brasileira, a 31 de Março de 1913

I

Os abaixo assignados, Domicio da Gama, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario dos Estados Unidos do Brasil, e Francisco J. Peynado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Dominicana, reunidos na Embaixada do Brasil para proceder á troca das ratificações da Convenção de Arbitramento entre as duas Republicas assignada em Washington a 29 de Abril de 1910, e devidamente autorisados, communicaram-se reciprocamente os instrumentos das ditas ratificações, os quaes, tendo sido achados exactos e accordes, foram trocados entre os ditos Plenipotenciarios. E para constar, os abaixo assignados redigiram o presente termo, que assignaram em quatro exemplares, aos quaes appuzeram os seus sellos.

Feito em Washington aos trinta e um dias do mez de Março de mil novecentos e treze.

(L. S.) DOMICIO DA GAMA

(L. S.) FRANCISCO J. PEYNADO.

II

Los infrascritos, Francisco J. Peynado, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la República Dominicana, y Domicio da Gama, Embajador

Extraordinario y Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil, reunidos en la Embajada del Brasil em Washington con el fin de canjear las ratificaciones de la Convención de Arbitraje entre las dos Repúblicas, firmada em Washington el 29 de Abril de 1910, y debidamente autorisados, se comunicaron recíprocamente los instrumentos de dichas Ratificaciones, los cuales, habiendo sido hallados exactos y concordes fueron canjeados entre dichos Plenipotenciarios. En fê de lo cual los infrascritos redactaron la presente acta, que firmaron en cuatro ejemplares y sellaron con sus sellos.

Dado en Washington á los treinta y uno días del mes de Mayo de mil novecientos trece.

(L. S.) FRANCISCO J. PEYNADO.

(L. S.) DOMICIO DA GAMA.

Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a Republica do Haiti,
assignada em Washington, a 25 de Abril de 1910

N. 14

Officio da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

A' 1ª Secção.— N. 3.— Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.—
Washington, 19 de Fevereiro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que foram trocadas hoje nesta Embaixada as ratificações da Convenção de Arbitramento concluida entre o Brasil e a Republica do Haiti a 25 de Abril de 1910.

Juntamente com o instrumento de ratificação do Governo do Haiti envio a Vossa Excellencia as actas que foram assignadas no acto da troca das ratificações. Devido a uma pequena correcção que o Plenipotenciario do Haiti foi forçado a fazer para o seu instrumento ficar conforme ao nosso houve demora nessa troca e por isso as mencionadas actas estão datadas de 21 de Novembro ultimo.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração.

DOMICIO DA GAMMA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Lauro Müller,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Termo da troca das Ratificações da Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a Republica do Haiti; effectuada em Washington, na Embaixada Brasileira, a 21 de Novembro de 1912

I

Os abaixo assignados, Domicio da Gama, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario dos Estados Unidos do Brasil, e Solon Menos, Enviado Extraordinario o Ministro Plenipotenciario da Republica do Haiti, reunidos na Embaixada do Brasil para proceder á troca das ratificações da Convenção de Arbitramento entre as duas Republicas assignada em Washington a 25 de Abril de 1910, e devidamente autorizadas communicaram-se reciprocamente os instrumentos das ditas ratificações, os quaes, tendo sido achados exactos e accordes, foram trocados entre os ditos Plenipotenciarios. E para constar os abaixo assignados redigiram o presente termo, que assignaram em quatro exemplares, aos quaes appuzeram os seus sellos.

Feito em Washington aos vinte e um dias do mez de Novembro de mil novecentos e doze.

(L. S.) DOMICIO DA GAMA.

(L. S.) SOLON MENOS.

II

Les soussignés Solon Menos, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République du Haiti et Domicio da Gama, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire des Etats Unis du Brésil, s'étant réunis à l'Ambassade du Brésil pour procéder à l'échange des ratifications de la Convention d'Arbitrage entre les deux Républiques signée à Washington le 25 Avril 1910, dûment autorisés, se sont communiqué les instruments de ces ratifications lesquels furent trouvés exacts et concordants et échangés entre les dits Plénipotentiaires. En foi de quoi les soussignés ont dressé le présent procès verbal qu'ils ont signé en quadruple expedition et revêtu de leurs cachets.

Fait à Washington le vingtième jour du mois de Novembre mil neuf cents douze.

(L. S.) SOLON MENOS.

(L. S.) DOMICIO DA GAMA.

Convenção de Arbitramento entre o Brasil e o Reino da Italia,
assignada no Rio de Janeiro, a 22 de Setembro de 1911

N. 15

Termo da troca das Ratificações da Convenção de Arbitramento entre o Brasil e o Reino da Italia; effectuada no Palacio Itamaraty, no Rio de Janeiro, no dia 28 de Julho de 1913

I

Os abaixo-assignados Francisco Regis de Oliveira, Ministro de Estado interino das Relações Exteriores, e Barão Camillo Romano Avezzana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Rei de Italia, devidamente autorisados, reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e oito dias do mez de Julho de 1913, para proceder á troca das ratificações da Convenção de Arbitramento concluida e assignada na mesma cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e dois dias do mez de Setembro de mil novecentos e onze, entre o Presidente dos Estados Unidos do Brasil e Sua Majestade o Rei de Italia.

E tendo achado conformes e em boa e devida forma os dois respectivos instrumentos de ratificação effectuaram a sua troca.

Em fé do que, no logar e dia acima declarados, assignaram a presente Acta em quatro exemplares, dois em portuguez e dois em italiano, appondo nelles o signal dos seus respectivos sellos.

(L. S.) REGIS DE OLIVEIRA.

(L. S.) ROMANO AVEZZANA.

II

I sottoscritti, Barone Camillo Romano Avezzana, Inviato Straordinario e Ministro Plenipotenziario di Sua Maestà il Re d'Italia, e Francisco Regis de Oliveira, Ministro di Stato Interinale delle Relazione Esteriori, debitamente autorizzati, si sono riuniti nella città di Rio de Janeiro, ai venticotto giorni del mese di Luglio del millenovecentotredici, per procedere allo scambio delle

ratifiche della Convenzione di Arbitraggio conclusa e firmata nella stessa città di Rio de Janeiro il giorno ventidue del mese di Settembre del millenovecentoundici, tra Sua Maestà il Re d'Italia e il Presidente degli Stati Uniti del Brasile.

E avendo trovato conformi ed in buona e debita forma i rispettivi strumenti di ratifica, ne hanno effectuatato lo scambio.

In fede di che, nel luogo e giorno sopra menzionati hanno firmato il presente Atto in quattro esemplari, due in italiano i due in portoghese apponendovi i rispettivi sigilli.

(L. S.) ROMANO AVEZZANA.

(L. S.) REGIS DE OLIVEIRA.

Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a Republica do Salvador, assignada em San Salvador, a 3 de setembro de 1909

N. 16

Officio da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

A' 1ª Secção.— N. 53.— Embaixada dos Estados Unidos do Brasil em Washington, 12 de novembro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia, em separado, a Carta de Ratificação, por parte da Republica do Salvador, da Convenção de Arbitramento concluida com o nosso paiz em 3 de Setembro de 1909, assim como dois exemplares, um em portuguez e outro em hespanhol, da acta firmada por occasião da troca.

Aproveito a oportunidade para confirmar o telegramma que sobre este particular expedi hoje a Vossa Excellencia, nestes termos :

« 97 Quartafeira firmei hoje com o Ministro Francisco Dueñas troca ratificações tratado arbitramento com Salvador. »

Prevaleço-me do ensejo para renovar a Vossa Excellencia, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

DOMICIO DA GAMA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Lauro Müller,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Termo da troca das Ratificações da Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a Republica do Salvador; effectuada em Washington, na Embaixada Brasileira, a 12 de Novembro de 1913

I

Os abaixo assignados, Domicio da Gama, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario dos Estados Unidos do Brasil, e Francisco Dueñas, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica do Salvador, reunidos na Embaixada do Brasil para proceder á troca das ratificações da Convenção de Arbitramento entre as duas Republicas assignada em São Salvador a 3 de Setembro de 1909, e devidamente autorizados, communicaram-se reciprocamente os instrumentos das ditas ratificações, os quaes, tendo sido achados exactos e accordes, foram trocados entre os ditos Plenipotenciarios. E para constar os abaixo assignados redigiram o presente termo, que assignaram em quatro exemplares aos quaes appuzeram os seus sellos.

Feito em Washington aos doze dias do mez de Novembro de mil novecentos e treze.

(L. S.) DOMICIO DA GAMA.

(L. S.) FRANCISCO DUEÑAS.

II

Los infrascritos, Francisco Dueñas, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de la República de El Salvador, y Domicio da Gama, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil, reunidos en a Embajada del Brasil para hacer el canje de las ratificaciones de la Convención de Arbitraje entre las dos Repúblicas, firmada en San Salvador el dia tres de Septiembre de 1909, y debidamente autorizados se comunicaron los instrumentos de dichas ratificaciones, los que, encontrandose exatos y concordes, fueron canjeados entre dichos Plenipotenciarios, y para que conste los infrascritos redactaron el acta presente en cuatro ejemplares, que firmaron y sellaron.

Dada em Washington á los doce dias del mes de Noviembre del año de mil novecentos trece.

(L. S.) FRANCISCO DUEÑAS.

(L. S.) DOMICIO DA GAMA.

5ª CONFERENCIA INTERNACIONAL AMERICANA

Actos preparatorios para a sua reunião, convocada para Santiago do Chile, em Novembro de 1914

N. 17

Officio da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

2ª Secção.— N. 14.— Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.— Washington, 8 de Julho de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar ás mãos de Vossa Excellencia as inclusas copias da nota que me dirigiu o Sr. Eduardo Suárez Mujica, Ministro do Chile nesta Capital, relativa á reunião da Quinta Conferencia Internacional Americana e da minha resposta.

Prevaleço-me do ensejo para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração.

DOMICIO DA GAMA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. F. Regis de Oliveira, Ministro interino das Relações Exteriores.

ANNEXOS

I

Copia — Legación de Chile.— Washington, D. C. Junio 27 de 1913.

Señor Embajador,

Tengo la honra de comunicar á Vuestra Excelencia, con la suplica de hacerle llegar al conocimiento de su Gobierno, que el de Chile, en uso de la atribución que se le conferió por acuerdo del Consejo Directivo de la Unión Pan-

americana, de fecha 12 de Mayo próximo pasado, ha fijado el mes de Septiembre de 1914 para la abertura de la Quinta Conferencia Internacional.

En la formal invitación que la Cancillería de Chile tendrá el honor de hacer llegar oportunamente al Gobierno de Vuestra Excelencia, se indicará la fecha precisa de la ceremonia de inauguración.

Esperando que la época indicada por el Gobierno de Chile sea aceptable para el de Vuestra Excelencia, y que el aviso que me permite anticipar en esta nota sirva para facilitar la preparación de la representación brasileira, me es grato renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi alta consideración.

(Assignado) EDUARDO SUÁREZ MUJICA.

A Su Excelencia el Señor Domicio da Gama,
Embajador Extraordinario y Ministro Plenipotenciario del Brasil en los Estados Unidos de América.

II

Copia.— Embaixada do Brasil.— Washington, 30 de Junho de 1913.

Senhor Ministro,

Tive a honra de receber a nota de 27 deste mez pela qual Vossa Excellencia se serve communicar-me que o seu Governo, usando da attribuição que lhe foi conferida pelo Conselho Director da União Pan-Americana, escolheu o mez de Setembro de 1914 para a abertura da Quinta Conferencia Internacional e que em tempo indicará a data precisa da sessão inaugural.

Certo de que a data escolhida pelo Governo de Vossa Excellencia será agradavel ao meu, dou-me pressa em transmittir-lhe a communicação de Vossa Excellencia, a quem reitero com prazer as seguranças da minha perfeita estima e distincta consideração.

(Assignado) D. DA GAMA.

A Sua Excellencia o Senhor Don Eduardo Suárez Mujica, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Chile.

N. 18

Nota da Legação Chilena em Washington à Embaixada do Brasil na mesma cidade

(ANNEXA AO OFFICIO OSTENSIVO N. 8, Á 2ª SECÇÃO, DA EMBAIXADA EM WASHINGTON, DE 19 DE MARÇO DE 1914)

Legación de Chile, Wáshington, Marzo 16 de 1914.

Señor Embajador y estimado Colega :

En obediencia á instrucciones especiales de mi Gobierno, tengo el honor de informar á V. E. con la súplica de llevarlo al alto conocimiento del que V. E. representa, que la reunión, en Santiago, de la Quinta Conferencia Internacional Pan-Americana ha sido aplazada hasta el mes de Noviembre del presente año, en lugar del mes de Septiembre, anteriormente designado.

Al decidir este aplazamiento, dentro de la época autorizada en el acuerdo del Consejo Directivo de la Unión Pan Americana de doce de Mayo último, mi Gobierno ha tenido en cuenta consideraciones llamadas á asegurar mejor el éxito de la Conferencia, no solo atendiendo á las comodidades de una estación aún más propicia, sino, y principalmente, mirando á las mayores expectativas de serenidad y armonía en el horizonte continental.

Estas consideraciones han contado con la aquiescencia del Presidente del Consejo Directivo de la Unión y no dudo de que merecerán también la aprobación del Gobierno de V. E.

En la invitación oficial de mi Gobierno se indicará el día preciso de la inauguración de la Conferencia.

Renuevo á V. E. las seguridades mi alta consideración.

(Assignado) E. SUÁREZ MUJICA.

A Su Excelencia el Señor Domicio da Gama, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario del Brasil en los Estados Unidos de América.

N. 19

Acta da sessão ordinaria do Conselho Director da União Pan-Americana, realizada em Washington, a 12 de Maio de 1913

CONSEJO DIRECTIVO DE LA UNIÓN PANAMERICANA

ACTA DE LA SESIÓN ORDINARIA CELEBRADA EL 12 DE MAYO DE 1913

En la ciudad de Wáshington, a las tres y media de la tarde del día 12 de mayo de 1913, se reunieron en el Salón de Sesiones del Consejo Directivo de la Unión Panamericana, bajo la presidencia del Honorable William J. Bryan, Secretario de Estado, los siguientes miembros de Consejo Directivo: el Señor Domício da Gama, Embajador del Brasil; Don Joaquín Bernardo Calvo, Ministro de Costa Rica; Don Ignacio Calderón, Ministro de Bolivia; Don Federico Mejía, Ministro de El Salvador; Don Salvador Castrillo, Ministro de Nicaragua; Don Antonio Martín Rivero, Ministro de Cuba; Don Rómulo S. Naón, Ministro de la República Argentina; Don Carlos M. de Pena, Ministro del Uruguay; Don Eduardo Suárez Mujica, Ministro de Chile; M. Solon Ménos, Ministro de Haïti; Don Joaquín Méndez, Ministro de Guatemala; Don Francisco J. Peyñado, Ministro de la República Dominicana; Don Julio Betancourt, Ministro de Colombia; Don Alberto Membreño, Ministro de Honduras; Don Héctor Velázquez, Ministro del Paraguay; Don S. S. Wither, Encargado de Negocios del Ecuador; Don J. E. Lefevre, Encargado de Negocios de Panamá; y Don A. Algara R. de Terreros, Encargado de Negocios de México. También estuvieron presentes los Señores John Barrett, Director General, y Don Francisco J. Yánes, Subdirector y Secretario del Consejo.

Se excusaron los Ministros de Venezuela y del Perú.

Abierta la sesión, fué aprobada el acta de la reunión anterior, tal y como circuló impresa.

Acto continuo el Secretario dió cuenta de los trabajos de la Comisión de Vigilancia, que sometió al Consejo Directivo los siguientes puntos, los cuales fueron aprobados:

(1) Que el Consejo Directivo fije una hora para las reuniones reglamentarias (Se fijaron las tres P. M.)

(2) Que en las sesiones se reparta a cada uno de los miembros del Consejo copias del acta de la sesión anterior.

(3) Que estando autorizado el uso indistinto de las cuatro lenguas de la Unión Panamericana, la Comisión de Vigilancia recomienda que toda moción o proyecto que se presente al Consejo, antes de ser puesto en discusión y de ser votado, se lea en cada una de las referidas cuatro lenguas. A moción del Ministro de la República Dominicana, se aprobó esta recomendación, añadiéndole las palabras « si alguno lo pidiere así ».

La Comisión de Vigilancia sometió los siguientes dictámenes, que fueron aprobados :

(1) Sobre clasificación de empleados y escala de sueldos : Que se apruebe el Proyecto de clasificación de empleos y sueldos presentado por el Director General de conformidad con lo que establece el Artículo 4º, Sección 2ª, del Reglamento y para los efectos determinados en dicho Artículo, y una vez aprobada la clasificación propuesta, quedan cumplidas las referidas disposiciones y sin efecto las autorizaciones concedidas al Director General por resoluciones anteriores.

(2) Sobre el fondo de reserva y formación del presupuesto : Se aprobó la siguiente proposición :

« El Director General, al rendir su cuenta de inversión en cada año y siempre que hubiere saldo excedente, propondrá la cuota o parte de ese saldo que deba aplicarse a la formación de un fondo de reserva para futuras contingencias. »

Se adoptaran también ciertos cambios en el modo que hasta ahora se ha seguido de hacer el presupuesto.

(3) Relativo a la Conferencia Comercial Panamericana bajo los auspicios de la Unión Panamericana : Se aprobó el informe al respecto que recomienda aplazar la Conferencia, defiriendo así a la solicitud del Presidente del Congreso Comercial del Sur, por cuanto próximamente, en la época en que pudiera hacerse la convocatoria, se celebrará en Mobila, Alabama, el referido Congreso, que cuenta con el apoyo del Gobierno Federal de los Estados Unidos y de los Estados del Sur, y al efecto se acordó :

« Que debe aplazarse la Conferencia proyectada, y se coopere, en la forma que en su oportunidad se acuerde, con los promovedores del Congreso Comercial del Sur ; haciéndose saber este acuerdo al Señor Senador Fletcher, Presidente de dicho Congreso. »

Estas materias fueron sometidas a la Comisión de Vigilancia en sesiones anteriores del Consejo.

El Ministro de Costa Rica propuso que, hallándose en el edificio el Señor Andrew Carnegie, se suspendiera la sesión por un momento para recibirle. El

Presidente del Consejo comisionó al Ministro de Costa Rica para traer al Señor Carnegie al Salón de las Sesiones.

El Señor Carnegie entró, tomando puesto al lado de la Presidencia.

El Ministro de la Argentina, terminada la disposición de las materias pendientes, pidió la palabra y dijo :

« Me voy a permitir, ya que no hay asunto pendiente de qué tratar, según entiendo, manifestar que acabo de depositar en manos del Señor Secretario un proyecto de resolución, estableciendo que la celebración de la Quinta Conferencia Panamericana tenga por sede la ciudad de Santiago de Chile, y estableciendo igualmente que la misma se celebre en la segunda mitad del año 1914 y en el día que el Gobierno Chileno designe. Por mi parte he recibido instrucciones especiales de mi Gobierno que me obligan a depositar mi voto a favor de Santiago de Chile, y abrigo la esperanza de que estas instrucciones serán recibidas con agrado por el Consejo Directivo y que coincidirán con otras instrucciones, poniendo de manifiesto una vez más los sentimientos de confraternidad americana que preceden siempre a este género de resoluciones. »

Acto continuo el Secretario dió lectura a la siguiente resolución :

« En cumplimiento de la Resolución sancionada por la Cuarta Conferencia Internacional Pan-Americana reunida en Buenos Aires en 1910, el Consejo Directivo de la Unión Panamericana,

« RESUELVE : Designase a la Ciudad de Santiago de Chile como sede de la Quinta Conferencia Internacional Pan-Americana, debiendo reunirse ésta dentro de la segunda mitad del año 1914, en la fecha que el Gobierno de Chile determine. »

El Embajador del Brasil manifestó que su Gobierno le había autorizado para presentar idéntica moción, o apoyarla en caso de que fuese presentada, y de consiguiente la apoyaba con particular complacencia.

El Ministro de la República Dominicana propuso que se hiciera la designación de Santiago de Chile por aclamación, lo cual se hizo, poniéndose en pie todos los presentes.

El Encargado de Negocios de México manifestó que aun cuando no había recibido hasta aquel momento instrucciones especiales de su Gobierno sobre el particular, no dudaba en expresar que el voto de México sería por Santiago de Chile.

El Secretario del Consejo leyó una comunicación que le dirigió el Ministro de Venezuela, en la que expresaba su deseo de informar al Consejo que el voto de Venezuela es en favor de la ciudad de Santiago de Chile, y pidiendo que así constara en el acta respectiva, previo el consentimiento de los representantes de las demás repúblicas. Aprobado.

El Secretario dió cuenta de que se acababa de recibir un telefonema de Nueva York, del Ministro del Perú, manifestando la pena que le causaba no poder asistir

a la reunión, y pidiendo que, si se trataba en la sesión de la elección de Santiago de Chile para la sede de la próxima Conferencia, se hiciera constar en el acta que el Perú votaba en ese sentido. Esta manifestación fué recibida con aplausos.

El Presidente del Consejo felicitó al Ministro de Chile por haber recaído la elección en la hermosa capital de su país.

El Ministro de Chile se expresó en los siguientes términos :

La prueba de estimación y amistad a mi país que envuelve la resolución adoptada en este instante por el Consejo Directivo será por cierto profundamente apreciada por mi Gobierno, como es apreciada y agradecida por su Ministro en Wáshington.

Será para Chile un placer y un honor recibir en su seno a los distinguidos representantes de todas las Repúblicas americanas, para trabajar en beneficio de sus comunes intereses y de sus relaciones mutuas.

Debo especial agradecimiento al Ministro Argentino, autor de la moción en favor de Santiago, lo mismo que al Embajador del Brasil y demás colegas que se han dignado secundarla tan calurosa y amistosamente.

Ruego al Señor Secretario queira insertar en el acta de esta sesión esta expresión de mis sentimientos.

El Ministro de Chile indicó en seguida que, como ésta era la última sesión antes del verano, quizás convendría nombrar las comisiones que se ocuparan de preparar todo lo relativo a las conferencias, proponiendo cuatro comisiones, una de programa, otra de reglamento, otra que se ocupara de hacer el balance de lo efectuado por las conferencias anteriores y lo que al respecto habían hecho los países respectivos y una cuarta comisión de la Unión Panamericana. También insinuó que las comisiones fueran nombradas por el Presidente del Consejo Directivo.

El Ministro de la Argentina propuso que el Presidente del Consejo Directivo nombrase las comisiones y lo transmitiera a los miembros del Consejo, para evitar que hubiera otra sesión del Consejo.

El Ministro de Bolivia apoyó la moción.

El Presidente sugirió el nombramiento de una comisión que le ayudara a escoger los miembros de las comisiones.

El Ministro de Costa Rica propuso que se nombraran en esta comisión el Embajador del Brasil, el Ministro de Chile y el de la República Argentina, lo que fué aprobado.

El Ministro de Bolivia manifestó que no creía necesario nombrar cuatro comisiones, y propuso que se nombraran tres, una de programa, otra de reglamento, y otra de la Unión Panamericana, y, puesta a votación, esta proposición fué aprobada.

El Director General consultó al Consejo acerca del uso del Salón para actos públicos, y se le autorizó a proceder como antes.

No habiendo más de que tratar, se levantó la sesión.

N. 20

Acta da sessão ordinaria do Conselho Director da União Pan-Americana, realizada em Washington, a 3 de Dezembro de 1913

CONSEJO DIRECTIVO DE LA UNIÓN PANAMERICANA

ACTA DE LA SESIÓN ORDINARIA DE 3 DE DICIEMBRE DE 1913

En la ciudad de Washington, a las tres de la tarde del día 3 de diciembre de 1913, se reunieron en el Salón de Sesiones del Consejo Directivo de la Unión Panamericana, bajo la presidencia del Honorable William Jennings Bryan, Secretario de Estado, los siguientes miembros del Consejo Directivo: el Señor Domicio da Gama, Embajador del Brasil; Don Joaquín Bernardo Calvo, Ministro de Costa Rica; Don Ignacio Calderón, Ministro de Bolivia; Don Pedro Ezequiel Rojas, Ministro de Venezuela; Don Rómulo S. Naón, Ministro de la Argentina; Don Carlos María de Pena, Ministro del Uruguay; Don Eduardo Suárez Mujica, Ministro de Chile; Don Joaquín Méndez, Ministro de Guatemala; Don Francisco J. Peynado, Ministro de la República Dominicana; Don Federico A. Pezet, Ministro del Perú; Don Alberto Membreño, Ministro de Honduras; Don Héctor Velázquez, Ministro del Paraguay; Don Emiliano Chamorro, Ministro de Nicaragua; Don Gonzalo S. Córdova, Ministro del Ecuador; M. Ulrick Duvivier, Ministro de Haití; Don Francisco Dueñas, Ministro de El Salvador; y Don Manuel de la Vega Calderón, Encargado de Negocios de Cuba. También estuvo presente Don Francisco J. Yánes, Subdirector y Secretario del Consejo.

Abierta la sesión se aprobó el acta de la reunión anterior de 5 de noviembre, tal y como circuló impresa.

Acto continuo el Ministro de Costa Rica, Secretario de la Comisión de Programa de la Quinta Conferencia Internacional Americana, dió lectura al siguiente informe de la referida Comisión:

«La Comisión de Programa para la Quinta Conferencia Internacional Americana se dirigió por circular de 30 de mayo último a los Representantes de todos los Gobiernos que forman la Unión Panamericana, pidiéndoles informes sobre la actuación de sus respectivos países respecto de los trabajos de las Conferencias precedentes. Al mismo tiempo les pidió se sirvieran indicar las nuevas materias que debieran someterse a las deliberaciones de la Conferencia que se reunirá el año entrante en Santiago de Chile.

Después de haber tomado en consideración las indicaciones que con ese objeto le han sido comunicadas, y vencido desde el mes de octubre próximo pasado el término señalado con este propósito, tiene la honra de someter al Consejo Directivo el siguiente proyecto de

PROGRAMA PARA LA QUINTA CONFERENCIA INTERNACIONAL AMERICANA

1. Estudio sobre la aplicación de las convenciones y resoluciones de la Cuarta Conferencia Panamericana en cada país ;
2. Trabajos realizados sobre codificación del Derecho Internacional por el Congreso de Jurisconsultos de Río Janeiro ;
3. Organización definitiva de la Oficina de las Repúblicas Americanas ;
4. Solemnización de la apertura del Canal de Panamá ;
5. Medidas destinadas a prevenir la propagación de enfermedades ;
6. Posibilidad de llegar a celebrar convenciones sobre acuerdos adoptados en las Conferencias Sanitarias Internacionales Americanas ;
7. Análisis y estudio de las convenciones y resoluciones de las anteriores Conferencias ;
8. Cooperación de los Gobiernos en la construcción del Ferrocarril Panamericano ;
9. Intercambio de profesores y estudiantes universitarios ;
10. Adopción de medidas destinadas a reprimir el anarquismo en los países de la Unión Panamericana ;
11. Declaración como principio de política americana, de que los extranjeros no gozan de más derechos civiles ni de otros recursos que los reconocidos a los nacionales por la Constitución y leyes de cada país.»

Puesto a discusión el programa, después de un cambio de ideas acerca del alcance del N. 11, promovido por el Señor Ministro de Honduras, y en el cual tomaron parte los Ministros de la Argentina, Paraguay, República Dominicana, e Embajador del Brasil y el Ministro del Uruguay, en el orden indicado, fué sometido a votación el programa y unánimemente aprobado.

El Ministro de Bolivia, Presidente de la Comisión de Reglamento de la Quinta Conferencia Internacional Americana, informó que la Subcomisión encargada de redactar dicho reglamento había cumplido su cometido y pidió que el Secretario del Consejo diera cuenta de las modificaciones sustanciales hechas al reglamento de la Conferencia anterior, las cuales se refieren al número de comisiones y el modo de nombrarlas y a la disposición de los asuntos para la resolución de los cuales no se haya obtenido la mayoría reglamentaria. Fué aprobado por unanimidad el reglamento como lo presentó la Comisión respectiva.

La Comisión nombrada en la sesión de 5 de noviembre para informar acerca de la manera de solemnizar la apertura del Canal de Panamá, en cumplimiento a

la Resolución de la Cuarta Conferencia Panamericana, presentó el siguiente acuerdo, redactado por el Ministro de Venezuela, con la aceptación de los Ministros de Costa Rica y el Perú, miembros de dicha Comisión. Se dió lectura por Secretaría, y fué aprobada por unanimidad, con muestras de especial aplauso:

« Por cuanto el Congreso Panamericano reunido en Buenos Aires adoptó el 4 de agosto de 1910 una Resolución, "encomendando al Consejo Directivo de la Unión Panamericana la manera de solemnizar la apertura del Canal de Panamá."

El Consejo Directivo acuerda lo siguiente :

Excitar a los Gobiernos de las Repúblicas americanas a dedicar a la celebración de la apertura del Canal el día en que la nueva vía sea inaugurada oficialmente para la navegación de todas las naciones del mundo, de modo que tan trascendental suceso se festeje solemnemente a un mismo tiempo en todas las Repúblicas americanas, como el punto de partida de una nueva era de progreso, de acercamiento moral y material y de mayor armonía entre los pueblos de este Hemisferio, y también como el comienzo de una era de grandes y nuevos beneficios para el comercio general del mundo.

Convocar, por medio de los dichos Gobiernos, una gran Convención Universitaria, compuesta de Delegados de todas las Universidades, Facultades científicas y Planteles de Instrucción Superior de la América republicana, para celebrar conferencias en las cuales se decida el modo de practicar el intercambio de profesores y de alumnos, y se acuerde también todo lo demás que conduzca a hacer efectiva la comunión de ideas y de principios entre los pueblos de la América, como el medio más eficaz de hacer cierta y permanente la Unión continental, a que tanto ha de contribuir la magna obra del Canal de Panamá.

Esta Convención Universitaria inaugurará sus sesiones el mismo día de la inauguración de la gran vía interoceánica, en el sitio del Istmo en que se celebren los actos oficiales de la apertura del Canal, y continuará sus conferencias en el lugar que la misma Convención designe.»

El Secretario del Consejo, que lo es de la Comisión de Vigilancia, dió lectura por disposición de ésta al acta de la sesión de 1 de diciembre, y a las conclusiones siguientes respecto al examen de las cuentas presentadas por el Director General :

« i 1. En orden al contexto general del informe y a los cuadros que los complementan: Que los países que contribuyen al sostenimiento de la Unión Panamericana se enumeren por orden alfabético en las listas respectivas sin hacer divisiones en dos grupos, pues todos contribuyen, de acuerdo con la población de cada país, a formar un todo homogéneo ; y que asimismo en la redacción de estos informes se eviten comparaciones.

2. En orden al No. 9 del informe : Que las inversiones deben hacerse dentro de las cantidades votadas para el efecto, no pudiendo excederse ningún ítem del presupuesto sin autorización expresa, ni tampoco transferirse partidas sin previa autorización.

3. En orden al No. 11 del informe: Que en lo relativo al fondo de reserva, la Comisión es de opinión que al hacer el presupuesto el Director General debe indicar la suma que juzgue conveniente para este servicio, tomándola del excedente que resulte, sin consideración a contingencias futuras, que serán contempladas por quien corresponda cuando ellas ocurran.

4. En orden a los Nos. 8 y 12 del informe: Que todos los fondos con quetrybuen los países de la Unión Panamericana para el sostenimiento de ésta deben estar por igual a la disposición del Consejo Directivo, por ser fondos internacionales, y en esta virtud fué aprobada la siguiente proposición:

« La Comisión de Vigilancia llama la atención del Consejo Directivo a la situación en que, según aparece del informe del Director General, se hallan los fondos pertenecientes a esta institución, los cuales resultan estar, no a la disposición del Consejo Directivo, sino a la de las autoridades de la Tesorería americana.

La Comisión de Vigilancia estima que, siendo el Secretario de Estado el Presidente nato del Consejo Directivo, bastará la enunciación del hecho para que se sirva tomar las medidas necesarias para poner término a esta situación. »

5. Recomendar a los demás miembros del Consejo Directivo que den las últimas cifras correspondientes a la población de sus países respectivos, con el objeto de distribuir equitativamente las cuotas para el sostenimiento de la Unión Panamericana.

6. Que bajo el No. 1 « Egresos Calculados » Tabla C, relativa al presupuesto para el año económico de 1914-15, se inserte la frase siguiente: « de conformidad con la lista que aparece en la Tabla B y el aumento que el Consejo Directivo autorice. »

7. Que al mandar comisionados a viajar por cuenta de la Unión Panamericana se procure, en obsequio del mayor éxito de los viajes, oficializar hasta donde sea posible estas comisiones, de modo que los que las desempeñan vayan directamente recomendados a los Gobiernos respectivos por el Presidente del Consejo, y que del resultado de tales viajes se informe al Consejo por el Director General.

8. Que el Presupuesto para el año de 1914-15 sea aprobado así como las cuentas presentadas, sin más observaciones que las indicadas. »

Puestas a la votación las conclusiones anteriores fueron todas aprobadas después de una discusión que versó sobre la conclusión cuarta relativa a los fondos de la Unión Panamericana, en la cual tomaron parte los Ministros de Bolivia, Chile, Uruguay y Costa Rica, y por recomendación del Presidente del Consejo se encomienda al Director General que prepare un proyecto que habrá de someter al Presidente del Consejo, relativo al cambio que se desea hacer, para buscar una solución de la dificultad.

A solicitud del Director General en la última sesión de la Comisión de Vigilancia se suspendió provisionalmente la consideración del informe del Señor Ministro de Honduras, favorable al desembolso de \$5,000.00 para la creación de una sección de educación que el Director General había recomendado se estableciera en la Unión Panamericana. El Director General explicó que esta demora obedece a que está tratando de establecer más económicamente dicha sección, de lo cual dará cuenta oportunamente.

El Ministro de Costa Rica pidió que se diera lectura a una comunicación dirigida por él a la Comisión de Vigilancia y que ésta sometió en su última sesión, habiendo pedido el Director General se suspendiera la consideración de dicha comunicación hasta la próxima reunión, en lo relativo al ascenso que se recomienda. La comunicación del Ministro de Costa Rica se refiere principalmente al incremento que ha tomado la Biblioteca de Colón, fundada por la Segunda Conferencia Panamericana, en cuyo proyecto tomó él empeñosa iniciativa como delegado de su país, recomendando que se mejore e impulse en todo sentido la Biblioteca, a fin de que cada vez llene del mejor modo posible los fines importantes a que está llamada, y recuerda que la forma de la Resolución de la Segunda Conferencia que la crea, sugiere que de los trabajos y progreso de la Biblioteca se dé un informe anual por separado, completo y detallado, al objeto de estimular el crecimiento de colección de obras y periódicos existentes en ella, y pide que se establezca específicamente el deber de dar este informe minucioso cada año.

No habiendo más de que tratar, se levantó la sesión.

N. 21

Circular da Comissão de Programma da 5ª Conferencia Internacional Americana a todos os Membros do Con- selho Director da União Pan-Americana

COMISIÓN DE PROGRAMA

CIRCULAR A TODOS LOS MIEMBROS DEL CONSEJO DIRECTIVO

WASHINGTON, 30 de mayo de 1913.

Señor Secretario de Estado ;

Tengo la honra de remitir a V. E. copia del acta de la primera sesión de la Comisión de Programa de la Quinta Conferencia Internacional Americana, instalada ayer, de conformidad con lo dispuesto por el Consejo Directivo de la Unión Panamericana en sesión del 12 del presente mes.

Al mismo tiempo, en cumplimiento de lo acordado por la expresada Comisión, y en nombre de ella, ruego a V. E. tenga a bien solicitar de su Gobierno los informes que en el acta se indican y comunicarlos a esta Secretaría en la oportunidad deseada.

Soy de V. E. con la más alta consideración,

Muy atento servidor,

J. B. CALVO,

Ministro de Costa Rica,

Secretario de la Comisión.

Excelentísimo Señor

WILLIAM JENNINGS BRYAN,

Secretario de Estado,

Wáshington, D. C.

N. 22

Acta da sessão da Comissão de Programma da 5ª Conferencia Internacional Americana, realizada em Wáshington, a 29 de Maio de 1913

En la ciudad de Wáshington, a las tres y media de la tarde del día 29 de Mayo de 1913, reunidos en el Salón de Comisiones de la Unión Panamericana, los señores William Jennings Bryan, Secretario de Estado de los Estados Unidos de América; Domicio da Gama, Embajador del Brasil; Joaquín Bernardo Calvo, Ministro de Costa Rica; Pedro Ezequiel Rojas, Ministro de Venezuela; Rómulo S. Naón, Ministro de la República Argentina; Eduardo Suárez Mujica, Ministro de Chile; Federico Alfonso Pezet, Ministro del Perú; nombrados — juntamente con los Representantes de El Salvador y Cuba, que no pudieron estar presentes, — para formar la Comisión de Programa de la Quinta Conferencia Internacional de las Repúblicas Americanas, de conformidad con lo dispuesto por el Consejo Directivo de la Unión Panamericana, en sesión del 12 del mes en curso, después de un breve cambio de ideas y a moción del Ministro de Chile a

quien correspondía manifestar el objeto de la reunión, procedieron a organizar la expresada Comisión de Programa, en el orden siguiente :

Art. 1º.—Se eligió Presidente, por unanimidad de votos, al Secretario de Estado de los Estados Unidos.

Se eligió Secretario, de igual manera, al Ministro de Costa Rica, a propuesta del Ministro de la Argentina.

Se declaró instalada la Comisión y se dispuso que en los casos de ausencia de los nombrados las vacantes se llenen en el orden de procedencia acostumbrado.

Art. 2º.—Para facilitar los trabajos de la Comisión, y a fin de obtener informes completos de todos los antecedentes relacionados con las cuatro Conferencias anteriores, Convenciones firmadas y ratificadas, sometidas a ratificación y no ratificadas todavía, o que no hayan sido sometidas a ratificación ; así como de los asuntos o materias nuevas que los Gobiernos de la Unión tuvieran a bien indicar y que hayan de formar parte del Programa de que se trata, se acordó crear tres subcomisiones, a saber :

Subcomisión de Convenciones, compuesta de los Ministros de Venezuela, Cuba y Perú ;

Subcomisión de Materias Nuevas, compuesta de los Ministros de la República Argentina y Chile y Secretario de Estado de los Estados Unidos ;

Subcomisión de Asuntos Pendientes, compuesta del Embajador del Brasil y los Ministros de Costa Rica y El Salvador.

Art. 3º. — Se acordó que el Secretario de la Comisión comunique esta acta a los Representantes de todos los países que forman la Unión Panamericana, recomendándoles que se sirvan pedir a sus respectivos Gobiernos los informes que se han expresado, a fin de que puedan comunicarlos a la Secretaría de la Comisión de Programa a más tardar durante el mes de Octubre próximo.

Terminó la sesión.

N. 23

Acta da sessão da Comissão de Programma da 5ª Conferencia Internacional Americana, realizada em Washington, a 12 de Novembro de 1913

En la ciudad de Wáshington, las cuatro y quince minutos de la tarde del día doce de Noviembre de mil novecientos trece, reunidos los señores William Jennings Bryan, Secretario de Estado de los Estados Unidos de América, *Presidente* ; Domicio da Gama, Embajador del Brasil ; Joaquín Bernardo Calvo, Mi-

nistro de Costa Rica. *Secretario* ; Pedro Ezequiel Rojas, Ministro de Venezuela ; Rómulo S. Naón, Ministro de la República Argentina ; Eduardo Suárez Mujica, Ministro de Chile ; Federico Alfonso Pezet, Ministro del Perú ; Francisco Dueñas, Ministro de El Salvador ; y Manuel de la Vega-Calderon, Encargado de Negocios de Cuba, — quienes forman la Comisión de Programa de la Quinta Conferencia Internacional de las Repúblicas Americanas — el Presidente declaró abierta la sesión. El Secretario dió cuenta de haber recibido de las Legaciones de Costa Rica, de Honduras y de Cuba, los informes respectivos que la Comisión acordó pedir, en su primera sesión, de los Gobiernos de la Unión Panamericana, relativos a las Conferencias anteriores, haciendo notar el Secretario que ninguno de los tres países ha hecho indicación de materias nuevas.

Dió cuenta también de una nota de la Legación del Perú, concreta a « someter como nuevos tópicos para consideración por la Quinta Conferencia Panamericana », los siguientes :

(a) — Adopción de medidas destinadas a reprimir el anarquismo en los países de la Unión Panamericana ;

(b) — Aceptación en principio por las naciones que constituyen la Unión Panamericana del plan elaborado por el Excmo. Secretario de Estado de los Estados Unidos de Norte América, señor William Jennings Bryan, para disminuir las posibilidades de conflictos armados internacionales, pero reservando cada nación su opinión respecto a los detalles.

El Secretario de Estado manifestó que si bien no tenía objeción que hacer al segundo punto, esperaba que, antes de la fecha señalada para la Conferencia, hubiera firmado el tratado propuesto y ya aceptado en principio por todas las naciones americanas.

El Embajador del Brasil preguntó cómo debía definirse la palabra “anarquismo” en el primer punto.

El Ministro de Chile, en nombre de su Gobierno, propuso por escrito :

1.— Estudio sobre la aplicación de las convenciones y resoluciones de la Cuarta Conferencia Panamericana en cada país.

2.— Trabajos realizados sobre codificación del Derecho Internacional por el Congreso de Jurisconsultos de Río Janeiro ;

3.— Organización definitiva de la Oficina de las Repúblicas Americanas ;

4.— Solemnización de la apertura del Canal de Panamá ;

5.— Medidas tendentes a evitar la propagación de enfermedades ;

6.— Posibilidad de llegar a celebrar convenciones sobre los acuerdos adoptados en las Conferencias Sanitarias Internacionales Americanas ;

7.— Análisis y estudios sobre las convenciones y resoluciones de las anteriores Conferencias ;

8.— Cooperación de los Gobiernos en la construcción del Ferrocarril Panamericano ;

9.— Intercambio de profesores y estudiantes universitarios.

El Ministro de Costa Rica consultó si, estando pendiente lo acordado por la Conferencia anterior respecto de la solemnización de la apertura del Canal de Panamá, y habiéndose nombrado por Consejo Directivo una comisión relativa a este objeto, no debiera el punto 4 eliminarse. Después de una ligera discusión, en que el Ministro de Venezuela leyó un proyecto de dictamen preparado de acuerdo con los Ministros de Costa Rica y el Perú como Miembros de la mencionada Comisión, y de haberse indicado por el Ministro de Chile que sin perjuicio de lo que el Consejo Directivo acuerde ahora, el punto 4 puede conservarse en el programa, — se dispuso que así quedara.

El Ministro de la República Argentina, en nombre de su Gobierno, propuso de palabra “para ser discutido como principio de política panamericana”, lo siguiente :

Los extranjeros no gozaran de más derechos civiles ni de otros recursos o privilegios que los asegurados por la Constitución y las leyes de cada país a sus respectivos nacionales.

Tomadas en consideración las tres proposiciones insertas, fueron aceptadas por unanimidad.

El Ministro de Costa Rica expuso que la sola proposición de Chile constituye un programa para la próxima Conferencia por la extensión que abarcan sus puntos principales, e indicó que, si no había objeción en la minuta de la sesión, se colocaría en primer lugar, seguida de la del Perú y de la República Argentina.

Se trató en seguida del tiempo que debiera fijarse para cerrar el Programa y, oídas las observaciones del Ministro de Chile acerca del tiempo necesario para que su Gobierno haga la invitación a los otros Gobiernos de la Unión, y después de una discusión general, quedó acordado que la Comisión presente su proyecto al Consejo Directivo en la sesión ordinaria del 3 de Diciembre próximo.

Terminó la sesión.

N. 24

Acta da sessão da Comissão de Programma da 5ª Conferencia Internacional Americana, realizada em Washington, a 28 de Novembro de 1913

En la ciudad de Wáshington, a las cuatro y media de la tarde del día veinte y ocho de Noviembre de mil novecientos trece, reunidos los señores William Jennings Bryan, Secretario de Estado de los Estados Unidos de América, *Presi-*

dente ; Domicio da Gama, Embajador del Brasil ; Joaquín Bernardo Calvo, Ministro de Costa Rica, *Secretario* ; Pedro Ezequiel Rojas, Ministro de Venezuela ; Rómulo S. Naón, Ministro de la República Argentina ; Eduardo Suárez Mujica, Ministro de Chile ; Federico Altonso Pezet, Ministro del Perú ; y Manoel de la Vega-Calderón, Encargado de Negocios de Cuba ; habiéndose excusado el Ministro de El Salvador por encontrarse fuera de la ciudad, — se abrió la tercera sesión de la Comisión de Programa de la Quinta Conferencia Internacional Americana.

El Presidente manifestó que se le habían sugerido ciertas observaciones acerca de la inclusión en el Programa de la Conferencia del Plan sometido a todos los Gobiernos por la Secretaría de Estado de Wáshington, en obsequio de la paz universal, que figura bajo el número once del Proyecto de Programa ; que estas observaciones se referían en especial al hecho de que habiendo, ya aceptado *en principio* casi todas las naciones de América el referido plan, no parecía conducente someterlo a la discusión de la Conferencia, considerando que no habría de alcanzarse con ello ningún mayor resultado práctico ; y que, además, habiendo cuatro países americanos que ya han firmado con los Estados Unidos tratados especiales sobre le base de aquel Plan, la inclusión de este en el Programa los colocaría en una situación difícil o ambigua, aparte de que el hacerlo así podría demorar las gestiones para el ajuste de tratados con otros países. Que, en consecuencia, creía preferible retirar del Programa la materia en cuestión, y esperaba que el Ministro de Perú, autor de la proposición, estuviera de acuerdo en este sentido.

El Ministro del Perú manifestó que apreciaba como el Secretario de Estado la fuerza de las observaciones expuestas y que retiraba por su parte la proposición, de lo cual daría cuenta a su Gobierno, que, seguramente, habrá de coincidir en el medio adoptado.

Quedó retirada la proposición.

Se cambiaron ideas acerca de la posibilidad de incluir la materia, sin relación expresa con el Plan de Paz, a fin de abrir camino a que la Conferencia pudiera buscar algún arbitrio para secundar la acción de la Cancillería de Wáshington en favor de la paz universal ; pero se observó que no era conveniente insertar fórmulas genéricas que podían dar lugar a sorpresas, y además se recordó que según disposiciones ya adoptadas por anteriores Conferencias, no se podía llevar a la discusión de ellas ninguna materia que no estuviera concretamente incluida en el Programa.

A continuación el Secretario dió cuenta de haber recibido del Ministro de Colombia el siguiente documento con carácter de proposición a la Comisión de Programa, de los puntos que en él se enumeran :

“REPÚBLICA DE COLOMBIA

COMISIÓN DE RELACIONES EXTERIORES

NÚMERO I

BOGOTÁ, 25 de Septiembre de 1913.

SEÑOR :

Tengo el honor de participar a Ud. que, estudiado por esta Corporación el punto relativo a los asuntos que deban indicarse a la Comisión encargada de formar el programa para los trabajos de la Quinta Conferencia Panamericana que habrá de reunir-se en Santiago de Chile, el año próximo, aprobó el informe que sobre el particular rindió el Señor General Rafael Uribe Uribe, y acordó las siguientes conclusiones :

Primera.— Conviene que nuestra Cancillería adopte como regla invariable la de aplazar su asentimiento a aceptar la invitación que se le haga para concurrir a una Conferencia Panamericana, hasta tanto que conozca el programa de ella.

Segunda.— Debe indicarse a nuestra Legación en Wáshington que en el programa de la Conferencia de Santiago figuren en primer término los Tratados, Convenciones, Resoluciones y Recomendaciones adoptadas por las Conferencias anteriores y muy especialmente aquellos que hasta ahora no hayan recibido ratificación y cumplimiento por parte de todas las naciones que los suscribieron.

Tercera.— Debe insinuársele también que procure que se incluya en el Programa el punto relativo a la libre navegación de los ríos comunes.

Quarta.— Adopción de medidas en defensa de la vida, libertad y demás derechos de los salvajes que ocupan los territorios desiertos de las Repúblicas Hispanoamericanas, y adopción de la doctrina que considera como verdadera piratería los delitos consistentes en esclavizar, matar o despojar a tales individuos, o ejecutar cualquiera otro atentado contra ellos : de acuerdo con el dictamen sostenido por el Gobierno de Colombia en épocas anteriores.”

De los cuatro puntos enumerados en este documento, el primero no corresponde ser considerado por la Comisión. El segundo está comprendido en los números primero y séptimo de la proposición de Chile, ya adoptada. En cuanto al tercero,— libre navegación de los ríos,— se estimó que, atendido el precedente de haberse presentado esta misma materia a la consideración de la Comisión de Programa de una Conferencia anterior y de no haber sido ella aceptada por haber encontrado oposición en razón de creerse que solo correspondía decidirlo a los Gobiernos directamente interesados, la Comisión estuvo de acuerdo en atenerse a dicho precedente, ya que no ha habido posteriormente ninguna circunstancia que lo modifique.— Finalmente, en cuanto al punto cuarto,— medidas en defensa de

las tribus indígenas de ciertos territorios en algunos países americanos,— se consideró que esta materia era del resorte de cada país y que no podría incluirse en el Programa sin peligro de discusiones o apreciaciones capaces de perturbar la armonía de la Conferencia.

La Comisión de Programa acordó someter al Consejo Directivo el resultado de sus trabajos, en la forma siguiente :

« La Comisión de Programa para la Quinta Conferencia Internacional Americana, se dirigió por circular de 30 de Mayo último, a los Representantes de todos los Gobiernos que forman la Unión Panamericana, pidiéndoles informes sobre la actuación de sus respectivos países respecto de los trabajos de las Conferencias precedentes. Al mismo tiempo les pidió se sirvieran indicar las nuevas materias que debieran someterse a las deliberaciones de la Conferencia que se reunirá el año entrante en Santiago de Chile.

« Después de haber tomado en consideración las indicaciones que con ese objeto le han sido comunicadas, y vencido desde el mes de Octubre próximo pasado el término señalado con este propósito, tiene la honra de someter al Consejo Directivo el siguiente proyecto de

PROGRAMA PARA LA QUINTA CONFERENCIA INTERNACIONAL AMERICANA

1. Estudio sobre la aplicación de las convenciones y resoluciones de la Cuarta Conferencia Panamericana en cada país ;
2. Trabajos realizados sobre codificación del Derecho Internacional por el Congreso de Jurisconsultos de Río Janeiro ;
3. Organización definitiva de la Oficina de las Repúblicas Americanas ;
4. Solemnización de la apertura del Canal de Panamá ;
5. Medidas destinadas a prevenir la propagación de enfermedades ;
6. Posibilidad de llegar a celebrar convenciones sobre acuerdos adoptados en las Conferencias Sanitarias Internacionales Americanas ;
7. Análisis y estudio de las convenciones y resoluciones de las anteriores Conferencias ;
8. Cooperación de los Gobiernos en la construcción del Ferrocarril Panamericano ;
9. Intercambio de profesores y estudiantes universitarios ;
10. Adopción de medidas destinadas a reprimir el anarquismo en los países de la Unión Panamericana ;
11. Declaración, como principio de política americana, de que los extranjeros no gozan de más derechos civiles ni de otros recursos que los reconocidos a los nacionales por la Constitución y leyes de cada país."

Terminó la sesión.

N. 25

Programma adoptado para a 5ª Conferencia Internacional Americana, aprovado pela Commissão de Programma, em sessão de 28 de Novembro de 1913, e pelo Conselho Director da União Pan-Americana, na sessão de 3 de Dezembro do mesmo anno, realizadas ambas na cidade de Washington

PROGRAMA PARA LA QUINTA CONFERENCIA INTERNACIONAL DE LAS REPUBLICAS AMERICANAS QUE SE REUNIRÁ EN SANTIAGO DE CHILE EN SEPTIEMBRE DE 1914

I

Estudio sobre la aplicación de las convenciones y resoluciones de la Cuarta Conferencia Panamericana en cada país.

II

Trabajos realizados sobre codificación del Derecho Internacional por el Congreso de Jurisconsultos de Río Janeiro.

III

Organización definitiva de la Oficina de las Repúblicas Americanas.

IV

Solemnización de la apertura del Canal de Panamá.

V

Medidas destinadas a prevenir la propagación de enfermedades.

VI

Posibilidad de llegar a celebrar convenciones sobre acuerdos adoptados en las Conferencias Sanitarias Internacionales Americanas.

VII

Análisis y estudio de las convenciones y resoluciones de las anteriores Conferencias.

VIII

Cooperación de los Gobiernos en la construcción del Ferrocarril Panamericano.

IX

Intercambio de profesores y estudiantes universitarios.

X

Adopción de medidas destinadas a reprimir el anarquismo en los países de la Unión Panamericana.

XI

Declaración como principio de política americana, de que los extranjeros no gozan de más derechos civiles ni de otros recursos que los reconocidos a los nacionales por la Constitución y leyes de cada país.

Aprobado por la Comisión de Programa el día 28 de Noviembre, y por el Consejo Directivo de la Unión Panamericana en Wáshington en la sesión del 3 de Diciembre de 1913.

(f.) W. J. BRYAN,

Presidente ex officio.

(f.) FRANCISCO J. YÁNES,

Secretario.

N. 26

Regulamento da 5ª Conferencia Internacional Americana, aprovado pela Comissão de Regulamento, em sessão de 24 de Novembro de 1913, e pelo Conselho Director da União Pan-Americana, na sessão de 3 de Dezembro do mesmo anno, realizadas ambas na cidade de Washington

REGLAMENTO DE LA QUINTA CONFERENCIA INTERNACIONAL AMERICANA

DEL PERSONAL DE LA CONFERENCIA

Presidente Provisional

ART. 1. El Ministro de Relaciones Exteriores de la República de Chile, o la persona que el Jefe del Poder Ejecutivo designe, abrirá y presidirá, con carácter provisional, la sesión inaugural de la Conferencia y las subsecuentes hasta que el Presidente definitivo sea electo.

Funcionarios

ART. 2. Habrá un Presidente definitivo de la Conferencia, que se elegirá por el voto de la mayoría absoluta de las Delegaciones presentes, por medio de cédulas ; y un Secretario General, que será un Delegado nombrado por el Presidente de la República de Chile.

En la primera sesión se fijará a la suerte un orden numérico de las Delegaciones con el objeto de establecer la precedencia de su colocación y el turno en que a cada cual corresponda suplir las faltas del Presidente.

Cuando la Delegación a que corresponda suplir la Presidencia en una sesión, constare de más de un miembro, ella designará el Delegado que deba desempeñar las funciones de Vicepresidente.

Presidente Definitivo

ART. 3. Son atribuciones del Presidente definitivo :

1º. Dirigir las sesiones de la Conferencia y poner a discusión, por su turno, los asuntos comprendidos en la orden del día.

2º. Disponer que cada asunto presentado a la Conferencia pase al estudio de la comisión que corresponda, a no ser que se ordene por el voto de las dos tercias partes de las Delegaciones presentes que se proceda a tomarlos inmediatamente en consideración.

3º. Conceder el uso de la palabra a los Delegados, en el orden en que lo hayan solicitado.

4º. Decidir las cuestiones de orden que ocurran en las discusiones de la Conferencia, sin perjuicio de que si alguna Delegación lo solicitare, la decisión tomada se someta a resolución de la Conferencia.

5º. Llamar a votaciones y anunciar a la Conferencia el resultado de las mismas, conforme al Art. 15.

6º. Informar a la Conferencia, por medio del Secretario, y al concluir cada sesión, de los asuntos que deban tratarse en la sesión inmediata; pero la Conferencia podrá hacer las alteraciones que le parezcan convenientes, bien sea respecto de la hora de la sesión, o bien respecto del orden en que hayan de discutirse los asuntos pendientes.

7º. Ordenar a la Secretaría, una vez aprobada el acta, que dé cuenta a la Conferencia de los asuntos que hayan entrado después de la sesión anterior.

8º. Dictar todas las medidas indispensables para mantener el orden y hacer que se cumpla estrictamente el Reglamento.

Vicepresidentes

ART. 4. Son atribuciones de los Vicepresidentes:

Suplir las faltas del Presidente, de acuerdo con el Art. 2.

Secretario General

ART. 5. Son atribuciones del Secretario General:

1º. Tener bajo sus órdenes a los secretarios, intérpretes y demás empleados que nombre el Gobierno de Chile para el servicio de la Conferencia y organizar sus labores respectivos.

2º. Recibir, distribuir y contestar la correspondencia oficial de la Conferencia, conforme a los acuerdos de la misma.

3º. Redactar o hacer redactar las actas de las sesiones con arreglo a las notas que le transmitan los Secretarios y cuidar de su impresión y reparto a los Delegados.

4º. Revisar las traducciones que hicieren los intérpretes de la Conferencia.

5º. Distribuir entre las comisiones los asuntos sobre los cuales deban presentar dictámenes y poner a disposición de dichas comisiones todo lo necesario para el desempeño de su encargo.

6º. Redactar la orden del día, de acuerdo con las instrucciones del Presidente.

7º. Ser el intermediario entre las Delegaciones o los miembros de ellas en los negocios relativos a la Conferencia, y entre los mismos y las autoridades chilenas.

DE LAS COMISIONES DE LA CONFERENCIA

ART. 6. La Quinta Conferencia Internacional Americana tendrá las siguientes Comisiones :

1. Para el estudio del tema I (que comprende Reglamentos y Credenciales), cinco miembros.

2. Publicaciones, cinco miembros.

3. Informaciones y Protocolo, cinco miembros.

La Conferencia determinará las demás comisiones y el número de delegados de que éstas hayan de constar, conforme al programa de materias que se presenten a su consideración.

ART. 7. El Presidente definitivo someterá a la aprobación de la Conferencia el nombramiento de los miembros que hayan de componer las diferentes comisiones.

ART. 8. Todos los Delegados podrán asistir a las reuniones de cada una de las comisiones y tomar parte en los debates, pero sin derecho de voto.

DE LAS SESIONES DE LA CONFERENCIA

Número de Sesiones

ART. 9. La primera sesión se celebrará en el tiempo y lugar que el Gobierno Chileno designe ; y las subsiguientes, en los días y durante las horas que la Conferencia determine.

Quorum

ART. 10. Para que haya sesión se necesita que esté representada en ella, por alguno de sus Delegados, la mayoría de las Naciones que toman parte en la Conferencia.

Lectura del Acta

ART. 11. Abierta la sesión se leerá por el Secretario General el acta de la anterior, a menos que se dispense su lectura.

Se tomará nota de las observaciones que tanto el Presidente como cualquiera de los Delegados hagan respecto de ella, y se procederá a aprobarla.

Orden del Debate y Votaciones

ART. 12. Puestos a discusión por el Presidente los asuntos comprendidos en la orden del día, la Conferencia los discutirá primero en lo general, y los que resultaren aprobados pasarán por una segunda discusión en lo particular, que recaerá sobre cada uno de los artículos de que se componga el proyecto.

ART. 13. Por el voto de los dos tercios de las Delegaciones presentes, la Conferencia podrá dispensar los trámites ordinarios y proceder a tomar inmediatamente en consideración un asunto, discutiéndolo en lo general y en lo particular.

ART. 14. Todas las modificaciones que se propongan pasarán a la Comisión respectiva, a no ser que la Conferencia decida otra cosa; y se votarán antes que el artículo o proposición cuyo texto tiendan a alterar.

ART. 15. La Delegación de cada República representada en la Conferencia tendrá un sólo voto, y los votos se emitirán nominal y separadamente haciéndose constar en las actas.

Las votaciones se harán, por regla general, de viva voz, a menos que algún Delegado pida que se hagan por escrito. En este caso, cada Delegación depositará en una ánfora una papeleta en que se expresará el nombre del Estado que represente y el sentido en que emita su voto. La Secretaría leerá en voz alta estas papeletas y hará el cómputo de los votos.

ART. 16. La Conferencia no procederá a votar ningún dictámen o proposición que verse sobre alguno de los asuntos incluidos en el programa, sino cuando estén representadas en ella, por uno o más Delegados, cuando menos dos tercias partes de las Naciones que a ella concurran.

ART. 17. Salvo los casos expresamente indicados en este Reglamento, los dictámenes o proposiciones que la Conferencia considere, se entenderán aprobados cuando reúnan el voto afirmativo de la mayoría absoluta de las Delegaciones representadas por uno o más de sus miembros en la sesión en que se tome la votación, teniéndose por presente y representada la Delegación que hubiere enviado su voto a la Secretaría.

ART. 18. Cuando por causa de no asistencia o de abstención en las votaciones, no resultare en el voto de la Conferencia la mayoría requerida en cualquiera de los dos artículos anteriores, el asunto se volverá a considerar en una sesión posterior a petición de cualquiera Delegación; y si en ésta continuaran las abstenciones, el asunto quedará aplazado.

Derechos y Deberes de los Miembros

ART. 19. Los delegados podrán expresarse de palabra o por escrito en su propia lengua; y cuando uno de ellos concluya, él mismo o cualquiera de los in-

térpretes de la Conferencia verterá oralmente, acto continuo y a solicitud de cualquiera delegación sus conseptos fundamentales al idioma o idiomas que se indiquen. La misma versión se hará de los conceptos del Presidente y Secretario.

ART. 20. Ninguna Delegación, por medio de sus miembros, podrá hablar más de dos veces sobre un mismo asunto, ni más de treinta minutos cada vez. Cualquier Delegado, sin embargo, tendrá derecho a la palabra por no más de cinco minutos para el orden y para contestar alusiones personales o para razonar su voto, y el autor de un proyecto podrá hablar una vez más sin exceder de treinta minutos.

ART. 21. Cada Delegado puede presentar a la Conferencia su opinión por escrito sobre la materia o punto que se discuta, y pedir que se agregue al acta de la sesión en que la presente.

También puede cada Delegación que no esté presente al efectuarse una votación, consignar por escrito, dejándolo o enviándolo a la Secretaría, el voto que tenga por conveniente emitir, y el cual, al recojerse la votación, se computará en ésta como si la Delegación estuviese presente.

ART. 22. Sólo podrán asistir a las deliberaciones de la Conferencia, las delegaciones con sus respectivos secretarios y adjuntos; el Director o cualquier otro representante acreditado de la Unión Panamericana y su secretario; los secretarios de las sesiones, los intérpretes y taquígrafos de la Conferencia, los representantes de la prensa debidamente acreditados con la aprobación de la Comisión de Organización, y los empleados generales de la Conferencia. *Bien entendido, sin embargo*: que la Conferencia podrá por mayoría de votos extender los privilegios de la misma a las personas que en cualquier tiempo tenga a bien designar.

Cuando alguna Delegación pidiere que una sesión continúe o se verifique en secreto, la proposición del caso se considerará de preferencia y se votará sin discusión. Si fuere aprobada, los representantes de la prensa se retirarán acto continuo y todas las personas presentes estarán obligadas a guardar secreto absoluto sobre todo lo ocurrido en la sesión.

Al fin de cada sesión, el Secretario General dará a la prensa, cuando se desee, debido informe de lo actuado, y en este particular procederá bajo la dirección general de la Comisión de publicaciones.

Dictámenes y Proyectos a que Aluden

ART. 23. Los dictámenes de las comisiones y los proyectos y antecedentes a que se refieren, se imprimirán en castellano, portugués, inglés y francés y se repartirán a los Delegados para su estudio en la sesión siguiente, y no podrán someterse a discusión sino en una sesión posterior a aquella en que se hayan repartido impresos, al menos en castellano e inglés.

Alteración del Programa

ART. 24. Las deliberaciones de la Conferencia se limitarán a las materias contenidas en el programa de la misma ; salvo que por el voto de los dos tercios de sus miembros, la Conferencia decida tomar en consideración un nuevo asunto que, presentado por una Delegación, sea secundado por otra.

Toda moción respecto de un nuevo tema se resolverá sin debate.

Duración de las Sesiones

ART. 25. El número de sesiones de la Conferencia será hasta de treinta. Se aumentará este número en caso de tratarse de la resolución de un asunto de vital importancia y cuando así se vote por las dos tercias partes de las Delegaciones que asistan a la Conferencia.

La sesión de clausura tendrá lugar tan pronto como se concluya la discusión de todos los asuntos comprendidos en el programa ; pero en todo caso se verificará, a más tardar, el día 10 de noviembre.

Impresión de las Actas

ART. 26. Las actas aprobadas por la Conferencia serán firmadas por el Presidente y por el Secretario General ; se imprimirán en castellano, inglés, portugués y francés en páginas de dos columnas y en número suficiente para que cada uno de los Delegados reciba cuatro ejemplares. Los originales quedarán depositados en los archivos de la Unión Panamericana, al menos en castellano e inglés.

Suscripción del Acta Final

ART. 27. El penúltimo día de sesiones de la Conferencia se destinará a discutir y aprobar el acta escrita y impresa en castellano, inglés, portugués y francés, en donde constarán las resoluciones o recomendaciones que la Conferencia hubiere discutido y aprobado durante sus deliberaciones. El acta original será suscrita por las Delegaciones, y el Gobierno de la República de Chile enviará copia auténtica a los Gobiernos representados y a la Unión Panamericana, dentro de los noventa días siguientes a la clausura de la Conferencia.

Alteración del Reglamento

ART. 28. Este reglamento inmediatamente después de aprobado por el Consejo Directivo de la Unión Panamericana, se enviará a los Gobiernos respec-

tivos y registrá en la Conferencia, a menos y hasta que se cambie, enmiende o derogue por la misma Conferencia, por dos tercios de votos. Toda moción con tal objeto se votará sin debate.

Aprobado por la Comisión de Reglamento el día 24 de noviembre y por el Consejo Directivo de la Unión Panamericana en Wáshington en la sesión del 3 de diciembre de 1913.

(f.) W. J. BRYAN,
Presidente ex officio.

(f.) FRANCISCO J. YÁNES,
Secretario.

COMMISSÃO INTERNACIONAL DE JURISCONSULTOS

Adiamento da 2ª reunião, que devia effectuar-se, no Rio de Janeiro, em Junho de 1914

N. 27

Telegramma do Governo Brasileiro á sua Embaixada em Washington

Telegramma do Rio de Janeiro, em 3 de Janeiro de 1914.

Brasemb. Washington.

Circ. n. 1. Como Vocencia sabe, Commissão Internacional Jurisconsultos, reunida nesta cidade mez Junho 1912, dividiu-se em seis commissões parciaes que se acham funccionando regularmente. O trabalho dessas commissões não ficará porém concluido a tempo de ser permutado entre ellas e de tomarem delle conhecimento os Governos americanos como se esperava. E' portanto de vantagem que segunda e definitiva reunião geral da Commissão, designada para Junho proximo, se transfira para igual mez do anno vindouro. Vocencia poderá nesse sentido entender-se com o Departamento de Estado e negociar de accordo com elle e os representantes americanos ahi esse adiamento que nos é necessario. Para isso terá a bondade de telegraphar aos Governos da America Central avisando pelo telegrapho do que occorrer.

EXTERIORES.

N. 28

Telegramma circular do Governo Brasileiro ás suas Legações na America

Telegramma-Circular do Rio de Janeiro, em 3 de Janeiro de 1914.

A' Legação em Buenos Aires.

Circular n. 1. — Como Vossa senhoria sabe, Commissão Internacional Jurisconsultos, reunida nesta cidade mez de Junho 1912, dividiu-se em seis commissões parciaes que se acham funczionando regularmente. O trabalho dessas Commissões não ficará porém concluido a tempo de ser permutado entre ellas e de tomarem d'elle conhecimento os Governos americanos como se esperava. E' portanto de vantagem que segunda e definitiva reunião geral da Commissão, designada para Junho proximo, se transfira para egual mez do anno vindouro. Vossa senhoria poderá entender-se nesse sentido com o Ministro das Relações Exteriores sollicitando autorize representante em Washington a negociar com os outros alli acreditados esse adiamento que nos é necessario. Rogo trazer-me informado telegraphicamente do que occorrer.

EXTERIORES

Nos mesmos termos ás Legações em : Santiago, Lima, Quito, Mexico, La Paz, Assumpção, Montevideo e Caracas. Oportunamente ás Legações em Cuba e Bogotá quando alli estiverem os respectivos representantes.

N. 29

Telegramma do Governo Brasileiro ao Governo da Republica Dominicana

Telegramma do Rio de Janeiro, em 3 de Janeiro de 1914. — Ministro Relações Exteriores. — Republica Dominicana.

Tengo el honor comunicar V. Ex. que en esta fecha propongo a los Gobiernos Americanos la negociación de un protocolo en Washington postergando la reunión de la Junta de Jurisconsultos para el mes de Junio del año mil novecientos quince.

LAURO MÜLLER,

Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil.

N. 30

Telegramma do Governo Brasileiro á sua Embaixada em Washington

Telegramma do Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1914.

Brasemb, Washington.

Um. Achando-se actualmente ausente Bogotá e Havana representantes do Brasil queira Vocencia entender-se Ministros daquelles dois paizes ahi no sentido meu telegramma circular n. 1.

EXTERIORES

N. 31

Officio da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

2ª Secção. — N. 5. — Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.—
Washington, 19 de Fevereiro de 1914.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de reproduzir os seguintes telegrammas recebidos por esta Embaixada a principios do mez de Janeiro ultimo :

«Circular um. Como Vocencia sabe, Commissão Internacional Jurisconsultos, reunida nesta cidade no mez de Junho de 1912, dividiu-se em 6 comissões parciaes que se acham funcionando regularmente. O trabalho dessas comissões não ficará porém concluido a tempo de ser permutado entre ellas e de tomarem d'elle conhecimento os governos americanos como se esperava. E' portanto de vantagem que segunda e definitiva reunião geral da commissão, designada para Junho proximo, se transfira para igual mez do anno vindouro. Vocencia poderá nesse sentido entender-se com o Departamento de Estado e negociar de accordo com elle e os representantes americanos ahi esse adiamento que nos é necessario. Para isso terá a bondade de telegraphar aos Governos da America Central avisando pelo telegrapho do que occorrer.»

«Um. Achando-se actualmente ausentes Bogotá e Havana representantes do Brasil queira Vocencia entender-se Ministros daquelles dois paizes ahi no sentido meu telegramma circular numero um.»

Cumprindo as instrucções de Vossa Excellencia, passei uma nota ao Departamento de Estado e a todos os representantes da America acreditados junto a este Governo, isto é, aos representantes de todos os paizes americanos, em numero de 19. De cada um delles recebi resposta communicando-me ter transmittido ao respectivo Governo o nosso pedido de adiamento.

Até hoje o Governo dos Estados Unidos da America do Norte, do qual Vossa Excellencia encontrará junto copia da nota, e os do Paraguay e de Venezuela, accederam á nossa indicação. Os Ministros do Chile e do Perú tambem receberam das suas Chancellarias instrucções para proceder de accordo com os desejos manifestados por Vossa Excellencia.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração.

DOMICIO DA GAMA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANEXO AO OFFICIO OSTENSIVO N. 5, Á 2ª SECÇÃO, DA
EMBAIXADA EM WASHINGTON, EM 19 DE FEVEREIRO DE
1914

Copia — Department of State, Washington, January 16, 1914.

Excellency :

I have the honor to acknowledge the receipt of your note of the 9th instant in which, under instruction from your Government, you suggest that, as the committees into which the International Commission of Jurists was divided will be unable to conclude their labors in time for an exchange of their reports before June 1914, to which time the Commission was adjourned, it is desirable that the second meeting of the International Commission of Jurists should be deferred till June 1915.

In the circumstances and for the reasons set forth in your note the Department assents to the suggestion of your Government that the next meeting of the International Commission of Jurists be postponed till June, 1915, the object of such postponement being to facilitate and insure the effective performance

of the work of the Commission by affording to the Committee into which it is divided an opportunity to conclude their labors and exchange their reports before the Commission meets for the adoption of definitive texts of codes.

Accept, Excellency, the renewed assurance of my highest consideration.

(Ass.) D. J. B. MOORE.

His Excellency Mr. da Gama, Ambassador of Brasil.

Conforme

A. DE IPANEMA MOREIRA.

N. 32

Telegramma do Governo Brasileiro á sua Embaixada em Washington

Telegramma do Rio de Janeiro, em 12. de Março de 1914.

Brasemb — Washington.

Quatro. As nossas Legações em Baires Santiago Lapaz Quito Mexico Asunción Montevideo Washington Dominicana informam que esses Goevrnos estão de accôrdo com o adiamento da Junta de Jurisconsultos e nesse sentido já deram instrucções aos seus representantes ahí. Queira portanto logo que houver maioria fazer tambem nossa declaração e apressar reunião afim termos tempo expedir respectiva circular.

EXTERIORES.

N. 33

Offício da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

2ª Secção. — N. 13. — Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. — Washington, 11 de Abril de 1914.

Senhor Ministro,

Em additamento ao meu Offício n. 5, d'esta Secção de 19 de Fevereiro ultimo, tenho a honra de passar ás mãos de Vossa Excellencia o incluso exemplar em duplicata da acta da sessão do Conselho Director da União Pan-americana no dia 1º deste mez.

A parte mais interessante da reunião foi a em que se deu conta do plano provisorio para os trabalhos da Secção de Educação da União Pan-americana. Annexo tenho a honra de remetter o referido projecto. O Secretario de Estado mostrou o mais vivo interesse pelo assumpto, que lhe é particularmente caro.

Tendo de retirar-se o Sr. Bryan, assumi a presidencia da sessão. Consultei então os Ministros presentes sobre o assumpto do adiamento da reunião da Junta de Jurisconsultos e disseram-me todos que a não resposta de alguns dos Governos significava de certo acquiescencia á proposta do Governo Brasileiro e que em todo o caso bastaria que a declaração do adiamento fosse feita perante o Conselho Director da União. Propoz então o Ministro do Uruguay e foi resolvido que constasse na acta a minha communicação e que todos os membros do Conselho Director dessem parte aos seus Governos de que fica adiada para o dia 25 de Junho de 1915 a reunião da Commissão dos Jurisconsultos no Rio de Janeiro.

Aproveito este ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração.

DOMICIO DA GAMA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXO

Acta da sessão ordinaria do Conselho Director da União Pan-Americana, realizada em Washington, em 1 de abril de 1914

CONSEJO DIRECTIVO DE LA UNIO'N PANAMERICANA

ACTA DE LA SESIÓN ORDINARIA DEL 1º DE ABRIL DE 1914

En la ciudad de Wáshington, a las tres de la tarde del día 1º de abril de 1914, se reunieron en el Salón de Sesiones del Consejo Directivo, bajo la presidencia del Honorable William Jennings Bryan, Secretario de Estado, los siguientes miembros del Consejo Directivo: el Señor Domicio da Gama, Embajador del Brasil; Don Carlos M. de Pena, Ministro del Uruguay; Don Eduardo Suárez Mujica, Ministro de Chile; Don Joaquín Méndez, Ministro de Guatemala; Don Federico Alfonso Pezet, Ministro del Perú; Don Alberto Membreño, Ministro de Honduras; Don Emiliano Chamorro, Ministro de Nicaragua; Mr. Ulrick Duvivier, Ministro de Haití; Don Manuel de la Vega-Calderón, Encargado de Negocios de Cuba, y Don Carlos A. Meza, Encargado de Negocios de El Salvador. Se excusaron por enfermedad los Ministros de Venezuela, Colombia y Ecuador y el Encargado de Negocios de la República Dominicana, y por ausencia de la ciudad los Ministros de Bolivia, Argentina y Paraguay. También estuvieron presentes el Señor John Barrett, Director General, y Don Francisco J. Yánes, Subdirector y Secretario del Consejo.

Abierta la sesión se aprobó el acta de la reunión anterior de 4 de marzo tal y como circuló impresa.

Acto continuo el Secretario dió lectura al siguiente informe de la Subcomisión nombrada para examinar el trabajo preparado por la Unión Panamericana relativo a los tratados y convenciones de los países americanos:

«El importante trabajo de la Unión Panamericana acerca de los tratados y convenciones de los países americanos es un índice y no una compilación, que fué lo que dispuso se hiciera la Cuarta Conferencia Internacional Americana. La Comisión tiene conocimiento de que la compilación se ha efectuado y está efectuándose por partes; varias naciones han publicado sus colecciones de Tratados y otras están en vía de publicarlas. En consecuencia conviene que el Consejo Directivo excite a los Gobiernos que aún no han hecho su compilación a que la realicen; y entonces la impresión del índice será de utilidad, pudiendo progresivamente completársele, teniendo en vista las ulteriores publicaciones.

« Aconsejamos se aplaze la publicación del índice mencionado. »

El Consejo aprobó el informe y se dispuso aplazar la publicación del trabajo.

Se dió lectura por Secretaría al siguiente plan provisional de los trabajos de la Sección de Educación de la Unión Panamericana :

« Los fines de la Sección de Educación serán, en términos generales, los siguientes :

« 1. Recoger datos de las principales universidades, colegios y escuelas de todos los países de la Unión Panamericana, acerca de las asignaturas, año escolar, métodos educativos, número de cursantes, y todo aquello que se relacione con la instrucción en general.

« 2. Mantener correspondencia con los principales planteles de educación de la América Latina, con el objeto de ayudar en sus propósitos a los estudiantes y maestros de aquellos países que deseen venir a los Estados Unidos a perfeccionarse, o a estudiar cursos especiales.

« 3. Informar a los estudiantes y maestros de los Estados Unidos que deseen ir a la América Latina a hacer estudios especiales de los requisitos necesarios para entrar a las universidades, colegios y otros establecimientos docentes.

« 4. Suministrar datos fidedignos acerca del costo aproximado de la vida para los estudiantes en los diversos países de la Unión Panamericana, además de los gastos de viaje, matrícula y otros informes útiles.

« 5. Llevar un registro nómina de los estudiantes latino-americanos en los Estados Unidos, y de los de este país en la América Latina, con el objeto de proporcionarles los datos relativos a los diferentes países que publique la Unión Panamericana, así como cualesquiera otra información que soliciten.

« 6. Cooperar al establecimiento del cambio de publicaciones de las universidades, colegios y otros institutos docentes entre sí.

« 7. Buscar la manera de ayudar eficazmente a los jóvenes latinoamericanos que vengan a los Estados Unidos con objeto de estudiar alguna profesión o arte al mismo tiempo que se ganan la vida trabajando, y hacer idéntico servicio a los jóvenes de los Estados Unidos que deseen ir a la América Latina con igual objeto.

« Este plan general está sujeto desde luego a las modificaciones de detalle que la experiencia aconseje. »

Se dispuso que pase al estudio de la Comisión de Vigilancia y que se envíe un ejemplar a los miembros del Consejo ausentes solicitando que se sirvan hacer a la Comisión de Vigilancia las observaciones que juzguen convenientes.

El Presidente del Consejo se expresó en los siguientes términos a este respecto :

« Soy de opinión que esta es una de las materias de más importancia que tenemos que estudiar y propongo que se envíe copia de este plan a los miembros del Consejo ausentes. Creo que cada uno de nosotros debería examinarlo con el mayor interés, con el objeto de hacer a la Comisión de Vigilancia las indicaciones que se

juzguen oportunas, ya sea eliminando lo que no se crea conveniente, o agregando lo que se crea que se debe añadir. Tengo grandes deseos de que se dé incremento al estudio de las lenguas española y portuguesa en este país, así como de que se estimulen los viajes de los estudiantes de todos los países a éste y vice-versa. El Departamento de Estado ha recibido de uno de nuestros países, de Nicaragua, una solicitud por maestros, y nos estamos ocupando de ver si hallamos a quien recomendar. Si no me equívoco vamos a tener un aumento notable del intercambio de maestros y estudiantes, lo cual será del más grande beneficio para todos los países, porque hará que nos conozcamos mejor, creará mayor confianza y como corolario de ésta, mayor amistad, lo cual es el fin que todos nos proponemos. Espero que no faltarán indicaciones en lo relativo al plan que tenemos a la vista.»

El Ministro de Chile pidió que en el acta de esta sesión se inserten las palabras del Secretario de Estado para transmitir las a los Gobiernos respectivos, a fin de que vean la importancia que él da a esta materia.

El Presidente del Consejo añadió :

«Desde que conocí personalmente la América Latina la cuestión de la instrucción, és decir, el acercamiento por medio de la instrucción, ha ocupado muchas veces mi pensamiento. Cuando estuve en Puerto Rico fué que por primera vez se me llamó la atención a esta materia y he abogado por el establecimiento de una universidad en Puerto Rico, así como también por el de una universidad en Panamá, és decir por la creación de un centro en donde pudieran reunirse los profesores y estudiantes de todos nuestros países. En esto sigo la teoría de que nunca podemos conocernos demasiado bien ; no nos conocemos lo bastante. De mí sé decir que los países de la América Latina me han interesado grandemente, lo cual no hubiera sucedido si no los hubiese visitado, y he de añadir que esta simpatía general ha ido en aumento. Creo que el impulso que demos a estas visitas mutuas ha de ser de gran beneficio para todos. Al tratar de este asunto de educación habéis tocado una cuerda sensible de mi corazón».

Se dió lectura por Secretaría al voto de gracias que expresó la directiva de la Cámara de Comercio de los Estados Unidos con motivo de habérsele facilitado el Salón de las Américas de la Unión Panamericana para celebrar una de sus sesiones.— Archivo.

El Ministro de Chile manifestó que ya la Legación de Chile en comunicación especial había informado a cada uno de los miembros del Consejo Directivo de la Unión Panamericana que la reunión de la Quinta Conferencia Panamericana se había diferido hasta el mes de noviembre de 1914, añadiendo que hacía esta manifestación de nuevo al objeto de que quedara consignada en el acta.

El Presidente del Consejo pidió permiso para retirarse por tener que ocuparse de un asunto que exigía su presencia, y se encargó de la presidencia el Embajador del Brasil, quien manifestó que creía conveniente que se hiciera constar en el acta que la Conferencia de Jurisconsultos que había de reunirse este año en el Brasil había sido pospuesta para el año próximo, lo qual ya había co-

municado a las otras naciones representadas en el Consejo Directivo. Añadió que tenía contestación de nueve naciones las cuales estaban conformes.

A moción del Ministro del Uruguay se dispuso que quedase constancia en el acta de lo que había manifestado el Embajador del Brasil, a fin de que todos los miembros del Consejo comunicaran a sus Gobiernos respectivos que la Conferencia se había pospuesto.

No habiendo más de que tratar, se levantó la sesión.

DEFESA AGRICOLA INTERNACIONAL

1ª Conferencia Internacional de Defesa Agricola, reunida em
Montevideo, de 2 a 10 de Maio de 1913

N. 34

Aviso do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio ao das Relações Exteriores

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.— Directoria Geral de
Agricultura.— 1ª Secção. N. 206.— Rio de Janeiro, 28 de Novembro de 1911.

Senhor Ministro das Relações Exteriores :

Tenho a honra de transmittir-vos, por copia, o memorial que, sobre a
« Praga de Gafanhotos », no seu duplo aspecto, nacional e internacional, elaborou,
por determinação minha, o Sr. Casildo Bey, funcionario do Serviço de Defesa
Agricola da Republica Argentina, ora commissionedo por este Ministerio.

Esse trabalho põe em relevo a importancia do assumpto, bem como a pre-
mente oportunidade que se me depara para procurar solucionar tão grave
problema qual o do combate á acção nefasta que esses acrideos exercem contra a
agricultura nacional.

A enormidade do damno causado pelos gafanhotos á riqueza agricola do
Brasil moveu-me a envidar decididos esforços no sentido de organizar a neces-
saria defesa, dentro das nossas fronteiras.

Essa defesa está prestes a ser encetada de um modo scientifico e systemático,
ultimados, como se acham, os estudos preparatorios imprescindiveis.

A Republica Argentina, seguindo o exemplo de outras nações, organizou,
ha alguns annos, a sua defesa interna contra a praga dos gafanhotos, serviço
com o qual despendeu, só nos ultimos cinco annos, 50 milhões de pesos, para
salvar colheitas no valor de 6.500 milhões.

A Republica do Uruguay, igualmente, se preoccupa, na actualidade, com a
momentosa questão, para cuja solução formulou e adoptou, ainda no corrente
anno, uma lei adequada.

O Brasil segue o mesmo rumo.

Este Ministerio trata de organizar a defesa interna contra tão ruinosa praga.

Acontece, porém, que não nos achamos sómente em face de um adversario
interno.

A verdade é que a maior devastação de nossas culturas, especialmente no sul da Republica, é feita pelas nuvens de gafanhotos que, originarias de regiões extranhas, atravessam paizes vizinhos e invadem o nosso territorio.

Nessas condições, o mesmo mal interessa, solidariamente, o nosso paiz e alguns dos seus limitrophes.

Investigações já feitas induzem a crêr que esse acrideos procedem de um foco commum, cuja extincção se faz mister, tanto no interesse das alludidas Republicas, como no do nosso paiz.

Sem a destruição desse foco, o nosso serviço de defesa interna, como o de cada uma das nações em questão, só poderia surtir effeitos por demais restrictos e ephemerous. A causa do mal persistiria.

Para extinguir radicalmente esse mal commum, como cumpre, tudo está a indicar a conveniencia de se estabelecer, por um movimento de cooperação internacional, certo parallelismo entre os serviços das alludidas nações.

Parece-me que seria altamente vantajoso promover a realização de uma conferencia internacional, na qual os delegados technicos das nações interessadas, discutindo o assumpto, assentassem as bases para um accôrdo tendente a estabelecer a necessaria convergencia de esforços.

Eis, Sr. Ministro, o alvitre que venho submetter á vossa esclarecida consideração, na certeza de que, si elle merecer, como espero, vossa approvação, vos dignareis interpor vossos bons officios e dar outras providencias necessarias para que tal projecto se traduza em realidade.

Saúde e fraternidade.

PEDRO DE TOLEDO.

N. 35

Aviso do Ministerio das Relações Exteriores ao da Agricultura, Industria e Commercio

2ª Secção.— N. 4.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 1911.

Senhor Ministro,

Tenho presente o Aviso n. 206, de 28 de Novembro ultimo, pelo qual V. Ex. me transmittiu, por copia, um memorial apresentado pelo Sr. Casildo Boy, ao serviço desse Ministerio, sobre a praga de gafanhotos, encarando-a sob o seu duplo aspecto nacional e internacional.

Li com o maior interesse aquelle memorial e os commentarios que V. Ex. faz no mesmo Aviso afim de salientar a importancia que merece a materia,

principalmente no tocante á reunião de um Congresso internacional de Delegados technicos dos paizes interessados, no intuito de discutirem e assentarem as bases para um accordo estabelecendo medidas especiaes de defesa contra aquella praga e providencias adequadas para a extincção dos focos communs de concentração e procreação dos gafanhotos.

Agradeço a V. Ex. a fineza de ter submettido esse alvitre á minha consideração e declaro que estou prompto a secundar a sua realização proporcionando-lhe as facilidades ao alcance do Ministerio a meu cargo.

Assim, desde que V. Ex. me indique os paizes que devem constituir o Congresso e em qual delles convem a sua reunião, eu incumbirei os nossos agentes diplomaticos de saber como será recebida a idéa. Se este acto preliminar tiver bom exito, V. Ex. nomeará, por conta do Ministerio da Agricultura, os Delegados brasileiros a fim de que eu os faça apresentar pelo intermedio da nossa Legação no paiz preferido.

Digo que os honorarios dos Delegados brasileiros correrão por conta desse Ministerio, por isso que, neste particular, a diminuta dotação que tenho para os Congressos e Conferencias internacionaes só póde ser applicada a Conferencias sobre assumptos de natureza politica e juridica.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

RIO-BRANCO.

A S. Ex. Sr. o Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 36

Aviso do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio ao das Relações Exteriores.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.— Gabinete do Ministro.— N. 50.

Senhor Ministro,

Accuso o recebimento do Aviso n. 4, de 14 do corrente, pelo qual V. Ex. se dignou communicar-me que o meu projecto concernente á reunião de um Congresso Internacional, expresso em men anterior Aviso n. 206, de 28 de Novembro ultimo, mereceu de V. Ex. sympathico acolhimento.

Muito me apraz saber que V. Ex. está prompto a secundar, com sua acção prestigiosa e efficaz, a realização de semelhante plano, que offerece a mais alta importancia economica para o nosso paiz e alguns dos seus limitrophes.

Afim de habilitar V. Ex. a dar as providencias iniciaes nesse sentido, devo declarar que os paizes que, por interessados no assumpto, devem, a meu ver, constituir o Congresso são, além do Brasil, as Republicas do Uruguay, Argentina, Paraguay e Bolivia.

Quanto á séde dessa reunião, parece-me que poderá ella, com vantagens communs, ser fixada em Montevideo. Aquella capital, com effeito, sobre offerecer para tal fim as necessarias condições, acha-se, em relação aos paizes mencionados, numa situação geographica que naturalmente a indica como o ponto mais adequado para a séde desse Congresso.

A respeito da declaração de V. Ex. de que os honorarios dos delegados brasileiros deverão correr por conta deste Ministerio, estou em perfeita harmonia com o seu modo de vêr, attenta a razão que V. Ex. apresenta, bem como a directa correlação do objecto de tal despeza com as funções essenciaes do Ministerio a meu cargo.

Nessas condições, aguardo o resultado das providencias preliminares que V. Ex. está disposto a dar, para assentarmos, então, as medidas ultteriores que se tornarem convenientes.

Entretanto, antes que aquellas providencias sejam levadas a effeito, aproveito a oportunidade para submeter á consideração de V. Ex. a suggestão que passo a formular.

Com o desastroso flagello agricola a que me referi no meu anterior Aviso, coexistem outros que, affectando consideravelmente a agricultura, tanto se manifestam no Brasil como em alguns, sinão em todos os paizes supra-mencionados.

Accresce que alguns desses males, surgindo em qualquer das Republicas citadas, podem transmittir-se, por contagio ou por contiguidade de territorios, aos paizes vizinhos.

Assim, o Congresso de que ora me occupo terá, naturalmente, interesse commum e evidentemente opportuno em estudar e, si possivel, promover em acção conjuncta os meios de combate a esses diversos factores perniciosos.

Por isso se me afigura que haveria real utilidade em dar ao objecto do referido Congresso maior extensão, emprestando-lhe o character e a denominação de « Congresso Internacional de Defeza Agricola ».

Exposta essa suggestão, resta-me agradecer a V. Ex. a gentileza com que se dignou acolher o meu projecto e offerecer, para a execução do mesmo, a sua valiosa cooperação.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e distincta consideração.

PEDRO DE TOLEDO.

A. S. Ex. o Sr. Barão do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 37

Offício da Legação Brasileira em Montevidéo a este Ministerio

A' 1ª Secção.— N. 16.— Legação dos Estados Unidos do Brasil.— Montevidéo, 15 de Maio de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar ás mãos de Vossa Excellencia, em annexo, um exemplar contendo o texto da Convenção Internacional de Defeza Agricola.

Como Vossa Excellencia sabe, a idéa dessa Convenção partiu de S. Ex. o Senhor Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, que, em 1911, expoz ao finado Barão do Rio-Branco « a conveniencia de se iniciar uma campanha systematica e scientifica contra a praga dos gafanhotos (*schistocerca paranensis*), campanha que deveria ser feita de commum accordo com os paizes limitrophes, onde mais se faz sentir a acção perniciosa desses acrideos ».

O Barão do Rio-Branco respondeu que estaria prompto a auxiliar o seu collega da Agricultura, Industria e Commercio, desde que Sua Excellencia indicasse quaes os paizes a fazer parte do referido Congresso e a cidade em que deveria ter lugar a reunião. Em Dezembro de 1911, Sua Excellencia o Senhor Dr. Pedro de Toledo apontou Montevidéo como a cidade mais propria, sob todos os pontos de vista, para a reunião, na qual, além do Brasil, deveriam tomar parte as Republicas Argentina, Bolivia, Paraguay e Uruguay, e lembrava a necessidade de serem tratados tambem outros assumptos referentes a males que prejudicam consideravelmente a nossa agricultura e a dos outros paizes, devendo por isso ser denominado « Congresso Internacional de Defeza Agricola ».

O Congresso, que se reuniu no edificio da Universidade de Montevidéo, a 2 do corrente, approvou em sessão plena tres convenções, propostas pelos delegados technicos. A primeira, que foi assignada pelos paizes interessados, versa sobre a exploração dos focos de origem dos gafanhotos. Os paizes signatarios, Argentina, Brasil, Bolivia, Paraguay e Uruguay, nomearão, cada um, um delegado para formar uma commissão internacional afim de estudar no Chaco Boliviano a provavel zona permanente do gafanhoto. Sendo possivel, a commissão deve reunir-se em Agosto proximo em Asunción do Paraguay.

A segunda Convenção, que está redigida mais ou menos nos termos do nosso Regulamento de Defeza Agricola, diz respeito ás pragas em geral e foi assignada por todos os paizes representados isto é, Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú e Uruguay.

A terceira, finalmente, comprehende as pragas ainda não existentes nos paizes representados. Todos, menos o Chile, assignaram.

Agradecendo vivamente a Vossa Excellencia a minha nomeação para representar o nosso paiz nesse Congresso, aproveito o ensejo para reiterar ao Senhor Ministro os protestos da minha respeitosa consideração.

E. DE QUEIRÓS MATTOSO.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Lauro Severiano Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 38

Despacho do Governo Brasileiro á sua Legação em Montevideó

Secção do Protocollo.— N. 7.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1913,

Senhor Encarregado de Negocios,

Teve entrada neste Ministerio o Officio n. 16, de 15 de Maio proximo findo, com o qual V. S. remetteu dois exemplares de cada uma das tres Convenções propostas pelos delegados technicos e assignadas em sessão plena da Conferencia Internacional de Defeza Agricola realizada nessa capital no dia 2 daquelle mesmo mez.

Muito grato ficaria se V. S. me remettesse mais dois exemplares de cada uma daquellas Convenções.

Aproveito esta opportunidade para renovar a V. S. os protestos da minha estima e consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Senhor Eusebio de Queirós Coitinho Mattoso Camara, Encarregado de Negocios do Brasil em Montevideó.

2ª Conferencia Internacional de Defensa Agrícola, a reunir-se em
Buenos-Aires, em 1916, no mez de Junho

N. 39

Nota da Legação Argentina ao Governo Brasileiro

N. 56.— Legación de la República Argentina.— Rio de Janeiro, Diciembre
18 de 1913.

Señor Ministro :

He recibido comunicación de mi Gobierno, expresándome que la Convención Internacional de Defensa Agrícola reunida en Montevideo en Mayo último, ha resuelto que la segunda reunión de dicha conferencia tenga lugar en la ciudad de Buenos-Aires. En tal virtud el Gobierno Argentino ha fijado el mes de Junio de 1916 para celebrar en la Capital Federal Argentina la Segunda Conferencia Internacional de Defensa Agrícola.

En cumplimiento de las instrucciones recibidas, cúpleme el agradable honor de invitar, en nombre de la Nación Argentina, al Gobierno de los Estados Unidos del Brasil, á hacerse representar por delegados especiales en la mencionada Conferencia.

Dada la importancia que para los países de este Continente tienen las materias de que deberá ocuparse el citado Congreso, el Gobierno Argentino no duda de que el Gobierno del Brasil dispensará á esta invitación una favorable acogida.

Aprovecho complacido esta oportunidad para reiterar á V. E. las seguridades de mas alta y distinguida consideración.

LUCAS AYARRAGARAY.

Al Exmº. Señor Doctor Lauro Müller, Ministro de Relaciones Exteriores de los EE. UU. del Brasil.

Itamaraty.

N. 40

Nota do Governo Brasileiro á Legação Argentina

Secção de Protocollo.— N. 2.— Ministerio das Relações Exteriores.—
Sub-Secretaria de Estado.— Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1914.

Senhor Encarregado de Negocios,

Accusando o recebimento da Nota n. 56, de 18 de Dezembro do anno proximo findo, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. S. que ao Ministerio competente foi feita a communicação de haver o seu Governo resolvido convocar para Junho de 1916, na cidade de Buenos-Aires, a segunda reunião da Conferencia Internacional de Defeza Agricola.

Agradecendo-lhe essa obsequiosa communicação, aproveito o ensejo para renovar a V. S. os protestos da minha mui distincta consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Senhor Dr. Eduardo Igarzabal, Encarregado de Negocios da Republica Argentina.

N. 41

Aviso do Ministerio das Relações Exteriores ao da Agricultura, Industria e Commercio

Secção de Protocollo.— N. 2.— Ministerio das Relações Exteriores.—
Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1914.

Senhor Ministro,

O Governo Argentino, baseado no disposto no art. 8º da Convenção Internacional de Defeza Agricola, assignada em Montevideo a 11 de Maio do anno proximo passado, resolveu convocar para Junho de 1916, na cidade de Buenos-Aires, a segunda reunião da Conferencia Internacianal de Defeza Agricola.

Fazendo-me essa comunicação, convida o representante diplomatico argentino, em nome de seu Governo, o do Brasil a se fazer representar por delegados officiaes na dita Conferencia.

Rogando a V. Ex. o obsequio de me habilitar com uma resposta, aproveito o ensejo para ter a honra de lhe renovar os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração.

LAURO MÜLLER.

A S. Ex. o Sr. Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado da Agricultura, Industrial e Commercio.

N. 42

Aviso do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio ao das Relações Exteriores

Directoria Geral da Agricultura.— Ministerio da Agricultura Industria e Commercio.— 1ª Secção.— N. 16.— Rio de Janeiro, 16 de Março de 1914.

Sr. Ministro das Relações Exteriores,

Tenho presente vosso Aviso n. 2, de 23 de Janeiro ultimo,¹ no qual vos dignastes communicar-me que o Governo Argentino, baseado no disposto no art. 8º da Cenvenção Internacional de Defesa Agricola, assignada em Montevideo a 11 de Maio do anno findo, deliberou convocar, para o mez de Junho de 1916, na cidade de Buenos-Aires, a segunda Conferencia Internacional de Defesa Agricola, convidando o Brasil a se fazer representar na mesma por delegados officiaes.

Agradecendo a communicação, tenho a honra de declarar-vos, em resposta, que só no anno vindouro poderá o Governo resolver si se fará ou não representar na alludida Conferencia.

Saude e fraternidade.

MANOEL EDWIGES DE QUEIROZ VIEIRA.

SEGUNDA CONFERENCIA INTERNACIONAL DA PAZ, NA HAYA EM 1907

Actos nella assignados e os que foram subscriptos pela Delegação
Brasileira

N. 43

Officio da Legação do Brasil na Haya a este Ministerio

N. 1.— A' Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa.—
Legação dos Estados Unidos do Brasil.— Haya, 2 de Janeiro de 1914.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a V. Ex. que nesta data fiz o deposito do instrumento de ratificação das Convenções assignadas na Segunda Conferencia Internacional da Paz, em Outubro de 1907.

Agradeço ao Governo a Carta de Plenos Poderes que me nomeou Plenipotenciario para o fim especial de fazer o referido deposito. Deixei, porém, de fazer uso da mesma, porque, como V. Ex. sabe, segundo o art. 92, alinea 4^a da 1^a Convenção, os depositos ulteriores de ratificações se farão por meio de uma notificação escripta, dirigida ao Governo dos Paizes-Baixos e acompanhada do instrumento de ratificação.

Assim se tem praticado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros deste Reino, tornando-se desnecessarios os Plenos Poderes com que fui honrado.

Nesta mesma data, cumprindo a recommendação de V. Ex., expedi-lhe o seguinte telegramma :

« Depositei hoje instrumento ratificações ».

Incluso remetto a V. Ex. o ultimo quadro das assignaturas, ratificações e adhesões, elaborado pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. as seguranças da minha respeitosa consideração.

GRAÇA ARANHA.

A S. Excellencia o Sr. Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 44

Officio da Legação do Brasil na Haya a este Ministerio

N. 2. — Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa. — Legação dos Estados Unidos do Brasil. — Haya, 9 de Janeiro de 1914.

Senhor Ministro,

Em additamento ao meu Officio n. 1 desta Secção, datado de 7 do corrente, tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. a inclusa cópia da Nota que dirigi ao Ministerio dos Estrangeiros deste Reino afim de remetter o instrumento de ratificação das Convenções assignadas na 2ª Conferencia Internacional da Paz, em Outubro de 1907.

Aproveito o eusejo para reiterar a V. Ex. as seguranças da minha respeitosa consideração.

GRAÇA ARANHA.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Annexo ao Officio n. 1, da Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa, dirigido pela Legação na Haya, a 9 de Janeiro de 1914

(Copia) — Légation du Brésil. — La Haye, le 2 Janvier 1914.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de remettre à Votre Excellence l'instrument par lequel le Président de la République des Etats Unis du Brésil a ratifié les treize Conventions signées par le Brésil à la Deuxième Conférence Internationale de la Paix au mois d'Octobre 1907.

Je dois rappeler à Votre Excellence que le Brésil a signé avec réserve sur l'article 53 alinéas 2, 3 et 4 la I Convention pour le règlement pacifique des Conflits Internationaux, et n'a pas adhéré à la II et à XII Conventions, concernant

respectivement la limitation de l'emploi de la force pour le recouvrement de dettes contractuelles et l'établissement d'une Cour internationale des prises.

Je saisis avec empressement cette occasion de renouveler à Votre Excellence l'assurance de ma plus haute considération.

(Assignado) GRAÇA ARANHA.

A Son Excellence Monsieur le Jonkheer J. Loudon, Ministre des Affaires Etrangères.

Conforme. A. DE MELLO FRANCO.

N. 45

Nota da Legação dos Paizes-Baixos ao Governo Brasileiro

N. 213/10.—Gezantschap der Nederlanden in Brazilië.—Rio de Janeiro, den 9 Mars 1914.

Monsieur le Ministre,

Pour donner suite aux instructions reçues de mon Gouvernement j'ai l'honneur de faire parvenir à Votre Excellence par la présente une copie certifiée conforme de l'acte de ratification des Etats-Unis du Brésil relatif aux conventions de la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'une copie de la note s'y rapportant de Monsieur le Ministre du Brésil à La Haye.

Cette note a été reçue au Ministère des Affaires Etrangères à La Haye le 5 Janvier dernier et le dépôt de l'instrument de ratification a eu lieu le même jour.

Je saisis cette occasion pour renouveler à Votre Excellence l'assurance de ma considération la plus distinguée.

H. PALM.

A Son Excellence Monsieur le Dr. Lauro Müller, Ministre des Affaires Etrangères.—Rio de Janeiro.

Nota.—A cópia certificada, remetida com esta Nota, comprehende dois impressos: — a Nota da nossa Legação na Haya, passada ao Governo dos Paizes-Baixos em 2 de Janeiro de 1914, que já foi reproduzida em annexo ao numero precedente, e a reproducção, em resumo, da Carta de Ratificação Brasileira depositada, apenas com os titulos dos Actos ratificados; a qual sahe publicada, na integra, neste Relatorio, no Annexo C, em seguida ao Decreto de promulgação, n. 10.719, de 4 de Fevereiro de 1914.

N. 46

Relação dos paizes que tomaram parte na 2^a Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya, em 1907, subscrevendo todos ou alguns dos Actos então nella concluidos

ORDEM ALPHABETICA DOS PAIZES

- 1.— Allemanha.
- 2.— America (Estados Unidos da).
- 3.— Argentina (Republica).
- 4.— Austria-Hungria.
- 5.— Belgica.
- 6.— Bolivia.
- 7.— Brasil (Estados Unidos do).
- 8.— Bulgaria.
- 9.— Chile.
- 10.— China.
- 11.— Colombia.
- 12.— Cuba.
- 13.— Dinamarca.
- 14.— Dominicana (Republica).
- 15.— Ecuador.
- 16.— França.
- 17.— Grã-Bretanha.
- 18.— Grecia.
- 19.— Guatemala.
- 20.— Haiti.
- 21.— Hespanha.
- 22.— Italia.
- 23.— Japão.
- 24.— Luxemburgo.
- 25.— Mexico.
- 26.— Montenegro.
- 27.— Nicaragua.
- 28.— Noruega.
- 29.— Panamá.

- 30.— Paraguay.
- 31.— Paizes-Baixos.
- 32.— Perú.
- 33.— Persia.
- 34.— Portugal.
- 35.— Roumania.
- 36.— Russia.
- 37.— Salvador.
- 38.— Servia.
- 39.— Sião.
- 40.— Suecia.
- 41.— Suissa.
- 42.— Turquia.
- 43.— Uruguay.
- 44.— Venezuela.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914. — *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 47

Relação dos Actos (Convenções, Declaração e Acta Final), concluidos e assignados na 2ª Conferencia Interna- cional da Paz, realizada na Haya, em 1907

ORDEM NUMERICA DOS ACTOS, DE ACCÔRDO COM AS INDI- CAÇÕES DA ACTA FINAL DA CONFERENCIA

- I. — Convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes.
- II. — Convenção concernente á limitação do emprego da força para a cobrança das dividas contractuaes.
- III. — Convenção relativa ao rompimento das hostilidades.
- IV. — Convenção concernente ás leis e usos da guerra terrestre.
- V. — Convenção concernente aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras no caso de guerras terrestres.
- VI. — Convenção relativa ao regimen dos navios mercantes inimigos no começo das hostilidades.

VII. — Convenção relativa á transformação dos navios mercantes em navios de guerra.

VIII. — Convenção relativa á collocação de minas sub-marinhas automaticas de contacto.

IX. — Convenção concernente ao bombardeamento por forças navaes em tempo de guerra.

X. — Convenção para a adaptação á guerra marítima dos principios da Convenção de Genebra.

XI. — Convenção relativa a certas restricções ao exercicio do direito de captura nas guerras marítimas.

XII. — Convenção relativa ao estabelecimento de uma Còrte Internacional de Presas.

XIII. — Convenção concernente aos direitos e deveres das Potencias neutras nos casos de guerra marítima.

XIV. — Declaração relativa á prohibição de lançar projectis e explosivos de cima dos balões.

XV. — Acta Final da Conferencia.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914. — *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 48

Relação dos Paizes que, havendo tomado parte na 2ª Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya, em 1907, effectuaram, na mesma cidade, o deposito das Ratificações de Actos então concluidos e por elles subscriptos (*).

ORDEM ALPHABETICA DOS PAIZES

1 — Allemanha, em 27 de Novembro de 1909;

2 — America (Estados Unidos da), em 27 de Novembro de 1909;

(*) — Está incluída entre esses paizes a Republica de Nicaragua, que, havendo assignado sómente a *Acta Final*, não poud effectuar *Deposito de Ratificações*, mas adheriu, em 16 de Dezembro de 1909, á Declaração 14ª, e a todas as Convenções concluidas, menos á 12ª; sendo que a Adhesão á 2ª Convenção foi feita *com reservas*.

Em 3 de Dezembro de 1909, adheriu com reservas á 13ª Convenção;

3 — Austria-Hungria, em 27 de Novembro de 1909;

4 — Belgica, em 8 de Agosto de 1910;

5 — Bolivia, em 27 de Novembro de 1909;

6 — Brasil (Estados Unidos do), em 2 de Janeiro de 1914;

7 — China, em 27 de Novembro de 1909;

Em 15 de Janeiro de 1910, adheriu sem reservas ás 2ª, 3ª, 5ª e 9ª Convenções, e á 13ª com reservas;

8 — Cuba, em 22 de Fevereiro de 1912;

9 — Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909;

10 — França, em 7 de Outubro de 1910;

11 — Grã-Bretanha, em 27 de Novembro de 1909;

12 — Guatemala, em 15 de Março de 1911;

13 — Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910;

14 — Hespanha, em 18 de Março de 1913;

Em 24 de Fevereiro de 1913, adheriu sem reservas á 9ª Convenção;

15 — Japão, em 13 de Dezembro de 1911;

16 — Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912;

17 — Mexico, em 27 de Novembro de 1909;

18 — Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909 (*);

19 — Noruega, em 19 de Setembro de 1910;

20 — Panamá, em 11 de Setembro de 1911;

21 — Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909;

22 — Portugal, em 13 de Abril de 1911;

23 — Roumania, em 1 de Março de 1912;

24 — Russia, em 27 de Novembro de 1909;

25 — Salvador, na mesma data;

26 — Sião, em 12 de Março de 1910;

27 — Suecia, em 27 de Novembro de 1909;

e 13 de Julho de 1911 (a 10ª);

28 — Suissa, em 12 de Maio de 1910.

Secção do Archívo da Secretaria de Estados das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914. — *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

(*) — A data indicada refere-se ao *Deposito do Acto de adhesão*, e não de *Ratificações*; isso de accôrdo com a nota precedente.

N. 49

Relação dos paizes que, havendo tomado parte na 2ª Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya, em 1907, effectuaram, na mesma cidade, o deposito das Ratificações de Actos então concluidos e por elles subscriptos (*)

ORDEM CHRONOLOGICA DO DEPOSITO DAS RATIFICAÇÕES

- 1 — Allemanha, 27 de Novembro de 1909;
- 2 — America (Estado Unidos da), 27 de Novembro de 1909;

Em 3 de Dezembro de 1909, adheriu com reservas á 13ª Convenção ;

- 3 — Austria-Hungria, 27 de Novembro de 1909;
- 4 — Bolivia, 27 de Novembro de 1909;
- 5 — China, na mesma data ;

Em 15 de Janeiro de 1910, adheriu sem reservas ás 2ª, 3ª, 5ª, e 9ª, Convenções, e á 13ª, com reservas ;

- 6 — Dinamarca, 27 de Novembro de 1909;
- 7 — Grã-Bretanha, na mesma data ;
- 8 — Mexico, na mesma data ;
- 9 — Paizes-Baixos, na mesma data ;
- 10 — Russia, na mesma data ;
- 11 — Salvador, na mesma data ;
- 12 — Suecia, na mesma data ;
e em 13 de Julho de 1911 (a 10ª) ;
- 13 — Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909 (**);
- 14 — Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910;
- 15 — Sião, em 12 de Março de 1910;

(*) — Está incluída entre esses paizes a Republica de Nicaragua, que, havendo assignado sómente a Acta Final, não poude effectuar deposito de Ratificações, mas adheriu, em 16 de Dezembro de 1909, á Declaração 14ª, e a todas as Convenções concluidas, menos á 12ª; sendo que a Adhesão á 2ª Convenção foi feita com reservas.

(**) — A data indicada refere-se ao Deposito do Acto de adhesão, e não de Ratificações; isso de accôrdo com a nota precedente.

- 16 — Suissa, em 12 de Maio de 1910;
- 17 — Belgica, em 8 de Agosto de 1910;
- 18 — Noruega, em 17 de Setembro de 1910;
- 19 — França, em 7 de Outubro de 1910;
- 20 — Guatemala, em 15 de Março de 1911;
- 21 — Portugal, em 13 de Abril de 1911;
- 22 — Panamá, em 11 de Setembro de 1911;
- 23 — Japão, em 13 de Dezembro de 1911;
- 24 — Cuba, em 22 de Fevereiro de 1912;
- 25 — Roumania, em 1 de Março de 1912;
- 26 — Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912;
- 27 — Hespanha, em 18 de Março de 1913;

Em 24 de Fevereiro de 1913, adheriu sem reservas á 9ª Convenção.

28 — Brasil (Estados Unidos do), em 2 de Janeiro de 1914.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914. — *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 50

Relação dos paizes que, havendo tomado parte na 2ª Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya, em 1907, até agora ainda não effectuaram, na mesma cidade, o deposito das Ratificações de Acto algum dos então concluidos e por elles subscriptos

ORDEM ALPHABETICA DOS PAIZES

- 1. — Argentina (Republica).
- 2. — Bulgaria.
- 3. — Chile.
- 4. — Colombia.
- 5. — Dominicana (Republica).
- 6. — Ecuador.

- 7.— Grecia.
- 8.— Italia.
- 9.— Montenegro.
- 10.— Paraguay.
- 11.— Perú.
- 12.— Persia.
- 13.— Servia.
- 14.— Turquia.
- 15.— Uruguay.
- 16.— Venezuela.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914.— *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 51

Relação dos paizes que, havendo tomado parte na 2ª Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya, em 1907, adheriram posteriormente a algum ou alguns dos Actos então nella concluidos e por elles não subscriptos

ORDEM ALPHABETICA DOS PAIZES

- 1.— America (Estados Unidos da), em 3 de Dezembro de 1909, adheriu á 13ª Convenção, com reservas ;
- 2.— China, em 15 de Janeiro de 1910, adheriu sem reservas ás 2ª, 3ª, 5ª e 9ª Convenções, e com reservas á 13ª.
- 3.— Hespanha, em 24 de Fevereiro de 1913, adheriu sem reservas á 9ª Convenção ;
- 4.— Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909, adheriu sem reservas ás Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª 11ª e 13ª, e á Declaração 14ª ; e com reservas á 2ª Convenção.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914.— *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 52

Relação dos Actos (Convenções, Declaração e Acta Final), concluidos e assignados na 2ª Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya, em 1907, com indicações completas a respeito dos paizes que os assignaram, sem ou com reservas, dos que os não assignaram e daquelles que, posteriormente, adheriram a alguns, sem ou com reservas; — e, bem assim, dos paizes que os ratificaram, sem ou com reservas, dos que deixaram de ratificar alguns, por elles assignados, e, finalmente, dos que ainda não se manifestaram sobre nenhum Acto

ORDEM NUMERICA DOS ACTOS, DE ACCÔRDO COM AS INDICAÇÕES DA ACTA FINAL DA CONFERENCIA

I) — Convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes.
Paizes contractantes : 43. — Adheriu 1. — Total 44.

Assignaram sem reservas 35 paizes:

Allemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Bulgaria, China, Colombia, Cuba, Dinamarca, Republica Dominicana, Ecuador, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Guatemala, Haiti, Italia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Russia, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Uruguay, Venezuela.

Assignaram com reservas 8 paizes:

Estados Unidos da America, Brasil, Chile, Grecia, Japão, Roumania, Suissa, e Turquia.

Não assignou um paiz: — Nicaragua.

Adheriu sem reservas um paiz, — a Republica de Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

Ratificaram sem reservas 21 paizes:

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909;
- Austria-Hungria, na mesma data;
- Belgica, em 8 de Agosto de 1910;

- Bolívia, em 27 de Novembro de 1909;
- China, na mesma data;
- Cuba, em 22 de Fevereiro de 1912;
- Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909;
- Hespanha, em 18 de Março de 1913;
- França, em 7 de Outubro de 1910;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910;
- Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912;
- Mexico, em 27 de Novembro de 1909;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911;
- Países-Baixos, em 27 de Novembro de 1909;
- Portugal, em 13 de Abril de 1911;
- Rússia, em 27 de Novembro de 1909;
- Salvador, na mesma data;
- São, em 12 de Março de 1910;
- Suécia, em 27 de Novembro de 1909.

Ratificaram, mantendo as reservas da assignatura, 5 países :

- Estados Unidos da America, em 27 de Novembro de 1909;
- Brasil, em 2 de Janeiro de 1914;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1911;
- Roumania, em 1 de Março de 1912;
- Suíça, em 12 de Maio de 1910.

Dos signatarios sem reservas ainda não ratificaram 13 países, e mais um que deixou de o fazer :

— Republica Argentina, Bulgaria, Colombia, Republica Dominicana, Ecuador, Italia, Montenegro, Paraguay, Perú, Persia, Servia, Uruguay, Venezuela.

— A Grã-Bretanha, havendo depositado a Ratificação de outros Actos, deixou de ratificar esta Convenção.

Dos signatarios com reservas ainda não ratificaram 3 países :

— Chile, Grecia, Turquia.

Esses tres ainda não se manifestaram em relação a nenhum Acto da Conferencia.

RESERVAS

1ª) — Dos Estados Unidos da America :

Sob reserva da declaração feita na sessão plenaria da Conferencia, de 16 de Outubro de 1907.

Reserva mantida no Acto de Ratificação, que contém, além disso, a seguinte reserva :

« That the United States approves this convention with the understanding that recourse to the permanent court for the settlement of differences can be had only by agreement thereto through general or special treaties of arbitration heretofore or hereafter concluded between the parties in dispute ; and the United States now exercises the option contained in article fifty three of said convention, to exclude the formulation of the « compromis » by the permanent court, and hereby excludes from the competence of the permanent court the power to frame the « compromis » required by general or special treaties of arbitration concluded or hereafter to be concluded by the United States and further expressly declares that the « compromis » required by any treaty of arbitration to which the United States may be a party shall be settled only by agreement between the contracting parties, unless such treaty shall expressly provide otherwise.»

2ª) — Dos Estados Unidos do Brasil :

Com reserva sobre o artigo 53, alíneas 2, 3 e 4.

Reserva mantida no Acto da Ratificação.

3ª) — Da Republica do Chile :

Sob a reserva da declaração formulada a proposito do artigo 39, na 7ª sessão de 7 de Outubro da 1ª Commissão.

4ª) — Do Reino da Grecia :

Com a reserva da alínea 2 do artigo 53.

5ª) — Do Imperio do Japão:

Com reserva das alíneas 3 e 4 do art. 48, da alínea 2 do art. 53 e do art. 54.

Reservas mantidas no Acto de Ratificação.

6ª) — Do Reino da Roumania:

Com as mesmas reservas formuladas pelos Plenipotenciarios Roumaicos na assignatura da Convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes de 29 de Julho de 1899.

Reservas mantidas no Acto de Ratificação.

7ª) — Da Suissa:

Sob reserva do art. 53, n. 2º.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

8ª) — Da Turquia:

Sob reserva das declarações lançadas na Acta da 9ª sessão plenaria da Conferencia, de 16 de Outubro de 1907.

II) — Convenção concernente á limitação do emprego da força para a cobrança das dividas contractuaes.

Paizes contractantes 34.

Assignaram sem reservas 24 paizes.

— Allemanha, Estados Unidos da America, Austria-Hungria, Bulgaria, Chile, Cuba, Dinamarca, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Haiti, Italia, Japão, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Persia, Portugal, Russia, Servia e Uruguay.

Assignaram com reservas 10 paizes:

— Republica Argentina, Bolivia, Colombia, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Guatemala, Perú, Salvador, Uruguay.

Não a assignaram 10 paizes:

— Belgica, Brasil, China, Luxemburgo, Nicaragua, Roumania, Sião, Suecia, Suissa e Venezuela.

Ratificaram sem reserva 14 paizes:

— Allemanha, em 27 de Novembro de 1909;

— Austria-Hungria, na mesma data;

— Dinamarca, na mesma data;

— Hespanha, em 18 de Março de 1913;

— França, em 7 de Outubro de 1910;

— Grã-Bretanha, em 27 de Novembro de 1909;

— Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910;

— Japão, em 13 de Dezembro de 1911;

— Mexico, em 27 de Novembro de 1909;

— Noruega, em 19 de Setembro de 1910;

— Panamá, em 11 de Setembro de 1911;

— Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909;

— Portugal, em 13 de Abril de 1911;

— Russia, em 27 de Novembro de 1909.

Ratificaram, mantendo as reservas da assignatura:

— Guatemala, em 15 de Março de 1911;

— Salvador, em 27 de Novembro de 1909.

Ratificaram com reserva, que não fizeram na assignatura:

— Estados-Unidos da America, em 27 de Novembro de 1909;

Dos signatarios sem reserva ainda não ratificaram :

— Bulgaria, Chile, Italia, Montenegro, Paraguay, Persia, Servia e Turquia.

— Cuba, tendo depositado a Ratificação de outros Actos, deixou de ratificar esta Convenção.

Os 8 primeiros ainda não se manifestaram sobre Acto algum.

Dos signatarios com reservas, ainda não ratificaram :

— Republica Argentina, Bolivia, Colombia, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Perú e Uruguay.

A Bolivia já se manifestou em relação a outros Actos.— Os outros 7 ainda o não fizeram em relação a nenhum.

Dos não signatarios adheriu sem reservas :

— China, em 15 de Janeiro de 1910 ;

e adheriu com reservas :

— Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909 ;

ficando os outros 8 não contractantes.

Desses 8 paizes, 7 já se manifestaram em relação aos outros Actos :

— Belgica, Brasil, Luxemburgo, Roumania, Sião, Suecia e Suissa.

A Republica de Venezuela, porém, ainda o não fez quanto a nenhum Acto da Conferencia.

RESERVAS

1º) — Republica Argentina :

A Republica Argentina faz as reservas seguintes :

1º — Pelo que respeita ás dividas provenientes de contractos ordinarios entre o subdito de uma nação e um Governo estrangeiro, não haverá recurso para o arbitramento senão no caso especifico de denegação de justiça pelas jurisdicções do paiz do contracto, as quaes devem ser préviamente exgottadas.

2º. — Os emprestimos publicos, com emissão de titulos, constituindo a divida nacional, não poderão dar lugar, em caso algum, á aggressão militar, nem á occupação material do solo das nações americanas.

2º) — Bolivia:

Sob a reserva expressa na 1º Commissão.

3º) — Colombia:

A Colombia faz as reservas seguintes: Ella não acceta, em caso algum, o emprego da força para a cobrança de dividas, qualquer que seja a sua natureza. Ella não acceta o arbitramento senão depois de decisão definitiva dos tribunaes dos paizes devedores.

4º) — Republica Dominicana:

Com a reserva feita na sessão plenaria de 16 de Outubro de 1907.

5º) — Ecuador:

Com as reservas feitas na sessão plenaria de 16 de Outubro de 1907.

6º) — Grecia:

Com a reserva feita na sessão plenaria de 16 de Outubro de 1907.

7º) — Guatemala :

1º. — Pelo que respeita ás dividas provenientes de contractos ordinarios entre os subditos de uma nação e um governo estrangeiro não haverá recurso para o arbitramento senão no caso de denegação de justiça pelas jurisdições do paiz do contracto, as quaes devem ser préviamente exgottadas .

2º. — Os emprestimos publicos com emissão de titulos constituindo dividas nacionaes não poderão dar lugar, em caso algum, á aggressão militar nem á occupação material do solo das nações americanas.

Reservas mantidas no Acto de Ratificação.

8º) — Perú:

Sob a reserva de que os principios estabelecidos nesta Convenção não poderão applicar-se a reclamações ou controversias provenientes de contractos passados por um paiz com subditos estrangeiros, quando nesses contractos tiver sido expressamente estipulado que as reclamações ou controversias deverão ser submettidas aos juizes e tribunaes do paiz.

9º) — Salvador:

«Fazemos as mesmas reservas que a Republica Argentina fez acima.»

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

10º) — Uruguay:

Sob reserva da 2ª alínea do artigo primeiro, porque a Delegação considera que a recusa do arbitramento poderá dar-se sempre, de pleno direito, se a lei fundamental do paiz devedor, anterior ao contracto que originou as duvidas ou contestações, ou esse proprio contracto, estabeleceu que essas duvidas ou contestações serão decididas pelos tribunaes do dito paiz.

11º) — Estados Unidos da America ;

O Acto de Ratificação contém a seguinte reserva:

«That the United States approves this Convention with the understanding that recourse to the permanent court for the settlement of the differences referred to in said Convention can be had only by agreement thereto through general or special treaties of arbitration heretofore or hereafter concluded between the parties in dispute.»

12º) — Nicaragua:

O Acto de *Adhesão* contém as reservas seguintes :

a) — Pelo que respeita ás dividas provenientes de contractos ordinarios entre o subdito de uma nação e um Governo estrangeiro não haverá recurso para o arbitramento senão no caso especifico de denegação de justiça pelas jurisdições do paiz do contracto, as quaes devem ser préviamente exgottadas.

b) — Os emprestimos publicos, com emissão de titulos, constituindo a divida nacional, não poderão dar lugar, em caso algum, á aggressão militar nem á occupação material do solo das Nações Americanas.

III) — Convenção relativa ao rompimento das hostilidades.

Paizes contractantes: 42.

Assignaram sem reservas 42 paizes:

— Allemanha, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Dinamarca, Republica Dominicana, Ecuador, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Japão, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Roumania, Russia, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Suissa, Turquia, Uruguay e Venezuela.

Nenhum apresentou reservas na assignatura.

Não assignaram 2 paizes : China e Nicaragua.

Ambos, porém, adheriram posteriormente, sem reservas.

Ratificaram sem reservas 25 paizes:

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909;
- Estados Unidos da America, na mesma data;
- Austria-Hungria, na mesma data;
- Belgica, em 8 de Agosto de 1910;
- Bolivia, em 27 de Novembro de 1909;
- Brasil, em 2 de Janeiro de 1914;
- Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909;
- Hespanha, em 18 de Março de 1913;
- França, em 7 de Outubro de 1910;
- Grã-Bretanha, em 27 de Novembro de 1909;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1911;
- Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912;

- Mexico, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910 ;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911 ;
- Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Portugal, em 13 de Abril de 1911 ;
- Roumania, em 1 de Março de 1912 ;
- Russia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Salvador, em a mesma data ;
- Sião, em 12 de Março de 1910 ;
- Suecia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Suissa, em 12 de Maio de 1910.

Dos signatarios, todos sem reservas, ainda não ratificaram 17 paizes :

— Republica Argentina, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Italia, Montenegro, Paraguay, Perú, Persia, Servia, Turquia, Uruguay e Venezuela.

Cuba já se manifestou em relação a outros Actos.— Todos os outros ainda o não fizeram em relação a nenhum.

Dos não signatarios adheriram sem reservas 2 paizes, como já se disse :

- China, em 15 de Janeiro de 1910 ;
- Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

IV) — Convenção concernente ás leis e usos da guerra terrestre.
Paizes contractantes: 41.

Assignaram sem reservas 35 paizes :

— Estados Unidos da America, Republica Argentina, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Dinamarca, Republica Dominicana, Ecuador, França, Grã-Bretanha, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Luxemburgo, Mexico, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Roumania, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Suissa, Uruguay e Venezuela.

Assignaram com reservas 6 paizes :

— Allemanha, Austria-Hungria, Japão, Montenegro, Russia e Turquia.

Não assignaram 3 paizes :

— China, Hespanha, Nicaragua.

Nicaragua adheriu, posteriormente, sem reservas.

A Hespanha, havendo depositado as Ratificações de 8 Actos e tendo adherido a outro, não o fez em relação a este.— Facto identico deu-se com a China.

Ratificaram sem reservas 21 paizes :

- Estados Unidos da America, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Belgica, em 8 de Agosto de 1910 ;
- Bolivia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Brasil, em 2 de Janeiro de 1914 ;
- Cuba, em 22 de Fevereiro de 1912 ;
- Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909 ;
- França, em 7 de Outubro de 1910 ;
- Grã-Bretanha, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911 ;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910 ;
- Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912 ;
- Mexico, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910 ;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911 ;
- Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Portugal, em 13 de Abril de 1911 ;
- Roumania, em 1 de Março de 1912 ;
- Salvador, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Sião, em 12 de Março de 1910 ;
- Suecia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Suissa, em 12 de Maio de 1910.

Ratificaram, mantendo as reservas da assignatura, 4 paizes :

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Austria-Hungria, na mesma data ;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1911 ;
- Russia, em 27 de Novembro de 1909.

Dos signatarios sem reservas, ainda não ratificaram 14 paizes :

— Republica Argentina, Bulgaria, Chile, Colombia, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Italia, Paraguay, Perú, Persia, Servia, Uruguay e Venezuela.

Todos estes ainda não se manifestaram sobre nenhum Acto.

Dos signatarios com reservas, ainda não ratificaram 2 paizes :

— Montenegro e Turquia.

Estes tambem ainda não se manifestaram sobre Acto algum.

Dos não signatarios adheriu um sem reservas :

— Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

Vide o que já se disse sobre os outros dois.

RESERVAS

1ª) — Allemanha :

Sob reserva do artigo 44 do Regulamento annexo.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

2ª) — Austria-Hungria:

Sob reserva da declaração feita na sessão plenaria da Conferencia de 17 de Agosto de 1907.

Reserva mantida na Acta do deposito das Ratificações.

3ª) — Japão :

Com reserva do artigo 44.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

4ª) — Montenegro:

Sob reservas formuladas ao artigo 44 do Regulamento annexo á presente Convenção e consignadas na Acta da 4ª sessão plenaria de 17 de Agosto de 1907.

5ª) — Russia:

Sob reservas formuladas ao artigo 44 do Regulamento annexo á presente Convenção e consignadas na Acta da 4ª sessão plenaria de 17 de Agosto de 1907.

Reservas mantidas no Acto de Ratificação.

6ª) — Turquia :

Sob reserva do artigo 3º.

V) — Convenção concernente aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras no caso de guerras terrestres.

Paizes contractantes: 42.

Assignaram sem reservas 40 paizes :

— Allemanha, Estados Unidos da America, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Dinamarca, Republica Dominicana, Ecuador, Hespanha, França, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Japão, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Roumania, Russia, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Suissa, Turquia, Uruguay e Venezuela.

Assignaram com reservas 2 paizes:

— Republica Argentina e Grã-Bretanha.

Não assignaram 2 paizes:

— China e Nicaragua.

Ambos adheriram, posteriormente, sem reservas.

Ratificaram sem reservas 25 paizes:

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909;
 - Estados-Unidos da America, na mesma data;
 - Austria-Hungria, na mesma data;
 - Belgica, em 8 de Agosto de 1910;
 - Bolivia, em 27 de Novembro de 1909;
 - Brasil, em 2 de Janeiro de 1914;
 - Cuba, em 22 de Fevereiro de 1912;
 - Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909;
 - Hespanha, em 18 de Março de 1913;
 - França, em 7 de Outubro de 1910;
 - Guatemala, em 15 de Março de 1911;
 - Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910;
 - Japão, em 13 de Dezembro de 1911;
 - Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912;
 - Mexico, em 27 de Novembro de 1909;
 - Noruega, em 19 de Setembro de 1910;
 - Panamá, em 11 de Setembro de 1911;
 - Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909;
 - Portugal, em 13 de Abril de 1911;
 - Roumania, em 1 de Março de 1912;
 - Russia, em 27 de Novembro de 1909;
 - Salvador, na mesma data;
 - Sião, em 12 de Março de 1910;
 - Suecia, em 27 de Novembro de 1909;
 - Suissa, em 12 de Maio de 1910.
- Nenhum paiz ratificou com reservas.

Dos signatarios sem reservas, ainda não ratificaram 15 paizes:

— Bulgaria, Chile, Colombia, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Italia, Montenegro, Paraguay, Perú, Persia, Servia, Turquia, Uruguay, Venezuela.

Todos estes ainda não se manifestaram sobre nenhum Acto.

Dos signatarios com reservas, ambos os paizes não ratificaram:

— Republica Argentina, que ainda se não manifestou sobre nenhum Acto
— Grã-Bretanha, que ratificou 9 Actos, sendo 2 com reservas, e nada declarou em relação a este.

Os dois paizes não signatarios adheriram sem reservas :

— China, em 15 de Janeiro de 1910 ;

— Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

RESERVAS

1) — Republica Argentina:

A Republica Argentina faz reserva do artigo 19.

2) — Grã-Bretanha:

Sob reserva dos artigos 16, 17 e 18.

VI) — Convenção relativa ao regimen dos navios mercantes inimigos no começo dos hostilidades.

Paizes contractantes: 41.

Assignaram sem reservas 39 paizes:

— Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Dinamarca, Republica Dominicana, Ecuador, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Japão, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Roumania, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Suissa, Turquia, Uruguay e Venezuela.

Assignaram com reservas 2 paizes:

— Allemanha e Russia.

Não assignaram 3 paizes:

— Estados Unidos, China e Nicaragua.

O ultimo adheriu posteriormente sem reservas. Os dois primeiros, manifestando-se em relação a outros Actos, não o fizeram quanto a este.

Ratificaram sem reservas 22 paizes:

— Austria-Hungria, em 27 de Novembro de 1909 ;

— Belgica, em 8 de Agosto de 1910 ;

— Brasil, em 2 de Janeiro de 1914 ;

— Cuba, em 22 de Fevereiro de 1912 ;

— Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909 ;

— Hespanha, em 18 de Março de 1913 ;

— França, em 7 de Outubro de 1910 ;

- Grã-Bretanha, em 27 de Novembro de 1909;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1911;
- Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912;
- Mexico, em 27 de Novembro de 1909;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911;
- Países-Baixos, em 27 de Novembro de 1909;
- Portugal, em 13 de Abril de 1911;
- Roumania, em 1 de Março de 1912;
- Salvador, em 27 de Novembro de 1909;
- Sião, em 12 de Março de 1910;
- Suecia, em 27 de Novembro de 1909;
- Suíça, em 12 de Maio de 1910.

Ratificaram, mantendo as reservas da assignatura, 2 países:

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909;
- Russia, na mesma data.

Dos signatarios sem reservas, ainda não ratificaram 17 países:

— Republica Argentina, Bolivia, Bulgaria, Chile, Colombia, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Italia, Montenegro, Paraguay, Perú, Persia, Servia, Turquia, Uruguay e Venezuela.

A Bolivia já se manifestou em relação a outros Actos, não ratificando este.
— Todos os outros ainda o não fizeram em relação a nenhum.

Dos 3 países não signatarios, um adheriu sem reservas: — Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

Sobre os outros dois, já se disse anteriormente.

RESERVAS

1ª) — Allemanha:

Sob reserva do artigo 3 e do artigo 4, alinea 2.

Reservas mantidas no Acto de Ratificação.

2ª) — Russia:

Sob reservas formuladas ao artigo 3 e ao artigo 4, alinea 2, da presente Convenção e consignadas na Acta da 7ª sessão plenaria de 27 de Setembro de 1907.

Reservas mantidas no Acto de Ratificação.

VII.)— Convenção relativa á transformação dos navios mercantes em navios de guerra.

Paizes contractantes: 39.

Assignaram sem reservas 38 paizes:

— Allemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Dinamarca, Ecuador, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Japão, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Roumania, Russia, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Suissa, e Venezuela.

Assignou com reservas um : — Turquia.

Não assignaram 5 paizes :

— Estados Unidos, China, Republica Dominicana, Nicaragua e Uruguay. Nicaragua adheriu posteriormente sem reservas. Os dois primeiros já se manifestaram em relação a outros Actos, não o fazendo sobre este. Os dois restantes ainda não se manifestaram sobre nenhum Acto.

Ratificaram sem reservas 23 paizes :

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909;
- Austria-Hungria, na mesma data;
- Belgica, em 8 de Agosto de 1910;
- Brasil, em 2 de Janeiro de 1914;
- Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909;
- Hespanha, em 18 de Março de 1913;
- França, em 7 de Outubro de 1910;
- Grã-Bretanha, em 27 de Novembro de 1909;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1911;
- Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912;
- Mexico, em 27 de Novembro de 1909;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911;
- Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909;
- Portugal, em 13 de Abril de 1911;
- Roumania, em 1 de Março de 1912;
- Russia, em 27 de Novembro de 1909;
- Salvador, na mesma data;
- Sião, em 12 de Março de 1910;
- Suecia, em 27 de Novembro de 1909.
- Suissa, em 12 de Maio de 1910

Dos signatarios sem reservas, ainda não ratificaram 15 paizes :

— Republica Argentina, Bolivia, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Ecuador, Grecia, Italia, Montenegro, Paraguay, Perú, Persia, Servia, Venezuela.

— Bolivia e Cuba já se manifestaram sobre outros Actos e não quanto a este.

— Todos os outros ainda o não fizeram em relação a nenhum.

O que assignou com reservas ainda não ratificou:

— Turquia. Convem observar que este paiz ainda não se manifestou sobre nenhum Acto.

Dos 5 paizes não signatarios, um adheriu sem reserva :

— Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

Sobre os outros 4, vide o que foi dito anteriormente.

RESERVAS

Unica) — Turquia :

Sob reserva da declaração feita na 8ª sessão plenaria da Conferencia, de 9 de Outubro de 1907.

VIII.) — Convenção relativa á collocação de minas sub-marinhas automaticas de contacto.

Paizes contractantes : 37.

Assignaram sem reservas 31 paizes :

— Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Dinamarca, Ecuador, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Japão, Luxemburgo, Mexico, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Roumania, Salvador, Servia, Suissa, Uruguay e Venezuela.

Assignaram com reservas 6 paizes :

— Allemanha, Republica Dominicana, França, Grã-Bretanha, Sião e Turquia.

Não assignaram 7 paizes :

— China, Hespanha, Montenegro, Nicaragua, Portugal, Russia e Suecia.

Nicaragua adheriu posteriormente sem reservas. O Montenegro ainda não se manifestou sobre nenhum Acto. Todos os demais, havendo-o feito em relação a outros, não se referiram a este.

Ratificaram sem reservas 16 paizes :

- Estados Unidos da America, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Austria-Hungria, na mesma data ;
- Belgica, em 8 de Agosto de 1910 ;
- Brasil, em 2 de Janeiro de 1914 ;
- Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911 ;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910 ;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1911 ;
- Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912 ;
- Mexico, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910 ;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911 ;
- Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Roumania, em 1 de Março de 1912 ;
- Salvador, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Suissa, em 12 de Maio de 1910.

Ratificaram, mantendo as reservas da assignatura, 4 paizes :

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909 ;
- França, em 7 de Outubro de 1910 ;
- Grã-Bretanha, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Sião, em 12 de Março de 1910.

Dos signatarios sem reservas ainda não ratificaram 15 paizes :

— Republica Argentina, Bolivia, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Ecuador, Grecia, Italia, Paraguay, Perú, Persia, Servia, Uruguay e Venezuela.

Bolivia e Cuba já se manifestaram sobre os outros Actos.—Todos os outros ainda o não fizeram em relação a nenhum.

Dos signatarios com reservas, ainda não ratificaram 2 paizes :

- Republica Dominicana e Turquia.

Convem notar que estes paizes ainda não se manifestaram sobre nenhum Acto.

Dos 7 paizes não signatarios, um adheriu sem reservas :

- Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

Sobre os outros 6, vide o que já se disse anteriormente.

RESERVAS

1ª) — Allemanha :

Sob reserva do artigo 2.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

2ª) — Republica Dominicana:

Com reserva sobre a alinea 1ª do artigo 1º.

3ª) — França:

Sob reserva do artigo 2.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

4ª) — Grã-Bretanha:

Sob reserva da declaração seguinte:

«En apposant leurs signatures à cette Convention les plénipotentiaires britanniques déclarent que le simple fait que la dite Convention ne défend pas tel acte ou tel procédé ne doit pas être considéré comme privant le Gouvernement de Sa Majesté Britannique du droit de contester la légalité du dit acte ou procédé.»

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

5ª) — Sião:

Sob reserva do artigo I, alinea 1.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

6ª) — Turquia:

Sob reserva das declarações consignadas na Acta da 8ª sessão plenaria da Conferencia de 9 de Outubro de 1907.

IX.) — Convenção concernente ao bombardeamento por forças navaes em tempo de guerra.

Paizes contractantes 41.

Assignaram sem reserva 36 paizes:

— Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Colombia, Cuba, Dinamarca, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Roumania, Russia, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Suissa, Turquia, Uruguay e Venezuela.

Assignaram com reservas 5 paizes :

— Allemanha, Chile, França, Grã-Bretanha e Japão.

Não assignaram 3 paizes:

— China, Hespanha e Nicaragua.

Todos tres adheriram, posteriormente, sem reservas.

Ratificaram sem reservas 21 paizes :

- Estados Unidos da America, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Austria-Hungria, na mesma data ;
- Belgica, em 8 de Agosto de 1910 ;
- Bolivia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Brasil, em 2 de Janeiro de 1914 ;
- Cuba, em 22 de Fevereiro de 1912 ;
- Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911 ;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910 ;
- Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912 ;
- Mexico, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910 ;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911 ;
- Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Portugal, em 13 de Abril de 1911 ;
- Roumania, em 1 de Março de 1912 ;
- Russia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Salvador, na mesma data ;
- Sião, em 12 de Março de 1910 ;
- Suecia, 27 de Novembro de 1909 ;
- Suissa, 12 de Maio de 1910.

Ratificaram, mantendo as reservas da assignatura, 4 paizes ;

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909 ;
- França, em 7 de Outubro de 1810 ;
- Grã-Bretanha, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1811.

Dos signatarios sem reservas, ainda não ratificaram 15 paizes ;

— Republica Argentina, Bulgaria, Colombia, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Italia, Montenegro, Paraguay, Perú, Persia, Servia, Turquia, Uruguay e Venezuela.

Todos estes ainda não se manifestaram sobre Acto algum.

Dos signatarios com reserva só um ainda não ratificou : — o Chile ; e esse tambem ainda não se manifestou sobre Acto algum.

Dos 3 paizes não signatarios todos adheriram sem reservas :

- China, em 15 de Janeiro de 1910 ;
- Hespanha, em 24 de Fevereiro de 1913 ;
- Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909 ;

RESERVAS

1ª) — Allemanha :

Sob reserva do artigo I, alinea 2.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

2ª) — Chile :

Sob a reserva do artigo 3 formulada na 4ª sessão plenaria, de 17 de Agosto.

3ª) — França :

Sob reserva da 2ª alinea do artigo I.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

4ª) — Grã-Bretanha.

Sob reserva da 2ª alinea do artigo I.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

5ª) — Japão :

Com reserva da alinea 2 do artigo I.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

X.) — Convenção para a adaptação á guerra marítima dos principios da Convenção de Genebra.

Paizes contractantes 43.

Assignaram sem reservas 39 paizes :

— Allemanha, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Dinamarca, Republica Dominicana, Ecuador, Hespanha, França, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Japão, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Portugal, Roumania, Russia, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Suissa, Uruguay, Venezuela.

Assignaram com reservas 4 paizes :

— China, Grã-Bretanha, Persia, Turquia.

Não assignou um paiz : — Nicaragua, que adheriu posteriormente sem reservas.

Ratificaram sem reservas 25 paizes :

— Allemanha, em 27 de Novembro de 1909 ;

- Estados-Unidos da America, na mesma data ;
- Austria-Hungria, na mesma data ;
- Belgica, em 8 de Agosto de 1910 ;
- Bolivia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Brasil, em 2 de Janeiro de 1914 ;
- Cuba, em 22 de Fevereiro de 1912 ;
- Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Hespanha, em 18 de Março de 1913 ;
- França, em 7 de Outubro de 1910 ;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911 ;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910 ;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1911 ;
- Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912 ;
- Mexico, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910 ;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911 ;
- Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Portugal, em 13 de Abril de 1911 ;
- Roumania, em 1 de Março de 1912 ;
- Russia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Salvador, na mesma data ;
- Sião, em 12 de Março de 1910 ;
- Suecia, em 13 de Julho de 1911 ;
- Suissa, em 12 de Maio de 1910.

Ratificou, mantendo as reservas da assignatura, um paiz :

- China, em 27 de Novembro de 1909.

Dos signatarios sem reservas, não ratificaram 14 paizes :

— Republica Argentina, Bulgaria, Chile, Colombia, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Italia, Montenegro, Paraguay, Perú, Servia, Uruguay e Venezuela.

Todos estes ainda não se manifestaram sobre Acto algum.

Dos signatarios com reserva, não ratificaram tres paizes :

- Grã-Bretanha, Persia e Turquia.

O primeiro já se manifestou em relação a outros Actos, não o fazendo quanto a este. Os dois ultimos ainda nada declararam sobre Acto algum.

O unico paiz não signatario adheriu sem reservas :

Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

RESERVAS

1ª.) — China :

Sob reserva do art. 21.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

2ª.) — Grã-Bretanha :

Sob reserva dos arts. 6 e 21 e da declaração seguinte :

« En appostant leurs signatures à cette Convention les plénipotentiaires britanniques déclarent que le Gouvernement de Sa Majesté entend que l'application de l'article 12 se borne au seul cas des combattants recueillis pendant ou après un combat naval auquel ils auront pris part.

3ª.) — Persia :

Sob reserva do direito reconhecido pela Conferencia do emprego do Leão e do Sol vermelho, em vez de e no lugar da Cruz Vermelha.

4ª.) — Turquia :

Sob reserva do direito reconhecido pela Conferencia da Paz do emprego do Crescente vermelho.

XI.) — Convenção relativa a certas restricções ao exercicio do direito de captura nas guerras maritimas.

Paizes contractantes 40:

Assignaram sem reservas 40 paizes :

— Allemanha, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Dinamarca, Republica Dominicana, Ecuador, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Japão, Luxemburgo, Mexico, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Roumania, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Suissa, Turquia, Uruguay e Venezuela.

Nenhum assignou com reservas.

Não assignaram quatro paizes :

— China, Montenegro, Nicaragua e Russia.

Nicaragua adheriu, posteriormente, sem reservas.

A China e a Russia já se manifestaram sobre outros Actos, não o havendo feito em relação a este.

O Montenegro ainda não fez declarações sobre nenhum Acto.

Ratificaram sem reservas 23 paizes :

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Estados-Unidos da America, na mesma data ;
- Austria-Hungria, na mesma data ;
- Belgica, em 8 de Agosto de 1910 ;
- Brasil, em 2 de Janeiro de 1914 ;
- Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Hespanha, em 18 Março de 1913 ;
- França, em 7 de Outubro de 1910 ;
- Grã-Bretanha, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911 ;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910 ;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1911 ;
- Luxemburgo em 5 de Setembro de 1912 ;
- Mexico, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910 ;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911 ;
- Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Portugal, em 13 de Abril de 1911 ;
- Roumania, em 1 de Março de 1912 ;
- Salvador, em 27 de Novembro de 1909 ;
- São, em 12 de Março de 1910 ;
- Suecia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Suissa, em 12 de Maio de 1910.

Nenhum ratificou com reservas.

Dos signatarios sem reservas, não ratificaram 17 paizes :

— Republica Argentina, Bolivia, Bulgaria, Chile, Colombia, Cuba, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Italia, Paraguay, Perú, Persia, Servia, Turquia, Uruguay e Venezuela.

— Bolivia e Cuba já se manifestaram sobre outros Actos. Todos os outros 15 ainda o não fizeram.

Dos não signatarios, um adheriu sem reservas :

— Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

Quanto aos outros 3, vide o que foi dito anteriormente.

XII.) — Convenção relativa ao estabelecimento de uma Côrte Internacional de Presas.

Paizes contractantes 33.

Assignaram sem reservas 23 paizes :

— Allemanha, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Bulgaria, Colombia, Dinamarca, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Italia, Japão, Mexico, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Portugal, Suecia, Suissa.

Assignaram com reservas 10 paizes :

— Chile, Cuba, Ecuador, Guatemala, Haiti, Persia, Salvador, Sião, Turquia, Uruguay.

Não assignaram 11 paizes :

— Brasil, Chile, Republica Dominicana, Grecia, Luxemburgo, Montenegro, Nicaragua, Roumania, Russia, Servia, Venezuela.

Dos signatarios sem reservas, em numero de 23, nenhum ratificou.

Entre elles, 16 já se manifestaram sobre outros Actos :— Allemanha, Estados Unidos da America, Austria-Hungria, Belgica, Dinamarca, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Japão, Mexico, Noruega, Panamá, Paizes-Baixos, Portugal, Suecia, Suissa.

Os outros 7 ainda não se manifestaram em relação a nenhum Acto :

— Republica Argentina, Bolivia, Bulgaria, Colombia, Italia, Paraguay e Perú.

Dos signatarios com reservas, em numero de 10, tambem nenhum ratificou.

Entre elles, 5 já se manifestaram em relação a outros Actos :

— Cuba, Guatemala, Haiti, Salvador e Sião.

Os outros 5 ainda não se manifestaram em relação a nenhum Acto :

— Chile, Ecuador, Persia, Turquia e Uruguay.

Dos 11 não signatarios nenhum adheriu.

Entre elles, 6 já se manifestaram sobre outros Actos :

— Brasil, China, Luxemburgo Nicaragua, Roumania, Russia.

Os outros 5 ainda sobre nenhum Acto se manifestaram :

— Republica Dominicana, Grecia, Montenegro, Servia e Venezuela.

Como se vê, a Convenção não está em vigor para paiz algum.

RESERVAS

1ª) — Chile :

Sob a reserva do artigo 15 formulado na 6ª sessão plenaria de 21 de Setembro.

2ª) — Cuba :

Sob reserva do artigo 15.

3^a) — Ecuador :

Sob reserva do artigo 15.

4^a) — Guatemala :

Sob as reservas formuladas concernentes ao artigo 15.

5^a) — Haiti :

Com a reserva relativa ao artigo 15.

6^a) — Persia :

Sob reserva do artigo 15.

7^a) — Salvador :

Sob reserva do artigo 15.

8^a) — Sião :

Sob reserva do artigo 15.

9^a) — Turquia :

Sob reserva do artigo 15.

10^a) — Uruguay :

Sob reserva do artigo 15.

XIII.) — Convenção concernente aos direitos e deveres das Potencias neutras nos casos de guerra maritima.

Paizes contractantes : 39

Assignaram sem reservas 32 paizes :

— Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Dinamarca, Ecuador, França, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Perú, Portugal, Roumania, Russia, Salvador, Servia, Suecia, Suissa, Uruguay, Venezuela.

Assignaram com reservas 7 paizes :

— Allemanha, Republica Dominicana, Grã-Bretanha, Japão, Persia, Sião, e Turquia.

Não assignaram 5 paizes :

— Estados Unidos da America, China, Cuba, Hespanha, Nicaragua.

O ultimo adheriu sem reservas ; os dois primeiros o fizeram com reservas.
Cuba e Hespanha não adheriram, quando se manifestaram sobre os outros Actos.

Ratificaram sem reservas 18 paizes :

- Austria-Hungria, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Belgica, em 8 de Agosto de 1910 ;
- Brasil, em 2 de Janeiro de 1914 ;
- Dinamarca, em 27 de Novembro de 1909 ;
- França, em 7 de Outubro de 1910 ;
- Guatemala, em 15 de Março de 1911 ;
- Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910 ;
- Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912 ;
- Mexico, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Noruega, em 19 de Setembro de 1910 ;
- Panamá, em 11 de Setembro de 1911 ;
- Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Portugal, em 13 de Abril de 1911 ;
- Roumania, em 1 de Março de 1912 ;
- Russia, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Salvador, na mesma data ;
- Suecia, na mesma data ;
- Suissa, em 12 de Maio de 1910.

Ratificaram, mantendo as reservas da assignatura, 3 paizes :

- Allemanha, em 27 de Novembro de 1909 ;
- Japão, em 13 de Dezembro de 1911 ;
- Sião, em 12 de Março de 1910.

Dos signatarios sem reservas, não ratificaram 14 paizes :

- Republica Argentina, Bolivia, Bulgaria, Chile, Colombia, Ecuador, Grecia, Italia, Montenegro, Paraguay, Perú, Servia, Uruguay e Venezuela.
- Todos estes ainda não se manifestaram sobre nenhum Acto.

Dos signatarios com reservas, não ratificaram 4 paizes :

- Republica Dominicana, Grã-Bretanha, Persia e Turquia.

A Grã-Bretanha já se manifestou sobre os outros Actos, não o fazendo em relação a este. Os outros 3 ainda não se manifestaram sobre nenhum.

Dos 5 paizes não signatarios, um adheriu sem reservas :

- Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909 ;

e 2 adheriram com reservas :

- Estados Unidos da America, em 3 de Dezembro de 1909 ;

— China, em 15 de Janeiro de 1910.

Os outros 2, Cuba e Hespanha, não adheriram, como já se disse, apesar de já se haverem manifestado sobre os outros Actos.

RESERVAS

1ª) — Allemanha :

Sob reserva dos artigos 11, 12, 13, e 20.

Reservas mantidas no Acto de Ratificação.

2ª) — Republica Dominicana :

Com reserva sobre o artigo 12.

3ª) — Grã-Bretanha :

Sob reserva dos artigos 19 e 23.

4ª) — Japão :

Com reserva dos artigos 19 e 23.

Reservas mantidas no Acto de Ratificação.

5ª) — Persia :

Sob reserva dos artigos 12, 19 e 21.

6ª) — Sião :

Sob reserva dos artigos 12, 19 e 23.

Reserva mantida no Acto de Ratificação.

7ª) — Turquia :

Sob reserva da declaração concernente ao artigo 10, lançada na Acta da 8ª sessão plenaria da Conferencia, de 9 de Outubro de 1907.

8ª) — Estados Unidos da America :

O Acto de *adhesão* contém a reserva seguinte :

« that the United States adheres to the said Convention, subject to the reservation and exclusion of its Article XXIII and with the understanding that the last clause of Article III thereof implies the duty of a neutral power to make the demand therein mentioned for the return of a ship captured within the neutral jurisdiction and no longer within that jurisdiction. »

9ª) — China :

Adhesão com as reservas da alinea 2 do artigo 14, da alinea 3 do artigo 19, e do artigo 27.

XIV.) — Declaração relativa á prohibição de lançar projectis e explosivos de cima dos balões.

Paizes contractantes 27.

Assignaram sem reservas 27 paizes :

— Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, China, Colombia, Cuba, Republica Dominicana, Ecuador, Grã-Bretanha, Grecia, Haiti, Luxemburgo, Noruega, Panamá, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Salvador, Sião, Suissa, Turquia e Uruguay.

Nenhum assignou com reservas.

Não assignaram 17 paizes :

— Allemanha, Chile, Dinamarca, Hespanha, França, Guatemala, Italia, Japão, Mexico, Montenegro Nicaragua, Paraguay, Roumania, Russia, Servia, Suecia, Venezuela.

Ratificaram sem reservas, 15 dos 27 paizes signatarios :

— Estados Unidos da America, em 27 de Novembro de 1909;

— Belgica, em 8 de Agosto de 1910;

— Bolivia, em 27 de Novembro de 1909;

— Brasil, em 2 de Janeiro de 1914;

— China, em 27 de Novembro de 1909;

— Grã-Bretanha, na mesma data;

— Haiti, em 2 de Fevereiro de 1910;

— Luxemburgo, em 5 de Setembro de 1912;

— Noruega, em 19 de Setembro de 1910;

— Panamá, em 11 de Setembro de 1911;

— Paizes-Baixos, em 27 de Novembro de 1909;

— Portugal, em 13 de Abril de 1911;

— Salvador, em 27 de Novembro de 1909;

— Sião, em 12 de Março de 1910;

— Suissa, em 12 Maio de 1910.

Nenhum ratificou com reservas.

Dos signatarios, todos sem reservas, não ratificaram 12 paizes :

— Republica Argentina, Austria-Hungria, Bulgaria, Colombia, Cuba, Republica Dominicana, Ecuador, Grecia, Perú, Persia, Turquia e Uruguay.

Desses 12 paizes, 2 já se manifestaram em relação aos outros Actos, não o fazendo quanto a este : — a Austria-Hungria e Cuba. — Todos os outros ainda não se manifestaram em relação a nenhum Acto.

Dos 17 não signatarios sómente um adheriu :

— Nicaragua, em 16 de Dezembro de 1909.

Todos os outros não o fizeram.

Entre elles, 11 já se manifestaram sobre outros Actos :

— Allemanha, Dinamarca, Hespanha, França, Guatemala, Japão, Mexico, Roumania, Russia, Servia e Suecia.

Os outros 5 ainda não se manifestaram sobre nenhum :

— Chile, Italia, Montenegro, Paraguay e Venezuela.

XV.) — Acta Final da Conferencia.

Subscripta por 43 paizes.

Assignaram sem reservas 42 paizes :

— Allemanha, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, China, Colombia, Cuba, Dinamarca, Republica Dominicana, Ecuador, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Grecia, Guatemala, Haiti, Italia, Japão, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Nicaragua, Noruega, Paraná, Paizes-Baixos, Perú, Persia, Portugal, Roumania, Russia, Salvador, Servia, Sião, Suecia, Turquia, Uruguay e Venezuela.

Assignou um com reserva : — a Suissa.

Deixou de assignar um : — o Paraguay.

Só um paiz ratificou este Acto : — o Brasil, que effectuou o deposito da respectiva Carta, na Haya, em 2 de Janeiro de 1914.

RESERVAS

Unica) — Suissa :

Sob reserva do Voto n. 1, que o Conselho Federal Suisso não acceita.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914. — *Antonio Jansen do Paço*, — Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 53

Relação dos paizes que, havendo tomado parte na 2ª Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya em 1907, já effectuaram, na mesma cidade, o depo, sito das Ratificações de Actos então concluidos e por elles subscriptos; — com indicações completas a respeito dos Actos que assignaram, sem ou com reservas, dos Actos que não assignaram, e daquelles a que adheriram, posteriormente, sem ou com reservas; — e, bem assim, dos Actos que foram por elles ratificados, sem ou com reservas, e dos Actos que deixaram de ratificar, apesar de haverem sido por elles assignados

ORDEM ALPHABETICA DOS PAIZES

1º) — Allemanha.

Assignou 14 Actos, deixando de subscrever apenas um, o 14º (*Declaração*).

Assignou sem reservas 9 Actos: — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 10ª, 11ª, 12ª, e a Acta Final (15º).

Assignou com reservas 5 Actos: — as Convenções 4ª, 6ª, 8ª, 9ª e 13ª.

Depositou as ratificações em 27 de Novembro de 1909.

Dos Atos assignados sem reservas, ratificou 7, tambem sem reservas: — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 10ª e 11ª; deixou de ratificar a 12ª; não fazendo referencia á Acta final (15º).

Dos assignados com reservas ratificou todos 5, mantendo as reservas da assignatura.

2º) — Estados Unidos da America.

Assignou 12 Actos, deixando de subscrever 3.

Assignou *sem reservas* 11 Actos: — as Convenções 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª; a Declaração (14º) e a Acta Final (15º).

Assignou *com reservas* um: — a 1ª Convenção.

Deixou de subscrever 3: — as Convenções 6ª, 7ª e 13ª.

Annexo A.

Ratificação de 10 Actos, em 27 de Novembro de 1909, e Adhesão a um em 3 de Dezembro do mesmo anno.

Dos Actos assignados *sem reservas*, ratificou 8, tambem *sem reservas* : — as Convenções 3^a, 4^a, 5^a, 8^a, 9^a, 10^a e 11^a, e a Declaração (14^o); e um *com reserva*, que não constava da assignatura : — a Convenção 2^a; deixando de ratificar a 12^a e não fazendo referencia á Acta Final (15^o).

Ratificou a 1^a Convenção, mantendo a reserva da assignatura.

Adheriu *com reservas* á 13^a Convenção.

3^o) — Austria-Hungria.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo 14 *sem reservas* e um *com reserva*.

Actos assignados *sem reservas* (14) : — as Convenções 1^a, 2^a, 3^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a e 13^a; — a Declaração (14^o), e a Acta Final (15^o).

Acto assignado *com reservas* um, — a 4^a Convenção.

Ratificação de 12 Actos, em 27 de Novembro de 1909, sendo 11 *sem reservas* e um *com reserva*.

Actos ratificados *sem reserva* (11) : — as Convenções 1^a, 2^a, 3^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, e 13^a.

Acto ratificado *com reserva*, mantida da assignatura, um : — a 4^a Convenção.

Actos não ratificados, que haviam sido assignados *sem reserva* (2) : — a 12^a Convenção e a Declaração (14^o).

Não fez referencia á Acta Final (15^o).

4^o) — Belgica.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas*, e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (14) : — as Convenções 1^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a e 13^a; a Declaração (14^o), — e a Acta Final (15^o).

Acto não assignado, um : — a 2^a Convenção.

Ratificação de 12 Actos, em 8 de Agosto de 1910, sendo a de todos feita *sem reservas*.

Actos assim ratificados *sem reservas* (12) : — as Convenções 1^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 13^a, e a Declaração (14^o).

Acto não ratificado, que havia sido assignado *sem reservas*, um : — a 12^a Convenção.

Não fez referencia á Acta Final (15^o).

5º) — Bolivia.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo 14 *sem reservas* e um *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (14): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª; — a Declaração (14º), e a Acta Final (15º).

Acto assignado *com reservas*, um: — a 2ª Convenção.

Ratificação de 7 Actos, em 27 de Novembro de 1909, sendo a de todos feita *sem reservas*.

Actos assim ratificados *sem reservas* (7): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 9ª 10ª, — e a Declaração (14º).

Actos não ratificados (7): — a 2ª Convenção, que havia sido assignada *com reservas*, — e as 6ª, 7ª, 8ª, 11ª, 12ª e 13ª, que haviam sido subscriptas *sem reservas*.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

6º) — Brasil.

Subscreveu 13 Actos da Conferencia, sendo 12 *sem reservas* e um *com reservas* e deixou de assignar dois.

Actos assignados *sem reservas* (12): — as Convenções 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª; — a Declaração (14º) e a Acta Final (15º).

Acto assignado *com reservas*, um: — a 1ª Convenção.

Actos não assignados (2): — as Convenções 2ª e 12ª.

Ratificação de 13 Actos, em Carta de 30 de Julho de 1913, depositada na Haya em 2 de Janeiro de 1914; sendo feita nas mesmas condições da assignatura, isto é, a de 12 *sem reservas* e a de um *com reservas*.

Actos assim ratificados *sem reservas* (12): — as Convenções 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª; — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Acto ratificado *com reservas*: — a 1ª Convenção.

7ª) — China.

Subscreveu 4 Actos da Conferencia, sendo 3 *sem reservas* e 1 *com reservas*, e deixou de assignar 11. — Posteriormente, adheriu a mais 5 Actos, sendo a 4 *sem reservas* e a um *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (3): — a 1ª Convenção, a Declaração (14º), e a Acta Final (15º).

Acto assignado *com reservas*, um: — a 10ª Convenção.

Actos não assignados (11): — as Convenções 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª e 13ª.

Ratificação de 3 Actos, em 27 de Novembro de 1909; sendo a de 2 *sem reservas* e a de um *com reservas*.

Actos ratificados *sem reservas* (2):— a 1ª Convenção e a Declaração (14º).

Acto ratificado *com reserva*, um, — mantida esta da assignatura, — a 10ª Convenção.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

Adheriu a 5 Actos, em 15 de Janeiro de 1910; sendo a 4 *sem reservas* e a um *com reservas*:

Sem reservas (4):— Convenções 2ª, 3ª, 5ª e 9ª.

Com reservas (1):— Convenção 13ª.

8º) — Cuba.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo 13 *sem reservas* e um *com reservas*, e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (13):— as Convenções, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª;— a Declaração (14º), e a Acta Final (15º).

Acto assignado *com reservas* um: — a 12ª Convenção.

Acto não assignado, um:— a 13ª Convenção.

Ratificação de 6 Actos, em 22 de Fevereiro de 1912; sendo a de todos feita *sem reservas*.

Actos assim ratificados *sem reservas* (6):— as Convenções 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 9ª, e 10ª.

Actos não ratificados (7): — dos quaes 6 haviam sido assignados *sem reservas* e um *com reservas*: este ultimo é a 12ª Convenção; os primeiros são as Convenções 2ª, 3ª, 7ª, 8ª e 11ª, — e a Declaração (14º).

Não fez referencia á Acta Final (15º).

9º) — Dinamarca.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas*, e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (14): — as Convenções todas (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª), e a Acta Final (15º).

Acto não assignado, um: — a Declaração (14º).

Ratificação de 12 Actos, em 27 de Novembro de 1909, sendo a de todos feita *sem reservas*.

Actos assim ratificados *sem reservas* (12): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª.

Acto não ratificado, um: — a 12ª Convenção, que havia sido assignada *sem reservas*.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

10º) — França.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo 12 *sem reservas* e 2 *com reservas*, e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (12): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª, — e a Acta Final (15º).

Actos assignados *com reservas* (2): — as Convenções 8ª e 9ª.

Acto não assignado, um: — a Declaração (14º).

Ratificação de 12 Actos, em 7 de Outubro de 1910, sendo a de 10 feita *sem reservas* e a de 2 *com reservas*.

Actos ratificados *sem reservas* (10): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 11ª e 13ª, todas assignadas tambem *sem reservas*.

Actos ratificados *com reservas* (2): — as Convenções 8ª e 9ª, assignadas tambem *com reservas*.

Acto não ratificado, um: — a 12ª Convenção, que havia sido assignada *sem reservas*.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

11º) — Grã-Bretanha.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo 10 *sem reservas* e 5 *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (10): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 11ª e 12ª; — a Declaração (14º), — e a Acta final (15º).

Actos assignados *com reservas* (5). — as Convenções 5ª, 8ª, 9ª, 10ª e 13ª.

Ratificação de 9 Actos, em 27 de Novembro de 1909, sendo a de 7 feita *sem reservas* e a de 2 *com reservas*.

Actos ratificados *sem reservas* (7): — as Convenções 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª e 11ª, — e a Declaração (14º), todas assignadas tambem *sem reservas*.

Actos ratificados *com reservas* (2): — as Convenções 8ª e 9ª, assignadas tambem *com reservas*.

Actos não ratificados (5), — dos quaes 2 haviam sido assignados *sem reservas* e 3 *com reservas*: — os primeiros são as Convenções 1ª e 12ª; — os segundos são as Convenções 5ª, 10ª e 13ª.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

12º) — Guatemala.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo 12 *sem reservas* e 2 *com reservas*, e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (12): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10, 11ª, e 13ª, — e a Acta final (15º).

Actos assignados *com reservas* (2): — as Convenções 2ª e 12ª.

Acto não assignado, um: a Declaração (14°).

Ratificação de 12 Actos, em 15 de Março de 1911, sendo a de 11 feita *sem reservas*, e a de um *com reservas*.

Actos ratificados *sem reservas* (11): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª, — todas assignadas tambem *sem reservas*.

Acto ratificado *com reservas*, um: — a 2ª Convenção, igualmente assignada *com reservas*.

Acto não ratificado, um: — a 12ª Convenção, que havia sido assignada *com reservas*.

Não fez referencia á Acta Final (15°).

13°) — Haiti.

Subscreveu todos os Actos da Conferencia, sendo 14 *sem reservas* e um *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (14): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª; — a Declaração (14°), — e a Acta Final (15°).

Acto assignado *com reservas*, um: — a Convenção 12ª.

Ratificação de 13 Actos, em 2 de Fevereiro de 1910; sendo a de todos feita *sem reservas*.

Actos assim ratificados *sem reservas* (13): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, e 13ª, — e a Declaração (14°).

Acto não ratificado, um: — a 12ª Convenção, que havia sido assignada *com reservas*.

Não fez referencia á Acta Final (15°).

14°) — Hespanha.

Subscreveu 10 Actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas*, e deixou de assignar 5. — Posteriormente, adheriu a um destes ultimos, e tambem *sem reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (10): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 11ª e 12ª, — e a Acta Final (15°).

Actos não assignados (5): — as Convenções 4ª, 8ª, 9ª e 13ª, — e a Declaração (14°).

Ratificação de 8 Actos, em 18 de Março de 1913, sendo a de todos feita *sem reservas*.

Actos assim ratificados *sem reservas* (8): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª e 11ª.

Acto não ratificado, um: — a 12ª Convenção, que havia sido assignada *sem reservas*.

Não fez referencia á Acta Final (15°).

Adheriu, em 24 de Fevereiro de 1913, a um dos Actos que não assignara, — a 9ª Convenção.

15°) — Japão.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo 10 *sem reservas* e 4 *com reservas*, e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (10): — as Convenções 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª e 12ª, — e a Acta Final (15°).

Actos assignados *com reservas* (4): — as Convenções 1ª, 4ª, 9ª e 13ª.

Acto não assignado, um: — a Declaração (14°).

Ratificação de 12 Actos, em 13 de Dezembro de 1911, sendo a de 8 feita *sem reservas* e a de 4 *com reservas*.

Actos ratificados *sem reservas* (8): — as Convenções 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª e 11ª, — todas assignadas tambem *sem reservas*.

Actos ratificados *com reservas* (4): — as Convenções 1ª, 4ª, 9ª e 13ª, — todas assignadas tambem *com reservas*.

Acto não ratificado, um: a 12ª Convenção, que havia sido assignada *sem reservas*.

Não faz referencia a Acta Final (15°).

16°) — Luxemburgo.

Subscreveu 13 Actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas*, e deixou de assignar 2.

Actos assignados *sem reservas* (13): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, e 13ª; — a Declaração (14°), — e a Acta Final (15°).

Actos não assignados (2): — as Convenções 2ª e 12ª.

Ratificação de 12 Actos, em 5 de Setembro de 1912, sendo a de todos feita *sem reservas*.

Actos assim ratificados *sem reservas* (12): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª, — e a Declaração (14°).

Não fez referencia á Acta Final (15°).

17°) — Mexico.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas* e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (14): — todas as Convenções (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª), — e a Acta Final (15°).

Acto não assignado, um: — a Declaração (14°).

Ratificação de 12 Actos, em 27 de Novembro de 1909, sendo a de todos feita *sem reservas*.

Actos assim ratificados sem reservas (12) : — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª.

Acto não ratificado, um: — a Convenção 12ª, que havia sido assignada sem reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

18º) — Nicaragua.

Subscreveu apenas a Acta Final da Conferencia (15º Acto), e esse sem reservas, deixando de assignar 14 Actos.

Actos não assignados (14) : — todas as Convenções (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª) — e a Declaração (14º).

Adheriu a 13 Actos, em 16 de Dezembro de 1909, sendo a 12 sem reservas e a um com reservas.

Adheriu sem reservas a 12 : — ás Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, e 13ª, — e á Declaração (14º).

Adheriu com reservas a um : — á 2ª Convenção.

Deixou de adherir apenas á 12ª Convenção.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

19º) — Noruega.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo todos sem reservas.

Actos assignados sem reservas (15) : — todas as Convenções (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª); — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Ratificação de 13 Actos, em 19 de Setembro de 1910, sendo a de todos eita sem reservas.

Actos assim ratificados sem reservas (13) : — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª, — e a Declaração (14º); — todas assignadas tambem sem reservas.

Acto não ratificado, um : — a 12ª Convenção, que havia sido assignada sem reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

20º) — Panamá.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia sendo todos sem reservas.

Actos assignados sem reservas (15) : — todas as Convenções (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª); — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Ratificação de 13 Actos, em 11 de Setembro de 1911, sendo a de todos feita sem reservas.

Actos assim ratificados sem reservas (13): — as Convenções 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 13^a — e a Declaração (14^o), — todas assignadas tambem sem reservas.

Acto não ratificado, um: — a 12^a Convenção, que havia sido assignada sem reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15^o).

21^o) — Paizes-Baixos:

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo todos sem reservas.

Actos assignados sem reservas (15): — todas as Convenções (1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a e 13^a); — a Declaração (14^o), — e a Acta Final (15^o).

Ratificação de 13 Actos, em 27 de Novembro de 1909, sendo a de todos feita sem reservas.

Actos assim ratificados sem reservas (13): — as Convenções 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 13^a, — e a Declaração (14^o), — todas assignadas tambem sem reservas.

Acto não ratificado, um: — a 12^a Convenção, que havia sido assignada sem reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15^o).

22^o) — Portugal.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo todos sem reservas, e deixou de assignar um.

Actos assignados sem reservas (14): — as Convenções 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a, e 13^a; — a Declaração (14^o), — e a Acta Final (15^o).

Acto não assignado, um: — a 8^a Convenção,

Ratificação de 12 Actos, em 13 de Abril de 1911, sendo a de todos feita sem reservas.

Actos assim ratificados sem reservas (12): — as Convenções 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 9^a, 10^a, 11^a e 13^a; — e a Declaração (14^o) — todas assignadas tambem sem reservas.

Acto não ratificado, um: — a 12^a Convenção, que havia sido assignada sem reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15^o).

23^o) — Roumania.

Subscreveu 12 Actos da Conferencia, sendo 11 sem reservas e um com reservas, e deixou de assignar 3.

Actos assignados sem reservas (11): — as Convenções 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, e 13^a, — e a Acta Final (15^o).

Acto assignado com reservas, um : — a 1ª Convenção.

Actos não assignados (3) : — as Convenções 2ª e 12ª, e a Declaração (14º).

Ratificação de 11 Actos, em 1 de Março de 1912, sendo a de 10 feita sem reservas e a de um com reservas.

Actos ratificados sem reservas (10) : — as Convenções 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª, — todas assignadas tambem sem reservas.

Acto ratificado com reservas, um : — a 1ª Convenção, que havia sido assignada tambem com reserva.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

24º) — Russia.

Subscreveu 11 Actos da Conferencia, sendo 9 sem reservas e 2 com reservas, e deixou de assignar 4.

Actos assignados sem reservas (9) : — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª e 13ª, — e a Acta Final (15º).

Actos assignados com reservas (2) : — as Convenções 4ª e 6ª.

Actos não assignados (4) : — as Convenções 8ª, 11ª e 12ª, e a Declaração (14º).

Ratificação de 10 Actos, em 27 de Novembro de 1909, sendo a de 8 feita sem reservas e a de 2 com reservas.

Actos ratificados sem reservas (8) : — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª e 13ª, — todas assignadas tambem sem reservas.

Actos ratificados com reservas (2) : — as Convenções 4ª e 6ª, igualmente assignadas com reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

25º) — Salvador.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo 13 sem reservas e 2 com reservas.

Actos assignados sem reservas (13) : — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª; — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Actos assignados com reservas (2) : — as Convenções 2ª e 12ª.

Ratificação de 13 Actos, em 27 de Novembro de 1909, sendo a de 12 feita sem reservas e a de um com reservas.

Actos ratificados sem reservas (12) : — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª, — e a Declaração (14º), — todas assignadas sem reservas.

Acto ratificado com reservas, um : — a 2ª Convenção, tambem assignada com reservas.

Acto não ratificado, um : — a 12ª Convenção, que havia sido assignada com reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

26º) — Sião.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo 11 sem reservas e 3 com reservas, e deixou de assignar um.

Actos assignados sem reservas (11): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª e 11ª; — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Actos assignados com reservas (3): — as Convenções 8ª, 12ª e 13ª.

Acto não assignado, um: — a 2ª Convenção.

Ratificação de 12 Actos, em 12 de Março de 1910, sendo a de 10 feita sem reservas e a de 2 com reservas.

Actos ratificados sem reservas (10): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª e 11ª, — e a Declaração (14º), — todas assignadas sem reservas.

Actos ratificados com reservas (2): — as Convenções 8ª e 13ª, — assignadas tambem com reservas.

Acto não ratificado, um: — a Convenção 12ª, que havia sido assignada com reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

27º) — Suecia:

Subscreveu 12 Actos da Conferencia, sendo todos sem reservas, e deixou de assignar 3.

Actos assignados sem reservas (12): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª, — e a Acta Final (15º).

Actos não assignados (3): — as Convenções 2ª e 8ª, e a Declaração (14º).

Ratificação de 10 Actos, sendo a de 9, em 27 de Novembro de 1909, e a de um, a Convenção 10ª, em 13 de Julho de 1911; — todas feitas sem reservas.

Actos assim ratificados sem reservas (10): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª; — todas assignadas tambem sem reservas.

Acto não ratificado, um: — a 12ª Convenção, que havia sido assignada sem reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15º).

28º) — Suissa:

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo 12 sem reservas e 2 com reservas, e deixou de assignar um.

Actos assignados sem reservas (12): — Convenções 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª, — e a Declaração (14º).

Actos assignados com reservas (2): — a 1ª Convenção e a Acta Final (15º)

Acto não assignado, um: — a 2ª Convenção.

Ratificação de 12 Actos, em 12 de Maio de 1910, sendo a de 11 feita sem reservas e a de um com reservas.

Actos ratificados sem reservas (11):—as Convenções 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 13^a, — e a Declaração (14^o); — todas assignadas sem reservas.

Acto ratificado com reservas, um: — a 1^a Convenção, assignada tambem com reservas.

Acto não ratificado, um: — a 12^a Convenção, que havia sido assignada sem reservas.

Não fez referencia á Acta Final (15^o).

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914.— *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 54

Relação dos paizes que, havendo tomado parte na 2^a Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya em 1907, até agora ainda não effectuaram, na mesma cidade, o deposito das Ratificações de Acto algum dos então concluidos e por elles subscriptos; com indicações completas a respeito dos Actos que assignaram, sem ou com reservas, e dos Actos que deixaram de assignar

ORDEM ALPHABETICA DOS PAIZES

1^o) — Republica Argentina.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia sendo 13 *sem reservas* e 2 *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (13): — as Convenções 1^a, 3^a, 4^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a e 13^a; — a Declaração (14^o), e a Acta Final (15^o).

Actos assignados *com reservas* (2): — as Convenções 2^a e 5^a.

Ainda não fez deposito de Ratificações.

2^o) — Bulgaria.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas*.

Actos assim assignados *sem reservas* (15): — as Convenções 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a e 13^a; — a Declaração (14^o), e a Acta Final (15^o).

Ainda não fez deposito de Ratificações.

3º) — Chile.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo 11 *sem reservas* e 3 *com reservas*, e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (11): — as Convenções 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª e 13ª, — e a Acta Final (15º).

Actos assignados *com reservas* (3): — as Convenções 1ª, 9ª e 12ª.

Acto não assignado, um: — a Declaração (14º).

Ainda não fez deposito de Ratificações.

4º) — Colombia.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo 14 *sem reservas* e um *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (14): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª; — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Acto assignado *com reservas*, um: — a 2ª Convenção.

Ainda não fez deposito de Ratificações.

5º) — Republica Dominicana.

Subscreveu 13 Actos da Conferencia, sendo 10 *sem reservas* e 3 *com reservas*, e deixou de assignar dois.

Actos assignados *sem reservas* (10): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 9ª, 10ª e 11ª; — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Actos assignados *com reservas* (3): — as Convenções 2ª, 8ª e 13ª.

Actos não assignados (2): — as Convenções 7ª e 12ª.

Ainda não fez deposito de Ratificações.

6º) — Ecuador.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo 13 *sem reservas* e 2 *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (13): — as Convenções, 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª; — a Declaração (14º) e a Acta Final (15º).

Actos assignados *com reservas* (2): — as Convenções 2ª e 12ª.

Ainda não fez deposito de Ratificações.

7º) — Grecia.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo 12 *sem reservas* e 2 *com reservas*, e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (12):— as Convenções 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 13^a; — a Declaração (14^o). — e a Acta Final (15^o).

Actos assignados *com reservas* (2):— as Convenções 1^a e 2^a.

Acto não assignado, um:— a 12^a Convenção.

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

8^o) — Italia.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas*, e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (14):— todas as Convenções (1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a e 13^a), — e a Acta Final (15^o).

Acto não assignado, um:— a Declaração (14^o).

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

9^o) — Montenegro.

Subscreveu 11 Actos da Conferencia, sendo 10 *sem reservas* e um *com reservas*, e deixou de assignar 4.

Actos assignados *sem reservas* (10):— as Convenções 1^a, 2^a, 3^a, 5^a, 6^a, 7^a, 9^a, 10^a e 13^a; — e a Acta Final (15^o).

Acto assignado *com reservas*, um:— a 4^a Convenção.

Actos não assignados (4):— as Convenções 8^a, 11^a e 12^a, e a Declaração (14^o).

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

10^o) — Paraguay.

Subscreveu 13 Actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas*, e deixou de assignar 2.

Actos assignados *sem reservas* (13): todas as Convenções (1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a e 13^a).

Actos não assignados (2):— a Declaração (14^o), e a Acta Final (15^o).

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

11^o) — Perú.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo 14 *sem reservas* e um *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (14):— as Convenções 1^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a, e 13^a; — a Declaração (14^o), — e a Acta Final (15^o).

Acto assignado *com reservas*; um:— a 2^a Convenção.

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

12º) — Persia.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo 12 *sem reservas* e 3 *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (12): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 11ª; — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Actos assignados *com reservas* (3) as Convenções 10ª, 12ª e 13ª.

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

13º) — Servia.

Subscreveu 13 actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas*, e deixou de assignar 2.

Actos assignados *sem reservas* (13): — as Convenções 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª, — e a Acta Final (15º).

Actos não assignados (2): — a 12ª Convenção e a Declaração (14º).

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

14º) — Turquia.

Subscreveu todos os 15 Actos da Conferencia, sendo 8 *sem reservas* e 7 *com reservas*.

Actos assignados *sem reservas* (8): — as Convenções 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 9ª e 11ª; — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Actos assignados *com reservas* (7): — as Convenções 1ª, 4ª, 7ª, 8ª, 10ª, 12ª e 13ª.

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

15º) — Uruguay.

Subscreveu 14 Actos da Conferencia, sendo 12 *sem reservas* e 2 *com reservas* e deixou de assignar um.

Actos assignados *sem reservas* (12): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª; — a Declaração (14º), — e a Acta Final (15º).

Actos assignados *com reservas* (2): — as Convenções 2ª e 12ª.

Acto não assignado, um : — a 7ª Convenção.

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

16º) — Venezuela.

Subscreveu 12 Actos da Conferencia, sendo todos *sem reservas*, e deixou de assignar 3.

Actos assignados *sem reservas* (12): — as Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª, — e a Acta Final (15º).

Actos não assignados (3): — as Convenções 2^a e 12^a, — e a Declaração (14^o).

Ainda não fez o deposito das Ratificações.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914.— *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 55

Relação dos paizes que, havendo tomado parte na 2^a Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya, em 1907, adheriram posteriormente, na mesma cidade, a algum ou alguns dos Actos então concluidos e por elles não subscriptos; — com indicações completas a respeito desses Actos, a que adheriram, sem ou com reservas.

ORDEM ALPHABETICA DOS PAIZES.

1^o) — America (Estados Unidos da):

Em 3 de Dezembro de 1909, adheriu á 13^a Convenção, — concernente aos direitos e deveres das Potencias neutras nos casos de guerra maritima, com a seguinte reserva:

« that the United States adheres to the said Convention, subject to the reservation and exclusion of its Article XXIII and with the understanding that the last clause of Article III thereof implies the duty of a neutral power to make the demand therein mentioned for the return of a ship captured within the neutral jurisdiction and no longer within that jurisdiction. »

2^o) — China:

Em 15 de Janeiro de 1910, adheriu sem reservas ás seguintes Convenções:

— Convenção 2^a, concernente á limitação do emprego da força para a cobrança das dividas contractuaes;

— Convenção 3^a, relativa ao rompimento das hostilidades;

— Convenção 5^a, concernente aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras no caso de guerras terrestres;

— Convenção 9ª, concernente ao bombardeamento por forças navaes em tempo de guerra ;

e *com reservas* da alinea 2 do artigo 14, da alinea 3, do artigo 19, e do artigo 27, á

— Convenção 13ª, concernente aos direitos e deveres das Potencias neutras nos casos de guerra maritima.

3º.) — Hespanha :

Em 24 de Fevereiro de 1913, adheriu *sem reservas* á 9ª Convenção, concernente ao bombardeamento por forças navaes em tempo de guerra.

4º.) — Nicaragua :

Em 16 de Dezembro de 1909, adheriu *com reservas* á 2ª Convenção, concernente á limitação do emprego da força para a cobrança das dividas contractuaes, sendo aquellas as seguintes :

a) — Pelo que respeita ás dividas provenientes de contractos ordinarios entre o subdito de uma nação e um Governo estrangeiro não haverá recurso para o arbitramento senão no caso especifico de denegação de justiça pelas jurisdicções do paiz do contracto, as quaes devem ser préviamente exgottadas.

b) — Os emprestimos publicos, com emissão de titulos, constituindo a divida nacional, não poderão dar logar, em caso algum, á aggressão militar nem á occupação material do solo das Nações Americanas.

Na mesma data, adheriu *sem reservas* á Declaração 14ª e a todas as outras Convenções, exceptuada apenas a 12ª, relativa ao estabelecimento de uma Còrte Internacional de Presas.

Esta Republica está ligada, portanto, tambem ás Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, e 13ª e á Declaração 14ª, relativa aos balões.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914. — *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

N. 56

Relação dos paizes que, havendo tomado parte na 2ª Conferencia Internacional da Paz, realizada na Haya, em 1907, adheriram posteriormente, na mesma cidade, a algum ou alguns dos Actos então concluidos e por elles não subscriptos; com indicações completas a respeito desses Actos, a que adheriram, sem ou com reservas

ORDEM CHRONOLOGICA DO DEPOSITO DAS ADHESÕES

1.) — America (Estados Unidos da):

Em 3 de Dezembro de 1909, adheriu á 13ª Convenção, — concernente aos direitos e deveres das Potencias neutras nos casos de guerra maritima, *com uma reserva*, que já foi indicada na Relação precedente (N. 55 deste Annexo).

2.) — Nicaragua :

Em 16 de Dezembro de 1909, adheriu á 2ª Convenção, concernente á limitação do emprego da força para a cobrança das dividas contractuaes, *com duas reservas*, que já foram reproduzidas na mesma Relação anterior.

Na mesma data, adheriu *sem reservas* ás Convenções 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª, e ainda á Declaração 14ª, relativa á prohibição de lançar projectis e explosivos de cima dos balões.

Assim, esta Republica sómente não se acha ligada á 12ª Convenção, relativa ao estabelecimento de uma Côrte Internacional de Presas, que aliás não está em vigor para nenhum paiz.

3.) — China :

Em 15 de Janeiro de 1910, adheriu *sem reservas* ás Convenções 2ª, 3ª, 5ª e 9ª, já indicadas na Relação anterior (N. 55), e *com reservas* á Convenção 13ª, concernente aos direitos e deveres das Potencias neutras nos casos de guerra maritima.

As reservas são da alinea 2 do artigo 14, da alinea 3 do artigo 19 e do artigo 27.

4.) — Hespanha :

Em 24 de Fevereiro de 1913, adheriu *sem reservas* á 9ª Convenção, concernente ao bombardeamento por forças navaes em tempo de guerra.

Secção do Archivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1914. — *Antonio Jansen do Paço*, Bibliothecario, Director interino da Secção.

3ª CONFERENCIA INTERNACIONAL DA PAZ—SUA PROXIMA REUNIÃO NA HAYA

N. 57

Telegramma da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

1º de Fevereiro de 1914.— Exteriores. — Rio.

5 sabbado. Embaixadores White Choate que foram presidentes Delegação Americana primeira segunda Conferencia Haya convidam-me fazer parte Comissão Civica Nacional fim promover convocação terceira Conferencia. Salvo instrucções contrarias acceitarei honroso convite.

GAMA.

N. 58

Carta do Embaixador do Brasil em Washington ao Se- cretario da Commissão Civica Nacional, que se devia reunir em New-York, com o fim de promover a con- vocação da 3ª Conferencia da Paz na Haya

Copia — Brazilian Embassy. Washington — February 3st, 1914.

Dear Sir,

As the diplomatic representative of a friendly American Government, I esteem it an honor to be invited to accept a place on the Citizen's National Committee to be formed in New York on the 11th of February for the purpose of bringing about the calling of a Third Peace Conference at The Hague.

I accept the honor with deep appreciation of the spirit in which it is tendered, although I may, by reason of my character as the diplomatic representative

of another Government, be unable actively to take part in the formulation of a plan to be laid before the President and Secretary of State of the United States with a view of their presenting it to other nations.

I am, however, happy to assure you that my Government is in entire sympathy with the great object which you are endeavoring to advance.

Very respectfully yours

The Secretary of the Citizen's National Committee, 507, Fifth Avenue, New York, N. Y.

(Ass.) D. DA GAMA.

Conforme

A. DE IPANEMA MOREIRA.

Annexo ao Off. ostensivo n. 4, á 2ª Secção, da Embaixada em Washington, de 19 de Fevereiro de 1914.

N. 59

Officio da Legação Brasileira na Haya a este Ministerio

2ª Secção.— N. 4. — Legação dos Estados Unidos do Brasil.— Haya, 13 Fevereiro de 1914.

Senhor Ministro,

No dia 7 do corrente mez reuniu-se aqui a Commissão Neerlandeza incumbida de preparar o programma da Terceira Conferencia da Paz. Nessa reunião foram discutidas varias proposições que têm de ser submettidas pelo Governo Neerlandez á Commissão Central Internacional, cujos membros devem ser ainda designados pelos diversos Governos.

Comquanto em varios paizes já se trate de organizar os trabalhos preparatorios para a Conferencia, parece, entretanto, que esta se não poderá reunir antes de 1917.

Entre esses paizes, a Russia já tem uma Commissão organizada, sob a presidencia do Sr. Taube. Na Allemanha alguns funcionarios do Ministerio dos Estrangeiros foram encarregados de organizar os trabalhos preparatorios para a Conferencia. Na França trata-se de instituir uma commissão para o mesmo fim, sob a presidencia do Sr. Renault.

Em vista do exposto, tomo a liberdade de lembrar a V. Ex. a conveniencia de se iniciar tambem no Brasil o estudo do programma que a nossa Representação terá de apresentar.

E' provavel, porém, que enquanto se não resolver definitivamente a questão balkanica e mais especialmente a questão albaneza, nenhuma iniciativa será tomada para a Convocação da Conferencia.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. as seguranças da minha respeitosa consideração.

GRAÇA ARANHA.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 60

Officio da Legação Brasileira na Haya a este Ministerio

2ª. Secção.— N. 6. — Legação dos Estados Unidos do Brasil.— Haya, 17 de Fevereiro de 1914.

Senhor Ministro,

Em additamennto ao meu Officio n. 4, de 13 do corrente mez, tenho a honra de informar a V. Ex. que a commissão nomeada pelo Governo Neerlandez afim de preparar os trabalhos para a 3ª Conferencia da Paz ficou assim constituida :

Sr. W. H. de Beaufort, antigo Ministro dos Estrangeiros, Presidente ;

Membros : Sr. J. A. Loeff, antigo Ministro da Justiça ; Professor de Louter ; Professor van Vollenhoven ; Professor van Eysinga ; Barão van Heeckeren, Director da Secção dos Negocios Politicos do Ministerio dos Estrangeiros ; Vice-Almirante Roëll ; e Capitão-Tenente de Navio Surie, Membro Technico.

Secretario : A Sra. van Lychlama, de Nyeholt.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. as seguranças da minha respeitosa consideração.

GRAÇA ARANHA.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 61

Officio da Legação Brasileira na Haya a este Ministerio

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa. — N. 8.—
Legação dos Estados Unidos do Brasil.— Haya, 6 de Março de 1914.

Senhor Ministro:

Em meus officios ns. 4 e 6 de 13 e 17 de Fevereiro ultimo, tive a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. o que até hoje se tem feito com relação á reunião da 3ª Conferencia da Paz que, como V. Ex. sabe, se devia reunir no anno proximo vindouro.

Ainda acerca do mesmo assumpto cabe-me informar a V. Ex. que o Sr. J. Loudon, Ministro de Estrangeiros deste Reino, respondendo, em uma das ultimas sessões da Primeira Camara, a uma arguição do representante socialista Sr. Van Kol, relativa á demora nos trabalhos preparatorios da mesma Conferencia, declarou que o Governo não se tem descuidado do assumpto e que ainda no decurso deste mez de Março a commissão neerlandeza instituida para o fim de dar andamento áquelles trabalhos deverá apresentar o seu relatorio. Acrescentou o Sr. Loudon que o Governo já entabolou negociações para a reunião da Conferencia o mais brevemente possivel, entre outros paizes com a Russia.

Tambem para o mesmo fim foi presente ao Governo Neerlandez uma proposição do Governo dos Estados Unidos da America, tendente a commetter a uma Corporação já existente e que tenha um caracter internacional a tarefa de reunir todos os programmas elaborados pelas differentes commissões nacionaes para a proxima Conferencia.

Afim de darem o seu parecer sobre esse programma geral seriam convidados alguns homens competentes no terreno de direito internacional.

A corporação visada pela proposição americana seria o Conselho Administrativo da Côte Permanente de Arbitramento, composto, como V. Ex. sabe, dos Chefes das legações estrangeiras acreditadas na Haya.

O alvitre suggerido pela proposição americana tem a vantagem de concentrar os trabalhos de preparação da Conferencia, dando-lhe mais homogeneidade e, portanto, facilitando-os. Ter-se-ia, desse modo, uma grande commissão internacional já naturalmente organizada e preparada para se occupar do assumpto e que poderia desde logo iniciar os trabalhos de elaboração do programma definitivo para a 3ª Conferencia.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. as seguranças da minha respeitosa consideração.

GRAÇA ARANHA.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 62

Nota da Embaixada dos Estados Unidos da America no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

N. 143.—Embassy of the United States of America.—Rio de Janeiro, March 14th, 1914.

Monsieur le Ministre :

Your Excellency is doubtless aware that by the Final Act of the Second Peace Conference at the Hague in 1907 it was recommended to the Powers that a Third Peace Conference should be held within a period corresponding to that which had elapsed since the preceeding Conference, at a date to be fixed by common agreement between the Powers, and attention was called to the necessity of preparing a program of the Third Conference a sufficient time in advance to ensure the conduct of the deliberations of the Conference with the necessary authority and expedition.

In order to attain this object it was by the Final Act further declared to be very desirable that, some two years before the probable date of the meeting, a preparatory committee should be charged by the Governments with the task of collecting the various proposals which might be brought forward for submission to the Conference, of ascertaining what subjects were ripe for embodiment in an international regulation, and of preparing a program for the Conference. It was also proposed that this committee should be entrusted with the task of formulating for the Conference a system of organization and procedure.

On June, 1912, the President of the United States appointed an advisory committee to my Government to consider proposals for a program for the elaborate preliminary report. The necessary steps have not, however, been taken by the Governments concerned for the appointment of the international preparatory committee contemplated by the Final Act of the last Conference. It having been in effect recommended to the Powers by the last Conference that the Third

Conference should be held within a period of eight years, which would make the meeting fall in the year 1915, a space of a year and a half still remains within which the preparation of the program may be accomplished. This is a period much longer than that which was found to be sufficient for the preparation of the programs of the First and Second Conferences.

With the view to facilitate the consideration and preparation of the program of the next Conference, the President of United States desires me to propose to Your Excellency's Government that the duties of the international preparatory committee shall be committed to the Administrative Council of the Permanent Court of Arbitration at the Hague, this Council being composed of the Netherlands Minister of Foreign Affairs and the diplomatic representatives of the Contracting Powers accredited to the Hague. To this Council the task of the preparation for the Conference may readily and appropriately be committed. The place at which the Council sits leaves nothing to be desired from the point of view of convenience, while the entrusting of the work to a competent body already in existence would result in an appreciable saving both in time and in expense. If the membership of the Council were found to be too large for the efficient carrying on of the work in detail, this difficulty could at once be solved by the appointment of subcommittees to deal with particular subjects.

Assuring Your Excellency of the pleasure with which I shall report the conclusions at which Your Excellency's Government may arrive, I improve this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest and most distinguished consideration.

EDWIN V. MORGAN.

His Excellency, Dr. Lauro Müller, Minister for Foreign Affairs.— Rio de Janeiro.

N. 63

Comunicação da Embaixada dos Estados Unidos da America no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

In reference to the suggestion of Mr. Bryan that the duty of preparing a program for the Third Hague Peace Conference be committed to the Administrative Council of the Permanent Court of Arbitration at the Hague, the American Embassy has to-day received telegraphic communication to the effect that favo-

nable responses to this proposal have been received from the Governments of Denmark and Norway and Mr. Bryan believes that other Governments likewise will be favorable.

Mr. Bryan desires to know the views of Dr. Müller on this subject and solicits his general cooperation in carrying out the project.

Rio de Janeiro, March 24th, 1914.

N. 64

Nota do Governo Brasileiro á Embaixada dos Estados Unidos da America no Rio de Janeiro

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America.— N. 3.— Secretaria de Estado das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 5 de Abril de 1914.

Senhor Embaixador,

Em resposta á Nota dessa Embaixada, de 14 de Março ultimo e sob N. 143, relativamente á organização do programma da Terceira Conferencia da Paz, a reunir-se na Haya, tenho a honra de communicar a V. Ex. que o Governo Brasileiro aceita a proposta do Governo de V. Ex., porquanto ella facilitará a composição do programma das materias que tenham de ser discutidas na mesma Conferencia.

Nesse sentido o representante do Brasil na Haya receberá opportunamente as necessarias instrucções.

Prevaleço-me desta oportunidade para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mui alta consideração.

LAURO MÜLLER.

A S. Ex. o Sr. Edwin Vernon Morgan, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario dos Estados Unidos da America.

UNIFICAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

II.— Direito Marítimo

a) Actos assignados na Conferencia Internacional de Bruxellas, de 1910

N. 65

Officio da Legação Brasileira em Bruxellas a este Ministerio

A' Secção do Protocollo.— N. 4.— Legação dos Estados Unidos do Brasil.
— Bruxellas, 14 de Janeiro de 1914.

Senhor Ministro,

Cumpro o dever de accusar o recebimento do Despacho n. 18, de 12 de Novembro do anno proximo findo, e bem assim do instrumento de ratificação, por parte do Brasil, das Convenções assignadas na Conferencia Internacional de Direito Marítimo de Bruxellas, em 23 de Setembro de 1910.

Conforme apressei-me a levar ao conhecimento de Vossa Excellencia, pelo telegrapho, effectuei o deposito do referido Instrumento de Ratificação no dia 31 de Dezembro ultimo, o que Vossa Excellencia se dignará de vêr das notas, por copia juntas.

São do teor seguinte os telegrammas trocados entre essa Secretaria de Estado e esta Legação :

Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1913.

« 21. Queira V. S. informar se já recebeu instrumento de ratificação cuja remessa lhe foi annunciada despacho dezoito de doze Novembro.»

Bruxellas, 31 de Dezembro de 1913.

« 15. Sómente hontem agencia caminho ferro entregou caixa contendo ratificações cujo deposito effectuei esta manhã.»

Aproveito a oportunidade, Senhor Ministro, para ter a honra de reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração.

J. DE OLIVEIRA MURINELLY.

A Sua Excellencia o Senhor Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**Cópias annexas ao Officio Otensivo n. 4, dirigido pela
Legação do Brasil em Bruxellas á Secção do Proto-
collo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores,
em 14 de Janeiro de 1914**

Légation du Brésil — Bruxelles, le 31 Décembre 1913.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de transmettre ci-près à Votre Excellence, pour être déposées dans les archives du Ministère des Affaires Etrangères de Belgique, les ratifications de Son Excellence Monsieur le Président de la République des Etats-Unis du Brésil sur les Conventions internationales du 23 Septembre 1910, pour l'unification de certaines règles en matière d'abordage, ainsi qu'en matière d'assistance et de sauvetage maritimes.

En priant Votre Excellence de bien vouloir me donner acte de la présente communication, je saisis avec empressement cette occasion pour Lui renouveler Monsieur le Ministre, l'assurance de ma plus haute considération.

(Assignado) J. DE OLIVEIRA MURINELLY.

A Son Excellence Monsieur J. Davignon, Ministre des Affaires Etrangères.

Ministère des Affaires Etrangères. — Bruxelles, le 14 Janvier 1914. — Direction B. — N. 892.

Monsieur le Chargé d'Affaires,

Par votre lettre du 31 Décembre 1913, vous avez bien voulu me faire parvenir, pour être déposées dans les archives de mon Département, les ratifications de Son Excellence Monsieur le Président des Etats-Unis du Brésil sur les

Conventions internationales du 23 Septembre 1910 pour l'unification de certaines règles en matière d'abordage, ainsi qu'en matière d'assistance et de sauvetage maritimes.

J'ai l'honneur, Monsieur le Chargé d'Affaires, de vous donner acte de ce dépôt, que j'ai eu soin de notifier aux Puissances signatures des dites conventions.

Veillez agréer, Monsieur le Chargé d'Affaires, l'assurance de ma considération très distinguée.

(Assignado) J. DAVIGNON.

Monsieur de Oliveira Murinelly & & &

Conforme : O 2º Secretario CAVALCANTI DE LACERDA.

POLICIA SANITARIA

- a) — Convenção Sanitaria Internacional de Washington de 14 de Outubro de 1905.— Adhesão definitiva do Governo Brasileiro a esse Acto

N. 66

Nota da Embaixada do Brasil em Washington ao Governo Norte-Americano

Annexo ao Officio ostensivo n. 16, da 1ª Secção, da Embaixada em Washington, de 30 de Março de 1914.

Copia.

Embaixada do Brasil. — Washington, 23 de Julho de 1913.

Senhor Secretario de Estado,

Cumprindo instrucções do meu Governo, tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que o Brasil adhire á Convenção Sanitaria Internacional de Washington.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

(Assignado) E. L. CHERMONT.

A Sua Excellencia o Sr. William J. Bryan, Secretario de Estado dos Estados Unidos da America.

Conforme.— A. DE IPANEMA MOREIRA

N. 67

Officio da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

A' 2ª Secção.— N. 20.— Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.—
Washington, 14 de Agosto de 1913.

Senhor Ministro,

Cumpre-me accusar recebido o telegramma que Vossa Excellencia se serviu
dirigir-me em 22 de Julho ultimo, nestes termos :

« 55. Rogo Vocencia passar nota esse Governo communicando que
Brasil adhire á Convenção Sanitaria Internacional de Washington informando
pelo telegrapho data em que foi feita adhesão. Exteriores».

No dia 31 de Julho respondi a Vossa Excellencia o seguinte :

« 77. Vinte tres communiquei adhesão Brasil Convenção Sanitaria
Washington ainda não tive resposta ponto... »
e no dia 7 de Agosto accrescentei :

« 78. Departamento Estado diz ficar sciente adhesão Brasil Convenção
Sanitaria Washington communicada minha nota vinte tres Julho. »

Inclusa encontrará Vossa Excellencia a copia da Nota do Departamento de
Estado que motivou o meu telegramma.

Prevaleço-me do ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excellencia,
Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

E. L. CHERMONT.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. F. Regis de Oliveira, Ministro interino das
Relações Exteriores.

Cópia.— Department of State.— Washington, August 5, 1913.

Sir :

I have the honor to acknowledge the receipt of your note of the 23rd
ultimo by which notification is given to this Government of the adherence by
Brazil to the International Sanitary Convention of Washington.

In thanking you for this information, of which due note has been taken, I beg you to accept, Sir, the renewed assurance of my high consideration.
For the Secretary of State :

(Assignado) J. B. MOORE.

Mr. E. L. Chermont, Chargé d'Affaires of Brazil.

- c) — Conferencia Sanitaria Internacional de Montevideo, reunida em 15 de Abril de 1914, para a negociação de nova Convenção dessa natureza, entre o Brasil, a Argentina, o Uruguay e o Paraguay, destinada a substituir a de 12 de Junho de 1904, cujos effeitos cessaram

N. 68

Nota da Legação Oriental ao Governo Brasileiro

N. 272. — Legación del Uruguay. — Rio de Janeiro, Septiembre 1º de 1913.

Señor Ministro :

El Gobierno de la República Argentina, al denunciar la Convención Sanitaria Internacional firmada en Rio de Janeiro en 1904 por los representantes de dicho país, y los del Brasil, del Paraguay y del Uruguay, — Convención que en vista de tal denuncia dejó de regir el 21 de Junio último, — manifestó que su propósito era que se fijara en una nueva los progresos alcanzados en la materia después de aquella fecha.

Concordando con ese propósito, el Gobierno Uruguayo ha resuelto tomar la iniciativa de la convocatoria de una reunión de delegados de los mismos países que celebraron la Convención de 1904, para que estudien y formulen la que deba reemplazarla.

Mi Gobierno propone que la reunión se realice en Montevideo, en el mes de Noviembre del corriente año, y que cada uno de los países contratantes se haga

representar por uno ó dos delegados; en la misma forma que lo hicieron en 1904.

En consecuencia, tengo el honor de transmitir a V. E. dicha invitación y de reiterarle con tal motivo las protestas de mi alta consideración.

ARTURO MIRANDA.

A Su Excelencia el Sr. Ministro de Relaciones Exteriores, Dr. Lauro Müller.

Aviso do Ministerio das Relações Exteriores ao da Justiça e Negocios Interiores

N. 69

Secção do Protocollo.— N. 50.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 1913.

Senhor Ministro,

Em nota de 1º do corrente, diz a Legação do Uruguay que, ao denunciar a Convenção Sanitaria Internacional de 1904, manifestara ao Governo Argentino o proposito de fixar, em uma nova Convenção, os progressos feitos nessa materia depois daquella data.

Por isso, o Governo Oriental resolveu tomar a iniciativa da convocação de uma reunião de delegados dos paizes presentes á reunião de 1904 (Brasil, Argentina, Paraguay e Uruguay) com o fim de estudarem e formularem uma nova Convenção.

Assim sendo, propõe o Governo da Republica Oriental do Uruguay que essa reunião se realize em Montevidéo no proximo mez de Novembro, sendo cada paiz representado por um ou dois delegados.

Espero que V. Ex. me habilite, com a possivel brevidade, a dar uma resposta ao agente diplomatico do Uruguay e sirvo-me da oportunidade para lhe renovar, Sr. Ministro, os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração.

LAURO MÜLLER.

A. S. Ex. o Sr. Dr. Uladisláu Herculano de Freitas, Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

N. 70

Nota do Governo Brasileiro á Legação Oriental

Secção do Protocollo.— N. 12. — Sub-Secretaria de Estado.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1913.

Senhor Encarregado de Negocios,

Teve entrada nesta Secretaria de Estado a nota n. 272, de 1º do corrente, na qual V. S. faz saber que o Governo Argentino, ao denunciar a Convenção Sanitaria Internacional, firmada no Rio de Janeiro em 1904 pelos representantes daquelle paiz e os do Brasil, Paraguay, e Uruguay, manifestou o desejo de, em uma nova Convenção, serem fixados os progressos feitos nessa materia depois daquella data.

Informa, outrossim, V. S. que o Governo Uruguayo resolveu tomar a iniciativa da convocação de una reunião de delegados dos mesmos paizes que celebraram a Convenção de 1904, para que estudem e formulem a que a deve substituir e que se realizará em Montevidéo, em Novembro do anno corrente.

Communicando a V. S. que remetti ao Ministerio competente o conteúdo dessa nota, aproveito o ensejo para lhe reiterar os protestos da minha mui distincta consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Senhor Dr. Arturo Miranda, Encarregado de Negocios do Uruguay.

N. 71

Aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores ao das Relações Exteriores

1ª Secção.— N. 1.321. — Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.— Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1913.

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Respondendo ao vosso aviso n. 50, de 29 de Setembro ultimo, tenho a honra de communicar-vos que, na presente data, autorizo os Drs. Oswaldo Gonçalves Cruz, Director do Instituto Oswaldo Cruz, e Bruno Gonçalves

Chaves, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Montevideo, na qualidade de delegados do Governo Brasileiro e conjunctamente com os representantes das Republicas Argentina, Oriental do Uruguay e do Paraguay, a estudar e formular uma nova Convenção Sanitaria, em a reunião que se realizará, naquella cidade, no mez de Novembro proximo vindouro.

Aproveito a oportunidade para reiterar-vos os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

HERCULANO DE FREITAS.

N. 72

Nota do Governo Brasileiro á Legação Oriental

Secção do Protocollo. — N. 18. — Sub-Secretaria de Estado. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1913.

Senhor Encarregado de Negocios,

Em additamento á minha nota n. 12, de 30 de Setembro ultimo, tenho a honra de communicar a V. S. que foram designados os Srs. Drs. Oswaldo Gonçalves Cruz, Director do Instituto Oswaldo Cruz, e Bruno Gonçalves Chaves, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Montevideo, para tomar parte, como representantes do Governo Brasileiro, na reunião, naquella capital, em Novembro vindouro, dos Delegados dos paizes signatarios da Convenção Sanitaria Internacional de 1904, com o fim de estudarem e formularem uma nova Convenção substitutiva daquella, já denunciada pelo Governo Argentino.

Aproveito esta oportunidade para renovar a V. S. os protestos da minha mui distincta consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr. Dr. Auturo Miranda, Encarregado de Negocios da Republica Oriental do Uruguay.

N. 73

Despacho do Governo Brasileiro á sua Legação em Montevidéo

Secção do Protocollo.— N. 17.— Sub-Secretaria de Estado.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a V. Ex. que o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores acaba de o nomear para, juntamente com o Sr. Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, Director do Instituto Oswaldo Cruz, tomar parte, como representantes do Governo Brasileiro, na reunião, nessa capital, em Novembro vindouro, dos Delegados dos paizes signatarios da Convenção Sanitaria Internacional de 1904, com o fim de estudarem e formularem uma nova Convenção substitutiva daquella já denunciada pelo Governo Argentino.

Remettendo a V. Ex. a Carta de nomeação, assignada pelo Senhor Presidente da Republica e referendada pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, sirvo-me da oportunidade para ter a honra de lhe renovar os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

A S. Ex. o Sr. Dr. Bruno Gonçalves Chaves, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Montevidéo.

N. 74

Nota da Legação Oriental ao Governo Brasileiro

Legación del Uruguay.— N. 323.— Rio de Janeiro, Noviembre 12 1913.

Señor Sub-Secretario:

Tengo el honor de acusar recibo de la Nota n. 18, Sección de Protocollo, de esa Sub-Secretaria de Estado, de 30 de Octubre ultimo, por la cual se comunica a esta Legación que han sido designados los Srs. Drs. Oswaldo Gonçalves Cruz, Director del Instituto Oswaldo Cruz, y Bruno Gonçalves Chaves, Enviado

Extraordinario y Ministro Plenipotenciario del Brasil en Montevideo, para tomar parte, como representantes del Gobierno Brasileiro, en la reunión que se celebrará próximamente en dicha ciudad de los Delegados de los países signatarios de la Convención Sanitaria Internacional de 1904, con el fin de estudiar y formular una nueva Convención sustitutiva de aquella, ya denunciada por el Gobierno Argentino.

Con tal motivo, me es grato reiterar a V. Ex. las seguridades de mi muy distinguida consideración.

ARTURO MIRANDA.

A S. E. el Señor Doctor Regis de Oliveira, Sub-Secretario de Estado en las Relaciones Exteriores. Rio de Janeiro.

N. 75

Aviso do Ministerio das Relações Exteriores ao da Justiça e Negocios Interiores

Secção do Protocollo.— N. 54.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a V. Ex. o seguinte telegramma que recebi da nossa Legação em Montevideo:

« Sessenta quatro. Conferencia Sanitaria adiada a pedido Argentina. Uruguay pergunta se Argentina poderia acceitar segunda quinzena Dezembro. Respondeu não podia fixar ainda data essa reunião dando razão preparo de bases de uma nova Convenção para ser submettida Conferencia. Ausencia Secretario Repartição Hygiene como Delegado Argentino Congresso Medico Latino-Americano Lima pessoa que se encarrega desses assumptos. . . outro motivo. Ministro do Exterior aqui combinou commigo me traria informado tudo mais que se for passando. Fazendo eu ver necessidade nenhuma resolução ser tomada antes serem ouvidos outros Governos interessados. Com o que tambem estará de accôrdo. Prometteu dar brevemente uma decisão. Favor communicar Dr. Oswaldo Cruz.— Chaves.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos de minha alta estima e mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Herculano de Freitas, Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

N. 76

Telegramma da Legação Brasileira em Montevidéo a este Ministerio

Montevidéo, 15 de Janeiro de 1914.

Exteriores, Rio.

Numero 10. Conferencia sanitaria fixada dia quinze Abril. São delegados Uruguay doutores Vidal y Fuentes, Fernandes Espiro y Jaime Oliver.

CHAVES.

N. 77

Aviso do Ministerio das Relações Exteriores ao da Justiça e Negocios Interiores

Secção do Protocollo.— N. 2.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1914.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. E., segundo communicação telegraphica recebida da nossa Legação em Montevidéo, que a data da abertura da Conferencia Sanitaria Internacional está fixada para 15 de Abril proximo vindouro naquella cidade, e que são Delegados, por parte do Uruguay, os Srs. Drs. Vidal y Fuentes, Fernandes Espiro e Jaime Oliver.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração.

LAURO MÜLLER.

A S. Ex. o Sr. Dr. Uladisláu Herculano de Freitas, Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

N. 78

Nota da Legação Oriental ao Governo Brasileiro

Legación del Uruguay.— N. 374.— Rio de Janeiro, Febrero 10 de 1914.

Señor Ministro,

Tengo el honor de llevar á conocimiento de V. E. que mi Gobierno, por Decreto de 13 de Enero último, ha señalado la fecha del 15 de Abril de 1914 para la reunión en Montevideo de la Conferencia Sanitaria Internacional a que han sido invitados los Gobiernos de la República Argentina, Estados Unidos del Brasil y República del Paraguay.

Asimismo tengo el honor de comunicar a V. E. que, por el mismo Decreto, fueron nombrados para representar al Gobierno de la República Oriental del Uruguay, como Delegados en la misma Conferencia, el Dr. Alfredo Vidal y Fuentes, Presidente del Consejo Nacional de Higiene; el Dr. Ernesto Fernández Espiro, Director de Salubridad de Montevideo y Director de la Oficina Sanitaria Internacional; y el Dr. Jaime H. Oliver, Profesor de la Facultad de Medicina y Miembro del Consejo Nacional de Higiene.

Me complace, con tal motivo, en reiterar a V. E. las protestas de mí más alta consideración.

ARTURO MIRANDA.

A Su Excelencia el Señor Ministro de Relaciones Exteriores, Doctor Lauro Müller.

Rio de Janeiro.

N. 79

Nota do Governo Brasileiro á Legação Oriental

Secção do Protocollo.— N. 1. — Sub-Secretaria de Estado. — Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro. 15 de Fevereiro de 1914.

Senhor Encarregado de Negocios,

Tenho a honra de accusar o recebimento da Nota n. 374, de 10 do corrente, na qual V. S. communica a abertura, a 15 de Abril vindouro, na cidade de

Montevideo, da Conferencia Sanitaria Internacional e os nomes dos Delegados do seu paiz á mesma Conferencia.

Agradecendo esta obsequiosa communicação, aproveito o ensejo para renovar a V. S. os protestos da minha mui distincta consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr Dr. Arturo Miranda, Encarregado de Negocios do Uruguay.

N. 80

Aviso do Ministerio das Relações Exteriores ao da Justiça e Negocios Interiores

Secção do Protocollo.— N. 10.— Sub-Secretaria de Estado.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 21 de Março de 1914.

Senhor Ministro,

Na ausencia do Senhor Ministro, tenho a honra de transcrever o seguinte telegramma da nossa Legação em Montevideo :

«58. Favor communicar Ministro Interior, que devido prohibição medica causa meu estado saúde não poderei tomar parte como delegado Conferencia Sanitaria aqui se reunirá quinze de Abril, convindo pois nomear desde já um outro delegado.— *Chaves.*»

Pedindo a Vossa Excellencia o obsequio de me habilitar com uma resposta, aproveito o ensejo para lhe renovar os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração.

FREDERICO A. DE CARVALHO.

A S. Ex. Sr. o Dr. Uladislau Herculano de Freitas, Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

N. 81

Aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores ao das Relações Exteriores

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.— Directoria do Interior.— N. 464. — 1ª Secção. — Rio de Janeiro, 1º de abril de 1914.

Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Respondendo ao Aviso desse Ministerio, n. 10, de 21 de Março proximo findo, e á communicação official, de 30 do mesmo mez, tenho a honra de communicar-vos que, na presente data, é autorizado o Dr. Alberto Baez Conrado, Consul Geral do Brasil em Montevideo, para, em substituição do Dr. Bruno Gonçalves Chaves, juntamente com o Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, na qualidade de Delegados do Governo Brasileiro, e os Representantes das Republicas Argentina, Oriental do Uruguay, e do Paraguay, estudar e formular uma nova Convenção Sanitaria, em a reunião que se realizará, naquella cidade, em 15 de Abril corrente.

Peço vos digneis encaminhar ao seu destino a inclusa Carta de nomeação.

Aproveito o ensejo para reiterar-vos os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração.

HERCULANO DE FREITAS.

N. 82

Despacho do Governo Brasileiro á sua Legação em Montevideo

Secção do Protocollo.— N. 3.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 4 de Abril de 1914.

Senhor Ministro,

Confirmo o seguinte telegramma que passei a V. Ex. no dia 3 do corrente :

« 2. Respondo seus cincoenta oito e sessenta seis. Rogo communicar esse Governo Consul Baez Conrado nomeado substituição Vocencia para juntamente

Dr. Oswaldo Cruz representar Brasil ocasião reunião para estudar e formular nova Convenção Sanitaria. Segue carta nomeação. EXTERIORES.»

Pedindo a V. Ex. o obsequio de encaminhar ao Sr. Dr. Alberto Baez Conrado a inclusa Carta em que S. Ex. o Senhor Presidente da Republica o nomeia Delegado á reunião para formular e estudar nova Convenção Sanitaria, sirvo-me do ensejo para ter a honra de lhe renovar os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.

LAURO MÜLLER.

A Sua Excellencia o Sr. Bruno Gonçalves Chaves,
Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Montevideo.

N. 83

Telegramma da Legação Brasileira em Montevideo a este Ministerio

De 9 de Abril de 1914.

Exteriores. Rio.

Oitentaum. Delegação Argentina Conferencia Sanitaria nomeada. Compõe-se Doutores Nicolas Lozano, Secretario do Departamento de Hygiene de Baires, e Wenceslau Acevedo, Chefe da Repartição de Saúde Publica de Baires.

MONIZ DE ARAGÃO.

N. 84

Telegramma da Legação Brasileira em Montevidéo a este Ministerio

De 16 de Abril de 1914.

Exteriores. Rio.

Noventa. Conferencia Sanitaria elegeu presidente Oswaldo Cruz por acclamação proposta delegado uruguayo Vidal y Fuentes. Trabalhos Conferencia foram divididos quatro commissões para estudo proposta convenção apresentada por delegados uruguayos. Commissões são seguintes: Prophylaxia fluvial maritima Wenceslau Acevedo, Argentina; Fernandez Espiro, Uruguay; Manuel Perez, Paraguay; Conrado, Brasil. Prophylaxia peste bubonica Nicolau Lozano, Argentina, Benigno Escobar, Paraguay. Prophylaxia febre amarella, Oswaldo Cruz; Fernandez Espiro, Uruguay; Vidal y Fuentes, Uruguay. Prophylaxia cholera Nicolau Lozano, Argentina; Jaime Oliver, Uruguay. Jornaes hoje publicam noticias Conferencia grandes elogios Oswaldo Cruz, applaudindo eleição presidente Conferencia.

MONIZ DE ARAGÃO.

N. 85

Telegramma da Legação Brasileira em Montevidéo a este Ministerio

De 18 de Abril de 1914.

Exteriores. Rio.

Noventadois. No banquete hoje offerecido pelos delegados uruguayos ás delegações tomaram parte Conferencia Sanitaria Delegado Uruguayo Vidal y Fuentes pronunciou notavel discurso em que, referindo-se Brasil, fez grandes elogios seu adiantamento materia hygiene resaltando figura brilhante tem sempre feito todos Congressos. Referiu-se tambem com entusiasmo memoria Rio-Branco elogiando sua grande obra e depois dirigiu-se Oswaldo Cruz, grande mestre tanto prestigio tem dado Conferencia. Discurso produziu grande impressão todos presentes.

MONIZ DE ARAGÃO.

N. 86

Nota da Legação Oriental ao Governo Brasileiro

Legación del Uruguay.— N. 396.— Rio de Janeiro, Marzo 25 de 1914.

Señor Ministro,

Tengo el honor de poner en conocimiento de V. Ex. que el Gobierno de la República Oriental del Uruguay, por resolución de 4 del corriente, aprobó las bases para la celebración de la Conferencia Sanitaria Internacional que se reunirá en la ciudad de Montevideo en Abril próximo.

Con tal motivo, me complazco en remitir a V. Ex., con la presente, seis ejemplares de las referidas bases.

Me es mui grato aprovechar esta oportunidad para reiterar a V. Ex. las seguridades de mi más alta consideración.

ARTURO MIRANDA.

A Su Excelencia el Señor Ministro de Relaciones Exteriores, Dr. Lauro Müller.

Rio de Janeiro.

ANNEXO

Bases para a celebração da Convenção Sanitaria Internacional,
aprovadas pelo Governo Oriental, em Resolução de 4 de
Março de 1914

BASES PARA LA CELEBRACIÓN DE LA CONVENCION SANITARIA INTERNACIONAL

1º. Sede de la Convención : ciudad de Montevideo.

Fecha de su celebración : del 15 al 21 de Abril de 1914.

Números de delegados : tres como máximun.

Votos : corresponderá un voto á cada delegación.

2º. Determinación de las medidas de sanidad maritima y terrestre, que regirán en los países contratantes, para evitar la importación del cólera, fiebre amarilla y peste.

3º. Comunicación reciproca de las informaciones sanitarias, por parte de los Gobiernos contratantes.

4º. Aviso previo al Gobierno del país infectado, de las medidas que se aplicarán á sus procedencias en los países indemnes.

5º. Información periódica de la autoridad respectiva, del país contaminado, á la de los otros países sobre el estado sanitario de aquel.

6º. Instalación del servicio de Inspectores Sanitarios en los buques.

7º. Adopción de medidas sanitarias en el puerto de partida, durante el viaje y en los de tránsito y de destino.

8º. Admisión de los buques con arreglo á las disposiciones del Convenio, cualquiera que sea su estado sanitario.

9º. Aislamiento de los enfermos en los buques, durante la travesía, y en las estaciones sanitarias de cada país, en el momento de su llegada.

10º. Vigilancia sanitaria en tierra, de los pasajeros de primera y segunda clase, siempre que sea posible, y de los de tercera, en los locales que se habiliten para su objeto.

11º. Uniformidad de procedimientos entre las partes contratantes para la defensa sanitaria de sus puertos, en los casos de que los buques infectados procedan de otros países.

12º. Supresión de las cuarentenas terrestres y de los cordones sanitarios.

13º. Limitación de los puntos de la frontera por los cuales se permitirá el tránsito de pasajeros y mercaderías.

14º. Instalación de estaciones sanitarias terrestres para la inspección médica y la vigilancia de los pasajeros.

N. 87

Nota do Governo Brasileiro á Legação Oriental

Secção do Protocollo.— N. 5.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1914.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da Nota dessa Legação n. 396, de 25 de Março ultimo, com a qual me foram remettidos seis exemplares das bases, approvadas pelo Governo Oriental, para a celebração da Conferencia Sanitaria Internacional de Montevidéo.

Agradecendo aquelles exemplares, aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para renovar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração.

LAURO MÜLLER.

A. S. Ex. o Sr. Eduardo Acevedo Dias,
Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Oriental do Uruguay.

PROFLIGAÇÃO DO ABUSO DO OPIO

Protocollo de 9 de Julho de 1913, assignado na 2ª Conferencia
Internacional do Opio, tambem reunida na Haya

N. 88

Texto resumido do mencionado Protocollo de encerramento dos trabalhos da Conferencia

Protocole de clôture de la Deuxième Conférence Internationale de l' Opium
— 1913.

La Deuxième Conférence Internationale de l' Opium, convoquée par le Gouvernement des Pays-Bas en vertu de l' article 23 de la Convention Internationale de l' Opium, s'est réunie à La Haye, dans le Palais des Comtes, le 1 juillet 1913.

Les Gouvernements dont l' énumération suit, ont pris part à la Conférence pour laquelle ils avaient désigné les Délégués....

L'Allemagne,... Les Etats Unis d'Amérique,... La République Argentine,... La Belgique,... Les Etats Unis du Brésil,... Le Chili,... La Chine,... La Colombie,... La République de Costa Rica,... Le Danemark,... La République Dominicaine,... L'Equateur,... L'Espagne,... La France,... La Grande-Bretagne,... L'Haïti,... L'Italie,... Le Japon,... Le Luxembourg,... Les Etats Unis Mexicains,... Les Pays-Bas,... Le Portugal,... La Russie,... Le Siam...

Dans une série de réunions tenues du 1 au 9 juillet 1913 la Conférence, après avoir examiné la question qui lui était soumise par le paragraphe 2 de l'article 23 de la Convention Internationale de l'Opium de 23 janvier 1912,

I. a décidé que le dépôt des ratifications peut avoir lieu dès maintenant.

II. a adopté à l'unanimité la résolution suivante :

Désirant poursuivre, dans la voie ouverte par la Commission Internationale de Shangai de 1909 et par la Première Conférence de la Haye de 1912, la suppression progressive de l'abus de l'opium, de la morphine, de la cocaïne, ainsi que des drogues préparées ou dérivées de ces substances, et considérant plus que

jamais la nécessité et le profit mutuel d'une entente internationale sur ce point, la 2^{ème} Conférence Internationale de l' Opium

1^o.) émet le vœu que le Gouvernement des Pays-Bas veuille bien faire remarquer aux Gouvernements d' Autriche-Hongrie, de Norvège et de Suède, que la signature, la ratification, la préparation des mesures législatives et l'entrée en vigueur de la Convention constituent quatre phases distinctes qui permettent dès maintenant à ces Puissances de procéder à la signature supplémentaire.

En effet, il ressort des arts. 23 et 24 qu'une période de 6 mois pourra s'écouler entre l'entrée en vigueur de la Convention et la rédaction des projets de lois, règlements et autres mesures prévues par la Convention. En outre, le 3^{ème} alinéa de l'art. 24 permet aux Puissances Contractantes de s'entendre après ratification sur la date de l'entrée en vigueur des dites mesures législatives. D'ailleurs, on ne peut s'empêcher de faire remarquer que les difficultés prévues par l'Autriche-Hongrie, la Norvège et la Suède, en ce qui concerne leur législation, n'étaient pas inconnues aux Délégués des Puissances Signataires et ont même fait l'objet d'un examen approfondi de la part des 12 Puissances Contractantes. Presque toutes les Puissances Signataires se trouvent dans la même situation que les Gouvernements susmentionnés et n'ont pas encore élaboré tous les projets de lois prévus par la Convention ;

2^o.) émet le vœu que le Gouvernement des Pays-Bas veuille bien communiquer aux Gouvernements de la Bulgarie, de la Grèce, du Monténégro, du Pérou, de la Roumanie, de la Serbie, de la Turquie et de l'Uruguay la résolution suivante :

« La Conférence regrette que certains Gouvernements aient refusé ou omis de signer jusqu'à présent la Convention. La Conférence est d'avis que l'abstention de ces Puissances entraverait de la façon la plus sérieuse les buts humanitaires poursuivis par la Convention. La Conférence exprime le ferme espoir que ces Puissances reviendront sur leur attitude ou négative ou dilatoire » ;

3^o.) émet le vœu que le Gouvernement des Pays-Bas veuille bien faire observer au Gouvernement helvétique qu' il est dans l'erreur en considérant sa coopération comme d'une valeur à peu près nulle. A l'encontre de ce qui est dit dans la lettre du Conseil Fédéral du 25 octobre 1912, la Conférence estime que la coopération de la Suisse serait de l'effet le plus utile tandis que son abstention compromettrait les résultats de la Convention. Quant à la question soulevée par le Conseil Fédéral concernant les attributions respectives des législations fédérales et cantonales, il est à noter que de semblables difficultés ont été déjà envisagées par la Première Conférence qui en a tenu compte dans la rédaction de la Convention ;

4^o.) invite les Gouvernements Signataires à charger leurs Représentants à l'étranger d'appuyer les démarches surindiquées de leurs collègues néerlandais ;

III. a émis le vœu suivant : que dans le cas où la signature de toutes les Puissances invitées en vertu du paragraphe 1 de l'article 23 n'aurait pas été

obtenue à la date du 31 décembre 1913, le Gouvernement des Pays-Bas invite immédiatement les Puissances Signataires à désigner des Délégués pour procéder à La Haye à l'examen de la possibilité de faire entrer en vigueur la Convention internationale de l'Opium du 23 janvier 1912.

En foi de quoi, les Délégués ont revêtu le présent Protocole de leurs signatures (*).

Fait à La Haye, le neuf juillet mil neuf cent treize en un seul exemplaire, qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique à toutes les Puissances tant Signataires que non Signataires.

(*) Este Protocollo não recebeu as assignaturas dos Representantes do Brasil e da Colombia o que reduz a 22 o numero dos paizes signatarios.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A PROTECÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Actos assignados em 2 de Junho de 1911, na Conferencia Inter-
nacional de Washington

N. 89

Officio da Embaixada do Brasil em Washington a este
Ministerio

3ª Secção. — N. 4. — Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. —
Washington, 14 de Abril de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebido o despacho telegraphico deste teôr,
que Vossa Excellencia se serviu dirigir-me em data de 2 do corrente :

« Oito. Como Vocencia sabe Brasil foi representado Secretario Rinaldo na
reunião nessa Capital da Conferencia para Protecção Propriedade Industrial em
Junho 1911. Prazo para deposito ratificações terminou hontem. Desejando Brasil
fazer deposito e só podendo fazer em Junho ou Julho vindouro porque Congresso
ainda não se pronunciou sobre convenção rogo queira dizer se seria possivel obter
para esse effeito uma prorogação prazo », ao qual me foi dado responder no tele-
gramma seguinte, do dia 3, que confirmo :

« 37 — Quinta. Sobre deposito instrumento troca ratificação convenção pro-
priedade industrial disseram no Departamento de Estado que outros paizes se
acham mesma situação que nós Pensam poderemos quando estivermos promptos
negociar modificação convenção parte relativa prazo troca ratificações ».

Aproveito esta oportunidade para renovar a Vossa Excellencia, Senhor
Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

DOMICIO DA GAMA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Re-
lações Exteriores.

N. 90

Officio da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

1ª Secção. — N. 8. — Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. —
Washington, 12 de Maio de 1913.

Senhor Ministro,

Em additamento ao meu officio desta Secção n. 4, de 14 de Abril proximo passado, tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia a inclusa copia da Nota do Departamento de Estado em que o Sr. John Basset Moore, servindo interinamente de Secretario de Estado, communica a esta Embaixada que o deposito das ratificações da Convenção para a protecção da Propriedade Industrial e dos Accordos para Marcas de Fabrica e Repressão de Falsa Indicação de Origens de Mercadorias, assignados em Washington em 2 de Junho de 1911, deverá ser feito d'ora em diante ao Conselho Federal Suíço, por ter deixado elle de ser effectuado dentro do prazo especificado nos referidos Actos, faltando agora autoridade ao Governo Americano para recebê-lo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

DOMICIO DA GAMA.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXO

Nota do Departamento de Estado dos Estados Unidos da America á Embaixada do Brasil em Washington

Copia. — Department of State. — Washington. — May 8, 1913.

Excellency :

As you are aware, in execution of Articles 18, 12 and 6, respectively, of the Industrial Property Convention, the Trade Mark Arrangement, and the Arrangement concerning the repression of False Indication of Origin of Merchandise,

signed at Washington on June 2, 1911, the ratifications of the three Acts were deposited with the Government of the United States on April 1, 1913.

It was much regretted that the Government of Brasil was not at that time prepared to deposit its ratifications. Inasmuch as the Government of the United States is now without authority to receive the ratifications which were not effected within the time specified in the three Acts, I have the honor to request that you will be so good as to make known to your Government that, should it be its pleasure to ratify the Convention and the Arrangements, the instrument of ratification should be transmitted by it to the Swiss Federal Council and not to the Government of the United States.

Accept, Excellency, the renewed assurance of my highest consideration
For the Secretary of State :

(Assignado) JOHN B. MOORE.

N. 91

Officio da Embaixada do Brasil em Washington a este Ministerio

3ª Secção. — N. 20. — Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. —
Washington, 8 de Novembro de 1913.

Senhor Ministro,

No dia 4 deste mez tive a honra de receber o seguinte telegramma desse Ministerio :

« N. 65. Peço V. Ex. diga se de accordo seu telegramma 37 de 3 de Abril ainda é possível conseguir prorrogação prazo troca ratificações actos conferencia propriedade industrial. (Assignado) Regis. »

Como tive a honra de communicar a Vossa Excellencia por officio n. 8 desta Secção e serie de 12 de Maio ultimo, o Departamento de Estado, depois de no-haver dito que poderíamos obter prorrogação do prazo para o deposito das ditas ratificações, passou-nos nota explicando que taes instrumentos deverão ser remet-tidos ao Conselho Federal Suisso, unico competente para os receber d'ora em deante.

Nestes termos respondi hoje ao telegramma do Sr. Sub-Secretario de Estado:
« 96. Sabbado. Governo Suisso unico competente agora para receber instrum-
mentos ratificações convenção propriedade industrial. Nota Governo Americano
sobre assumpto foi annexa officio 8 Terceira Secção 12 Maio. (Assignado) Gama. »

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos de minha
respeitosa consideração.

DOMICIO DA GAMA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Re-
lações Exteriores.

N. 92

Nota da Legação da Suissa ao Governo Brasileiro

Rio do Janeiro, le 23 Octobre 1913.

Monsieur le Ministre:

Les actes régissant l'Union internationale pour la protection de la propriété
industrielle ont été revisés dans une Conférence qui a siégé à Washington du 15
Mai au 2 Juin 1911. La ratification des nouvelles Conventions adoptées à Was-
hington devait avoir lieu le 1^{er} Avril 1913 au plus tard. Il résulte des procès ver-
baux, publiés dans « La Propriété industrielle », du 31 Mai 1913, page 65, que
16 pays ont déposé leurs ratifications dans le délai fixé.

La République des Etats Unis du Brésil ne figure pas parmi les pays qui
ont pu déposer leurs ratifications au jour fixé.

Sur l'initiative de l'un des Gouvernements unionistes et d'ordre du Conseil
Fédéral Suisse, j'ai l'honneur de venir prier Votre Excellence de me faire savoir
si, dans les circonstances actuelles, la République des Etats-Unis du Brésil se
propose d'adhérer ultérieurement à l'un ou à l'autre des Actes, dont il s'agit. Votre
Excellence obligerait tout particulièrement mon Gouvernement en m'indiquant,
le cas échéant, les motifs qui pourraient empêcher ou retarder cette adhésion.

Espérant que Votre Excellence voudra bien, par mon intermédiaire, mettre
le Conseil Fédéral Suisse en mesure de répondre à la demande qui lui a été
adressée, je saisis cette nouvelle occasion pour Vous renouveler, Monsieur le Mi-
nistre, les assurances de ma haute estime et de ma considération la plus distinguée.

Le Chargé d'Affaires de Suisse:

A. GERSTCH.

Son Excellence Monsieur le Dr. Lauro Müller, Ministre d'Etat des Relations
Extérieures.

N. 93

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Suissa, em resposta á precedente

Secção do Protocollo.— N. 7.— Ministerio das Relações Exteriores, 18 de
Novembro de 1913.

Senhor Encarregado de Negocios :

Tenho a honra de accusar o recebimento da Nota que V. S. me dirigiu em
23 de Outubro ultimo e na qual manifesta o desejo de saber se o Brasil está
disposto a adherir aos Actos assignados na Conferencia para a Protecção da
Propriedade Industrial realizada em Washington de 15 de Maio a 2 de Junho de
1911, visto não ter feito, até 1º de Abril do corrente anno, o deposito dos seus
instrumentos de ratificação.

Cabe-me, em resposta, dizer a V. S. que os referidos Actos ainda pendem
do estudo do Congresso Nacional. Logo que o Poder Legislativo der a sua ap-
provação aos Actos em questão, o Brasil fará então o seu acto de adhesão.

Aproveito esta oportunidade para renovar a V. S. os protestos da minha
mui distincta consideração.

LAURO MÜLLER.

Ao Sr. Albert Gerstch, Encarregado de Negocios da Suissa.

N. 94

Nota da Legação da Suissa ao Governo Brasileiro, accusando o recebimento da Nota anterior

Rio de Janeiro, le 21 Novembre 1913.

Monsieur le Ministre :

J'ai l'honneur d'accuser réception de la Note que Votre Excellence a bien
voulu me faire parvenir, en date du 18 courant, m'informant que les Actes ré-
gissant l'Union internationale pour la protection de la propriété industrielle,

revisés par la Conférence qui a siégé à Washington du 15 Mai au 2 Juin 1911, sont soumis à l'étude du Congrès National Brésilien et que le Brésil déposera son adhésion aux nouvelles conventions, aussitôt que les Actes auront été approuvés par le Pouvoir Législatif.

Je saisis avec empressement cette nouvelle occasion pour Vous prier, Monsieur le Ministre, d'agréer les assurances de ma haute estime et de ma considération la plus distinguée.

Son Excellence Monsieur le Dr. Lauro Müller,

Ministre d'E'tat des Relations Extérieures & & &.

A. GERTSCH,

Chargé d'Affaires de Suisse

ASSUMPTOS COMMERCIAES

BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Continúa a redução nos direitos de importação no Brasil para alguns artigos de procedencia norte-americana

N. 95

Nota da Embaixada dos Estados Unidos da America ao Governo Brasileiro

N. 125.— Embassy of the United States of America.— Rio de Janeiro, December 26th, 1913.

Monsieur le Ministre :

Referring to the Memorandum which I had the honor to place in Your Excellency's hands on December 4th last, and to our subsequent conversation of the 22nd instant, I have the honor, under instruction from my Government and in conformity with the yearly custom of this Embassy, again to bespeak, Your Excellency's earnest consideration in the matter of the continuation of the preferential tariff treatment which certain articles of American manufacture now enjoy in Brazil.

Article 35 of Projecto N. 102 B. 1913 (page 2.947. *Diario Official* n. 281, of December 2nd) relates :

« Continúa em vigor a autorização dada ao Governo para adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de producção estrangeira, podendo a redução attingir até o limite de 20%, limite que, para a farinha de trigo, será de até 30 % e redução que seja compensadora de concessões aduaneiras e facilidades commerciaes feitas a generos de producção brasileira, como o café, a herva-matte, o assucar, o alcool, o cacão, o fumo e o algodão. »

(« There shall continue in force the authorization given to the Government to adopt a differential tariff for one or more articles of foreign production, such re-

duction not to exceed 20% and in case of wheat flour 30% and to be in compensation for customs concession and commercial facilities afforded articles of Brazilian production, such as coffee herva-matte, sugar, alcohol, cocoa, tabacco and coto».)

From the above it would appear that it is the intention of the Congress of Brazil again to invest His Excellency, the President, with the power of extending by Executive Decree, during the year 1914, such preferential and reciprocal tariff treatments he may deem fit. It is hardly necessary to recall to Your Excellency's attention that the list of American articles which are now accorded such tariff preferences is as follows.

30% PREFERENTIAL

Wheat flour.

20% PREFERENTIALS

Manufactures of rubber (N. 1033 of the Tariff);
Clocks and watches (*Relogios*, construed by official order to include alarm clocks, *despertadores*);
Paints and inks (not including writing inks);
Varnishes;
Typewriters;
Refrigerators;
Pianos (to be made to include player-pianos);
Scales;
Cement;
Dried Fruits;
Desks;
Corsets;
Condensed milks;
Windmills; and
Furniture for Schools.

Confident in the belief that my Government rightly interprets the desire of Your Excellency's Government to continue to accord the existing tariff preferentials to American articles and thus again to lend valuable support to the commercial relations now subsisting between the United States and Brazil, I feel at liberty to invite Your Excellency's attention to several considerations in connection with the above list:

As regards pianos, the seventh articles on the list of enjoying a tariff reduction of 20%, it would be a matter of great satisfaction to this office should pla-

yers-pianos be classified as pianos and not, as at present, subject to a double duty, a portion of which is assessed upon the instrument as a piano and another portion of which is assessed upon the same instrument as a mechanical device for playing a piano. In support of this most reasonable classification, Mr. Stephen Schaefer has addressed a petition to the Tariff Commission Committee.

It has been my honor to intimate to Your Excellency by Memorandum and in conversation, that the last four articles of the present list might be eliminated for the reasons set forth in the note of Ambassador Morgan N. 55, of December 23, 1912, provided that the following American products be substituted therefor :

ROLLED IRON AND STEEL PRODUCTS

While the category embraced by this heading is extensive, it may not be amiss to consider the advantages which would accrue to Brazil should preferential tariff treatment be accorded certain of these products, such as iron bars, steel structural material, and plain, barbed and woven wire fencing, the first two of which are, as Your Excellency is aware, not employed in building construction of all kinds.

Should preferential treatment likewise be accorded to plain, barbed and woven wire fencing, it is fair to assume that it would thus materially aid in fostering the agricultural and stock raising industries in the parts of the country already open to colonisation.

Drugs and chemical (including soda ash and caustic soda)

Tools and implements

Paper

To Mr. Morgan's considerations in favor of the last three articles above mentioned, which may be found on page 3 of this Embassy's N. 55, of December 23rd. 1912, this office has at present nothing to add.

As was the case last year, Your Excellency will note that it is not the desire of my Government to increase the number of articles which at present enjoy tariff consideration in Brazil, nor that the rate now accorded them be augmented. It would however be a source of great satisfaction should canned goods be included therein. While this term is commonly accepted to include fruits, vegetables, meats, fish and combinations or products thereof in tins, Your Excellency might see fit to consider the inclusion of conserved fruits and vegetables under the provision for dried fruits in the present list, thus limiting the classes of articles enjoying tariff treatment to the present number. In this connection and in support of a request for tariff consideration, Messrs. Williams, Robertson and Co., representatives in Brazil of the California Fruit Canners Association, of San Francisco,

California, addressed to the Director da Receita Publica a petition in English and in Portuguese, dated the first of September, 1913.

In further support of the representations which form the basis of this communication, I have the honor to refer Your Excellency to the above mentioned note of Mr. Morgan and to certain portions of Ambassador Dudley's note n. 256 of December 31 st 1909, in which are so ably set forth the considerations which then prompted this Embassy to express the desire that such preferential tariff treatment should be continued ; considerations which, I beg to observe, are no less applicable at the present moment. The advantages which Your Excellency's Government still derives from free admission of her most important products to the markets of the United States, and the still further advantages afforded Brazil by the new tariff law of the United States, particularly in regard to sugar, would appear to strengthen the representations in this connection to which I have had the honor to refer.

While expressing in advance my sincere appreciation of Your Excellency's consideration of this important matter, vitally connected with the commercial relations now so happily subsisting between Your Excellency's Government and that of United States, I improve this opportunity to renew to Your Excellency the expression of my highest and most distinguished consideration.

BUTLER WRIGHT.

His Excellency Dr. Lauro Müller, Minister for Foreign Affairs, etc, etc. Rio de Janeiro.

N. 96

Aviso do Ministerio das Relações Exteriores ao Ministerio da Fazenda

1ª Secção.— N. 4 A.— Urgente.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de 1914.

Senhor Ministro,

Por copia tenho a honra de submeter ao exame de V. Ex. a Nota n. 125, de 26 de Dezembro do anno findo, da Embaixada Americana, pedindo seja mantida no presente exercicio a redução de direitos que tem sido concedida a diversos productos dos Estados Unidos da America, como consta do decreto n. 10.209 A, de 6 de Maio ultimo.

Como V. Ex. se servirá de ver, a Embaixada Americana pede a substituição de uns artigos por outros no gozo daquelle favor, sendo de 30 % a redução sobre a farinha de trigo e de 20 % sobre os demais artigos mencionados, de accordo com a autorização constante da lei da receita.

Aguardando a resposta de V. Ex. para que eu a possa communicar áquella Embaixada, aproveito o ensejo para ter a honra de lhe renovar, Senhor Ministro, os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração.

LAURO MÜLLER.

A S. Ex. o Sr. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa, Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda.

N. 97

Decreto do Ministerio da Fazenda

DECRETO N. 10.714 B — DE 31 DE JANEIRO DE 1914

Manda observar, no corrente exercicio, os decretos ns. 6.079, de 30 de junho de 1906; 7.817, de 15 de janeiro de 1910; 8.520, de 12 de janeiro de 1911; 9.323, de 17 de janeiro de 1912 e 10.162, de 9 de abril de 1913

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 35 da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913, resolve que sejam observados, no corrente exercicio, os decretos ns. 6.079, de 30 de junho de 1906; 7.817, de 15 de janeiro de 1910; 8.520, de 12 de janeiro de 1911; 9.323, de 17 de janeiro de 1912 e 10.162, de 9 de abril de 1913.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1914, 93º da Independencia e 26º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Rivadavia da Cunha Corrêa.

ANNEXOS

Decretos da Fazenda referidos no anterior

A

Decreto n. 6.079, de 30 de Junho de 1906

Concede redução nos direitos de importação de alguns artigos de procedencia norte-americana

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no intuito de promover o desenvolvimento das relações commerciaes do Brasil com os Estados Unidos da America do Norte e considerando :

Que esse paiz é o maior importador do café, que nos seus mercados tem entrada livre de direitos ;

Que o art. 6º da lei n. 1.144, de 30 de Dezembro de 1903, revigorado pelo art. 18 da lei n. 1.452, de 30 de Dezembro de 1905, autoriza o Governo a adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de producção estrangeira, compensadora de concessões feitas a generos de producção brasileira

Decreta :

Art. 1º. Dentro do vigente exercicio, a partir de 1 de Julho vindouro até 31 de Dezembro, gozarão de uma redução de 20% nos direitos de importação para consumo os seguintes artigos de producção dos Estados Unidos da America do Norte que tiverem entrada no Brasil:

Farinha de trigo.

Leite condensado.

Manufacturas de borracha do art. 1.023 da Tarifa.

Relogios.

Tintas do art. 173 da Tarifa, excepto tintas para escrever.

Vernizes.

Machinas de escrever.

Caixas frigorificas.

Pianos.

Balanças.

Moinhos de vento.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 1906, 18º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

B

Decreto n. 7.817, de 15 de Janeiro de 1910

Manda observar no exercicio corrente o decreto n. 6.079, de 30 de Junho de 1906, incluindo outros artigos quando despachados desta data em diante

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 6º da lei n. 1.144, de 30 de Dezembro de 1903, revigorada pelo art. 13 da lei n. 2.210, de 28 de Dezembro ultimo :

Resolve que seja observado no exercicio actual o Decreto n. 6.079, de 30 de Junho de 1906, accrescentando-se nos artigos nelle mencionados os seguintes : cimento, espartilhos, fructas seccas, mobílias escolares e secretarias : mas só tornando effectiva a redução de direitos em relação a estes quando despachados desta data em diante.

Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

Leopoldo de Bulhões.

C

Decreto n. 8.520, de 12 de Janeiro de 1911

Manda observar no corrente exercicio os decretos ns. 6.079, de 30 de Junho de 1906 e 7.817, de 15 de Janeiro de 1910, elevada a 30 % a redução da taxa referente á farinha de trigo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 23 da Lei n. 2.321, de 30 de Dezembro de 1910, resolve que sejam observados no actual exercicio os decretos ns. 6.079, de 30 de Junho de 1906, e 7.817, de 15 de Janeiro de 1910, elevada a 30 % a redução da taxa referente á farinha de trigo, compensadora de concessões ao café e outros generos de producção nacional ; só se tornando effectiva a redução de 30 % para os despachos que se effectuarem desta data em diante.

Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de 1911, 90º da Independencia e 23º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Francisco Antonio de Salles.

D

Decreto n. 9.323, de 17 de Janeiro de 1912

Manda observar no exercicio corrente os decretos ns. 6.079, de 30 de Junho de 1906; 7.817, de 15 de Janeiro de 1910, e 8.520, de 12 de Janeiro de 1911

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 22 da Lei n. 2.524, de 31 de Dezembro proximo findo, resolve que sejam observados no corrente exercicio os decretos n. 6.079, de 30 de Junho de 1906; 7.817, de 15 de Janeiro de 1910; e 8.520, de 12 de Janeiro de 1911.

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 1912, 91º da Independencia e 24º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Francisco Antonio de Salles.

E

Decreto n. 10.162, de 9 de Abril de 1913

Manda observar até a presente data os decretos ns. 6.079, de 30 de Junho de 1906; 7.817, de 15 de Janeiro de 1910; 8.520, de 12 de Janeiro de 1911, e 9.323, de 17 de Janeiro de 1912

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 30 da Lei n. 2.719, de 31 de Dezembro de 1912, resolve que sejam observados no corrente exercicio os decretos ns. 6.079, de 30 de Junho de 1906; 7.817, de 15 de Janeiro de 1910; 8.520, de 12 de Janeiro de 1911, e 9.323, de 17 de Janeiro de 1912, em relação aos artigos que tiverem entrado nos portos brasileiros até a presente data.

Rio de Janeiro, 9 de Abril de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Francisco Antonio de Salles.

N. 98

Nota da Embaixada dos Estados Unidos da America ao Governo Brasileiro

Embassy of the United States of America. — N. 139. — Rio de Janeiro
February 12th, 1914.

Monsieur le Ministre :

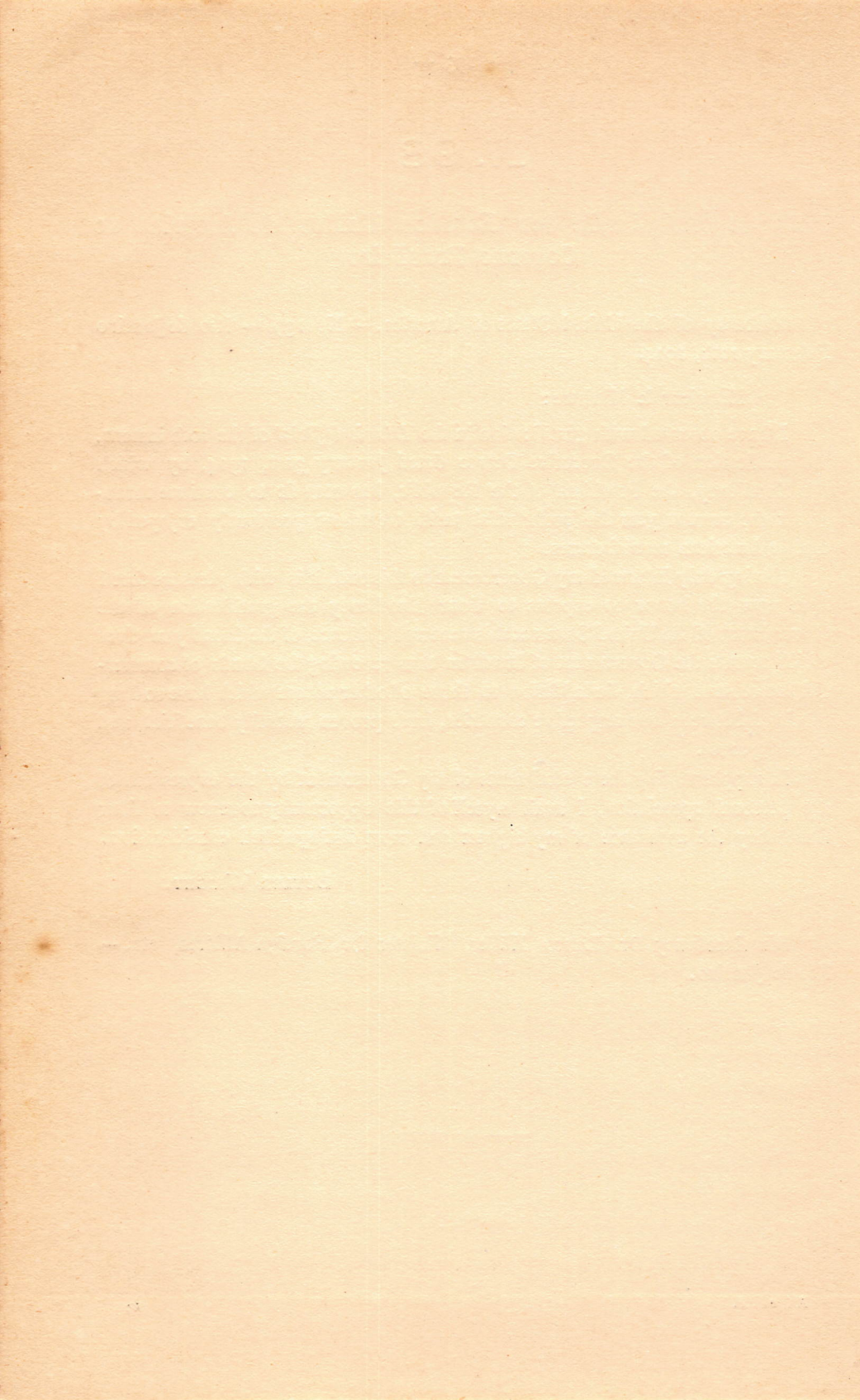
I have observed with gratification in the *Diario Official* of the 10th instant, the publication of the Executive Decree dated January 31st, 1914, by which His Excellency, the President of the Republic, has seen fit to continue throughout the current year the preferential tariff treatment previously enjoyed by certain American manufactures.

Having duly informed my Government to this end, it is with pleasure that I have now the honor to express to Your Excellency the gratification of the Government of the United States at this renewed evidence of the friendly motives which actuate the Government of Brazil in thus renewing the bonds of commercial intercourse which, in addition to those of other nature which have so long subsisted between our respective countries, have proven mutually beneficial and advantageous.

In supplementing these sentiments of my Government by the expression of my personal appreciation, I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest and most distinguished consideration.

BUTLER WRIGHT.

His Excellency Dr. Lauro Müller, Minister for Foreign Affairs, etc. —
Rio de Janeiro.



CONGRESSOS MEDICOS DE LIMA

6º Congresso Medico Pan-Americano, 5º Congresso Medico Latino-Americano e Exposição Internacional de Hygiene a este annexa, que deviam realizar-se, simultaneamente, em Lima, no Perú, na primeira semana de Agosto de 1913, e foram adiados para a segunda semana de Novembro do mesmo anno, havendo sido celebrados de 9 a 16 de deste ultimo mez.
— Representação brasileira nos referidos Congressos

N. 99

Nota do Governo Peruano ao Governo Brasileiro

Lima, 6 de Marzo de 1912.

Señor Ministro :

Las asambleas de los Congresos americanos que se reunieron en Guatemala e Rio de Janeiro en Agosto de 1908 y 1909, respectivamente, designaron la ciudad de Lima como sede de sus siguientes conferencias.

Aceptada por el Perú tan honrosa distinción, esta Cancilleria participa á la de Vuestra Excelencia la realización conjunta del VIº Congreso Medico Panamericano y del V Latino Americano y á nombre del Gobierno peruano tiene el agrado de invitar al Gobierno de los Estados Unidos del Brasil á que se haga representar oficialmente en dichas reuniones que tendrán lugar en esta capital, durante la primera semana del mes de Agosto del año próximo. Hago presente á Vuestra Excelencia que ellas no se han verificado con anterioridad, por las dificultades internacionales que han mantenido en expectativa á esta República.

Anexo al Congreso Latino Americano se realizará la Exposición Internacional de Higiene y confio en que el Gobierno de Vuestra Excelencia ha de prestar su valioso concurso para el mayor exito de este certamen.

Mui reconocido al Gobierno de Vuestra Excelencia por su segura participación en las asambleas referidas, cuya importancia se ha puesto de manifesto en anteriores reuniones, aprovecho la oportunidad para reiterar á Vuestra Excelencia las protestas de mi alta y distinguida consideración.

G. LEGUIA Y MARTINEZ.

Al Exmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil.

N. 100

Nota do Governo Brasileiro ao Governo Peruano

Secção do Protocollo.— Ministerio das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.— Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1912.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebimento da nota de 6 de Março ultimo, em que Vossa Excellencia me communica que, acceitando o Perú a distincção que lhe conferiram os Congressos Americanos reunidos em Guatemala e no Rio de Janeiro em 1908 e 1909, se realizará em Agosto do anno vindouro, nessa capital, a reunião conjuncta do VI Congresso Medico Pan-Americano e do V Latino-Americano, e annexa a este a Exposição Internacional de Hygiene.

Na sua nota, Vossa Excellencia convida em nome do seu Governo o do Brasil a se fazer representar officialmente nas referidas reuniões. Accedendo a este amavel convite, o Governo do Brasil terá grande prazer em se fazer representar por delegados officiaes cujos nomes terei o prazer de opportunamente communicar e Vossa Excellencia.

Sirvo-me desta oportunidade para apresentar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

LAURO MÜLLER.

A Sua Excellencia o Senhor Ministro das Relações Exteriores da Republica do Perú.

N. 101

Nota da Legação Peruana ao Governo Brasileiro

N. 26.— Legación del Perú.— Petropolis, 12 de Noviembre de 1912.

Señor Ministro :

Obedeciendo á instrucciones de mi Gobierno, puse en conocimiento de Vuestra Excelencia, en nuestra conferencia del 7 del presente, que algunos señores medicos argentinos y uruguayos habían manifestado á la Comisión Organizadora del V Congreso Médico Latino Americano, próximo á reunirse en Lima, la conveniencia de postergar hasta el mes de Noviembre de 1913 la reunión de

ese Congreso, fundándose en que el paso de la cordillera de los Andes se hacía mas facilmente al aproximarse la estación de verano ; y que en vista de esa insinuación, el Gobierno del Perú me había encargado proponer aquella prorróga al de Vuestra Excelencia.

Vuestra Excelencia se dignó responderme aceptando, desde luego, la postergación propuesta, y expresándome, que para darle forma y curso, le enviase constancia escrita de los deseos de mi Gobierno sobre el particular.

Dejo, pues, cumplida con agrado la indicación de Vuestra Excelencia.

Tengo el honor de renovar á Vuestra Excelencia, Señor Ministro, las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

HERNÁN VELARDE.

Al Excelentísimo Señor Doctor Lauro Müller, Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil.

Rio de Janeiro.

N. 102

Nota do Governo Brasileiro á Legação Peruana

1ª Secção.— N. 5.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1912.

Senhor Ministro :

De posse da Nota n. 26, de 12 de Novembro findo, na qual V. Ex., referindo-se á nossa entrevista de 7 do mesmo mez, diz que a Comissão Organizadora do V Congresso Medico Latino-Americano, a se reunir em Lima, attendendo ao desejo de alguns medicos argentinos e uruguayos, achava conveniente adiar para o mez de Novembro de 1913 a reunião do mesmo Congresso, então convocado para Agosto, cabe-me a honra de confirmar o que, naquella occasião, declarei a Vossa Excellencia, isto é, que o Governo Brasileiro acceitava com prazer o adiamento proposto.

Approveito esta oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

LAURO MÜLLER.

A S. E. o Sr. Dr. Hernán Velarde, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica do Perú.

N. 103

Nota do Governo Peruano ao Governo Brasileiro

Ministerio de Relaciones Exteriores.— Lima, 18 de Enero de 1913.

Excelentísimo Señor :

Con referencia á la nota que mi Honorable predecesor tuvo la honra de dirigir á Vuestra Excelencia el 6 de Marzo del año último, invitando á su ilustrado Gobierno para se hiciera representar oficialmente en los Congresos Medicos VI Pan Americano y V Latino Americano, y solicitando, á la vez, su valioso concurso á la Exposición Internacional de Higiene anexa á este último, me es grato comunicar á Vuestra Excelencia que, á mérito de gestiones de la Comisión Organizadora de dichos Congresos y para prestar mayores facilidades á los representantes que concurran do extranjero, mi Gobierno ha resuelto postergar su reunión hasta la segunda semana del mes de Noviembre del año en curso.

Al transmitir á Vuestra Excelencia la noticia que antecede, cábeme la satisfacción de expresarle, nuevamente, que el Gobierno Peruano confía en la participación del Gobierno de Vuestra Excelencia, que ha de contribuir, seguramente, al mayor éxito de los certámenes referidos.

Aprovecho, complacido, esta oportunidad para ofrecer á Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguid aconsideración.

WENCESLAO VALERA.

Al Excelentísimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil. Rio de Janeiro.

N. 104

Nota do Governo Brasileiro ao Governo Peruano

1ª Secção.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 28 de Fevereiro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota de 18 de Janeiro proximo findo em que Vossa Excellencia me deu conhecimento de haver sido fixada a segunda semana de Novembro do corrente anno para a abertura em Lima dos

Congressos Medicos VI Pan-Americano e V Latino Americano e da Exposição Internacional de Hygiene annexa a este ultimo.

Agradecendo muito a Vossa Excellencia essa obsequiosa communicação, aproveito o ensejo para lhe reiterar os protestos da minha mais alta consideração.

LAURO MÜLLER.

A Sua Excellencia o Senhor Ministro das Relações Exteriores da Republica do Perú.

N. 105

Aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores ao das Relações Exteriores

N. 1.037.— 2ª Secção.— Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.— Directoria do Interior.— Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1913.

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Tenho a honra de communicar-vos que, por Aviso desta data, resolvi nomear os Drs. Luiz do Nascimento Gurgel, professor ordinario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e José Placido Barbosa, Delegado de Saude da Directoria Geral de Saude Publica para representarem o Brasil no 5º Congresso Scientifico Latino Americano e no 6º Congresso Medico Pan-Americano, que se devem reunir em Lima na segunda semana de Novembro proximo vindouro.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

Saúde e fraternidade.

RIVADAVIA DA CUNHA CORRÊA.

N. 106

Nota do Governo Brasileiro á Legação Peruana

Secção de Protocollo.— N. 5.— Sub-Secretaria de Estado.— Ministerio das Relações Exteriores.—Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1913.

Senhor Encarregado de Negocios,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. S. que, para representar o Brasil no V Congresso Scientifico Latino Americano e no VI Congresso Medico Pan-Americano, a se reunirem em Lima na segunda semana de Novembro vindouro, foram nomeados os Srs. Drs. Luiz do Nascimento Gurgel, professor ordinario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e José Placido Barbosa, Delegado de Saude da Directoria Geral de Saude Publica.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S. os protestos da minha mui distincta consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Senhor Enrique Carillo, Encarregado de Negocios do Perú.

N. 107

Nota da Legação Peruana ao Governo Brasileiro

Legación del Perú.— N. 36.— Petropolis, 14 de Setiembre de 1913.

Senhor Sub-Secretario :

Tengo a honra acusar recibo a V. E. de su atenta Nota n. 5, de 11 del corriente, por la que pone en mi conocimiento que, para representar al Brasil en el V Congreso Cientifico Latino Americano y en el IV Congreso Medico Pan-Americano, que debe reunirse en Lima en la segunda semana de Noviembre próximo, fueron nombrados los Señores Doctores Luiz do Nascimento Gurgel, profesor ordinario de la Facultad de Medicina de Rio de Janeiro, y José Placido Barbosa, Delegado de Salud de la Directoria General de Salud Pública.

Agradezco a V. E. esta comunicación, que elevaré á conocimiento de mi Gobierno y aprovecho la oportunidad para renovar a V. E. las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

ENRIQUE A. CARRILO.

Al Excelentísimo Señor Doctor Regis de Oliveira.

Sub-Secretario de Estado en el Despacho de Relaciones Exteriores.

N. 108

Nota do Governo Brasileiro ao Governo Peruano

Secção do Protocollo.— Ministerio das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.— Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1913.

Senhor Ministro,

Em additamento á minha nota de 28 de Fevereiro ultimo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, para representar o Brasil no V Congresso Scientifico Latino-Americano e no VI Congresso Medico Pan-Americano, a se reunirem em Lima na segunda semana de Novembro vindouro, foram nomeados os Srs. Drs. Luiz de Nascimento Gurgel, professor ordinario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e José Placido Barbosa, Delegado de Saúde da Directoria Geral de Saúde Publica.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração.

LAURO MÜLLER.

A Sua Excellencia o Senhor Ministro das Relações Exteriores da Republica do Perú.

LIMA.

N. 109

Nota do Governo Peruano ao Governo Brasileiro

Ministerio de Relaciones Exteriores.— Lima, 9 de Octubre de 1913.

Señor Ministro:

De manos del Excelentísimo Señor de Alencar, he tenido el honor de recibir la atenta Nota de Vuestra Excelencia, de 10 de Setiembre último, destinada á poner en conocimiento de mi Gobierno, que los señores doctores don Luiz Nascimento Gurgel, profesor de la Facultad de Medicina de Rio de Janeiro, y don José Placido Barbosa, Delegado de la Dirección General de Salud Publica, han sido designados representantes del Brasil al V Congreso Científico Latino Americano y VI Congreso Medico Panamericano que se reunirán en Lima en la segunda semana de Noviembre próximo.

Al agradecer á Vuestra Excelencia la noticia que me comunica en la apreciable nota que contesto, me complasco en reiterarle, Señor Ministro, las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

T. TUDELA.

Al Excelentísimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil.

Rio de Janeiro.

N. 110

Officio da Legação Brasileira em Lima a este Ministerio

A' 1ª Secção.— N. 39.— Legação dos Estados Unidos do Brasil.— Lima, 29 de Novembro de 1913.

Senhor Ministro,

Nos dias 10, 11, 12 e 16 do corrente mez tive a honra de trocar com Vossa Excellencia os seguintes telegrammas:

«Numero 27. Nossos delegados chegados dia 3 acolhidos carinhosamente sociedade collegas autoridades recebidos oficialmente Presidente Republica ministros exteriores instrucção. Sessão solenne abertura hontem 9

presença chefe estado fallou grande successo doutor Gurgel. Falta. . . extraordinarios gastos vinda e retribuição atencões recebidas resolvida reunião todas delegações tornam indispensavel urgente auxilio esses gastos e volta nossos delegados. . . Rogo Vocencia autorize saque Londres. »

« Numero 28. Primeira assembléa geral congresso hontem fizeram conferencias doutores Barbosa sobre prophylaxia febre amarella Gurgel sobre assistencia publica mutilados ambos delirantemente applaudidos. Delegado argentino Lozano fez elogio Oswaldo Cruz propondo voto applauso sabio hygienista bemfeitor humanidade assembléa de pé approvou estrondosos applausos. Presidente congresso propoz esse voto fosse communicado Governo Brasil telegrapho sendo unanimemente aprovado. Rogo Vocencia resposta telegramma numero 27. »

« Vinte tres. O povo do Brasil e seu Governo receberam com profunda gratidão a moção de applauso que por iniciativa delegado argentino Lozano os notaveis homens de sciencia que compõem o quinto Congresso Medico Latino Americano votaram aos trabalhos de Oswaldo Cruz. Rogo vocencia queira transmittir áquella illustre assembléa, com esses nossos agradecimentos, a expressão da confiança que temos no bom exito dos seus trabalhos. »

« Numero 29. Sessão encerramento hoje congresso unanimemente acclamado voto Brasil Peru procedam conjunctamente prophylaxia febre amarella Amazonas Iquitos. Resolvido sede proximo Congresso medico Havana Congresso Pan-Americano São Francisco California, Brasil acclamado respeitosas felicitações completo estrondoso exito nossa delegação. »

No mesmo dia em que recebi o telegramma numero 23, dei cumprimento á recommendação de Vossa Excellencia, dirigindo ao Presidente do Congresso Medico a communicação cuja cópia acompanha, com a da resposta do Dr. E. Odriozola, este officio.

Tambem em annexo remetto um artigo de « La Prensa » sobre os resultados do Congresso Medico que qualifica de completos.

Renovando minhas mais sinceras felicitações pelo excepcional e brilhante desempenho de nossa Delegação, aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração.

A. DE ALENCAR.

Sua Excellencia o Senhor Doutor Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

COPIAS ANNEXAS AO OFFICIO OSTENSIVO N. 38, DIRIGIDO, A
29 DE NOVEMBRO DE 1913, À 1ª SECÇÃO DA SECRETARIA
DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PELA LEGAÇÃO
EM LIMA

Legação dos Estados Unidos do Brasil.— Lima, 12 de Noviembre de de 1913. Señor Dr. Ernesto Odriozola, Presidente de IV Congreso Medico Latino Americano y del VI Congreso Pan-americano. Distinguido Señor: Tengo el honor de transcribirle, rogandole hacerlo conocer del Congreso de que es Ud. tan digno Presidente el siguiente telegrama que acabo de recibir del Excelentísimo Señor Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores :

« Rio de Janeiro, 12 de Noviembre. El pueblo del Brasil y su Gobierno han recibido con profunda gratitud la moción de aplauso que por iniciativa del Delegado de la República Argentina, Dr. Nicolas Lozano, los notables hombres de ciencia que componen el quinto Congreso Latino Americano han votado á los trabajos inmortales de Oswaldo Cruz. Ruego á Vuestra Excelencia quiera transmitir á aquella ilustre Asamblea con eses nuestros agradecimientos la expresión de la seguridad que tenemos en el buen exito de sus trabajos. « Al dar cumplimiento á esa recomendación de mi Gobierno ruego á V. E. aceptar las seguridades de mi consideración la más distinguida. — *A. de Alencar.*

Comisión Organizadora del 5º Congreso Medico Latino Americano (6º Pan-Americano) Lima, 17 de Noviembre de 1913. Exmo. Señor Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario del Brasil en el Perú. Presente — Exmo. Señor: Tengo el agrado de acusar á V. E. recibo de su oficio fechado el 12 de Noviembre en que se sirve V. E. transcribirme el telegrama que le ha dirigido el señor Canciller del Brasil, agradeciendo el telegrama de felicitación que se enviara por esta Presidencia, relativo á los trabajos del eminente hombre de ciencia brasileiro Dr. Oswaldo Cruz. Con sentimientos de mi más distinguida consideración, aprovecho de esta oportunidad para repetirme de V. E. obsecuente y seguro servidor.— *Ernesto Odriozola L. Avendaño.*

Conforme.

F. DE CASTELLO BRANCO CLARK,

2º Secretario da Legação.

N. 111

Telegrammas dirigidos de Lima ao Governo Brasileiro

Presidente.— Rio.

De Lima em 8 de Novembro de 1913.

Instalado congreso medico saludo a V. E. y le agradezco envio de delegación oficial.— *Odriozola* presidente congreso.

Ministro Relaciones Exteriores.— Rio.

De Lima em 11 de Novembro de 1913.

Primera asamblea quinto congreso medico ayer presidida por Doctor Domingo Cabred presidente delegación argentina resolviose por aclamación indicación delegado argentino doctor Nicolas Lozano enviar voto aplauso al doctor Oswaldo Cruz por su grande obra prophylaxia fiebre amarilla Rio Janeiro.

Secretario Larrabure.

Ministro Lauro Müller.— Rio.

De Lima em 11 de Novembro de 1913.

Exito completo congreso Lima Brasil acclamado grande successo saudações.

BARBOSA.

GURGEL.

REPRESSÃO DO TRAFICO DE BRANCAS

5º Congresso Internacional para a repressão do tráfico de mulheres brancas, aberto em Londres, no dia 30 de Junho de 1913.
— Representação do Brasil nesse Congresso

N. 112

Relatorio apresentado ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores pelo Delegado Brasileiro, o Sr. Dr. Adalberto Guerra Duval, Conselheiro de Legação, que então servia como nosso Encarregado de Negocios em Londres

Cópia. — Londres, 10 de Agosto de 1913.

Senhor Ministro,

Honrado com a escolha e designação do meu nome (que recebi telegraphicamente por intermedio do Ministerio de Estado das Relações Exteriores) para representar o Governo do Brasil, como seu Delegado Official, no V Congresso Internacional para Repressão do Trafico das Mulheres Brancas, cumpre-me levar ao alto conhecimento de Vossa Excellencia um resumido apanhado dos trabalhos e, sobretudo, das excellentes intenções dessa respeitavel Assembléa, acompanhando este Relatorio com os folhetos de actualidade que, sobre as materias tratadas, pude colligir e servirão para mais detalhadamente illustrar o que a minha escassez de tempo e de sciencia do assumpto só muito perfunctoriamente me permitem expor.

Deixando de parte as disposições dos codigos penaes que punem o lenocinio, etc., data de mais ou menos vinte annos o inicio do movimento philantropico contra a industria dos intermediarios da prostituição, mas a obra das sociedades, constituídas com esse fim por iniciativa particular, só chegou á grande luz da publicidade mundial em 1899, ao reunir-se em Londres o primeiro Congresso para a repressão do trafico das mulheres brancas.

Ainda então era tão pouco definida em certos casos a linha divisoria entre o vicio passivel de platónica sanção moral e o vicio criminoso legalmente, que os traficantes encontravam relativa segurança e raros impecilhos no exercicio de sua lucrativa profissão.

O grande resultado pratico do Congresso de 1899 foi enfeixar os esforços isolados das sociedades e individuos que combatiam o trafico, dando um caracter internacional ao generoso movimento e emocionando, assim, a opinião publica europeá, primeiro, e a americana logo a seguir.

A instalação do *Bureau International* tornou permanente o contacto entre as boas vontades dos differentes paizes civilizados e assegurou organização e continuidade á propaganda contra o repugnante commercio.

O exito dessa campanha ficou até certo ponto demonstrado pela reunião, em Paris, de uma Conferencia Internacional official e pela assignatura da Convenção de 18 de Maio de 1904, de onde se tem originado uma serie de novos Actos e Leis, promulgados em diversos paizes da Europa e nos Estados Unidos, que tendem a diffcultar e castigar as manobras dos traficantes de mulheres.

Na nossa Camara dos Deputados, se me não trae a memoria, ha já algumas sessões foi aventado um projecto de lei com esses mesmos intuitos e provavelmente, tem sido postergada a sua discussão mercê da inexplicavel demora que soffrem os assumptos que, no momento, não parecem de urgente interesse publico ou politico.

No entretanto o *Bureau International*, de cuja existencia Vossa Excellencia sem duvida está informado, no seu relatorio apresentado ao V Congresso, accusa as commodidades que ainda encontram na America do Sul, especialmente no Brasil e Republica Argentina, os importadores e exploradores de mulheres. Diz elle que, emquanto o commercio em geral lucha, nestes Estados, com difficuldades locais no que se refere á importação de mercadorias para negocio lícito, o Governo e autoridades sul-americanas, não só não põem restricções ao negocio da importação do vicio, mas até dir-se-hia que lhe offerecem todas as facilidades para o seu incremento e lucro. Accrescenta textualmente o relator : « I do not think it is too much to say that South-America is to-day one of the chief centres of the White Slave Traffic.

Para diminuir, no que diz com o Brasil, o mau effeito destes trechos do Relatorio do *Bureau International*, tive occasião de informar da existencia do projecto de lei mais acima mencionado e ponderei tambem as circumstancias particulares proprias de um paiz desejoso de immigração e muito procurado pelos emigrantes da Europa.

Cabe dizer que o autor do relatorio a que me venho reportando nota que tal estado de cousas é explicavel por certas condições do nosso meio, como sejam a generosidade dos sul-americanos no despende o dinheiro ganho e a periodica affluencia dos que trabalham proveitosamente no campo e acodem ás grandes cidades em busca de diversões e prazeres ; condições estas que não contradizem a moralidade média da população. A este proposito, tive a oportunidade de dizer a alguns membros do *Bureau International* qual é approximativamente a proporção enorme da prostituição estrangeira no Rio de Janeiro e em S. Paulo, onde apenas contadas nacionaes de infima classe têm esse degradante meio de vida.

Como um dos meios de remediar o mal do nosso Continente, o *Bureau International* propõe que para lá se envie uma Comissão internacional de propaganda, que tome a si mover a opinião publica do Brasil e da Argentina contra o trafico das mulheres.

Naquelle que nos pode mais especialmente interessar, os principaes objectos tratados e discutidos no V Congresso foram :

Maior extensão desejavel das leis para protecção das creanças empregadas em theatros, circos, etc ;

Estudos dos meios de identificação dos traficantes ;

Estudo da emigração sobre o ponto de vista do trafico de mulheres brancas, antes do embarque, a bordo e ao desembarque ;

Necessidade de leis internacionaes para punição dos traficantes que levam mulheres (com o consentimento dellas) a paizes estrangeiros com o proposito de submettel-as á prostituição ;

Necessidade de leis que castiguem os que auxiliarem estes traficantes, conforme já está previsto na lei austriaca sobre emigração (Art. 68) ;

Moção para que o V Congresso buscasse obter do Governo francez a reunião de uma terceira Conferencia Internacional official encarregada de apurar o resultado obtido pela Convenção de 1904, não só na Europa, mas tambem em outras partes do mundo.

Outros desejos e votos foram manifestados no V Congresso e a sua lista completa se encontra no programma, que inclúo entre os folhetos annexos.

Dentre as diversas moções, que transcrevi acima, Vossa Excellencia se dignará ver que algumas parecem solicitar a attenção do nosso Governo, porque facilmente poderão causar embaraços á emigração para o Brasil se, algum dia transformadas em leis, não forem estas applicadas com grande discernimento pelos paizes de origem e embarque dos emigrantes. E' sabido, porém, que entre os votos expressos em Congressos desta natureza e a sua realização pratica ha uma grande distancia, que a mór parte das vezes nunca é transposta.

Resta-me exprimir o sentimento de que o facto de ter eu recebido a minha designação de representante official do Governos do Brasil no mesmo dia em que se abriu o V Congresso para a repressão do Trafico das mulheres brancas, me tenha tolhido de preparar-me para cumprir mais amplamente o meu dever.

Aproveito com satisfação esta oportunidade, Senhor Ministro, para offerecer a V. Ex. os protestos da minha respeitosa consideração.

AD. GUERRA DUVAL.

Delegado do Governo do Brasil no V
Congresso para a Repressão do Trafico
de Mulheres Brancas.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Herculano de Freitas, Ministro do Interior e da Justiça.

PROTECÇÃO À INFANCIA

Congresso Internacional de Bruxellas, realizado em Julho de 1913.— Voto relativo á creação de uma Repartição Internacional.— Ante-projecto de Estatutos apresentado pelo Governo Belga.— Nova reunião do Congresso projectada para 1914

N. 113

Nota da Legação da Belgica ao Governo Brasileiro

Légation de Belgique.— Rio de Janeiro, le 11 Octobre 1912.

Monsieur le Ministre :

J'ai l'honneur de faire parvenir à Votre Excellence un exemplaire d'un extrait du *Moniteur* belge du 3 Août 1912, qui contient le texte d'un arrêté royal ayant pour objet l'organisation à Bruxelles, pour le mois de Juillet 1913, d'un Congrès international pour la protection de l'enfance.

La Belgique s'efforce depuis de nombreuses années, de créer chez elle un centre international des œuvres de patronage et de protection de l'enfance. Son activité dans ce domaine, s'est manifestée par plusieurs congrès internationaux qui se sont tenus à Anvers, Bruxelles et Liège.

En 1894, le Congrès des patronages, réuni à Anvers, a institué un Comité international ayant notamment pour mission l'organisation de Congrès périodiques en Belgique, en vue de la solution des problèmes que soulève la protection de l'enfance. Ce Comité prit le nom de Commission internationale des patronages et nomma comme Président Mr. le Ministre d'Etat Le Jeune. Il se réunit à Genève au mois d'Août 1896 et à Bruxelles au mois de Novembre suivant. C'est alors qu'il créa dans son sein une commission permanente internationale et qu'il arrêta les statuts de l'Union Internationale des Patronages.

Dans la séance qu'elle tint à Bruxelles le 10 Novembre 1896, la Commission internationale des Patronages décida que le Bureau ferait part officiellement au Gouvernement belge de la constitution de la Commission permanente et le prierait de porter celle-ci à la connaissance des Gouvernements étrangers.

Le Congrès des patronages qui s'est tenu à Liège en 1905 décida le maintien de l'Union internationale des patronages réélut et completa la Commission permanente, qui comprit des délégués de tous les pays et la chargea de faire des démarches en vue de la réunion d'une Conférence internationale ayant pour objet le patronage des enfants moralement abandonnés.

Au Congrès des patronages qui s'est réuni à Anvers en 1911, le Représentant du Chili émit un vœu en faveur de la création à Bruxelles d'un Office international, et sur la proposition des Délégués hongrois, l'Assemblée décida la fondation d'une revue internationale.

Dans l'intervalle, en 1907, à la suite d'un Congrès tenu à Bruxelles, fut créée l'Union internationale pour la protection de l'enfance du premier âge (œuvre des gouttes de lait). Son bureau permanent, qui a son siège à Bruxelles, fonctionne régulièrement et reçoit des subsides de plusieurs Gouvernements.

Le Congrès que le Gouvernement du Roi se propose d'organiser pour le mois de Juillet 1913 aura pour objet de poursuivre le couronnement de l'œuvre dont les précédents Congrès ont jeté les bases. Il aura notamment à s'occuper de l'institution d'un office international pour la protection de l'enfance. Je me réserve de transmettre ultérieurement à Votre Excellence le programme des questions qui seront portées à l'ordre du jour.

En portant ce qui précède à la connaissance de Votre Excellence je suis chargé de lui faire savoir tout le prix qu'attacherait le Gouvernement belge à ce que le Gouvernement Fédéral se fit représenter au Congrès par des délégués officiels.

Je crois utile d'appeler également la bienveillante attention de Votre Excellence sur l'intérêt qu'il y aurait à provoquer la constitution dans les différents pays, de commissions de patronage pour favoriser la participation au Congrès, des institutions publiques et des œuvres privées qui s'occupent de la protection de l'enfance du premier âge, de l'hygiène infantile, de l'enfance abandonnée ou délinquante et des juridictions spéciales pour enfants.

Je saisis avec empressement cette occasion d'offrir à Votre Excellence les nouvelles assurances de ma plus haute considération.

A. DELCOIGNE.

Son Excellence Monsieur le Dr. Lauro Müller.

Ministre des Relations Extérieures, etc., etc., etc.

Rio de Janeiro.

N. 114

Nota sobre as attribuições que devem ser conferidas á Repartição Internacional para a Protecção á Infancia.— Apresentada ao Governo Brasileiro pela Legação da Belgica, em Nota de 12 de Fevereiro de 1913

Note sur les attributions à conférer à l'Office international pour la protection de l'enfance.

I. L'Office international pour la protection de l'enfance devrait nécessairement constituer un bureau de *documentation*. A cet effet, il devrait posséder le texte des lois, règlements et dispositions de toute nature intéressant la protection de l'enfance dans tous les pays.

A côté de cette documentation de principe, il devrait être tenu au courant des faits intéressants et spécialement de la création et du fonctionnement des institutions et œuvres publiques et privées concernant la matière.

II. Devrait-on reconnaître à l'Office international pour la protection de l'enfance une compétence plus étendue ? Notamment n'y a-t-il pas lieu d'en faire un organisme de publicité ? Dans l'affirmative, on pourrait lui donner pour mission de publier un bulletin qui serait distribué aux pays adhérents suivants des règles à déterminer. Ce bulletin reproduirait tout ou partie des textes législatifs et information visés ci-dessus.

Le Congrès aura à décider aussi si le bulletin doit être publié en une ou plusieurs langues. Cette question ayant une grande importance au point de vue de la fixation du budget de l'Office projeté, elle devra être envisagée en même temps que celle de la répartition des frais. Il serait équitable et conforme aux précédents (voir notamment les statuts du Bureau International pour la publication des tarifs douaniers) de fixer une cotisation plus élevée pour les Etats dont la langue serait employée.

III. On aura, d'autre part, à examiner si et dans quelles limites le Bureau international projeté peut être autorisé à étudier les questions d'actualité, soit d'office, soit à la demande de l'un ou l'autre des Etats associés. Dans le même ordre d'idées, on envisagera le concours qu'il sera amené à prêter pour les travaux préparatoires des Conférences internationales à organiser périodiquement sur la matière.

IV. Il conviendra aussi de décider si l'office ne doit pas avoir compétence pour fournir des renseignements aux Gouvernements associés et pour procéder éventuellement, à leur demande, à des investigations complémentaires au sujet des faits signalés.

V. Enfin, il serait peut-être désirable que l'Office international puisse servir de trait d'union entre les œuvres de protection de l'enfance qui fonctionnent dans les divers pays. Le Congrès pourrait utilement émettre un avis sur ce point.

Ces différentes branches de l'activité à assigner à l'organisme projeté peuvent être envisagées à des points de vue différents par les Gouvernements, elles devront donc être examinées contradictoirement au sein de la réunion.

N. 115

Nota da Legação da Belgica ao Governo Brasileiro

Legation de Belgique.— Rio de Janeiro, le 28 de Janvier 1914.

Monsieur le Ministre,

Lors du Congrès International pour la protection de l'enfance qui a eu lieu à Bruxelles au mois de juillet dernier les délégués officiels ont émis le vœu de voir créer un office international ayant un double caractère d'étude et de documentation d'une part et d'action pratique d'autre part.

Le Gouvernement belge a été chargé d'élaborer un avant-projet de statuts dont j'ai l'honneur de faire parvenir, sous ce pli, deux exemplaires à Votre Excellence.

Quoique le Gouvernement Fédéral n'ait pas été en mesure de se faire représenter officiellement au Congrès de Bruxelles, la présente communication lui est faite à titre d'information. Cet avant-projet ne constitue du reste, qu'une base de discussion, les termes définitifs des statuts devant être arrêtés au cours d'une réunion qui aurait lieu dans le courant de l'année 1914.

En communiquant à Votre Excellence ce qui précède, je La prie de vouloir bien agréer les nouvelles assurances de ma plus haute considération.

A. DELCOIGNE.

Son Excellence Monsieur le Docteur Lauro Müller, Ministre des Relations Extérieures, etc, etc. Rio de Janeiro.

ANNEXO À NOTA PRECEDENTE

Union Internationale pour la Protection de l'Enfance

AVANT-PROJET DE STATUTS

ARTICLE PREMIER

Il est formé une Union internationale pour la protection de l'enfance.

ARTICLE 2

L'Union aura pour but:

1° De servir de lien entre ceux qui, dans les différents pays, s'intéressent à la protection de l'enfance ;

2° De faciliter l'étude des questions se rapportant à la protection de l'enfance, et de favoriser le progrès des législations, ainsi que la conclusion d'ententes internationales sur la matière.

ARTICLE 3

Par protection de l'enfance, il faut entendre toutes les mesures relatives à l'amélioration matérielle et morale du sort de l'enfance, telles que celles qui ont pour objet la protection de l'enfance du premier âge, l'amélioration du foyer familial, la préservation et la réformation de l'enfant dans sa famille, l'organisation et la limitation de la puissance paternelle et de la tutelle, la sauvegarde des droits des enfants illégitimes, les mesures contre la mendicité, le vagabondage et la criminalité des enfants, l'organisation de juridictions spéciales pour enfants, la mise en liberté surveillée des enfants, leur placement en apprentissage dans des familles ou établissements, la répression des crimes et délits contre l'enfance, la classification et l'éducation des enfants anormaux ou arriérés, la lutte contre la prostitution des mineurs, l'assistance aux enfants nécessiteux, la création d'asiles pour enfants moralement abandonnés, maltraités ou nécessiteux, la protection des jeunes ouvriers, la surveillance de l'emploi des enfants dans l'industrie et à domicile, la lutte contre tous les éléments pouvant nuire physiquement ou moralement à l'enfance.

ARTICLE 4

Aux fins indiquées dans les articles 2 et 3, il sera créé :

A) Un Office international, avec siège à Bruxelles, qui sera chargé, dans les conditions à déterminer par un règlement d'exécution : 1° de réunir, de traduire

et de publier les lois, règlements et autres documents intéressants relatifs à la protection de l'enfance; 2^e d'étudier les questions d'actualité qui lui seront soumises, et 3^e de fournir des renseignements sur les matières de sa compétence;

B) Un Comité international ayant pour mission: 1^{re} la surveillance et la direction de l'Office, et 2^e les initiatives à prendre concernant soit la réunion de congrès internationaux ou de réunions plus restreintes de spécialistes, soit la préparation d'ententes internationales ou d'autres questions de principe.

ARTICLE 5

Le Comité international arrêtera, en tenant compte des dispositions qui précèdent et de celles qui feront l'objet du règlement d'exécution visé sous le littéra A de l'article précédent, les bases sur lesquelles s'exercera l'activité de l'Office. Il pourra, dans les mêmes limites, les modifier et en déterminer de nouvelles.

L'Office fera annuellement rapport au Comité sur sa gestion.

ARTICLE 6

La publication visée à l'article 4 se fera dans un recueil intitulé: « Bulletin international de la protection de l'enfance ».

On adoptera à cet effet la langue française.

Les Gouvernements et associations privées qui feront partie de l'Union recevront gratuitement un certain nombre d'exemplaires du Bulletin, suivant le chiffre de leur subvention.

Ils pourront, comme aussi toutes autres personnes, demander les exemplaires supplémentaires dont ils auraient besoin, contre paiement d'un prix à déterminer.

ARTICLE 7

Les Gouvernements s'engagent à communiquer à l'Office les projets de lois, les lois, décrets et instructions administratives intéressant l'objet de l'Union.

En ce qui concerne la documentation, l'Office correspond directement avec les Gouvernements qui ont adhéré à l'Union.

ARTICLE 8

Le personnel de l'Office international est recruté de la manière suivante:

Des propositions seront faites par le Gouvernement belge au Comité international quant au premier recrutement de ce personnel; le Comité international se prononcera sur ces propositions. Il aura aussi à arrêter les conditions dans lesquelles il sera pourvu aux nominations ultérieures.

La rémunération des membres de l'Office international sera fixée par le Comité.

ARTICLE 9

Le Comité international se composera :

1^{re} D'un délégué pour chacun des Gouvernements qui subventionneront l'œuvre dans les conditions fixées à l'article 10 ;

2^o D'un délégué pour le groupement des associations privées de protection de l'enfance existant dans chaque pays et qui satisferont aux conditions indiquées à l'article 11 ;

3^e Eventuellement, de personnalités d'une compétence reconnue à désigner, sans distinction de nationalité, ainsi qu'il sera dit dans l'article 12.

Le Comité élit dans son sein, pour trois ans, un président et deux vice-présidents, lesquels devront appartenir à des nationalités différentes.

Il choisit également un ou plusieurs secrétaires, ainsi que les trésoriers de l'Union. Ces derniers doivent résider dans la ville où siège l'Office international.

Le lieu des réunions ordinaires du Comité résultera du choix qui aura été fait à la réunion précédente. La première réunion aura lieu à Bruxelles.

Le Comité se réunira au moins une fois tous les trois ans, sur la convocation de son Président.

Il devra en outre se réunir en session extraordinaire, dès que la demande en sera faite par le tiers de ses membres. La réunion aura lieu, en ce cas, au siège de l'Office international.

ARTICLE 10

Pour faire partie de l'Union internationale et pour pouvoir désigner un représentant au sein du Comité international, les Gouvernements devront verser une cotisation annuelle de 1.000 francs,

ou (*seconde combinaison*)

une cotisation annuelle dont le montant sera établi d'après la règle suivante :

Les différents pays seront rangés, en raison du chiffre de leur population, en trois classes. Le chiffre de la cotisation afférente à chacune des trois classes sera :

1^o Pour les pays dont la population n'atteint pas 7.000.000, fr. 500 ;

2^o Pour les pays dont la population est comprise entre 7.000.000 et 25 000 000 d'habitants, fr. 1.000 ;

3^o Pour les pays dont la population dépasse 25.000.000 d'habitants, fr. 1.500.

ARTICLE 11

Font partie de l'Union toutes les associations privées qui adhèrent au but de celle-ci et qui versent une cotisation annuelle de 20 francs au moins.

Les associations privées de protection de l'enfance, même appartenant à un pays dont le Gouvernement ne fait pas partie de l'Union, pourront, sous les con-

ditions à déterminer éventuellement, s'entendre par pays pour désigner un représentant au sein du Comité.

ARTICLE 12

Le nombre des personnes qui, suivant le 3^o de l'article 9, pourront être appelées à faire partie du Comité à raison de leur compétence spéciale ne sera pas supérieure à dix.

Les premières désignations seront faites par le Comité international à la majorité absolue des voix, sur une liste dressée à cet effet. Pour être portés sur cette liste, les candidats devront être présentés par huit membres du Comité au moins.

Lorsque il y aura lieu de faire de nouvelles désignations, il sera procédé ainsi qu'il est stipulé à l'alinéa précédent, étant entendu que les personnalités élues antérieurement pourront prendre part au scrutin, au même titre que les autres membres du Comité et qu'elles auront également le droit de présentation.

ARTICLE 13

Le budget annuel des dépenses de l'Union ne pourra dépasser les recettes et n'excédera en tous cas pas 50.000f rancs.

Si la majorité des membres du Comité international, telle qu'elle est déterminée à l'article 17, jugeait nécessaire d'élever ce maximum, cette réforme ne pourrait être accomplie qu'en laissant aux Gouvernements ou Associations représentées par les membres dissidents le droit de se retirer immédiatement de l'association, par dérogation au deuxième alinéa de l'article 15.

ARTICLE 14

Les Etats et groupements qui n'auront pas fait partie de l'Union dès sa fondation seront admis à y entrer ultérieurement, en se soumettant aux conditions fixées par les articles qui précèdent.

Ces accessions seront notifiées par écrit au Gouvernement belge, qui les fera connaître aux autres participants.

ARTICLE 15

Les présentes dispositions seront mises à exécution le..... et auront une durée illimitée.

Les parties ne pourront, sauf dans le cas prévu à l'article 13 alinéa 2, se retirer de l'Union que moyennant un préavis de douze mois, donné au Gouvernement belge.

A l'expiration de ce délai, l'Union continuera à exister entre les autres Parties.

ARTICLE 16

Les Parties qui se retireront de l'Union internationale perdront leurs droit de propriété sur les archives, l'argent comptant et les autres biens constituant le fonds commun.

ARTICLE 17

Les présentes dispositions ne pourront être revisées, en tout ou en partie, que dans une assemblée du Comité, à la majorité des deux tiers des voix des membres présents et si la proposition de révision a été annoncée dans la convocation.

Fait à....le....

REGULAMENTAÇÃO DE EXPOSIÇÕES INTERNACIONAES

Conferencia Internacional de Berlim, realizada em Outubro de 1912.

— Convenção e Protocollo nella assignados.— O Governo Brasileiro recebe communicacão desses Actos, sendo convidado a adherir a elles

N. 116

Nota da Legação Allemã ao Governo Brasileiro

Kaiserlich Deutsche Gesandtschaft in Brasilien. — J. N.º 23. — 10 Anlangen.
— Petropolis, den 8 Januar 1913.

Herr Minister.

Auf Einladung der Kaiserlichen Regierung ist am 8. Oktober v. Js. in Berlin eine Konferenz zusammengetreten, die sich mit der Regelung des internationalen Ausstellungswesens befasst und am 26. desselben Monats ihre Arbeiten beendet hat.

Das Ergebnis der Beratungen ist in einer « Convention concernant les Expositions Internationales » nebst « Protocole » zusammengefasst, welche Urkunden von folgenden Staaten gezeichnet worden sind: Deutschland, Oesterreich, Ungarn, Belgien, Dänemark, Spanien, Grossbritannien, Frankreich, Italien, Japan, Norwegen, den Niederlanden, Portugal, Russland, Schweden und der Schweiz.

Das Ueberinkommen enthält im wesentlichen Bestimmungen über die Klassifikation der verschiedenen Ausstellungen, über eine Beschränkung der Zahl der grossen allgemeinen Ausstellungen Grundsätze für die Organisation und Dauer der Ausstellungen, für die Einrichtung der fremdländischen Abteilungen und für die Zusammensetzung und das Verfahren der Preisgerichte, sowie für die Verteilung der Auszeichnungen. Ausserdem sind darin Bestimmungen zur Bekämpfung der Schwindelausstellungen und des Medaillenhandels aufgenommen.

Im Auftrage meiner Regierung habe ich die Ehre Eurer Exzellenz je 5 Abdrücke der beiden Vertragsinstrumente (Convention und Protokoll), darunter je eines in beglaubigter Form, zu übermitteln und die Aufmerksamkeit der brasi-

lianischen Regierung darauf zu lenken, dass gemäss Artikel 29 der Convention der Beitritt von Nichtvertragsstaaten vergeschen ist.

Die Ratifikation der Vereinbarungen durch die Vertragsstaaten ist noch nicht erfolgt, die Uebersendung der Abkommen trägt daher nur den Charakter einer vorläufigen Mitteilung.

Indem ich mir eine weitere Benachrichtigung bis nach erfolgter Ratifikation vorbehalten benutze ich gern auch diesen Anlass, um Ihnen, Herr Minister, die Versicherung meiner ausgezeichnetsten Hochachtung zu erneuern.

MICHAELLES.

Seiner Excellenz dem Minister der Auswärtigen Angelegenheiten Doktor Herrn Lauro Müller.

Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

J. N. 23.— 10 annexos.— Petropolis, 8 de Janeiro de 1913.

Senhor Ministro,

A convite do Governo Imperial reuniu-se em Berlim aos 8 de Outubro do anno proximo findo uma Conferencia que se occupou da regulamentação de exposições internacionaes, tendo terminado os seus trabalhos aos 26 do mesmo mez.

O resultado das deliberações está resumido em uma Convenção concernente ás exposições internacionaes e protocollo (« Convention concernant les Expositions Internationales et Protocolles »), instrumentos esses que foram assignados pelos seguintes Estados : Allemanha, Austria, Hungria, Belgica, Dinamarca, Hespanha, França, Grã-Bretanha, Italia, Japão, Noruega, Paizes Baixos, Portugal, Russia, Suecia e Suissa. O Convenio contem em substancia disposições sobre a classificação das diversas exposições, sobre a limitação do numero das grandes exposições geraes, sobre os principios para a organização e duração das exposições, sobre a instalação de secções estrangeiras e sobre a composição e procedimento do jury assim como sobre a distribuição dos premios. Além disso foram assentadas disposições para reprimir as exposições fraudulentas e o trafico de premios.

De ordem do meu Governo tenho a honra de remetter a Vossa Excellencia 5 exemplares de cada um dos dois instrumentos da Convenção (Convention et Protocolle), sendo um de cada em publica forma, e de chamar a attenção do Governo Brasileiro para o art. 29 da Convenção, no qual é prevista a adhesão dos paizes que nella não tomaram parte.

A ratificação da Convenção pelos paizes contractantes ainda não teve logar, tendo, portanto, a remessa dos instrumentos caracter de uma comunicação provisoria.

Reservando-me para depois da ratificação outras communicações a respeito, preveleço-me com prazer tambem desta oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

(assignado) MICHAELLES.

A Sua Excellencia o Ministro das Relações Exteriores Senhor Doutor Lauro Müller.— Rio de Janeiro.

N. 117

Avisos do Ministerio das Relações Exteriores aos da Justiça e Negocios Interiores, da Viação e Obras Pu- blicas, e da Agricultura, Industria e Commercio

1º Secção. — N. 11. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro,
21 de Fevereiro de 1913.

Senhor Ministro,

A Legação da Allemanha diz, em nota de 8 de Janeiro ultimo, que, a convite de seu Governo, reuniu-se em Berlim a 8 de Outubro do anno passado uma Conferencia que se occupou da regulamentação de exposições internacionaes. Dessa Conferencia resultaram uma Convenção e um Protocollo relativos áquelle assumpto, dos quaes V. Ex. encontrará, em annexo, um exemplar de cada um.

Pelo artigo 26 da mencionada Convenção é permittida a adhesão de qualquer paiz que não tenha sido representado naquella reunião. O Brasil está nesse caso.

Antes, porém, de tomar uma resolução, desejo ouvir a opinião de V. Ex. sobre a conveniencia ou não, por parte do nosso paiz, de adherir, usando da permissão do citado art. 26.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

LAURO MÜLLER.

A S. Ex. o Sr. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa, Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Na mesma data e nos mesmos termos, foram expedidos Avisos, sob o n. 5, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, e, sob o n. 11, ao da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 118

Aviso do Ministerio da Viação e Obras Publicas ao das Relações Exteriores

Ministerio da Viação e Obras Publicas. — Directoria Geral dos Correios, Telegraphos e Illuminação. — 1ª Secção. — N. 9. — Rio de Janeiro, 11 de Março de 1913.

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Tenho a honra de accusar o recebimento do aviso n. 5, desse Ministerio, de 21 de Fevereiro proximo findo, com o qual V. Ex. se dignou enviar-me um exemplar da Convenção e Protocollo, que resultaram da Conferencia havida em Berlim, sobre a regulamentação de exposições internacionaes.

Comquanto encerre assumpto que mais de perto interessa o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, mesmo assim, asseguro a V. Ex. a adhesão do Ministerio a meu cargo á referida Convenção.

Saúde e fraternidade.

JOSÉ BARBOSA GONÇALVES.

N. 119

Aviso do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio ao das Relações Exteriores

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. — Directoria Geral de Industria e Commercio. — 2ª Secção (Commercio). — N. 263. — Rio de Janeiro, 12 de Dezembro de 1913.

Senhor Ministro de Estado dos Negocios das Relações Exteriores,

Em resposta ao vosso Aviso n. 11, de 21 de Fevereiro do corrente anno, em que trazeis ao conhecimento deste Ministerio a comunicação, que vos fez a Legação da Allemanha, de se ter reunido em Berlim, em 8 de Outubro de 1912, uma Conferencia que se occupou da regulamentação de exposições internacionaes e da

qual resultaram uma Convenção e um Protocollo relativos áquelle assumpto, cujos exemplares acompanharam o vosso referido Aviso, tenho a honra de agradecer-vos com desvanecimento tal comunicação, cabendo-me declarar-vos que em tempo opportuno será resolvido o assumpto de que se trata.

Saúde e fraternidade.

MANOEL EDWIGES DE QUEIROZ VIEIRA.

N. 120

Nota do Governo Brasileiro á Legação Allemã

Secção do Protocollo.— N. 28.— Ministerio das Relações Exteriores.—
Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1913.

Senhor Ministro,

Teve entrada nesta Secretaria de Estado a nota n. 1.741, de 11 do corrente, com a qual V. Ex., em additamento á de 23 de 8 de Janeiro do anno fluente, remetteu um exemplar dos « Documents de la Conférence de Berlin 1912 concernant les expositions internationales » e outro dos respectivos protocollos sobre as sessões das commissões.

Agradecendo a V. Ex. essa obsequiosa remessa, aproveito o ensejo para lhe reiterar os protestos da minha alta consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

A S. Ex. o Sr. A. Paoli. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador Allemão e Rei da Prussia.

LIMITES DO BRASIL

Fronteira com a Republica da Bolivia

N. 121

Officio do Chefe da Commissão Brasileira de Limites com a Bolivia, remettendo a Acta da Sexta Conferencia da Commissão Mixta Brasileiro-Boliviana de demarcação da fronteira, realizada em Manáos, a 16 de Setembro de 1913, uma copia do Mappa do Igarapé Bahia e um exemplar do Mappa apresentado pelo Sub-Commissario Boliviano á Royal Geographical Society de Londres

EXTRACTOS

Copia.—Commissão de Limites do Brasil com a Bolivia.—N. 115.—Manáos, 23 de Setembro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excellencia copia da Acta da Sexta Conferencia da Commissão Mixta Brasileiro-Boliviana de demarcação da fronteira.

Como verá Vossa Excellencia, por esse documento, confirmando meu telegramma de 16 do corrente, recusei assignar o mappa do igarapé «Bahia» apresentado pelo Sub-Commissario boliviano, por nelle achar-se assignalada como nascente d'esse igarapé, a de um braço secundario, o mais oriental, desprezando os resultados das observações executadas na confluencia dos dois formadores mais importantes do igarapé «Bahia», por membros das duas Commissões.

As razões que apresenta o Sub-Commissario boliviano para justificar a sua preferencia são: A informação prestada por alguns habitantes da região de denominarem «Bahia» ao braço oriental; achar-se inscripto esse nome sobre o mesmo braço em um mappa, feito pelo Sr. Louis Parnoux, dos terrenos pertencentes a Suarez Hermanos existentes na mesma região; e ter o Major Fawcett, commissionado pelo Governo Boliviano para estudar a região acreana, indicado como nascente do igarapé «Bahia» a do braço oriental.

O Commissario Substituto brasileiro ouviu tambem de alguns habitantes de Cobija «que geralmente davam o braço oriental como sendo o «Bahia», mas que, de facto, o «Bahia» era o occidental, porque era maior».

A Comissão brasileira não se utilizou d'esta nem de outras informações para certificar-se de que o braço occidental, denominado « Floresta » era o braço principal do igarapé « Bahia », e a sua nascente, a nascente principal do igarapé. Não era essa a missão da Comissão de demarcação : Só depois do estudo d'esse curso d'agua poderia a Comissão Mixta pronunciar-se.

Se nos fosse permittido servirmo-nos dessas informações e de mappas, geralmente defeituosos, a nossa missão ficaria enormemente simplificada, e seriam dispensadas as observações e os levantamentos, muitas vezes difficeis, para conhecer-se a verdade.

O Sub-Commissario boliviano verificou que o braço occidental é mais extenso e tem maior volume d'agua que o braço oriental ; respondeu ao quesito que lhe fiz que o primeiro braço, o occidental, é o principal, e, contra sua opinião, adopta em seu mappa para nascente do igarapé Bahia a nascente do braço oriental, que não é principal, usando de subterfugios para desprezar os resultados das observações effectuadas insistindo no erro voluntario.

Quando em Novembro de 1911, declarei ao Sr. General Pando que, pelas observações executadas na confluencia dos dois braços mais importantes, se verificara ser o braço occidental, que chamavam de « Floresta » o principal, respondeu-me que de nada sabia ; obrigando-me com a sua resposta a mandar repetir as observações nas embocaduras dos dois braços com a presença de um membro da Comissão boliviana.

Os resultados dessas observações vieram confirmar os obtidos em 1911, dando para o braço occidental a descarga de $24,^{m^3}127$ em um minuto, e para o oriental a de $12^{m^3},233$ na mesma unidade de tempo, sendo a extensão dos seus cursos de 13 e de 10 kilometros respectivamente.

O General Pando em carta que escreveu-me do Rio, a 10 de Fevereiro de 1912, assim se exprimia : « Llegué a esta ciudad, con la esperanza de ver a mi ilustre amigo el Baron, y hablar con el de asuntos que interesan a mi país, confiando en su reconocida probidad para la solución de un conflicto inesperado que surgió en la demarcación de la frontera. Horas después de mi llegada, se manifestó la cruel enfermedad, que há causado tan grande desgracia. Proseguiré, pues, mi viaje a Bolivia sin haber podido obtener una justicera solución en el asunto referente á la determinación de *la naciente principal del igarapé Bahia*. Mas, confio en que, sea por *acto de los respectivos Comisarios*, ó por inteligencia entre las dos cancillerias, ó, en último caso, por arbitraje previsto en el Tratado de Petrópolis, será reconocida la justicia que ampara los derechos de mi país ».

O *conflicto* a que se refere o General Pando não é devido á Comissão brasileira, que não podia alterar o que creou a natureza, em desaccordo com a pretensão boliviana.

Sem incorrer em gravissima falta de dever, a Comissão brasileira não tinha o direito de attribuir á nascente do braço oriental, que não é o formador principal do igarapé « Bahia », a qualidade de « principal ».

Com este tenho a honra de enviar a V. Ex. uma copia do mappa do igarapé « Bahia » e um exemplar do mappa apresentado pelo Sub-Commissario boliviano á « Royal Geographical Society » de Londres, sobre o qual verá V. Ex. assignalada a nascente do igarapé « Bahia » no ponto em que está a nascente do braço oriental desse igarapé.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL,
Almirante, Chefe da Comissão.

Ao Excellentissimo Senhor Dr. Lauro Severiano Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ACTA DA 6ª CONFERENCIA, EM MANÁOS, A 16 DE SETEMBRO DE 1913

ACTA DA SEXTA CONFERENCIA

Aos dezeseis dias do mez de Setembro de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Presidente da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor General Doutor Ismael Montes, reuniram-se na cidade de Manáos, Estado do Amazonas, os seguintes membros da Comissão Mixta de Demarcação brasileira-boliviana: Por parte do Brasil os Senhores Almirantes José Candido Guillobel, Primeiro Commissario; Capitão Tenente Braz Dias de Aguiar, Commissario Substituto e o Segundo Tenente do Exercito João Rodrigues de Jesus, servindo de Secre-

ACTA DE LA SEXTA CONFERENCIA

A los diez y seis dias del mês de Septiembre de mil novecentos y trece, siendo Presidente de la República de Bolivia el Excelentísimo Señor General Doctor Don Ismael Montes, y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca, reuníronse en la ciudad de Manáos, Estado de Amazonas, los siguientes miembros de la Comisión Mixta de Demarcación boliviana-brasileña: Por parte de Bolivia los Señores Herbert Archer Edwards, Sub-Comissario; y Walter William Gibbs, Ayudante, sirviendo de Secretario; y por parte del Brasil, los Señores Almirante José Candido Guillobel, Primer Comi-

tario; e por parte da Bolivia, os Senhores Herbert Archer Edwards, Sub-Commissario e Walter William Gibbs, Ajudante servindo de Secretario.

O fim da presente reunião é, não só, cotejarem os dois exemplares do mappa do igarapé «Bahia» levantado pela Comissão Mixta de demarcação da fronteira, como consignar na presente Acta as observações executadas no decurso do levantamento do dito igarapé, bem como os resultados obtidos pelo calculo, empregando os valores dos elementos observados.

Achando-se representadas as duas Comissões, na forma do Art. 6º das «Instrucções» de 6 de Fevereiro de 1907, fez-se o levantamento do curso inferior do igarapé Bahia, entre a sua confluencia com o rio «Acre», cujas coordenadas são : Lat. 11º-01'-04",65 Sul e longitude 68º-50'-16",67 W. de Greenwich, e a confluencia dos dois braços mais importantes, formadores do dito igarapé, confluencia cujas coordenadas geograficas são : Latitude 11º-05'-35",28 Sul e long. 68º-50'-06",26 W. de Greenwich.

Nessa confluencia, para reconhecer-se qual d'esses dois braços era o principal, fizeram-se as seguintes observações :

No braço occidental, conhecido por Floresta: velocidade media em um minuto, oito metros, seis mil duzentos e trinta e oito decimos millesimos... (8^m,6238) e area media da secção transversal, dois mil setecentos e noventa e sete millesimos de metro quadrado

sario, Capitan Teniente Braz Dias de Aguiar, Comisario Sustituto, y el Segundo Teniente del Ejército João Rodrigues de Jesus, sirviendo de Secretario.

El fin de la presente reunión es no solamente confrontar los dos ejemplares del mapa del igaripé «Bahia» levantado por la Comisión Mixta de demarcación de la frontera como consignar en la presente Acta las observaciones ejecutadas en el curso del levantamiento de dicho igaripé, bien como los resultados obtenidos por el calculo empleando los valores de los elementos observados.

Hallándose representadas las dos Comisiones en la forma del Artículo sexto de las «Instrucciones» de seis de Febrero de mil novecientos y siete, se hizo el levantamiento del curso inferior del igaripé «Bahia» entre su confluencia con el rio «Acre» cuyas coordenadas son : Latitud 11º-01'-04",65 Sud y Longitud 68º-50'-16",67 Oeste de Greenwich y la confluencia de los dos brazos mas importantes, formadores de dicho igaripé, confluencia cuyas coordenadas geográficas son : Latitud 11º-05'-35",28 Sud y longitude..... 68º-50'-06",26 Oeste de Greenwich.

En esta confluencia, para reconocerse cual de estos dos brazos era el principal, se hicieron las siguientes observaciones:

En el brazo occidental, conocido por «Floresta»: velocidad media en un minuto 8^m,6238 y area media de la sección transversal 2^{m2},797; y en el brazo oriental: velocidad media en un minuto 11^m,2228 y area media de la sección transversal 1^{m2},090.

(2^{ma},797); e no braço oriental : velocidade media em um minuto, onze metros, dois mil duzentos e vinte e oito decimos millesimos (11^{ma},2228) e area media da secção transversal cento e nove centesimos de metros quadrados (1^{ma},09).

Com esses elementos obteve-se pelo calculo o seguinte : volume d'agua medio despejado em um minuto pelo braço occidental, vinte e quatro mil, cento e vinte e um millesimos de metros cubicos (24^{m3},121), e pelo braço oriental na mesma unidade de tempo, doze mil, duzentos e trinta e tres millesimos de metros cubicos (12^{m3},233).

Proseguindo-se com o levantamento dos dois braços chegou-se ás suas respectivas nascentes, sendo as coordenadas geographicas da nascente do braço occidental : Lat. 11°-10'-08",12 Sul, e longitude 68°-53'-57",44 W. de Greenwich ; e as da nascente do braço oriental : latitude 11°-08'-43",84 Sul, e longitude 68°-47'-37",65 W. de Greenwich.

Sendo presentes os dois exemplares do mappa do igarapé Bahia, verificou-se que em ambos os mappas o curso do igarapé está igualmente representado, entretanto no exemplar apresentado pela Commissão boliviana a nascente do braço oriental foi denominada — *Naciente del arroyo Bahia*.

O Primeiro Commissario brasileiro, dirigindo-se ao Senhor Sub-Commissario boliviano, pergunta-lhe qual a sua opinião, tendo em vista o resultado das observações feitas nas embocaduras dos dois braços formadores do igarapé ou arroio Bahia, e o exame do curso de cada um desses braços, isto é qual o braço que o Senhor Sub-Commissario

Con estos elementos se obtuvo por el calculo lo siguiente : Volumen de agua medio despejado en un minuto por el brazo occidental 24^{m3},127 y por el brazo oriental en la misma unidad de tiempo 12^{m3},233.

Prosiguiendose con el levantamiento de los dos brazos llegóse a sus respectivas nacientes siendo las coordenadas geográficas de la nascente del brazo occidental : Lat. 11°-10'-08",12 Sud y longitud 68°-53'-57",44 Oeste de Greenwich ; y las de la nascente del brazo oriental : Lat. 11°-08'-43",84 Sud y longitud 68°-47'-37",65 Oeste de Greenwich.

Siendo presente los dos ejemplares del mapa del igarapé «Bahia», verificóse que enambos los mapas el curso del igarapé está igualmente representado, entretanto en el ejemplar presentado por la Comisión boliviana, la nascente del brazo oriental fué denominada : *Naciente del Arroyo Bahia*.

El Primer Comisario brasileño dirigiendose al Sub-Comisario boliviano le pregunta cual és su opinión teniendo en vista el resultado de las observaciones hechas en las embocaduras de los dos brazos formadores del igarapé ó Arroyo Bahia y el examen del curso de cada uno de estos brazos, esto es, cual el brazo que el Sub-Comisario

boliviano julga ser o principal, o occidental ou o oriental?

O Senhor Sub-Commissario boliviano respondeu que segundo a sua opinião era o braço occidental o principal.

O Primeiro Commissario brasileiro diz que, tendo sido convocada a presente reunião para o fim de confrontar e assignar os dois exemplares do mappa do igarape Bahia, é, infelizmente, obrigado a não acceitar o mappa apresentado pelo Senhor Sub-Commissario boliviano, não podendo, portanto, assignal-o como estabelece o Artigo 10 das «Instrucções» de 6 de Fevereiro de 1907. O motivo que o leva a assim proceder é porque nesse mappa se acha designada como nascente do igarapé Bahia a nascente do braço oriental com menor volume d'agua e de curso menos extenso do que os do braço occidental.

No estudo de um rio, em busca de sua nascente principal, o explorador deverá ir discriminando o braço principal d'entre os que fôr encontrando até chegar á nascente d'esse ramo principal que é a do rio que se estuda. Na exploração do igarapé Bahia reconheceu-se que o braço occidental era o que tinha maior volume d'agua e por elle seguindo até a sua nascente principal, verificou-se que esse braço tem curso mais extenso que o braço oriental; é, pois, intuitivo que a nascente do igarapé Bahia é a do braço occidental e não a do oriental como erroneamente acha-se mencionada sobre o mappa da Comissão boliviana.

O Senhor Sub-Commissario boliviano reconhece que o braço occidental

boliviano juzga ser el principal, el occidental ó el oriental?

El Sub-Comisario boliviano respondió que según su opinión era el brazo occidental el principal.

El Primer Comisario brasileño dice que habiendo sido convocada la presente reunión para el fin de confrontar y firmar los dos ejemplares del mapa del igaripé de Bahia, es, infelizmente, obligado á no aceptar el mapa presentado por el Sub-Comisario boliviano, no pudiendo, portanto, firmarlo como establece el Artículo diez de las «Instrucciones» de seis de Febrero de mil novecientos y siete. El motivo de este proceder es porque en este mapa se halla designada como naciente del igaripé Bahia la naciente del brazo oriental con menor volumen de agua y de curso menos extenso que los del brazo occidental.

En el estudio del curso de un río en busca de su naciente principal, el explorador deberá ir discriminando el brazo principal de entre los que fuere encontrando hasta llegar á la naciente de ese ramo principal que es la del río que estudia. En la exploración del igaripé «Bahia» reconociose que el brazo occidental era el que tenía mayor volumen de agua y por el siguiendo hasta su naciente principal, verificóse que ese brazo tiene curso más extenso que el brazo oriental, es, pues, intuitivo que la naciente del igarapé Bahia es la del brazo occidental y no la del oriental como erroneamente esta mencionada sobre el mapa de la Comisión boliviana.

El Señor Sub-Comisario boliviano reconoce que el brazo occidental es el

é o principal e assignala sobre o seu mappa a nascente de um braço secundario como nascente do igarapé Bahia!

Não serve de argumento a allegação do Senhor Sub-Commissario boliviano de que a nascente do braço oriental é conhecida como nascente do igarapé Bahia. Conhecida por quem? Qual a autoridade scientifica que poderá afirmar semelhante absurdo?

Só no caso em que o explorador não disponha de tempo para um serio estudo é que pode acceitar a informação e escrever em seu mappa — *Conhecida como nascente*.

Este não é o caso do igarapé Bahia, que foi todo levantado, procurando-se verificar qual dos braços formadores é o principal.

Finalmente direi que, por maiores que sejam os interesses em jogo, não será possível negar o que creou a Natureza.

Com referencia ao desacordo entre o Chefe da Comissão brasileira e o Sub-Commissario da Comissão boliviana sobre o nome do braço oriental do arroio Bahia, desacordo que, infelizmente, acabou com a negativa do Chefe da Comissão brasileira, de assignar o mappa apresentado pela Comissão boliviana, o Sub-Commissario da mesma declara que esse nome foi escolhido pelas razões convincentes seguintes :

1º. Que nos mappas feitos por Monsieur Louis Parnoux e pelo Major P. Fawcett os braços principaes oriental e occidental do Arroio Bahia são designados respectivamente Arroio Bahia e Arroio Floresta.

principal y señala sobre su mapa la nascente de un brazo secundario como nascente del igarapé Bahia!

No sirve de argumento la alegación del Sub-Comisario boliviano de que la nascente del brazo oriental es conocida como nascente del igarapé Bahia. Conocida por quien? Cual la autoridad científica que podrá afirmar semejante absurdo?

Sólo en el caso de que el explorador no disponga de tiempo para un serio estudio es que puede aceptar a información y escribir en su mapal — «Conocida como nascente».

Este no es el caso del igarapé Bahia que fué todo levantado, procurando-se verificar cual de los brazos formadores es el principal.

Finalmente diré que por mayores que sean los intereses en juego, no será posible negar lo que creó la Naturaleza.

Con referencia al desacuerdo entre lo Jefe de la Comisión brasileña y el Sub-Comisario de la Comisión boliviana encuan to á la nomenclatura del Arroyo oriental del Arroyo Bahia, desacuerdo que infelizmente acabó en la negativa del Jefe de la Comisión brasileña, de firmar el mapa presentado por la Comisión boliviana, el Sub-Comisario de la misma quiera declarar que la nomenclatura de que fué puesta objeción fué escogida por las razones convincentes siguientes :

1º. Que en los mapas preparados por Monsieur Louis Parnoux y Mayor P. H. Fawcett los arroyos principales oriental y occidental del Arroyo Bahia son designados respectivamente Arroyo Bahia y Arroyo Floresta.

2º. Que o mappa de escala $\frac{1}{200.000}$ feito pela Commissão boliviana em Outubro de 1911, do qual uma copia foi apresentada á Commissão brasileira ou foi tirada por ella, os dois arroios são respectivamente designados como « Bahia » e « Floresta ».

3º. Que a informação dada pelos habitantes da região do Arroio Bahia foi com effeito, que os dois arroios eram conhecidos localmente pelos nomes Bahia e Floresta ; o nome arroio Bahia sendo applicado sempre ao arroio oriental e o nome Floresta sendo utilizado para denominar o arroio occidental.

O Sub-Commissario da Commissão boliviana deseja fazer ao Senhor Commissario Substituto da Commissão brasileira as interrogações seguintes em presença do Senhor Chefe da Commissão brasileira :

1ª. E' verdade que durante o trabalho das duas Commissões, no campo, o arroio occidental foi constantemente referido com o nome de Floresta ?

2ª. E verdade que durante o trabalho das duas Commissões, no campo, o arroio oriental foi constantemente referido com o nome de Bahia e sua cabeceira como « Nascente » ?

3ª. No plano dos diagrammas das secções transversaes dos dois arroios, em sua confluencia, agora presente, é verdade que o braço oriental está mostrado como Bahia e o occidental como Floresta ?

O Senhor Commissario Substituto da Commissão brasileira, respondendo ao Senhor Sub-Commissario boliviano, diz que, durante os trabalhos de levantamento feitos em 1912, quando queria

2.º Que en el mapa de escala $\frac{1}{200.000}$ preparado por la Comisión boliviana en Octubre de mil novecientos once, una copia del cual fué presentada á la Comisión brasileña ó fué tirada por ella los dos arroyos son designados respectivamente como Bahia y Floresta.

3º. Que la información dada por los habitantes de la región del Arroyo Bahia fué al efecto que los dos arroyos fueron conocidos localmente por los nombres Bahia y Floresta ; el nombre Arroyo Bahia siendo aplicado siempre al Arroyo oriental y el nombre Arroyo Floresta siendo utilizado para denotar el Arroyo occidental.

El Sub-Comisario de la Comisión boliviana desea hacer al Señor Comisario sustituto de la Comisión brasileña las interrogaciones siguientes ; en presencia del Señor Jefe de la Comisión brasileña :

1ª. Es verdad que durante el trabajo de las dos Comisiones, en el campo, el arroyo occidental fué constantemente referido con el nombre de Floresta ?

2ª. Es verdad que durante el trabajo de lasdos Comisiones en el campo, el arroyo occidental fué constantemente referido con el nombre de Bahia y su cabecera como « La Naciente » ?

3ª. En el plano diagramatico muestran los tamaños relativos de los dos arroyos á su confluencia, cuyo plano y ahora presente, es la verdad que el brazo oriental está mostrado como « Bahia » y el occidental como « Floresta » ?

El Señor Comisario sustituto de la Comisión brasileña respondiendo al Señor Sub-Comisario boliviano : debo decir que durante los trabajos de levantamiento hechos en mil novecientos y

referir-se aos dois *braços* aliás formadores do igarapé Bahia, chamava-os de Floresta ao braço occidental e de Bahia ao oriental. Isto, porém, não quer dizer que elle reconhecesse que o braço oriental era o continuador do igarapé Bahia ou seu braço principal. Assim os chamava porque na localidade o povo conhecia-os d'esse modo. O povo, porém, não dizia que o braço occidental chamava-se «Floresta», pelo facto de ser outro igarapé, mas porque este braço passava pela barraca denominada «Floresta», que fica no ponto em que elle é cortado pela estrada de rodagem de Cobija a Porvenir, e que é o ponto mais conhecido d'aquelle braço.

Respondendo á 2ª pergunta do Senhor Sub-Commissario boliviano, o Senhor Commissario Substituto brasileiro diz que, quando acampados na nascente do braço oriental, chamava «Acampamento da nascente» ou «de nascente» e assim o chama áquelle logar porque, de facto, é a nascente de um curso d'agua; não dizia nem poderá dizer «nascente do igarapé Bahia», pois não é a sua nascente principal. Não podia dizer que este ponto é a «nascente do igarapé Bahia», pois em 1911, quando chegou com o levantamento do mesmo rio á confluencia d'esses dois braços formadores, notando a grande differença de volume d'agua entre elles e vendo que a Commissão boliviana havia continuado o levantamento pelo braço oriental, immediatamente determinou os volumes d'agua e deu communicação do facto ao Senhor Doutor Henrique Schutel, então chefe da turma. Sobre o facto de designar o braço occidental de Floresta, pode ac-

doce quando queria referirme á los dos formadores del igaripé Bahia llamabalos de Floresta al brazo occidental y de Bahia al brazo oriental. Esto no quiere decir que yo reconociese que el brazo oriental era el continuador del igaripé de Bahia ó su brazo principal. Asi los llamaba porque en la localidad el pueblo conocíalos de este modo. Pero el pueblo no decia que el brazo occidental llamabase «Floresta» por el hecho de ser otro igaripé, mas porque este brazo pasaba por la barraca denominada «Floresta», que queda en el punto en que el és cortado por el camino de automóvil de Cobija á Porvenir y que és el punto más conocido de aquel brazo.

2º. El Sub-Comisario boliviano preguntame si cuando acampados en la naciente del brazo oriental yo llamaba «Campamento de la naciente» ó «de naciente». Si yo llamava «naciente» y asi llamo a áquel lugar porque de hecho és la naciente de un curso de agua; no decia, no podré decir naciente del igaripé «Bahia» pues no és su naciente principal. Yo no podia decir que esta parte és la naciente del igaripé «Bahia», pues en mil novecientos y once quando llegué con el levantamiento del mismo río á la confluencia de esos dos brazos formadores, notando la gran diferencia de volumen de agua entre ellos y viendo que la Comisión boliviana había continuado el levantamiento por el brazo oriental, yo inmediatamente determiné los volúmenes de agua y dé comunicación del hecho al Señor Henrique Schutel entonces Jefe de turma. Sobre el hecho de designar el brazo occidental de Floresta puedo añadir que oí de diversas

crescentar que ouviu de diversas pessoas de Cobija, que « geralmente davam o braço oriental como sendo o Bahia mas que de facto o Bahia era o que passava pela barraca « Floresta », porque era muito maior ». Deve lembrar, também, ao Senhor Sub-Commissario boliviano o seguinte facto: quando regressou da confluencia dos dois braços e que lhe mostrou os resultados das observações, feitas pelas duas Comissões, o Senhor Sub-Commissario boliviano declarou-lhe que « não havia questão geographica entre elles, que o rio principal era o braço occidental ». Desta mesma opinião foi o Senhor Ajudante da Comissão boliviana Guy Wilson que fez as observações na confluencia.

Quanto á 3ª pergunta diz que no mappa que apresentou mostrando as secções transversaes das boccas dos dois braços formadores não está « Bahia » e « Floresta » simplesmente; está « braço oriental » e « braço occidental », mas como elles são, também, conhecidos por aquelles nomes, elle os escreveu entre parenthesis, salientando ainda mais o erro geographico que se vinha commettendo até agora.

Depois de ouvir as respostas dadas pelo Senhor Commissario Substituto brasileiro, o Sub-Commissario boliviano declara que não sendo possivel chegar a um accôrdo, a questão da nascente do Arroio Bahia deve ser submettida a uma arbitragem, segundo o estabelecido no Tratado de Petropolis.

Declara também que o Senhor Commissario da Comissão brasileira não tinha o direito de formular regras geraes para serem seguidas por exploradores, ainda

personas em Cobija que generalmente daban el brazo oriental como siendo el Bahia mas que de hecho el Bahia era el que passaba por la barraca « Floresta » porque era mucho mayor. Debo recordar, tambien, al Sub-Comisario boliviano el siguiente hecho: cuando regresé de la confluencia de los dos brazos y que le exhibí los resultados de nuestras observaciones, hechas por las dos Comisiones, el Sub-Comisario boliviano me declaró que « no había cuestión geográfica entre nosotros, que el rio principal és el brazo occidental ». De esta misma opinión fué el Señor Ayudante Guy Wilson que hizo las observaciones en la confluencia.

3º. En el mapa que presenté mostrando las secciones transversales de las bocas de los dos brazos formadores no está « Bahia » y « Floresta » simplemente; está « brazo oriental » y « brazo occidental », pero como ellos son también conocidos por aquellos nombres, yo los escribí entre parenthesis, para salientar aún mas el yerro geográfico que se venía cometiendo hasta ahora.

Después de oír las respuestas dadas por el Señor Comisario Substituto de la Comisión brasileña, el Sub-Comisario de la Comisión boliviana declara que si no pueden llegar á un acuerdo entre los dos Gobiernos, la cuestión de la naciente del Arroyo Bahia debe ser sometida á un Arbitraje segun lo establecido en el Tratado de Petrópolis.

Declara tambien que el Señor Comisario de la Comisión brasileña no tenía el derecho de formular reglas generales para exploradores á seguir, mientras

que suas opiniões expressadas devam sempre ser recebidas com respeito. Tambem, com referencia ao caso do rio Iquiry, o Senhor Sub-Commissario boliviano nota que o Commissario Substituto da Comissão brasileira havia levado em conta as informações recebidas dos habitantes da região do Iquiry e havia acceitado o nome geral dos arroyos formadores do Iquiry.

O Primeiro Commissario brasileiro declara que é contraproducente a allegação do Senhor Sub-Commissario boliviano relativamente ás informações procuradas pelo Commissario Substituto brasileiro quando se explorou o Iquiry. O braço principal e a nascente principal d'este rio eram outros que não os indicados por alguns dos habitantes da localidade e os que mencionava o mappa do Major Fawcett.

Nada mais havendo a tratar deu-se por finda esta conferencia e, para constar lavraram os Secretarios a presente Acta, escripta em dois exemplares, dos quaes cada um em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, foi assignada pelos membros presentes da Comissão Mixta brasileira-boliviana de demarcação da fronteira entre os dois paizes.

José Candido Guillobel, Almirante Primeiro Commissario; Braz Dias de Aguiar, Capitão-Tenente Commissario Substituto; João Rodrigues de Jesus, Segundo Tenente servindo de Secretario; Herbert A. Edwards, Commisioner; Walter W. Gibbs, Ayudante sirviendo de Secretario.

Confere.—Manáos, vinte de Setembro de mil novecentos e treze. JOÃO RODRIGUES DE JESUS, Segundo Tenente servindo de Secretario.

que sus opiniones expresadas deben siempre guardar respeto. También con referencia al caso del Iquiry, el Sub Comisario boliviano nota que el Comisario Sustituto de la Comisión brasileña había tenido cuenta de la información recibida *en el punto* de los habitantes de la región del Río Iquiry, y había aceptado la nomenclatura general de los arroyos que forman ese rio (Iquiry).

El Comisario brasileño declara que es contraproducente la alegación del Sub Comisario boliviano relativa á las informaciones procuradas cuando se exploró el río Iquiry. El brazo principal y la naciente principal de este río eran otros que no los indicados por algunos de los habitantes de la localidad y los que mencionaba el mapa del Mayor Fawcett.

Nada más habiendo a tratar, díose por terminada esta conferencia y, para constar, levantaron los Secretarios la presente Acta, en dos ejemplares, ambos escritos en español y portugués, la cual, después de leída y aprobada, fué firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta boliviana-brasileña de demarcación de la frontera entre los países.

Herbert A. Edwards, Commisioner; Walter W. Gibbs, Ayudante sirviendo de Secretario; José Candido Guillobel, Almirante Primeiro Commissario; Braz Dias de Aguiar, Capitão Tenente Commissario Substituto; João Rodrigues de Jesus, Segundo Tenente, servindo de Secretario.

N. 122

Officio do Chefe da Comissão Brasileira de Limites com a Bolivia, remetendo copias de quatro Actas referentes ao levantamento de quatro marcos da fronteira, situados dois na região em que desagua o Arroio Yaverija e outros dois na em que faz barra o Igarapé Bahia, — assignadas pela Comissão Mixta Brasileiro-Boliviana de demarcação da fronteira, na cidade de Manáos, em 10 de Setembro de 1913

Comissão de Limites do Brasil com a Bolivia.— N. 116.— Manáos, 6 de Outubro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de apresentar a V. Ex. copias das actas referentes ao levantamento dos seguintes marcos destinados a assignalar a fronteira entre o Brasil e a Bolivia.

1º. Marco levantado sobre a margem direita do arroio Yaverija, em territorio boliviano, no angulo formado por essa margem com a direita do rio Acre ou em sua confluencia ;

2º. Marco construido sobre a margem esquerda do rio Acre, em territorio brasileiro, no ponto fronteiro á bocca do arroio Yaverija ;

3º. Marco collocado sobre a margem esquerda do rio Acre, em territorio brasileiro, no ponto fronteiro á bocca do igarapé Bahia ;

4º Marco levantado sobre a margem esquerda do igarapé Bahia em sua confluencia com o rio Acre, em territorio boliviano.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL,

Almirante, 1º Commissario.

Ao Exmo. Sr. Dr. Lauro Severiano Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXO I

ACTA DA INAUGURAÇÃO DO MARCO BOLIVIANO LEVANTADO NO ANGULO FORMADO PELA MARGEM DIREITA DO ARROYO «YAVERIJA» COM A MARGEM DIREITA DO RIO «ACRE» EM SUA CONFLUENCIA

Aos dez dias do mez de Setembro de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Presidente da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor General Doutor Ismael Montes, reuniram-se na cidade de Manáos, Estado do Amazonas, os seguintes membros da Comissão Mixta de demarcação brasileira-boliviana: Senhores Almirante José Candido Guillobel, Primeiro Commissario, e o Segundo Tenente do Exercito João Rodrigues de Jesus, servindo de Secretario, por parte do Brasil; e, por parte da Bolivia, os Senhores Herbert Archer Edwards, Sub-Commissario, na ausencia do Primeiro Commissario, o Senhor General José Manoel Pando, e Walter William Gibbs, Ajudante servindo de Secretario, afim de tomarem conhecimento da « Acta de inauguração do marco boliviano levantado no angulo formado pela margem direita do arroio «Yaverija» com a margem direita do rio «Acre» em sua confluencia» e fazel-a transcrever no livro especialmente destinado ao lançamento dos termos de levantamento dos marcos que assignalam a fronteira entre os dois paizes; Acta essa assim redigida: « Acta de inauguração do marco boliviano do

ACTA DE INAUGURACIÓN DEL MARCO BOLIVIANO DEL ANGULO FORMADO POR EL ARROYO «YAVERIJA» MARGEN DERECHA DE ESTE, CCN LA DERECHA DEL RIO ACRE EN SU CONFLUENCIA

A los diez dias del mes de Setiembre de mil novecientos y trece, siendo Presidente de la República de Bolivia el Excelentísimo Señor General Doctor Ismael Montes y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca, reuníronse en la ciudad de Manáos, Estado de Amazonas, los siguientes miembros de la Comisión Mixta de demarcación boliviana-brasileña: Señores Herbert Archer Edwards, Sub-Comisario, en la ausencia del Primer Comisario el Señor General José Manoel Pando, y Walter William Gibbs, Ayudante sirviendo de Secretario, por parte de Bolivia; y por parte del Brasil, Señores Almirante José Candido Guillobel, Primer Comisario, y el Segundo Teniente del Ejercito João Rodrigues de Jesus, sirviendo de Secretario, a fin de tomar conocimiento del « Acta de inauguración del marco boliviano del angulo formado por el Arroio Yaverija margen derecha de este, con la derecha del Rio Acre en su confluencia » y hacerla transcribir en este libro especialmente destinado al lanzamiento de los terminos ó Actas de levantamiento de los marcos que señalan la frontera entre los dos países, así redactada: « Acta de inauguración del marco boliviano de

angulo formado pelo arroio « Yaverija » em sua margem direita, com a direita rio Acre em sua confluencia. Aos quatorze dias do mez de Junho de mil novecentos e doze, sendo Presidente da Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Ministro das Relações Exteriores o Excellentissimo Senhor Coronel Dr. Lauro Severiano Müller, e Presidente da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor Doutor D. Eliodoro Villazon e Ministro das Relações Exteriores o Excellentissimo Senhor Doutor Don Claudio Pinilla, reunidos no angulo formado pelo arroio « Yaverija », margem direita deste com a direita do rio Acre em sua confluencia, o Ajudante da Commissão de demarcação de limites do Brasil, Primeiro Tenente da Armada Braz Dias de Aguiar, o Comissario Substituto da Commissão demarcadora de limites da Bolivia Herbert Archer Edwards e o Ajudante da mesma Commissão Guy Harrington Wilson e presentes os Senhores Capitão Raphael Anteguera, Tenente Dalmiro Buys de Barros e Pedro Gutierrez Guerra, em cumprimento ao que preceitúam o Artigo primeiro, parographo setimo do Tratado de Petropolis de dezeseite de Novembro de mi Inovecentos e tres e Artigo primeiro, parographo terceiro do Accordo de dez de Fevereiro de mil novecentos e onze, foi inaugurado o marco boliviano no angulo formado pelo arroio « Yaverija », margem direita deste com a direita do rio Acre, em sua confluencia, na latitude de dez grãos, cincoenta e seis minutos, trinta e oito segundos e setenta

angulo formado por el Arroio Yaverija margen derecha de este, con la derecha del Río Acre en su confluencia. — A los catorce dias del mês de Junio de mil novecientos doce, siendo Presidente de la República de Bolivia el Excelentísimo Señor Doctor Don Eliodoro Villazón y Ministro de Relaciones Exteriores el Excelentísimo Señor Doctor Don Claudio Pinilla y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca y Ministro de Relaciones Exteriores el Excelentísimo Señor Coronel Doctor Lauro Severiano Müller, reunidos en el angulo formado por el Arroyo Yaverija, margen derecha de este, con la derecha del Acre, en su confluencia, el Comisario Substituto de la Comisión Demarcadora de Límites de Bolivia Herbert Archer Edwards y el Ayudante de la misma Comisión Guy Edward Harrington Wilson y el Ayudante de la Comisión Demarcadora de Límites del Brasil, Primer Teniente de Marina Braz Dias de Aguiar y presentes los Señores Capitan Rafael Anteguera ; Teniente Dalmiro Buys de Barros y Pedro Gutierrez Guerra, en cumplimiento á las prescripciones del Artículo primero, párrafo septimo del Tratado de Petropolis de diez y sete de Noviembre de mil novcientos tres y el Artículo primero, párrafo tercero del Acuerdo de diez de Febrero de mil novecientos once, fué inaugurado el marco boliviano en el angulo formado por el Arroio Yaverija margen derecha de este, con la derecha del Acre en su confluencia, en la latitud de 10°-56'-38",73 Sud y longitud de 69°-39'-20",45

e tres centesimos Sul, e longitude de sessenta e nove grãos, trinta e nove minutos, vinte segundos e quarenta e cinco centesimos a Oeste de Greenwich. Esse marco é construido de ferro galvanizado, tem a forma de uma pyramide triangular com qnatro metros de altura, inclusive a base, encimada por uma placa, tambem de ferro, com o nome « Bolivia » na face voltada para o Norte e orientada segundo a linha Leste-Oeste. O referido marco assenta-se sobre uma base constituida por um bloco de concreto de faces quadrangulares e bases triangulares com um metro e trinta centimetros de largura e oitenta centimetros de altura, incluindo quarenta centimetros de alicerce. E, para constar, lavrou-se esta Acta, em duplicata e escripta cada uma nos idiomas hespanhol e portuguez e vae pelos citados membros assignada. E eu, Sebastião Rabello Leite, Segundo Tenente do Exercito, servindo de Secretario, a escrevi, li e assignei. (Assignados) Braz Dias de Aguiar, Primeiro Tenente da Armada, Ajudante da Commissão ; Sebastião Rabello Leite, Segundo Tenente servindo de Secretario ; Herbert A. Edwards, Sub-Commissario de la Comisión Boliviana ; Guy H. E. Wilson, Ayudante de la Comisión ; Raphael Villamonte ». E, para constar, lavraram os Secretarios, acima mencionados, a presente Acta, em dois exemplares, ambos escriptos em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, foi assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta de demarcação brasileira-boliviana. (Assignados) José Candido Guillobel, Almirante Primeiro Commissario; João

Oeste de Greenwich. Ese marco és construido de fierro galvanizado, tiene la forma de piramide triangular con cuatro metros de altura, inclusive la base ; és encimado por una placa tambien de fierro con el nombre « Bolivia » en la fase vuelta hacia el Norte y orientada según la línea Este-Oeste. El referido marco asienta sobre una base constituida por un bloc de concreto de fases quadrangulares y bases triangulares con un metro y treinta centimetros de largura y ochenta centimetros de altura, incluyendo cuarenta centimetros de base en profundidad. Para su constancia, siéntase esta Acta en duplicado y escrita cada una en los idiomas español y portugués y van asignadas por citados miembros. Yo, Raphael C. Villamonte, Teniente de Ejército sirviendo de Secretario, escribí, leí y firmé. (Assignados) Herbert A. Edwards, Sub-Comisario de la Comisión Boliviana, Guy E. H. Wilson, Ayudante de la Comisión Boliviana ; Raphael C. Villamonte, Teniente ; Braz Dias de Aguiar, 1º Teniente da Armada, Ajudante da Commissão ; Sebastião Rabello Leite, 2º Tenente servindo de Secretario. » Y, para constar, levantaron los Secretarios la presente Acta, en dos ejemplares, ambos escriptos en español y portugués, la cual, después de leída y aprobada, fué firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta de demarcacion boliviana-brasileña. (Assignados) Herbert A. Edwards, Technical Commissioner ; Walter W. Gibbs, Ayudante sirviendo de Secretario ; José Candido Guillobel, Almirante Primeiro Commissario ; João Rodrigues de Jesus 2º Tenente servindo de Secretario .

Rodrigues Jesus, Segundo Tenente servindo de Secretario ; Herbert A. Edwards, Sub-Comisario ; Walter W. Gibbs, Ayudante servindo de Secretario.

Está conforme.— N. GUILLOBEL, Secretario da Commissão.

ANNEXO II

ACTA DA INAUGURAÇÃO DO MARCO
BRASILEIRO LEVANTADO NA MARGEM
ESQUERDA DO RIO «ACRE» FRONTEIRO
À FÓZ DO ARROYO YAVERIJA

Aos dez dias do mez de Setembro de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Presidente da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor General Doutor Ismael Montes, reuniram-se na cidade de Manáos, Estado do Amazonas, os seguintes membros da Commissão Mixta de demarcação brasileira-boliviana: Senhores Almirante José Candido Guillobel, Primeiro Commisario ; e o Segundo Tenente do Exercito João Rodrigues de Jesus, servindo de Secretario por parte do Brasil ; e por parte da Bolivia, os Senhores Herbert Archer Edwards, Sub-Commisario, na ausencia do Primeiro Commisario o Senhor General José Manuel Pando, e Walter William Gibbs, Ajudante servindo de Secretario, afim de tomarem conhecimento da «Acta de inauguração do marco brasileiro levan-

ACTA DE LA INAUGURACIÓN DEL MARCO
BRASILEÑO LEVANTADO EN LA MAR-
GEN IZQUIERDA DEL RIO ACRE FON-
TERO Á LA FOZ DEL ARROYO YAVE-
RIJA

A los diez dias del mes de Septiembre de mil novecientos y trece, siendo Presidente de la Republica de Bolivia el Excellentissimo Señor General Doctor Ismael Montes, y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excellentissimo Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca, reuníronse en la ciudad de Manáos, Estado de Amazonas, los siguientes miembros da la Comisión Mixta de demarcación Boliviana-Brasileña : Señores Herbert Archer Edwards, Sub-Comisario, en la ausencia del Primer Comisario el Señor General José Manuel Pando, y Walter William Gibbs, Ayudante sirviendo de Secretario, por parte de Bolivia, y por parte del Brasil los Señores Almirante José Candido Guillobel, Primer Comisario, y el Segundo Teniente del Ejercito João Rodrigues de Jesus sirviendo de Secretario, á fin de tomar conocimiento del «Acta de inauguración del marco brasileño le-

tado sobre a margem esquerda do rio Acre em frente da bocca do Arroio Yaverija», onde termina a Oeste a fronteira entre o Brasil e a Bolivia, e fazel-a transcrever neste livro especialmente destinado ao lançamento dos termos ou Actas de levantamento dos marcos que assignalam a fronteira entre os dois paizes, assim redigida : «Acta da inauguração do marco brasileiro da margem esquerda do rio Acre fronteiro á fóz do Arroio Yaverija. Aos quatorze dias do mez de Junho de mil novecentos e doze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Ministro das Relações Exteriores o Excellentissimo Senhor Coronel Doutor Lauro Severiano Müller, e Presidente da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor Don Eliodóro Villazon e Ministro das Relações Exteriores o Excellentissimo Senhor Doutor Don Claudio Pinilla, reunidos na margem esquerda do rio Acre, no ponto fronteiro á foz do Arroio Yaverija o Ajudante da Commissão de Limites do Brasil, Primeiro Tenente da Armada Braz Dias de Aguiar, o Commisario Substituto da Commissão de demarcação de limites da Bolivia Herbert Archer Edwards e o Ajudante da mesma Commissão Guy Harrington Edward Wilson e presentes os Senhores Major Doutor Antonio Rogerio de Gouvêa Freire, Capitão Raphael Anteguera, Tenente Dalmiro Buys de Barros e Pedro Gutierrez Guerra, em cumprimento ao que preceituum o Artigo primeiro paragrapho setimo do Tratado de Petropolis de dezesete de Novembro

vantado sobre la margem izquierda de rio Acre en frente de la boca del Arroyo Yaverija» donde termina al Oeste la frontera entre el Brasil y la Bolivia, y hacerla transcribir en este libro especialmente destinado al lanzamiento de los términos ó Actas de levantamiento de los marcos que señalan la frontera entre los dos países, asi redactada : — «Acta de la inauguración del marco brasileño levantado en la margen izquierda del rio Acre en frente de la bocca del Arroyo Yaverija. — A los catorce dias del mes de Junio de mil novecientos doce siendo Presidente de la Republica de Bolivia el Excelentísimo Señor Doctor Don Eliodoro Villazón y Ministro de Relaciones Exteriores el Excelentísimo Señor Doctor Don Claudio Pinilla, y Presidente de la Republica de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca y Ministro de Relaciones Exteriores el Excelentísimo Señor Coronel Doctor Lauro Severiano Müller, reunidos en la margen izquierda del rio Acre, en el punto frontero á la boca del Arroyo Yaverija, el Comisario Substituto de la Comisión Demarcadora de Límites de Bolivia Herbert Archer Edwards y el Ayudante de la misma Comisión Guy Edward Harrington Wilson, y el Ayudante de la Comisión Demarcadora de Límites del Brasil, Primer Teniente de Marina Braz Dias de Aguiar y presentes los Señores Mayor Doctor Antonio Rogerio Gouvea Freire ; Capitán Rafael Anteguera ; Teniente Dalmiro Buys de Barros ; y Pedro Gutierrez Guerra ; en cumplimiento á las prescripciones del Artículo primero párrafo septimo

de mil novecentos e tres e Artigo primeiro paragrapho terceiro do Accordo de dez de Fevereiro de mil novecentos e onze, foi inaugurado o marco brasileiro na margem esquerda do rio Acre, no ponto fronteiro á foz do Arroio Yaverija na latitude de dez grãos, cinquenta e seis minutos, trinta e tres segundos e vinte centesimos Sul, e na longitude de sessenta e nove grãos, trinta e nove minutos, nove segundos e cincoenta e seis centesimos a Oeste de Greenwich. — Esse marco é construido de ferro galvanizado tendo a fórma de uma pyramide triangular com quatro metros de altura, inclusive a base, encimado por uma placa tambem de ferro, com o nome «Brasil» em uma das faces e orientada segundo a linha Noroeste-Sueste. O referido marco assenta-se sobre uma base constituida por um bloco de concreto de faces quadrangulares e bases triangulares com um metro e quarenta centimetros de largura e oitenta centimetros de altura, incluindo quarenta centimetros de alicerce. — E, para constar, lavrou-se esta Acta em duplicata e escripta cada uma em dois idiomas, portuguez e hespanhol, e vae pelos citados membros assignada. E eu, Sebastião Rabello Leite, Segundo Tenente do Exercito, servindo de secretario, a escrevi, li e assignei:— (Assignados) — Braz Dias de Aguiar, Primeiro Tenente da Armada, Ajudante da Commissão Brasileira; Sebastião Rabello Leite, 2º Tenente servindo de Secretario; Herbert A. Edwards, Sub-Commissario de la Comisión Boliviana; Guy H. E. Wilson, Ayudante de la Comisión Boliviana; Raphael C. Villamonte 1º Secretario.»

del Tratado de Petrópolis de diez y siete de Noviembre de mil novecentos tres y el Artículo primeiro párrafo tercero del Acuerdo de diez de Febrero de mil novecentos once, fué inugurada el marco brasileiro en la margen izquierda del rio Acre en el punto fronterizo á la boca del Arroyo Yaverija en la latitud de 10º-56'-33,"20 Sud y longitud de 69º-39'-09",56 Oeste de Greenwich. — Ese marco es construido de fierro galvanizado, tiene la forma de piramide triangular con cuatro metros de altura inclusive la base; és encimado por una placa, tambien de fierro con el nombre «Brasil» en una de las fazes y orientada según la linea Nor' Oeste y Sud Este. El referido marco asienta por un bloc de concreto de fazes cuadrangulares y bases triangulares, con un metro y cuarenta centimetros de largo y ochenta centimetros de altura incluyendo cuarenta centimetros de base en su profundidad. Para su constancia, siéntase esta Acta en duplicado y escrita cada una en los idiomas Español y Portugués y van asignadas por los citados miembros. Yo, Rafael C. Villamonte, Teniente de Ejercito, servi de Secretario, escribi, leí y firmé. (Assignados) — Herbert A. Edwards, Sub-Comisario de la Comisión Boliviana; Guy E. H. Wilson, Ayudante de la Comisión Boliviana; Rafael C. Villamonte, Teniente Secretario; Braz Dias de Aguiar, 1º Tenente da Armada, Ajudante da Commissão Brasileira; Sebastião Rabello Leite, Segundo Tenente, servindo de Secretario.»

E, para constar, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, ambos escriptos em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, foi assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta de demarcação brasileira-boliviana. — (Assignados) — José Candido Guillobel, Almirante Primeiro Commissario ; João Rodrigues de Jesus, 2º Tenente servindo de Secretario ; Herbert A. Edwards, Interine Commissioner ; Walter W. Gibbs, Ayudante, sirviendo de Secretario.

Está conforme. — N. GUILLOBEL, Secretario da Commissão.

Y, para constar, levantaron los Secretarios la presente Acta, en dos ejemplares, ambos escritos en español y portugués, la cual, después de leída y aprobada, fué firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta de demarcación boliviana-brasileña. (Assignados) — Herbert A. Edwards, Technical Commissioner ; Walter William Gibbs, Ayudante sirviendo de Secretario ; José Candido Guillobel, Almirante Primeiro Commissario ; João Rodrigues de Jesus, 2º Tenente servindo de Secretario.

ANNEXO III

ACTA DE INAUGURAÇÃO DO MARCO BRASILEIRO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO ACRE FRONTEIRO A FÓZ DO IGARAPÉ OU ARROIO BAHIA

ACTA DE INAUGURACIÓN DEL MARCO BRASILEÑO DE LA MARGEN IZQUIERDA DEL RIO «ACRE» FRONTERIZO A LA FÓZ DEL IGARIPÉ Ó ARROYO BAHIA

Aos dez dias do mez de Setembro de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Presidente da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor General Doutor Ismael Montes, reuniram-se na cidade de Manáos, Estado do Amazonas, os seguintes membros da Commissão Mixta de demarcação brasileira-boliviana: Senhores Almirante José Candido Guillobel, Primeiro Commissario, e o Segundo Tenente do Exercito João Rodrigues de Jesús, servindo de Secretario, por parte do Brasil ; e, por

A los diez dias del mes de Setiembre de mil novecientos y trece, siendo Presidente de la República de Bolivia el Excelentísimo Señor General Doctor Ismael Montes y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca, reuníronse en la ciudad de Manáos, Estado de Amazonas, los siguientes miembros de la Comisión Mixta de demarcación boliviana-brasileña : Señores Herbert Archer Edwards, Sub-Comisario, en la ausencia del Primer Comisario el Señor General José Manoel Pando, y Walter William Gibbs, Ayudante, sirviendo de

parte da Bolivia, os Senhores Herbert Archer Edwards, Sub-Commissario, na ausencia do Primeiro Commissario, o Senhor General José Manoel Pando, e Walter William Gibbs, Ajudante servindo de Secretario, afim de tomarme conhecimento da « Acta de inauguração do marco brasileiro da margem esquerda do rio Acre fronteiro á foz do Arroio Bahia », e fazel-a transcrever no livro especialmente destinado ao lançamento dos termos ou actas de levantamento dos marcos que assignalam a fronteira entre os dois paizes ; acta essa assim redigida : « Acta da inauguração do marco brasileiro da margem esquerda do rio Acre fronteiro á foz do arroio Bahia. — Aos vinte e nove dias do mez de Junho de mil novecentos e doze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, e Ministro das Relações Exteriores o Excellentissimo Senhor Coronel Doutor Lauro Severiano Müller, e Presidente da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor Doutor Don Eliodoro Villazón e Ministro das Relações Exteriores o Excellentissimo Senhor Doutor Don Claudio Pinilla, reunidos na margem esquerda do rio Acre, no ponto fronteiro á foz do arroio Bahia, o Ajudante da Commissão de demarcação de limites do Brasil, Primeiro Tenente da Armada Braz Dias de Aguiar, o Commissario Substituto da Commissão de demarcação de limites da Bolivia, Herbert Archer Edwards, e o Ajudante da mesma Commissão Guy Edward Harrington Wilson e presentes os Senhores Major Doutor Antonio Rogerio de

Secretario, por parte de Bolivia ; y por parte del Brasil los Señores : Almirante José Candido Guillobel, Primer Comisario ; y el Segundo Teniente del Ejercito João Rodrigues de Jesús, sirviendo de Secretario, áfin de tomar conocimiento del « Acta de inauguración del marco brasileño de la margen izquierda del río « Acre » fronterizo á la foz del Arroyo « Bahia » y hacerla transcribir en este libro especialmente destinado al lanzamiento de los términos ó actas de levantamiento de los marcos que señalan la frontera entre los dos países, así redactada : « Acta de inauguración del marco brasileño de la margen izquierda del río « Acre » fronterizo á la foz del arroyo « Bahia ». — A los veintinueve días del mes de Junio de mil navecientos doce, siendo Presidente de la República de Bolivia el Excelentísimo Señor Doctor Don Eliodoro Villazón, y Ministro de Relaciones Exteriores el Excelentísimo Señor Doctor Don Claudio Pinilla y Presidente de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca y Ministro de Relaciones Exteriores el Excelentísimo Señor Coronel Doctor Lauro Severiano Müller, reunidos en la margen izquierda del río Acre en el punto fronterizo á la boca del arroyo « Bahia » el Comisario Substituto de la Comisión demarcadora de límites de Bolivia Herbert Archer Edwards, y el Ayudante de la misma Comisión Guy Edward Harrington Wilson ; y el Ayudante de la Comisión demarcadora de límites del Brasil, Primer Teniente de Marina Braz Dias de Aguiar y presentes los Señores Mayor Doctor Antonio Rogerio de Gouvêa Freire, y

Gouvêa Freire e Walter Gibbs, em cumprimento ao que preceituam o Artigo primeiro, paragrapho setimo, do Tratado de Petropolis de dezeseite de Novembro de mil novecentos e tres e Artigo primeiro, paragrapho terceiro, do Accordo de dez de Fevereiro de mil novecentos e onze, foi inaugurado o marco brasileiro na margem esquerda do rio Acre no ponto fronteiro á foz do Arroio Bahia, na latitude de onze grãos, um minuto, um segundo e vinte seis centesimos Sul e na longitude de sessenta e oito grãos, cincoenta minutos, dezeseite segundos e setenta e tres centesimos a Oeste de Greenwich. — Esse marco é construido de ferro galvanizado, tem a fôrma de uma pyramide triangular, com quatro metros de altura inclusive a base, encimada por uma placa, tambem de ferro, com o nome « Brasil » em uma das faces e orientada segundo a linha Leste-Oeste. — O referido marco assenta-se sobre uma base constituída por um bloco de concreto de faces quadrangulares e bases triangulares, com um metro e quarenta centimetros de largura e oitenta centimetros de altura, incluindo quarenta centimetros de alicerce. E, para constar, lavrou-se esta Acta, em duplicata e escripta cada uma nos idiomas portuguez e hespanhol e vae pelos citados membros assignada. E eu, Sebastião Rabello Leite, Segundo Tenente do Exercito, servindo de Secretario, a escrevi, li e assignei. (Assignados) — Braz Dias de Aguiar, Primeiro Tenente da Armada, Ajudante; Sebastião Rabello Leite, Segundo Tenente servindo de Secretario; Herbert A. Edwards, Sub-Commissario de la Comisión Boliviana;

Walter Gibbs, en cumplimiento á las prescripciones del Artículo primero, párrafo septimo, del Tratado de Petropolis de diez y siete de Noviembre de mil novecientos tres y el Artículo primero, párrafo tercero, del Acuerdo de diez de Febrero de mil novecientos once, fué inaugurado el marco brasilero en la margen izquierda del río « Acre » en el punto fronterizo á la boca del arroyo « Bahía » en la latitud de $11^{\circ}-01'-01''$, 26 Sud y longitud de $68^{\circ}-50'-17''$, 73 Oeste de Greenwich. — Ese marco és construido de ferro galvanizado, tiene la forma de pirámide triangular con cuatro metros de altura inclusive la base; és encimado por una placa también de fierro, con el nombre « Brasil » en una de las faces y orientada según la línea Este-Oeste. El referido marco asienta sobre una base constituída por un bloco de concreto de faces cuadrangulares, y bases triangulares, con un metro y cuarenta centimetros de largo y ochenta centimetros de altura, incluyendo cuarenta centimetros de base en su profundidad. Para su constancia sientase esta Acta en duplicado y escripta cada una en los idiomas Español y Portugués y van firmadas por locitados miembros. Yo, Rafael C. Villamonte, Teniente de Ejército, serví de Secretario, escribí, leí y firmé. (Assignados) Herbert A. Edwards, Sub-Comisario de Comisión Boliviana; Guy E. H. Wilson, Ayudante de la Comisión Boliviana; Raphael C. Villamonte, Teniente Secretario; Braz Dias de Aguiar, 1º Tenente da Armada, Ajudante da Commissão Brasileira; Sebastião Rabello Leite, 2º Tenente, servindo de Secretario». Y, para constar, levanta-

Guy E. H. Wilson, Ayudante de la Comisión Boliviana; Raphael Villamonte, Teniente Secretario » — E, para constar, lavraram os Secretarios, acima mencionados, a presente Acta, em dois exemplares, ambos escriptos em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, foi assignada pelos membros presentes da Comissão Mixta de demarcação brasileira-boliviana. — José Candido Guillobel, Almirante Primeiro Commissario; João Rodrigues de Jesus, 2º Tenente servindo de Secretario; Herbert A. Edwards, Technical Commissioner; Walter W. Gibbs, Ayudante sirviendo de Secretario.

Está conforme.— N. GUILLOBEL, Secretario da Comissão.

ron los Secretarios la presente Acta, en dos exemplares, ambos escriptos en Español y Portugués, la cual, después de leída y aprobada, fué firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta de demarcación boliviana-brasileña. — Herbert. A. Edwards, Technical Commissioner; Walter W. Gibbs, Ayudante sirviendo de Secretario; José Candido Guillobel, Almirante, Primeiro Commissario; João Rodrigues de Jesus, 2º Tenente servindo de Secretario.

ANNEXO IV

ACTA DA INAUGURAÇÃO DO MARCO BOLIVIANO, DO ANGULO FORMADO PELA MARGEM ESQUERDA DO IGARAPÉ OU ARROIO « BAHIA » E Á DIREITA DO RIO « ACRE », EM SUA CONFLUENCIA

Aos dez dias do mez de Setembro de mil novecentos e treze, sendo Presidente dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Presidente da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor General Doutor Ismael Montes, reuniram-se na cidade de Manáos, Estado do Amazonas, os seguintes membros da Comissão Mixta de demarcação brasileira-boliviana: Senhores Almirante José Candido Guillobel, Primeiro Commissario,

ACTA DE INAUGURACIÓN DEL MARCO BOLIVIANO DEL ANGULO FORMADO POR LA MARGEN IZQUIERDA DEL IGARIPÉ Ó ARROYO « BAHIA » Y LA DERECHA DEL RIO ACRE, EN SU CONFLUENCIA

A los diez dias del mes de Septiembre de mil novecientos y trece, siendo Presidente de la República de Bolivia el Excelentísimo Señor General Doctor Ismael Montes y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca, reunieron en la ciudad de Manáos, Estado do Amazonas, los siguientes miembros de la Comisión Mixta de demarcación boliviana-brasileña: Señores Herbert Archer Edwards, Sub-Comisario, en

e o Segundo Tenente do Exercito João Rodrigues de Jesus, servindo de Secretario, por parte do Brasil; e, por parte da Bolivia, os Senhores Herbert Archer Edwards, Sub-Commissario, na ausencia do Primeiro Commissario o Senhor General José Manuel Pando, e Walter William Gibbs, Ajudante servindo de Secretario, afim de tomarem conhecimento da « Acta da inauguração do marco boliviano do angulo formado pela margem esquerda do igarapé ou arroio Bahia e á direita do rio Acre, em sua confluencia », e fazel-a transcrever no livro especialmente destinado ao lançamento dos termos de levantamento dos marcos que asignalam a fronteira entre os dois paizes. Acta essa assim redigida : — « Acta de inauguração do marco boliviano, do angulo formado pela margem esquerda do Arroio Bahia e á direita do rio Acre, em sua confluencia :

« Aos vinte e nove dias do mez de Junho de mil novecentos e doze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Ministro das Relações Exteriores o Excellentissimo Senhor Coronel Doutor Lauro Severiano Müller, e Presidente da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor Doutor Don Eliodoro Villazón e Ministro das Relações Exteriores o Excellentissimo Senhor Doctor Don Claudio Pinilla, reunidos no angulo formado pela margem esquerda do arroio Bahia e á direita do rio Acre, em sua confluencia, o Ajudante da Comissão de demarcação de limites do Brasil, Primeiro Tenente da Armada Braz Dias de Aguiar, o Commissario

la ausencia del Primer Comisario, el Señor General José Manuel Pando, y Walter William Gibbs, Ayudante sirviendo de Secretario, por parte de Bolivia; y por parte del Brasil Señores Almirante José Candido Guillobel, Primer Comísario; y el Segundo Teniente del Ejército João Rodrigues de Jesús, sirviendo de Secretario, á fin de tomar conocimiento del « Acta de inauguración del marco boliviano del angulo formado por la margen izquierda del Igaripé ó Arroyo Bahia y la derecha del rio Acre, en su confluencia » y hacerla transcribir en este libro especialmente destinado al lanzamiento de los terminos ó Actas de levantamiento de los marcos que señalan la frontera entre los dos países, asi redactada :

« Acta de inauguración del marco boliviano del angulo formado por la margen izquierda del Arroyo Bahia y la derecha del Rio Acre en su confluencia : A los veintinueve dias del mes de Junio de mil novecentos doce, siendo Presidente de la República de Bolivia el Excelentissimo Señor Doctor Don Eliodoro Villazon y Ministro de Relaciones Exteriores el Excelentissimo Señor Doctor Don Claudio Pinilla y Presidente de la Republica de los Estados Unidos del Brasil el Excelentissimo Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca, y Ministro de Relaciones Exteriores el Excelentissimo Señor Coronel Doctor Lauro Severiano Müller, reunidos en el angulo formado por la margen izquierda del Arroyo Bahia y la derecha

Substituto da Commissão de demarcação de limites da Bolívia Herbert Archer Edwards e o Ajudante da mesma Commissão Guy Edward Harrington Wilson e presentes os Senhores Major Doutor Antonio Rogerio de Gouvêa Freire e Walter Gibbs, em cumprimento ao que preceituam o Artigo primeiro paragrapho setimo do Tratado de Petropolis de dezeseite de Novembro de mil novecentos e treze e o Artigo primeiro, paragrapho terceiro do Accordo de dez de Fevereiro de mil novecentos e onze, foi inaugurado o marco boliviano no angulo formado pela margem esquerda do arroio Bahia e a direita do Rio Acre, em sua confluencia, na latitude de onze grãos, um minuto, quatro segundos e sessenta e cinco centesimos Sul; e na longitude de sessenta e oito grãos, cincoenta minutos e dezeseis segundos e sessenta e sete centesimos Oeste de Greenwich. — Esse marco é construido de ferro galvanizado, tem a fôrma de uma pyramide triangular com quatro metros de altura, inclusive a base, encimado por uma placa, tambem de ferro, com o nome «Bolívia» em uma das faces e orientada segundo a linha Leste-Oeste. — O referido marco assenta-se sobre uma base constituida por um bloco de concreto de faces quadrangulares e bases triangulares, com um metro e quarenta centimetros de largura e oitenta centimetros de altura, incluindo quarenta centimetros de alicerce. — E, para constar, lavrou-se esta Acta em duplicata e escripta cada uma nos idiomas portuguez e hespanhol, e vae pelos citados membros assignada. E eu, Sebastião Rabello Leite, Segundo Te-

del Rio Acre en su confluencia, el Comisario Substituto de la Comisión Demarcadora de Límites de Bolívia Herbert Archer Edwards y el Ayudante de la misma Comisión Guy Edward Harrington Wilson, y el Ayudante de la Comisión Demarcadora de Límites del Brasil, Primer Teniente de Marina Braz Dias de Aguiar, y presentes los Señores Major Doctor Antonio Rogerio de Gouvêa Freire y Walter Gibbs, en cumplimiento á las prescripciones del Artículo primero, párrafo septimo del Tratado de Petropolis de diez y siete de Noviembre de mil novecientos tres y el Artículo primero, párrafo tercero del Acuerdo de diez de Febrero de mil novecientos once, fué inaugurado el marco boliviano, en el angulo formado por la margen izquierda del Arroyo «Bahia» y la derecha del Rio «Acre» en su confluencia, en la latitude de.... 11°-01'-04", 65 Sud, y longitud de 68°-50'-16", 67 Oeste de Greenwich. — Ese marco és construido de fierro galvanizado, tiene la forma de piramide triangular con cuatro metros de altura inclusive la base; és encimado por una placa, también de fierro con el nombre «Bolívia» en una de las fases y orientada según la línea Este-Oeste. — El referido marco asienta sobre una base constituida por un bloc de concreto de fases cuadrangulares y bases triangulares con un metro y cuarenta centimetros de largo y ochenta centimetros de altura, incluyendo cuarenta centimetros de base en su profundidad. Para su constancia sientase esta Acta en duplicado y escrita cada una en los idiomas Español y Portugués y van

nente do Exercito, servindo de Secretario, a escrevi, li e assignei. (*Assignado*) BRAZ DIAS DE AGUIAR, Primeiro Tenente da Armada, Ajudante da Commissão Brasileira ; SEBASTIÃO RABELLO LEITE, Segundo Tenente, servindo de Secretario ; HERBERT A. EDWARDS, Sub-Comisario de la Comisión Boliviana ; RAPHAEL C. VILLAMONTE, servindo de Secretario ».

E, para constar, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, ambos escriptos em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, foi assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta de demarcação brasileira-boliviana. JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL, Almirante, Primeiro Commissario ; JOÃO RODRIGUES DE JESUS, 2º Tenente servindo de Secretario ; HERBERT A. EDWARDS, Technical Commissioner ; WALTER W. GIBBS, Ayudante, sirviendo de Secretario.

Está conforme.— N. GUILLOBEL, Secretario da Commissão.

firmadas por los citados miembros. Yo, Rafael C. Villamonte, Teniente de Ejército servi de Secretario, escribí, lei y firmé. (*Assignados*) HERBERT, A. EDWARDS, Sub-Comisario de la Comisión Boliviana ; GUY E. H. WILSON, Ayudante de la Comisión Boliviana ; RAFAEL C. VILLAMONTE, Teniente Secretario ; BRAZ DIAS DE AGUIAR, 1º Tenente da Armada, Ajudante da Commissão Brasileira ; SEBASTIÃO RABELLO LEITE, 2º Tenente, servindo de Secretario. »

Y, para constar, levantaron los Secretarios la presente Acta en dos ejemplares, ambos escritos en español y portugués, la cual, después de leída y aprobada, fué firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta de demarcación boliviana-brasileña. HERBERT A. EDWARDS, Technical Commissioner ; WALTER W. GIBBS, Ayudante, sirviendo de Secretario ; JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL, Almirante Primero Commissario ; JOÃO RODRIGUES DE JESUS, 2º Tenente servindo de Secretario.

N. 123

Offício do Chefe da Comissão Brasileira de Limites com a Bolivia, remetendo a Carta da Região a que se refere o § 2º do art. I do Accordo de 10 de Fevereiro de 1911, uma cópia da Acta da setima Conferencia da Comissão Mixta Brasileiro-Boliviana de demarcação da fronteira, realizada em Manáos, a 27 de Dezembro de 1913, para confrontação dos mappas dessa Região apresentados pelas duas Comissões, outro Mappa mostrando a posição desse territorio em relação ao Rio Amazonas, e Informações a respeito dos Seringaes existentes no mesmo territorio

ESTRACTOS

Comissão de limites do Brasil com a Bolivia. — N. 117. — Manáos, 30 de Dezembro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de apresentar a V. Ex. a carta da Região comprehendida entre as nascentes dos rios Rapirran e Iquiry, o igarapé Bahia e os rios Acre e Chipamanu, a que se refere o § 2º do Artigo I do « Accordo » de 10 de Fevereiro de 1911 entre o Brasil e a Bolivia; bem assim copia da acta da setima Conferencia da Comissão Mixta effectuada a 27 do corrente para a confrontação dos mappas dessa região apresentados pelas duas Comissões.

Como verá V. Ex. dessa acta, deixei de assignar o mappa apresentado pela Comissão boliviana por que nelle a nascente de um braço secundario do igarapé Bahia está ainda assignalada como sendo a nascente do igarapé.

O Sub-Commissario boliviano declarou que deixava de assignar o mappa brasileiro porque — o braço occidental está assignalado como o arroio Bahia quando, segundo sua opinião, verdadeiramente o braço occidental é o arroio Floresta e o braço oriental o arroio Bahia, — tendo na sexta Conferencia, realisada a 16 de Setembro proximo passado, declarado que — segundo sua opinião, era o braço occidental o principal — quando lhe perguntei qual dos dois braços formadores do igarapé ou arroio Bahia era o principal segundo sua opinião.

Como vê V. Ex., o Sub-Commissario boliviano depois de ter affirmado ser o braço occidental um dos formadores do igarapé Bahia, pretende agora insinuar que o braço occidental é um arroio distincto do igarapé Bahia.

O territorio a que se refere o § 2º do Art. I do « Accordo » de 10 de Fevereiro de 1911, comprehendido entre a recta que une as nascentes principaes dos rios

Rapirran e Iquiry, a que liga a nascente deste ultimo ao ponto da margem direita do rio Acre ou Aquiry na latitude de 10°-30' Sul, a parte do curso do Acre desde essa latitude até a confluencia do igarapé Bahia, o curso deste igarapé, a recta que une as nascentes principaes do referido igarapé e do rio Chipamanu, o curso deste rio desde sua nascente principal até sua confluencia com o Abunan e, finalmente, a recta que une essa confluencia á nascente principal do Rapirran, tem 3.633 kilometros quadrados de area, medida sobre a carta empregando o planimetro; sendo 776 kilometros quadrados ao Norte e 2.857 ao Sul do paralelo da nascente principal do Rapirran.

O Tratado de Petropolis, de 17 de Novembro de 1903, determina no § 6º do Artigo 1 que a fronteira entre os dois paizes deverá seguir «da nascente principal do rio Rapirran, pelo paralelo dessa nascente, a encontrar a Oeste o rio Iquiry e por este subir até a sua origem, de onde seguirá até o igarapé Bahia pelos mais pronunciados accidentes do terreno ou por uma linha recta.

Pelos estudos effectuados nesse territorio, verificou-se que o paralelo da nascente principal do Rapirran não corta o Iquiry, porque este rio tem o seu curso ao Norte d'esse paralelo, o contrario do que se suppunha quando foi negociado o Tratado de Petropolis.

Desapparecendo da combinação o rio Iquiry para a constituição de um trecho da fronteira entre os dois paizes, verifica-se a existencia de dois pontos invariaveis pelos quaes deve ser traçada a dita fronteira: «as nascentes principaes do Rapirran e do igarapé Bahia».

Applicando as regras estabelecidas no referido § 6º, invertendo, porém, a sua ordem, para unir esses dois pontos, verificar-se-ha:

1º. Que a área da superficie formada pela recta (linha geodesica) ligando as nascentes principaes do igarapé Bahia e do rio Rapirran, paralelo desta nascente, curso do rio Acre entre este paralelo e a bocca do igarapé Bahia e o curso deste igarapé, é de 2.674 kilometros quadrados.

Como, porém, é difficilimo conservar uma fronteira constituida por uma jarga picada em linha recta de proximamente 130 kilometros de extensão aberta dentro da matta, é preferivel adoptar a primeira das regras no referido § 6º: *os mais pronunciados accidentes do terreno* entre os dois pontos invariaveis.

Dos accidentes do terreno os que mais se apropriam para a constituição dos limites entre paizes, são indubitavelmente os alveos dos rios, principalmente tratando-se de terrenos de formação alluvionica como o de que é constituida a região de que nos occupamos.

O curso do rio Chipamanu é o que, pela sua direcção, mais adequado se mostra para o traçado da fronteira entre os dois pontos invariaveis.

2º. Que, unindo, portanto, a nascente principal do Rapirran á confluencia do Chipamanu por uma linha recta com proximamente 12 kilometros de extensão, seguindo pelo curso do Chipamanu até sua nascente principal, ligando essa

nascente á principal do igarapé Bahia por uma recta de proximamente 29 kilometros, descendo o curso deste igarapé até sua bocca, seguindo pelo Acre abaixo até o paralelo da nascente principal do Rapirran, e por este paralelo até encontrar a dita nascente, a area do territorio comprehendido é, como vimos, de 2.857 kilometros quadrados.

A' pagina 50 do livro do Sr. Adolpho Balivian « Informe del Delegado Nacional de Colonias, 1908 », encontra-se sob o titulo « La línea de frontera » o seguinte :

« De acuerdo con los terminos del tratado, esta línea se dirige de Villabella á la boca del Abuná, y sube por este río hasta lat. 10°-20' Sud, y que viene a coincidir con la boca del Rapirran, continuando por el curso de este río hasta su naciente.

« En este punto fallan las provisiones del tratado, pues que la naciente y el curso del Iquiry se encuentran al Norte del paralelo de la latitud de la naciente del Rapirrán.

« En las modificaciones que és imperioso adoptar, será necesario perder de vista el Iquiry, por ser un punto del todo inadecuado y fuera de la línea de frontera. Estudia el Mayor Fawcett las siguientes soluciones :

« 1ª — Si se pretendiese trazar una línea de la naciente del Rapirrán á la « naciente del arroyo Bahia, no sería, a su entender, esta una solución práctica, « pues exigiría la apertura de un trayecto en una distancia de unos 150 kilometros al través del bosque, que además de ser un procedimiento costoso, sería « mui difícil de mantener permanentemente, por la naturaleza del terreno y « elementos disponibles.

« 2ª — Del Rapirrán dirigirse al Abuná á la confluencia del Xipamanu, « subiéndolo hasta su naciente ú ótro punto conveniente, y de allí en ese mismo « paralelo de latitud, trazar una línea hacia el Acre ó el arroyo Bahia, como el « caso demandase.

« Este último medio lo considera como el más razonable para ambos países, porque la extensión de terrenos perdidos ó ganados parece que más ó menos se compensarian ».

Em um mappa appenso ao livro do Sr. Balivian acham-se assignalados junto á margem direita do Chipamanu dois dos postos aduaneiros por elle creados em 11 de Julho de 1907, demonstrando por essa forma que as posses bolivianas nessa região não se extendiam para o Norte desse rio.

Com o presente officio remetto a V. Ex. além desse mappa, um outro mostrando a posição do territorio ; de que trata o § 2º do Artigo 1º do « Accordo » de 10 de Fevereiro de 1911, em relação ao rio Amazonas, e as informações a respeito dos seringaes existentes no dito territorio, pelas quaes verá V. Ex.

que, com excepção do seringal que se estende desde Nova Amelia no Acre a Maloca no Chipamanu pertencente á firma boliviana de Suarez Hermanos & Comp., mas cujos empregados são brasileiros, os demais pertencem a brasileiros, estendendo-se alguns até o Karamanu.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL.

Almirante, Primeiro Commissario.

Ao Excellentissimo Senhor Dr. Lauro Severiano Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXO I

ACTA DA SETIMA CONFERENCIA DA COMMISSÃO MIXTA DE DEMARCAÇÃO BRASILEIRO-BOLIVIANA

ACTA DA SETIMA CONFERENCIA

Aos vinte e sete dias do mez de Dezembro de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e da Republica da Bolivia o Excellentissimo Senhor General Doutor Ismael Montes, reuniram-se em conferencia na cidade de Manáos, Estado do Amazonas, os seguintes membros da Commissão Mixta Brasileira-Boliviana de demarcação da fronteira entre os dois paizes : Por parte do Brasil os Senhores Almirante José Candido Guillobel, Primeiro Commissario, Capitão Tenente Braz Dias de Aguiar, Commissario Substituto e o Primeiro Tenente Sebastião Rabello Leite, servindo de Secretario ; e por parte da Bolivia os Senhores Herbert Archer Edwards, Sub-Commissario na

ACTA DE LA SETIMA CONFERENCIA

A los veinte y siete dias del mes de Diciembre de mil novecientos trece siendo Presidente de la República de Bolivia el Exmo. Señor General Doctor Don Ismael Montes y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Exmo. Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca, reuníronse en conferencia en la ciudad de Manaos, Estado de Amazonas, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Boliviana-Brasileña de Demarcación de la frontera entre los dos países : Por parte de Bolivia los Señores Herbert Archer Edwards, Sub-Comisario en la ausencia del Primero Comisario y Walter William Gibbs, Ayudante, sirviendo de Secretario y por parte del Brasil los Señores Almirante José Candido Guillobel, Primero Comisario, Capitán Teniente Braz Dias de Aguiar, Comisario

ausencia do Primeiro Commissario, Walter William Gibbs, Ajudante servindo de Secretario.

O fim da presente reunião é confrontar os dois exemplares do mappa da região comprehendida entre as nascentes dos rios Rapiirran e Iquiry, o Igarapé Bahia e os rios Acre e Chipamanu, levantado pela Comissão Mixta Brasileira-Boliviana de demarcação, de que trata o paragrapho segundo do Artigo primeiro do Accordo de dez de Fevereiro de mil novecentos e onze, e assignal-os conforme estabelece o artigo decimo das Instrucções de seis de Fevereiro de mil novecentos e sete.

Confrontados os mappas da referida região apresentados por cada uma das Comissões, ambos na escala de um para cento e cincoenta mil, verificou-se estarem conformes.

O Primeiro Commissario Brasileiro declara que, apesar de verificada a conformidade dos mappas presentes, sente não poder assignar na forma do artigo decimo das Instrucções de seis de Fevereiro de mil novecentos e sete o mappa apresentado pela Comissão Boliviana por achar-se ainda nesse mappa assignalada a nascente de um braço secundario do Igarapé Bahia como nascente principal do dito Igarapé em desacordo com o resultado das operações executadas na confluencia dos braços occidental e oriental do mesmo Igarapé de conformidade com o seu parecer constante da acta da sexta conferencia effectuada a dezeseis de Setembro do corrente anno.

Depois do exame dos mappas o Sub-Commissario Boliviano deseja declarar o seguinte: Infelizmente eu não posso

Sustituto y el Primero Teniente Sebastião Rabello Leite, sirviendo de Secretario.

El fin de la presente reunión es confrontar los dos ejemplares de la mapa de la región comprendida entre las nacientes de los ríos Rapiirran y Iquiry, el arroyo Bahia y los ríos Acre y Chipamanu, levantado por la Comisión Mixta Boliviana-Brasileña de demarcación, de que trata el párrafo segundo del Artículo primero del Acuerdo de diez de Febrero de mil novecientos once y firmarlos conforme establece el artículo diez de las Instrucciones de seis de Febrero de mil novecientos siete.

Confrontadas las mapas de la referida región presentadas por cada una de las Comisiones, ambas en la escala de uno sobre ciento y cincuenta mil, se ha verificado estaren conformes.

El Primero Comisario Brasileño declara que no obstante la verificación de la conformidad de las mapas presentes siente no poder firmar, según el artículo diez de las Instrucciones de seis de Febrero de mil novecientos siete la mapa presentada por la Comisión Boliviana por hallarse todavia en esa mapa señalada la naciente de un brazo secundario del Arroyo Bahia como naciente principal del dicho arroyo en desacuerdo con la resultad de las operaciones hechas en la confluencia de los brazos oriental y occidental del mismo arroyo de acuerdo con su parecer expreso de la Acta de la Sexta Conferencia efectuada el diez y seis de Septiembre de este año.

Después de la confrontación de las mapas el Sub-Comisario Boliviano desea decir lo siguiente: Infelizmente yo

assignar o mappa apresentado pelo Commissario da Comissão Brasileira porque nesse mappa o braço occidental está assignalado como o arroio Bahia quando, segundo minha opinião, verdadeiramente o braço occidental é o arroio Floresta e o braço oriental é o arroio Bahia. Porém o Commissario da Comissão Brasileira pôde apresentar sua opinião e evidencias á sua Chancellaria.

Resolveram, finalmente, o Primeiro Commissario Brasileiro e o Sub-Commissario Boliviano remetter aos respectivos Governos o referido mappa conforme determina o paragrapho segundo do Artigo primeiro do referido «Acôrdo».

Nada mais havendo a tratar deu-se por finda esta Conferencia e, para constar, lavraram os Secretarios a presente acta, escripta em dois exemplares, dos quaes cada um nos idiomas portuguez e hespanhol, acta que foi assignada pelos membros presentes da Comissão Mixta da demarcação Brasileira-Boliviana. (Assignados) JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL, Primeiro Commissario; BRAZ DIAS DE AGUIAR, Capitão Tenente Commissario Substituto; SEBASTIÃO RABELLO LEITE, 1º Tenente servindo de Secretario; HERBERT A. EDWARDS, Commissioner; WALTER W. GIBBS, Ayudante sirviendo de Secretario.

Está conforme.— N. DE GUILLOBEL, Secretario da Comissão.

no puedo firmar la mapa presentada por el Comisario de la Comisión Brasileña por que en esa mapa el brazo occidental es señalado como el Arroyo Bahia quando, en mi opinión, verdadeiramente el brazo oriental és el Arroyo Bahia. Pero el Comisario de la Comisión Brasileña puede presentar su opinión y evidencias á su Cancilleria.

Resolveran finalmente, el Sub-Comisario Boliviano y el Primero Comisario Brasileño remitir á sus Gobiernos respectivos la referida mapa según las prescripciones del párrafo segundo del artículo primero del referido «Acuerdo».

Nada mas habiendo a tratar dióse por terminada esta Conferencia y para constar levantaron la presente Acta escrita en dos ejemplares cada uno en los idiomas español y portugués, Acta que tué firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta de demarcación Boliviana-Brasileña. (Assignados) HERBERT A. EDWARDS, Commissioner; WALTER W. GIBBS, Ayudante, sirviendo de Secretario; JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL, Primeiro Commissario; BRAZ DIAS DE AGUIAR, Capitão Tenente Commissario Substituto; SEBASTIÃO RABELLO LEITE, 1º Tenente servindo de Secretario.

ANNEXO II

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS SERINGAES EXISTENTES NO TERRITORIO DO § 2º DO ART. I DO ACCORDO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1911

Além dos seringaes Santa Fé, Itú, S. Luiz do Abunan (Boa Vista), Remanso, Independencia, Aquidaban e Equador cujas informações estão nos mappas discriminativos, existem outros, dos quaes os principaes são : *Capatará* com a produção annual de cerca de 180.000 kilos de borracha, que se estende até a margem esquerda do rio Abunan e que pertence á firma brasileira Oliveira & Comp.; *Nova Amelia*, pertencente á firma boliviana Suarez Hermanos, produzindo cerca de 100.000 kilos de borracha, administrado e habitado por brasileiros; *Gavião*, pertencente a Liberio de Souza, brasileiro, produzindo cerca de 20.000 kilos de borracha; *Perseverança*, com a produção annual de 60.000 kilos de borracha e pertencente a brasileiro; *Iracema*, de propriedade do brasileiro Raymundo Vieira Lima, produzindo cerca de 300.000 kilos de borracha e cujas terras se estendem muito além do Chipamanu; *S. Miguel*, de propriedade de Maia & Comp. brasileiros, exportando cerca de 15.000 kilos; *Uyrapurú* que exporta cerca de 10.000 kilos, pertencente ao Sr. Mascarenhas, brasileiro, e que se estende além da margem direita do Chipamanu; *Nova Esperança*, cujos limites vão além do Chipamanu, produzindo cerca de 80.000 kilos de borracha e pertencente á firma brasileira Paes de Oliveira & Comp.; *Porvir*, de propriedade da firma brasileira Alves Braga & Comp. produzindo cerca de 160.000 kilos de borracha e cujos limites vão além da margem direita do Chipamanu.

Manáos, 14 de Setembro de 1913.

BRAZ DIAS DE AGUIAR,

Capitão Tenente, Commissario Substituto da Comissão.

INDICAÇÕES CONSTANTES DOS MAPPAS A QUE SE REFEREM AS INFORMAÇÕES PRECEDENTES

- *Nome do seringal*: Itú.
- *Nome do proprietario ou possessor*: Honorio Alves das Neves (proprietario).
- *Sua nacionalidade*: Brasileiro nascido em Pernambuco).
- *Produção annual*: Setenta mil kilos.
- *Extensão das terras occupadas, em kilometros*: o seringal Itú tem uma area de 420^k2,927500 comprehendidos por um perimetro de 92260^m com 400 estradas de seringá.

— *Numeros de casas ou barracas*: um barracão com armazem, um chalet com escriptorio, duas casas cobertas de telha (3), duas barracas na cordilheira, uma casa com fabrica a vapor (1), 83 barracas diversas, uma casa em Palmares (2).

— *Numero de habitantes*: 302.

— *Sexo masculino*: 201.

— *Sexo feminino*: 101.

— *Nacionalidade*: 293 brasileiros, um italiano, tres bolivianos. Total 302.

— *Commerciantes*: um commerciante, um industrial e dois empreiteiros.

— *Aviados*: Não ha.

— *Empregados*: um guarda livros, um caixeiro, um terçal, um mateiro, um toqueiro, quatro carqueiros, tres lenhadores, 28 empregados. Total 40.

— *Seringueiros*: 128.

— *Nome do seringal*: Remanso.

— *Nome do proprietario ou posseiro*: Herdeiros de Quintiliano Ferreira de Mesquita.

— *Sua nacionalidade*: Brasileiros.

— *Produção annual*: Media 60.000 kilos.

— *Extensão de terras occupadas em kilometros*: Perimetro : 510348,^m75.—

Area : 397.176.710,^m250.

— *Numero de casas ou barracas*: 86.

— *Numero de habitantes*: 207.

— *Sexo masculino*: 140.

— *Sexo feminino*: 67.

— *Nacionalidade*: Brasileira.

— *Commerciantes*: Os proprietarios.

— *Aviados*: Não existem.

OBSERVAÇÕES : (1) Fabrica situada na margem esquerda do rio Acre-Itú, com motor a vapor, serraria, engenho, alambique continuo, aviamento, farinha, fornalha para fabrico de rapaduras e demais utensilios para a fabricação de as-sucar.

(2) Fazenda Palmares, situada no interior do seringal Itú, nas nascentes do Iquiry, em o planalto que divide as aguas com o rio Acre Rapirrã e o mesmo Iquiry, com vastissimas campinas de criação de gado e actualmente com 500 cabeças de gado vaccum, sendo : 300 de internada e 200 de criação ; havendo um barracão de residencia do proprietario e demais barracas occupadas com os empregados que são em numero de 16.

(3) Barracões na cordilheira, pertencentes ao mesmo seringal Itú e actualmente arrendados.

- *Empregados*: 12.
 - *Seringueiros*: 95.
-

- *Nome do seringal*: S. Luiz do Abunã (Boa Vista).
 - *Nome do proprietario ou posseiro*: Francisco de Azevedo Sombra.
 - *Sua nacionalidade*: Brasileiro.
 - *Produção annual*: 70.000 kilos.
 - *Extensão de terras occupadas em kilometros*: (Em branco).
 - *Numero de casas ou barracas*: 185.
 - *Numero de habitantes*: 312.
 - *Sexo masculino*: 218.
 - *Sexo feminino*: 94.
 - *Nacionalidade*: 308 brasileiros, 3 portuguezes e 1 argentino.
 - *Commerciantes*: 1.
 - *Aviados*: 2.
 - *Empregados*: 38.
 - *Seringueiros*: 129.
-

- *Nome do seringal*: Independencia.
 - *Nome do proprietario ou posseiro*: Pedro Jacome d'Araujo.
 - *Sua nacionalidade*: Brasileiro.
 - *Produção annual*: 40.000 kilos.
 - *Extensão de terras occupadas em kilometros*: 12×16.
 - *Numero de casas ou barracas*: 4 barracões.
 - *Numero de habitantes*: 120.
 - *Sexo masculino*: 97.
 - *Sexo feminino*: 23.
 - *Nacionalidade*: Brasileiros.
 - *Commerciantes*: 1.
 - *Aviados*: (Em branco).
 - *Empregados*: 10.
 - *Seringueiros*: 86.
-

- *Nome do seringal*: Equador.
- *Nome do proprietario ou posseiro*: Maia & Primo.
- *Sua nacionalidade*: Brasileiros.
- *Produção annual*: 15.000 kilos.
- *Extensão de terras occupadas em kilometros*: (Em branco).
- *Numero de casas ou barracas*: 27.
- *Numero de habitantes*: 88.

- *Sexo masculino* : 54.
 - *Sexo feminino* : 34.
 - *Nacionalidade* : Brasileiros.
 - *Commerciantes* : 2.
 - *Aviados* : 1.
 - *Empregados* : 14.
 - *Seringueiros* : 25.
-

- *Nome do seringal* : Aquidaban.
 - *Nome do proprietario ou posseiro* : Dr. Antonio Francisco Pinheiro.
 - *Sua nacionalidade* : Brasileira.
 - *Produção annual* : 100.000 kilos.
 - *Extensão de terras occupadas em kilometros* : 1878², 190.000.
 - *Numero de casas ou barracas* : 146.
 - *Numero de habitantes* : 443.
 - *Sexo masculino* : 290.
 - *Sexo feminino* : 153.
 - *Nacionalidade* : Brasileira.
 - *Commerciantes* : 8
 - *Aviados* : 7.
 - *Empregados* : 26.
 - *Seringueiros* : 189.
-

- *Nome do seringal* : Santa Fé.
- *Nome do proprietario ou posseiro* : (Proprietario) Manoel Joaquim Lopes Filho.

- *Sua nacionalidade* : Portugueza.
 - *Produção annual* : 45.000 ks.
 - *Extensão de terras occupadas em kilometros* : (Em branco).
 - *Numero de casas ou barracas* : 42.
 - *Numero de habitantes* : 158.
 - *Sexo masculino* : 102.
 - *Sexo feminino* : 56.
 - *Nacionalidade* : 145 brasileiros, 5 bolivianos, 4 peruanos e 4 portu-
guezes.
 - *Commerciante* : 1.
 - *Aviado* : 1.
 - *Empregados* : 12.
 - *Seringueiros* : 70.
-

RELAÇÃO DAS BARRACAS E MORADORES QUE HABITAM AS MARGENS DO RIO INÁ DESDE A NASCENTE ATÉ A BOCCA

1ª Barraca — Candido Freire de Menezes, no lugar denominado Oco do Mundo, casado, com dois filhos.

2ª Barraca — Manuel Dantas, ao lado da primeira, brasileiro, solteiro. As duas barracas, ficam na m. d. e pertencem ao seringal Santa Fé.

3ª Barraca — Francisco José, brasileiro, solteiro, m. e., Seringal do Porvir.

4ª » — Raymundo, brasileiro, solteiro, m. d. Seringal Santa Fé.

5ª » — João Barbosa, brasileiro, casado, dous filhos, m. d., do Seringal Santa Fé.

6ª Barraca — José Pessoa e Nonato, solteiros, brasileiros, m. e., conhecido por Monte Verde, Seringal Santa Fé.

7ª Barraca — Jovinião, brasileiro, casado, dous filhos, m. d., Seringal Santa Fé.

8ª Barraca — João Lourenço, brasileiro, casado, m. d. e m. e. do Igarapé Guajará, Seringal Santa Fé.

9ª Barraca — João Baptista, brasileiro, casado, dous filhos, m. d., Seringal Santa Fé.

10ª Barraca — Evaristo, brasileiro, casado, m. d., Seringal Santa Fé.

11ª » — Amancio, brasileiro, casado, dous filhos, m. d., ao lado da do Evaristo, Seringal Santa Fé.

12ª Barraca — Manuel Cosme, brasileiro, solteiro, m. e., Seringal Santa Fé.

13ª » — Gadeia, brasileiro, solteiro, m. e., Seringal Santa Fé.

14ª » — Cunegundes, brasileiro, casado, um filho, m. d. do Igarapé Marcolino.

15ª Barraca — João Pereira, brasileiro, casado, m. d., Seringal Santa Fé.

16ª » — José Raymundo, brasileiro, casado, quatro filhos, m. d., Seringal Santa Fé.

17ª Barraca — Chagas, brasileiro, casado, quatro filhos, m. d., Seringal Santa Fé.

18ª Barraca — Oliveira Filho, brasileiro, solteiro, m. d., extrema de Santa Fé.

19ª » — Roberto e Eduardo, brasileiros, solteiros, m. e., Seringal Nova Esperança.

20ª Barraca — Valdevino, brasileiro, solteiro, m. e. Fica a meia hora do Iná. Seringal Nova Esperança.

21ª Barraca — Bezerra, brasileiro, solteiro, m. e. Fica a 40 metros do Iná. Varadouro do Oliveira.

22ª Barraca — *Repouso*, quatro moradores brasileiros.

23ª » — *S. Miguel*, dous moradores brasileiros.

24ª » — *Perseverança*, Ignacio Ortiz, casado, peruanos, m. e.

- 25^a Barraca — Manoel Pereira, brasileiros, solteiro m. d.
26^a » — *Ajuricaba*, dous moradores brasileiros, m. e.
27^a » — *Nazareth*, quatro moradores brasileiros, m. e.
28^a » — Fancelino, seis moradores brasileiros, m. d.
29^a » — Alexandre, casado, indio, m. d.
30^a » — Antonio, brasileiro, casado, m. d.
31^a » — Sebastião, brasileiro, solteiro, mora com um irmão, m. e.

Seringal Mucuripe.

- 32^a Barraca — Luiz Barbosa e Bernardino, brasileiros, solteiros, m. e.
33^a » — Manoel Pedreiro, casado, um filho, brasileiros, m. d.
34^a » — Francisco Duarte, mora com um companheiro, solteiros, m. e.

Seringal Aquidaban.

- 35^a Barraca — Cordolino Gomes de Almeida, casado, um filho, brasileiro, m. e.

- 36^a Barraca — Antonio de Almeida, brasileiro, mora com seis pessoas, m. d. Seringal Aquidaban.

- 37^a Barraca — Affonso, brasileiro, casado, dous filhos, m. d. Seringal Aquidaban 3^h para o Acre e 9^h para o Chipamanu.

- 38^a Barraca — dous seringueiros na m. d. Ig. Grande. Seringal Carão.

- 39^a » — João da Costa, brasileiro, casado, dous filhos, m. d.

Seringal Iracema.

- 40^a Barraca — José Caetano e Raymundo, m. d., brasileiros, Seringal Iracema.

Manãos, 12 de Setembro de 1913.

AFFONSO LEONARDO PEREIRA,

Primeiro Tenente da Armada, Ajudante da Comissão.

N. 124

Officio do Chefe da Commissão Brasileira de Limites com a Bolivia, confirmando os seus telegrammas de 26 e 29 de Dezembro de 1913, relativos aos trabalhos da Commissão Mixta Brasileiro-Boliviana de demarcação da fronteira, nos annos de 1913 e 1914, explicando por que não fôra terminado o levantamento do Rio Madeira, e fazendo o resumo geral de todos os trabalhos da Commissão Brasileira desde o inicio da demarcação em Matto-Grosso

Commissão de limites do Brasil com a Bolivia. — N. 118. — Manáos, 30 de Dezembro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar os telegrammas que expedi a V. Ex. a 26 e 29 do corrente, nos seguintes termos:

« Manáos, 26 de Dezembro de 1913. — Exm. Sr. Ministro Exterior — Rio de Janeiro. — Acaba regressar pessoal tendo concluido levantamento rio Abunan na extensão 400 kilometros sendo determinadas coordenadas geographicas boccas Abunan Rapiirran e diversos pontos curso Abunan. Longitudes pontos Abunan foram determinados por telegraphia sem fio empregando aparelho receptor portatil. Foram levantados marcos divisorios boccas Rapiirran Abunan confluencia Beni e frente bocca este rio. Motivo continuadas chuvas e molestia pessoal foi suspenso trabalho campo devendo logo comece estação secca fazer-se levantamento Madeira. Gerente estrada Madeira-Mamoré prestou relevantes auxilios Commissão. Attenciosas saudações. »

« Manáos, 29 de Dezembro de 1913. — Exm. Sr. Ministro Exterior — Rio de Janeiro. — Tenho a honta communicar Vocencia que Commissão boliviana retirou-se hontem Europa devendo regressar Junho proximo para levantamento rio Madeira. Attenciosas saudações. »

Conforme informei a V. Ex., por officio n. 114, de 22 de Março deste anno, esperava poder terminar o levantamento do rio Madeira até o fim do corrente anno e iniciar o do Abunan, que suppunha poder terminar nos primeiros dois mezes de 1914; falharam, porém, as minhas previsões, sem que para isso tivesse concorrido a Commissão Brasileira.

Pela combinação feita com o General Pando, deveria a Commissão Mixta reunir-se em Manáos em Julho proximo passado afim de seguir para o Madeira e dar principio ao levantamento deste rio. A Commissão Boliviana só aqui

chegou em principio de Agosto sem o seu chefe o General Pando. O Sub-Commissario boliviano não tendo instrucções do General Pando para continuar com o serviço, conforme communiquei a V. Ex. por telegramma de 30 de Agosto ultimo, nem dispondo de credito para as despezes de sua Commissão, só na segunda quinzena de Setembro poudo resolver sua partida depois de ter recebido instrucções do Governo boliviano, o que tambem communiquei a V. Ex. por telegramma de 16 de Setembro, seguindo as duas Commissões para Porto Velho a 21 do mesmo mez.

Tendo sido perdidos dois mezes pelos motivos citados e passada a melhor época para fazer-se o levantamento do Madeira, propoz-me o Sub-Commissario boliviano principiar o serviço pelo Abunã, que ficou concluido, tendo-se ainda determinado as posições geographicas de alguns pontos do rio Rapiçan para a locação do curso deste rio, que havia sido levantado em 1912.

Permitta-me V. Ex. declarar que pessoas, que ignoram o serviço que se faz nesta e em outras Commissões de demarcação da fronteira entre o Brasil e os paizes limitrophes, que são obrigadas a trabalhar em commum com a Commissão da outra parte e que estão sujeitas ás estações das aguas, julgam que esta Commissão tem demorado o seu trabalho.

Em 1907 perdemos quatro mezes de trabalho porque a Commissão boliviana pedio a suspensão dos trabalhos para reorganizar-se e adquirir novos instrumentos; em 1909 fez-se a exploração dos rios Verdes e Turvo, distantes de Corumbá de proximamente 200 leguas, e verificou-se se a fazenda pertencente ao Coronel Pedro Alves de Barros, proxima de Corumbá, ficara ou não em terreno cedido á Bolivia, trabalhos esses extranhos á demarcação da fronteira estabelecida pelo Tratado de Petropolis. Esperamos no Rio de Janeiro nove mezes em 1910 esperando a época combinada para iniciar o trabalho da demarcação na bacia do Amazonas. Á espera da Commissão boliviana, que aqui deveria estar em Outubro de 1910 e só chegou em fins de Março de 1911, perdemos perto de seis mezes de trabalho.

Tendo-se em consideração as viagens demoradas pela difficuldade de navegação em alguns rios como o Acre, as chuvas que geralmente principiam em Outubro e duram até Março ou Abril, só permittindo o trabalho na estação secca de Junho a Outubro; o augmento de trabalho exigido pelo Accôrdo de 10 de Fevereiro de 1911, conscienciosamente não se póde affirmar que esta Commissão que tem executado trabalho de levantamento de mais de 2.000 kilometros nas bacias do Paraguay e do Amazonas, nada ou pouco tem feito, principalmente comparando-se o seu trabalho com o de outras Commissões congeneres.

Posso affirmar a V. Ex. que a Commissão brasileira e o seu chefe nunca concorreram para retardar o serviço da demarcação da fronteira com a Bolivia, e nunca a Commissão boliviana teve que esperar pela brasileira.

Em serviço internacional em que uma das partes é obrigada a fazer o serviço conjunctamente com a outra parte, está-se sujeito a demoras.

O Tratado de Petropolis só cogitou da primeira reunião das duas Comissões, estabelecendo que « se os Commissarios demarcadores de uma das Altas Partes Contractantes deixarem de concorrer ao logar e na data da reunião que forem convencionados para o começo dos trabalhos, os Commissarios da outra procederão por si sós á demarcação, e o resultado das suas operações será obrigatorio para ambas. »

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL,
Almirante, Primeiro Commissario.

Ao Excellentissimo Senhor Doutor Lauro Severiano Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 125

Offício do Chefe da Comissão Brasileira de Limites com a Bolivia, remettendo informações sobre os trabalhos da Comissão Mixta Brasileiro-Boliviana de demarcação da fronteira, nos annos de 1912 e 1913, e sobre o programma dos serviços para o de 1914, na parte referente á bacia do Amazonas; e ainda sobre o reconhecimento do Rio Verde, feito em 1909, pela mesma Comissão Mixta

Comissão de limites do Brasil com a Bolivia.— N. 128. — Manáos, 30, de Março de 1914.

Senhor Sub-Secretario de Estado,

Accuso o recebimento no dia 27 do corrente do telegramma sob numero tres, expedido por V. Ex. a 19 do corrente, de teor seguinte : «Tres. Peço V. Ex. obsequio remetter possível urgencia para mensagem relatorio deste anno dados sobre pessoal informações sobre trabalhos Comissão na bacia Amazonas principalmente annos mil novecentos doze e treze e programma serviços para este anno. Rogo remetter tambem termos inauguração marcos bocca rio Verde anno mil novecentos nove que não vieram».

Respondendo ao telegramma de V. Ex. tenho a informar o seguinte :

Anno de 1912.— Por ter pedido exoneração o Commissario Substituto e ter ficado enfermo no Rio de Janeiro o ajudante Engenheiro Henrique Schutel, ficou o pessoal technico reduzido, além do Primeiro Commissario, a tão sómente dois ajudantes para o serviço de levantamentos e demarcação da fronteira, vendo-me obrigado a arvorar em auxiliares technicos os Officiaes do contingente do Exercito Tenentes Sebastião Rabello Leite e Dalmiro Buys de Barros, que de boa vontade se prestaram.

A 30 de Março partiu de Manáos a Comissão brasileira com destino ao Acre, chegando á bocca do Igarapé Bahia com 54 dias de viagem. A Comissão boliviana seguiu a 10 de Abril seguinte.

Para adiantamento dos trabalhos estabeleci nas minhas instrucções o methodo a seguir nos levantamentos, sendo o resultado obtido muito superior ao da minha expectativa.

Nesse anno fez-se o levantamento do rio Acre desde Capatará até sua confluencia com o arroio Yaverija, ponto extremo occidental da fronteira entre os dois paizes; o do braço Floresta, ramo principal do Igarapé Bahia, e das suas ramifi-

cações; o dos rios Ina e Chipamanu desde suas nascentes até as respectivas boccas; o do rio Abunan entre sua confluencia com Chipamanu e Illimani e, finalmente, o do rio Rapirran desde o ponto de seu curso em que foram suspensos os trabalhos em 1911 até sua confluencia com o Abunan.

Esses diversos levantamentos correspondem a um desenvolvimento de mil e vinte e oito kilometros.

Foram ainda determinadas as coordenadas geographicas de cincoenta e quatro pontos desse levantamento e foram levantados quatro marcos divisorios permanentes, sendo um no angulo formado pela margem direita do arroio Yaverija com a direita do rio Acre, outro na margem esquerda do Acre fronteiro ao anterior, o terceiro no angulo formado pela margem direita do rio Acre com a esquerda do Igarapé Bahia, e o quarto finalmente, na margem esquerda do Acre no ponto fronteiro ao terceiro marco.

Com o trabalho effectuado nesse anno ficou levantada a região ou terreno a que se refere o paragrapho 2º do Artigo I do « Accôrdo » de 10 de Fevereiro de 1911.

Anno de 1913.— Não tendo o Sr. General Pando concorrido á reunião da Commissão Mixta na época préviamente combinada, e não tendo o seu substituto instrucções para proseguir com o serviço da demarcação, só em Setembro poudes a Commissão Mixta partir para o rio Madeira. Nesse anno, em consequencia do tempo perdido pelo motivo exposto, foi possível fazer apenas o levantamento do rio Abunan desde Illimani até sua confluencia com o Madeira, na extensão approximada de quatrocentos kilometros, tendo sido determinadas as coordenadas geographicas de diversos pontos dos rios Rapirran e Abunan, sendo as longitudes determinadas pela telegraphia sem fio, empregando-se um receptor radio-telegraphico portatil. Para esse fim determinou-se préviamente a longitude da estação radio-telegraphica de Porto Velho, da qual foram transmittidos os signaes horarios.

Foram ainda levantados sete marcos divisorios permanentes, dos quaes dois na embocadura do rio Rapirran, dois na confluencia do Abunan com o Madeira, dois na bocca do rio Beni e o ultimo no ponto da margem direita do Rio Madeira fronteiro ao meio da bocca do Beni.

Nesse anno foram tambem celebradas as 6ª e 7ª conferencias da Commissão Mixta cujas actas foram por cópia remettidas á Secretaria de Estado; foram mais confrontados os mappas da região ou terreno a que se refere o paragrapho 2º do art. I do « Accôrdo » de 10 de Fevereiro de 1911, igualmente remettido á Secretaria de Estado.

Programma dos trabalhos no anno corrente.— Durante este anno far-se-ha o levantamento do rio Madeira: serão cotejados os resultados das observações effectuadas nos rios Rapirran e Abunan e as que se fizeram no rio Madeira; serão construidos os mappas dos rios Madeira e Abunan e o geral da fronteira norte do Brasil com a Bolivia, entre a confluencia do arroio Yaverija com o Acre e a bocca do rio Beni, no Madeira.

Rio Verde.— A Comissão Mixta encarregada de demarcar os limites do Brasil com a Bolívia, estabelecida pelo Tratado de Petropolis de 17 de Novembro de 1903, foi incumbida do «reconhecimento do rio Verde e suas cabeceiras» em virtude das «Instrucções» de 6 de Fevereiro de 1907.

Pelo artigo 2º dessas «Instrucções» determinava-se que, na hypothese de estarem destruidos os antigos marcos levantados pela Comissão de 1875 na bocca do rio Verde, a actual Comissão deveria collocar novos. Do marco levantado pela turma que sob a direcção do Major Lassance desceu o rio Guaporé, lavrou-se a respectiva acta.

A actual Comissão, nomeada em virtude do Artigo IV do referido Tratado de Petropolis, nos trabalhos do rio Verde não funcionava como Comissão demarcadora mas simplesmente exploradora, não podendo lavrar actas de inauguração de marcos levantados na bocca do rio Verde, em seu livro de actas especialmente destinado aos marcos levantados sobre a fronteira referida nos paragraphos 1 a 7 do Artigo I do Tratado de 17 de Novembro de 1903.

Além disso, as «Instrucções» para reconhecimento do rio Verde não mandam lavrar acta da collocação dos marcos na bocca desse rio em substituição dos antigos destruidos, como em seu artigo 8º determinam as que se referem á demarcação da fronteira descripta nos paragraphos 1 a 7 do Artigo I do mencionado Tratado.

Eis a razão por que não foram remettidas as actas de inauguração dos marcos collocados na bocca do rio Verde em substituição dos destruidos.

No relatorio que apresentei sobre os trabalhos do rio Verde, remettido á Secretaria de Estado com o meu officio n. 50, de 10 de Abril de 1910, encontra-se o seguinte sobre os marcos collocados na bocca desse rio pela actual comissão.

Marcos da confluencia do rio Verde.— O local em que, em 1877, a Comissão Brasileira levantou o marco divisorio, na margem direita do rio Verde, foi logo encontrado. O marco havia sido destruido até os seus alicerces, provavelmente pela mão do homem, visto não se encontrar uma causa natural para fazello ruir, porquanto, posto que coberto pelo matto, não havia arvore ameaçando-o, e a barranca sobre a qual fôra construido, além de ser de argilla resistente, estava, pela sua elevação, livre das inundações.

No mesmo dia 25 (de Julho de 1909) deu-se principio á limpeza do terreno e ao assentamento dos dois marcos, o brasileiro no local do antigo, no angulo formado pela margem direita do rio Verde e esquerda do Guaporé; e o boliviano no angulo formado pelas esquerdas dos mesmos rios, em terrenos sujeitos ás innundações por não haver outro. A distancia que separa estes dous marcos é de sessenta e sete metros e cincoenta centímetros (67^m,50) ao rumo verdadeiro de 3º-41' NE.—SO.

Convém notar que o Governo boliviano nunca mandou levantar o respectivo marco na confluencia do Rio Verde, como entendia ser seu direito na Nota que, a 23 de Julho de 1878, dirigiu á Legação Brasileira em La Paz.

Ambos esses marcos têm a forma de uma pyramide quadrangular, de ferr galvanizado, com cinco metros de altura. Assentam sobre uma base de alvenaria de pedra e cimento com as seguintes dimensões : 0^m,60 × 0^m,60 × 0^m,50. No vertice do marco brasileiro foi fixada uma placa de ferro com a inscripção «Brasil» tambem em alto relevo, e no do boliviano uma placa identica com o distico « Bolivia » tambem em alto relevo.

As coordenadas geographicas do marco brasileiro são:

Latitude = 14°-00'-02",83 Sul.

Longitude = 60°-24'-16",00 W. de Greenwich.

e as do marco boliviano :

Latitude = 14°-00'-00",60 Sul.

Longitude = 60°-24'-15",90 W. de Greenwich.

sendo o valor da declinação da agulha magnetica na dita confluencia de 2°-45' NE.

Aproveitando o ensejo, tenho a honra de reiterar a V. E. os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.

JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL,

Almirante, Chefe da Commissão.

Ao Exmo. Sr. Frederico Affonso de Carvalho, Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores

LIMITES DO BRASIL

Fronteira com a Republica Oriental do Uruguay

N. 126

Officio do Chefe da Commissão Brasileira de Limites com o Uruguay, remettendo as Actas da 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, e 8^a Conferencias da Commissão Mixta Brasileiro-Uruguaya de demarcação da fronteira, realizadas em diversas localidades do curso do Rio Jaguarão, em 9 de Maio, 10 de Agosto, 8 de Outubro, 31 de Dezembro de 1913, e 2 de Janeiro de 1914

Commissão demarcadora de limites entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay na Lagôa Mirim e Rio Jaguarão.

N. 31. — Jaguarão, 15 de Janeiro de 1914.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remetter a Vossa Excellencia as inclusas cinco cópias de actas de conferencias desta Commissão, a saber :

Cópia da acta da quarta conferencia referente á discriminação e inauguração do marco da ilha da Barra ;

Cópia da acta da quinta conferencia referente á discriminação e inauguração do marco da ilha das Ovelhas ;

Cópia da acta da sexta conferencia referente á construção e inauguração do marco do arroyo Lagoões ;

Cópia da acta da setima conferencia referente á discriminação e inauguração dos marcos das ilhas do Braulio, da Areia e de Santa Rita ;

Cópia da acta da oitava conferencia referente á discriminação e inauguração dos marcos das ilhas do Diniz, do Jacintho e do Soccorro.

Dados os termos do artigo IV do Tratado de 30 de Outubro de 1909, pertencem ao Brasil as cinco primeiras ilhas e ao Uruguay as tres ultimas.

Apresento a Vossa Excellencia os respeitosos protestos da minha estima e consideração.

GABRIEL DE SOUZA PEREIRA BOTAFOGO.

A Sua Excellencia o Senhor Coronel Doutor Lauro Severiano Müller,
Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores.

I

ACTA DA 4ª CONFERENCIA, REALIZADA A 9 DE MAIO DE 1913,
NA ILHA DA BARRA, PARA A DISCRIMINAÇÃO DA MESMA
ILHA, QUE FICOU PERTENCENDO AO BRASIL, E INAUGU-
RAÇÃO DO RESPECTIVO MARCO

Copia — Acta da Quarta Conferencia. Aos nove dias do mez de Maio do anno de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e da Republica Oriental do Uruguay o Senhor José Battle Y Ordoñez e Ministros das Relações Exteriores os Senhores Coronel Doutor Lauro Severiano Müller e Doutor Emilio Barbaroux, presentes na ilha da Barra, situada a cerca de tres kilometros da bocca do rio Jaguarão e a primeira a partir desse desagudouro; distante da margem direita, Uruguaya, do dito rio, cerca de quinhentos metros e da margem esquerda, Brasileira, cerca de trezentos e setenta e cinco metros, os seguintes membros da Comissão Mixta de Limites General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primeiro Commissario; Capitão Alfredo Malan d'Angrogne, Segundo Commissario; Capitão Tenente Tiburcio Gomes Carneiro (ausente); Primeiros Tenentes José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa e Themistocles Paes de Souza Brasil; Segundo Tenente Gastão Paranhos do Rio Branco, Ajudantes; Major Doutor Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, Medico; Capitão João Augusto Guimarães, Comman-

Annexo A

Copia — Comisión de Límites entre el Brasil y el Uruguay. Acta de la Cuarta Conferencia. A los nueve dias del mes de Maio del año mil novecentos trece, siendo Presidentes de la República del Uruguay el Señor José Battle y Ordoñez y de la República de los Estados Unidos del Brasil el Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca y Ministros de Relaciones Exteriores los Señores Doctor Emilio Barbaroux y Coronel Doctor Lauro Severiano Müller; presentes en la Isla de la Barra, situada cerca de tres kilometros de la boca del río Jaguarón y la primera á partir de la desembocadura de dicho río, de cuya marjen derecha dista cerca de quinientos metros y de cuya marjen izquierda dista cerca de trecientos setenta y cinco metros, los siguientes miembros de la Comisión Mixta de Límites: General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primero Comisario; Capitán Alfredo Malan d'Angrogne, Segundo Comisario; Capitán Teniente Tiburcio Gomes Carneiro (ausente); Primeros Tenientes José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa, Themistocles Paes de Souza Brasil, Segundo Teniente Gastão Paranhos do Rio-Branco, Ayudantes; Major Doctor Arthur d'Albuquerque Bizerra Cavalcanti, Medico; Capitua

18

dante do destacamento e o Segundo Tenente Alvaro Augusto Carneiro da Fontoura, Encarregado do Material (ausente); Coronel José Chiappara, Primeiro Commissario; Tenente Coronel Silvestre Mato, Segundo Commissario (ausente); Capitão Assimilado Alfredo Gasparini, Praticante de Medicina; Alferes Antonio Mircovich, Ajudante Secretario; Cidadão Manoel Barrutia, Auxiliar de Contabilidade (ausente); Agrimensor Ricardo A. Abreu (ausente); Capitão Jacintho M. Bermudez (ausente); Tenente Primeiro Pedro A. Munar; Idem Roberto Machado (ausente); Idem José Trabal; Idem Mateo Tula Dufort (ausente); Alferes de Navio Arturo Juambeltz; Alferes Carlos Vila Seré, José Montefiore, Enrique Frisch (ausente) e Eduardo Zubia, Ajudantes; depois de compulsados e examinados os resultados communs dos trabalhos hydrographicos effectuados na zona fluvial correspondente á dita ilha da Barra, para a determinação do canal mais profundo ou talvegue a que se refere a primeira parte do Artigo Quarto do Tratado de trinta de Outubro de mil novecentos e nove e de cujo exame resultou a convicção e certeza de que o referido canal mais profundo passa entre a dita ilha da Barra e a margem direita do Jaguarão; assentaram unanimemente no reconhecimento do direito da Republica dos Estados Unidos do Brasil á posse da citada ilha, nos termos daquelle Tratado e logo em seguida procederam á inauguração do marco construido pela Commissão Brasileira a cerca de cento e setenta metros da ponta superior da

João Augusto Guimarães, Comandante del Destacamento y Segundo Teniente Alvaro Augusto Carneiro da Fontoura, Encargado del Material (ausente); Coronel José Chiappara, Primero Comisario; Teniente Coronel Silvestre Mato, Segundo Comisario (ausente); Capitán Asimilado Alfredo Gasparini, Praticante de Medicina; Alferes Antonio Mircovich, Ayudante Secretario; Ciudadón Manuel Barrutia, Auxiliar de Contabilidade (ausente); Agrimensor Ricardo Abreu (ausente); Capitán Jacintho Bermudez (ausente); Tenientes Primeros Pedro A. Munar, Roberto Machado (ausente); José Trabal y Mateo Tula Dufort (ausente); Alferes de Navio Arturo Juambeltz, Alferes Carlos Vila Seré, José Montefiore, Enrique Frisch (ausente) y Eduardo Zubia, Ayudantes; después de confrontados y examinados los resultados comunes de los trabajos hydrográficos efectuados en la zona fluvial correspondiente á dicha Isla de la Barra para la determinación del canal más profundo ó talweg á que se refiere la primera parte del Artículo Cuarto del Tratado de Treinta de Octubre de mil novecientos y nueve y de cuyo examen resultó la convicción y certidumbre de que el referido canal más profundo pasa entre dicha Isla de la Barra y la margen derecha del Jaguarón; resolvieron unanimemente en reconocer el derecho de la República de los Estados Unidos del Brasil á la posesión de la citada Isla, según se desprende de los términos de aquel tratado y luego en seguida procedieron á la inauguración del marco construido por la Comisión Brasileira á ciento setenta metros de la

Ilha referida. O marco inaugurado é composto de alicerce de alvenaria de pedra com argamassa de cimento, com um metro por um metro por um metro ; dado de alvenaria rustica de pedra rejuntada a cimento com setenta centímetros por setenta centímetros por cincoenta centímetros e pilar de granito aparelhado com vinte e cinco centímetros por vinte e cinco centímetros por oitenta e cinco centímetros, encimado por um escudo de bronze, com as armas Brasileiras. O dito marco está ligado á triangulada geodesica em execução para o calculo de suas coordenadas geographicas que constarão da acta geral descriptiva, a que se refere o Artigo Oitavo das Instrucções de dezesete de Janeiro de mil novecentos e treze. E, para constar, se lavrou a presente acta que foi lida perante todos os presentes e por elles unanimemente approvada e assignada e por mim lavrada e subscripta. — Primeiro Tenente José Antonio Coelho Netto, Ajudante servindo de Secretario. — Está conforme, 2º Tenente GASTÃO PARANHOS DO RIO-BRANCO.

punta superior de la referida Isla. El marco inaugurado se compone de cimiento de manposteria ordinaria tomada con mortero de portland, cuyas dimensiones son de un metro por un metro por un metro ; dado de manposteria ordinaria rejuntada con mortero de portland, con setenta centímetros por setenta centímetros por cincoenta centímetros y pilar de granito labrado con veinte cinco centímetros, por veinte cinco centímetros, por ochenta y cinco centímetros y en la parte superior un escudo de bronce con las armas Brasileras. Dicho marco está ligado á la triangulación geodesica en ejecución para el calculo de sus coordenadas que constarán en el acta geral descriptiva á que se refiere el Artículo Octavo de las Instrucciones del diez y siete de Enero de mil novecientos trece. Y, para que conste, se labró la presente acta que fué leída ante todos y por ellos unanimemente aprobada y suscrita y ante mi labrada y suscrita. — Alferez Antonio Mircovich, actuando de Secretario. J. Chiappara. A. Gasparini. Pedro A. Munar. José Trabal. Arturo Juambeltz. Carlos Vila Seré. José Montefiore. Eduardo Zubia. Gabriel de Souza Pereira Botafogo. Alfredo Malan d'Angrogne. José Felisberto Dornelles. Alfredo Alberto de Alencastro. José Antonio Coelho Netto. Oswaldo Gomes da Costa. Themistocles Paes de Souza Brasil. Gastão Paranhos do Rio-Branco. Dr. Arthur d'Albuquerque Bezerra Cavalcanti. João Augusto Guimarães. — Confere, João AUGUSTO GUIMARÃES, Capitão. — Está conforme, ALFREDO MALAN D'ANGROGNE, Capitão.

II

ACTA DA 5ª CONFERENCIA REALIZADA A 10 DE AGOSTO DE 1913, NA ILHA DAS OVELHAS, PARA A DISCRIMINAÇÃO DA MESMA ILHA, QUE FICOU PERTENCENDO AO BRASIL, E INAUGURAÇÃO DO RESPECTIVO MARCO

Copia. — Acta da Quinta Conferencia. Aos dez dias do mez de Agosto do anno de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e da Republica Oriental do Uruguay o Senhor José Battle y Ordoñez e Ministros das Relações Exteriores os Senhores Coronel Doutor Lauro Severiano Müller e Doutor Emilio Barbaroux, presentes na Ilha das Ovelhas, a segunda, aguas acima a partir da bocca do rio Jaguarão de onde dista, em seu ponto medio, de oito mil e setecentos metros; da margem direita, Uruguaya, de quatrocentos e setenta e cinco metros e da margem esquerda, Brasileira, de cento e vinte e cinco metros, sendo todas estas distancias aproximadas; os seguintes membros da Commissão Mixta de Limites: General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primeiro Commissario; Capitão Alfredo Malan d'Angrone, Segundo Commissario; Capitão Tenente Tiburcio Gomes Carneiro (ausente), Primeiros Tenentes José Feliberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa e Themistocles Paes de Souza Brasil (ausente), Segundos Tenentes Renato Guillobel e Gastão Paranhos do Rio Branco, Ajudantes; Major Doutor Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, Medico;

Copia. — Comisión de Límites entre el Brasil y el Uruguay. Acta de la 5ª Conferencia. — A los diez días del mes de Agosto de mil novecientos trece, siendo Presidente de la República Oriental del Uruguay el Señor José Battle y Ordoñez y de la República de los Estados Unidos del Brasil el Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca y Ministro de Relaciones Exteriores los Señores Doctor Emilio Barbaroux y Coronel Doctor Lauro Severiano Müller presentes en la Isla de las Ovejas, la segunda aguas arriba, partiendo de la boca del río Jaguarón de donde dista, en su punto medio, ocho mil setecientos metros; de la margen derecha, Uruguaya, cuatrocientos setenta y cinco metros y de la margen izquierda, Brasileira, ciento veinticinco metros, siendo todas estas distancias aproximadas, los siguientes miembros de la Comisión Mixta de Límites General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primeiro Comisario; Capitán Alfredo Malan d'Angrogne, Segundo Comisario; Capitan Teniente Tiburcio Gomes Carneiro (ausente); Tenientes Primeros José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa, Temistocles Paes de Souza Brasil (ausente); Segundos Tenientes Renato Guillobel y Gastão Paranhos do Rio Branco, Ayudantes; Major Doctor Ar-

Capitão João Augusto Guimarães, Commandante do destacamento ; Segundo Tenente Alvaro Augusto Carneiro da Fontoura, Encarregado do Material (ausente), Coronel José Chiappara, Primeiro Commissario; Tenente Coronel Silvestre Mato, Segundo Commissario (ausente); Capitão Assimilado Alfredo Gasparini, Praticante de Medicina; Alferes Antonio Mircovich, Ajudante Secretario; Cidadão Manoel Barrutia, Auxiliar de Contabilidade (ausente); Capitão Jacinto Bermudez (ausente), Tenentes Primeiros Pedro A. Munar, Roberto Machado (ausente), José Trabal e Mateo Tula Dufort (ausente), Alferes de Navio Arturo Juambeltz, Alferes Carlos Vila Seré, José Motefiore, Enrique Frisch (ausente), e Eduardo Zubia, Ajudantes; depois de examinados e compulsados os resultados communs dos trabalhos hydrographicos effectuados na parte do rio correspondente á dita Ilha das Ovelhas, resultando do exame a convicção e certeza de que o canal mais profundo passa entre a dita Ilha e a margem direita do rio Jaguarão: assentaram unanimemente no reconhecimento do direito da Republica dos Estados Unidos do Brasil á posse da dita Ilha, nos termos do Artigo Quarto do Tratado de trinta de Outubro de mil novecentos e nove e logo em seguida procederam á inauguração do marco construido na referida Ilha das Ovelhas pela Commissão Brasileira a trezentos metros da ponta inferior da referida Ilha. O marco inaugurado se compõe de alicerce de alvenaria de cimento com um metro por um metro, por um metro, dado de alvenaria de cimento, rejuntado, com se-

thur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, Médico; Capitán Juan Augusto Guimarães, Comandante del destacamento; Segundo Teniente Alvaro Augusto Carneiro da Fontoura, Encargado del Material (ausente); Coronel José Chiappara, Primero Comisario; Teniente Coronel Silvestre Mato, Segundo Comisario (ausente), Capitan Assimilado Alfredo Gasparini, Praticante de Medicina, Alferez Antonio Mircovich, Ayudante Secretario; Ciudadano Manoel Barrutia, Auxiliar de Contabilidad (ausente), Capitan Jacinto Bermudez (ausente), Tenientes Primeros Pedro A. Munar, Roberto Machado (ausente), José Trabal y Mateo Tula Dufort, (ausente); Alferez de Navio Arturo Juambeltz, Alferez Carlos Vila Seré, José Montefiore, Enrique Frisch (ausente), y Eduardo Zubia, Ayudantes; después de examinados y verificados los resultados comunes de los trabajos hydrográficos efectuados en la parte del río correspondiente á dicha Isla de las Ovejas, resultando del examen la convicción y certidumbre de que el canal más profundo pasa entre dicha Isla y la margen derecha del río Jaguarón: resolvieron unanimemente reconocer el derecho de la República de los Estados Unidos del Brasil á la posesión de dicha Isla, en los términos del Artículo Cuarto del tratado de treinta de Octubre de mil novecientos nueve, en seguida procedieron á la inauguración del marco construido en la referida Isla de las Ovejas por la Comisión Brasileira a trescientos metros de la punta inferior de la citada Isla. El marco inaugurado se compone de cimientto de mampostería ordinaria tomada con mortero de port-

tenta centímetros por setenta centímetros por cincoenta centímetros, e pilar de granito aparelhado com vinte e cinco centímetros por vinte e cinco centímetros por oitenta e cinco centímetros, tendo na parte superior da face voltada para a Republica Oriental do Uruguay, um escudo de bronze com as armas Brasileiras. O dito marco está ligado á triangulação geodesica em execução para o calculo de suas coordenadas geographicas que constarão da acta geral descriptiva da fronteira, a que se refere o Artigo Oitenta das Instrucções de dezesete de Janeiro de mil novecentos e treze. E para constar, se lavrou a presente acta que foi lida perante todos os presentes e por elles unanimemente approvada e assignada e por mim lavrada e subscripta. Primeiro Tenente José Antonio Coelho Netto, Ajudante servindo de Secretario. — Está conforme. — 2º Tenente GASTÃO PARANHOS RIO-BRANCO.

land con un metro, por un metro por un metro, dado de mampostería ordinaria rejuntada con mortero de portland con setenta centímetros por setenta centímetros por cincuenta centímetros y pilar de granito lavrado con veinticinco centímetros por veinticinco centímetros por ochenta y cinco centímetros y en la parte superior en el plano frente al territorio de la República de los Estados Unidos del Brasil digo, de la República del Uruguay, un escudo bronce con las armas Brasileiras, Dicho marco está ligado á la triangulación geodésica para el calculo de sus coordenadas que constarán en el acta general descriptiva de la frontera, á que se refiere el Artículo Octavo de las Instrucciones del diez y siete Enero. Y para que conste, se labró la presente acta que fué leída ante todos los presentes y por ellos unanimemente aprobada y firmada y ante mi labrada y suscrita. — Alferez Antonio Mircovich, Ayudante, actuando de Secretario. J. Chiappara. A. Gasparini. Pedro A. Munar. José Trabal. Arturo Juambletz. Carlos Vila Seré. José Montefiore. Eduardo Zubia. Gabriel de S. P. Botafogo. Alfredo Malan d'Angrogne. José Felisberto Dornelles. Alfredo Alberto de Alencastro. José Antonio Coelho Netto. Oswaldo Gomes da Costa. Renato Guillobel. Gastão Paranhos do Rio-Branco. Dr. Arthur de Albuquerque Bizerra Cavalcanti, João Augusto Guimarães. Confere JOÃO AUGUSTO GUIMARÃES Capitão. Está conforme — ALFREDO MALAN d'ANGROGNE, Capitão.

III

ACTA DA 6ª CONFERENCIA, REALIZADA A 8 DE OUTUBRO DE 1913, NA MARGEM ESQUERDA DO RIO JAGUARÃO, NO PONTO EM QUE DESAGUA O ARROIO LAGOÕES.—REFERENTE Á CONSTRUÇÃO E INAUGURAÇÃO DO RESPECTIVO MARCO, EM TERRITORIO BRASILEIRO, ASSIGNANDO A PASSAGEM DA LINHA DE FRONTEIRA DO REGIMEN DO THALWEG PARA O DA MEIA DISTANCIA AGUAS ACIMA

COPIA. ACTA DA SEXTA CONFERENCIA.

Aos oito dias do mez de Outubro de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e da Republica Oriental do Uruguay o Senhor José Battle y Ordoñez e Ministros das Relações Exteriores os Senhores Coronel Doutor Lauro Severiano Müller e Doutor Emilio Barbaroux; presentes na margem esquerda do rio Jaguarão no ponto em que desagua o arroio Lagoões, os seguintes membros da Comissão Mixta de Limites: General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primeiro Commissario; Capitão Alfredo Malan d'Angrogne, Segundo Commissario; Capitão Tenente Tiburcio Gomes Carneiro (Ausente); Primeiros Tenentes José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa e Themistocles Paes de Souza Brasil (Ausentes); Segundos Tenentes Renato Guillobel e Gastão Paranhos do Rio-Branco, Ajudantes; Major Doutor Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, Medico; Capitão João Augusto Guimarães, Commandante do destacamento; Segundo Tenente Alvaor Augusto Carneiro da Fontoura, Encar-

COPIA. COMISIÓN DE LÍMITES ENTRE EL BRASIL Y EL URUGUAY. ACTA DE LA 6ª CONFERENCIA. A los ocho dias del mes de Octubre del año mil novecientos trece, siendo Presidente de la República Oriental del Uruguay el Señor José Battle y Ordoñez y de la República de los Estados Unidos del Brasil el Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca y Ministros de Relaciones Exteriores los Señores Doctor Emilio Barbaroux y Coronel Doctor Lauro Severiano Müller; presentes en la margen izquierda del rio Jaguarón en el punto en que desemboca el arroyo Lagoões, los siguientes miembros de la Comisión Mixta de Límites: Coronel José Chiappa, Primero Comisario; Teniente Coronel Silvestre Mato, Segundo Comisario (ausente); Capitán Asimilado Alfredo Gasparini, Praticante de Medicina; Alferes Antonio Mircovich, Ayudante Secretario; Ciudadano Manuel Barrutia, Auxiliar de Contabilidad (ausente); Teniente-Primero José E. Trabal, Capitan Jacinto Bermúdez (ausente). Tenientes Primeros Pedro A. Munar, Roberto Machado (ausente), Mateo Tula Dufort (ausente), Alferez de Navio Arturo Juambeltz, Alfereces Carlos Vila Seré, Jose Montefiore, Enrique Frisch, (ausente) y Eduardo

regado do Material (Ausente); Coronel José Chiappara, Primeiro Commissario; Tenente Coronel Silvestre Mato, Segundo Commissario (Ausente); Capitão Assimilado Alfredo Gasparini, Praticante de Medicina; Cidadão Manoel Barrutia, Auxiliar de Contabilidade (Ausente); Primeiro Tenente José Trabal; Capitão Jacinto Bermudez (Ausente), Primeiros Tenentes Pedro A. Munar, Roberto Machado (Ausente), Mateo Tula Dufort Ausente), Alferes de Navio Arturo Juambeltz, Alferes Carlos Vila Seré, José Montefiore, Enrique Frisch (Ausente) e Eduardo Zubia, Ajudantes; concordaram unanimemente na locação do marco construido pela Comissão Brasileira, na citada margem esquerda do rio Jaguarão e a cerca de quarenta metros da bocca do dito Lagoões, para se dar cumprimento ao determinado na ultima parte do Artigo Quarto das Instrucções de dezeseite de Janeiro de mil novecentos e treze, procedendo em seguida á inauguração do referido marco, construido pela Comissão Brasileira, constituido de alicerce de alvenaria de pedra com argamassa de cimento com dois metros por dois metros por um metro; dado de alvenaria rustica de pedra rejuntada a cimento com um metro e trinta centímetros por um metro e trinta centímetros por noventa centímetros; segundo dado com oitenta centímetros por oitenta centímetros por sessenta centímetros e pilar de granito aparelhado com trinta centímetros por trinta centímetros por um metro e sete centímetros, encinado por um escudo de bronze com as armas Brasileiras e assente em socco e moldura tambem de granito appa-

Zubia, Ayudantes; General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primero Comisario; Capitán Alfredo Malan d'Angrogne, Segundo Comisario Capitán-Teniente Tiburcio Gomes Carneiro (ausente); Primeros Tenientes José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa y Themistocles Paes de Souza Brasil (ausente); Segundo Teniente Renato Guillobel y Gastão Paranhos do Rio-Branco, Ayudantes; Mayor Doctor Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, Medico; Capitán João Augusto Guimarães, Comandante del Destacamento; Segundo Teniente Alvaro Augusto Carneiro da Fontoura, Encargado del Material (ausente); acordaron unanimemente la ubicación del marco construido por la Comisión Brasileira en la citada marjen izquierda del rio Jaguaron a cuarenta metros más ó menos de la boca de dicho Lagoões, para dar cumplimiento á lo determinado en la última parte del Artículo Cuarto de las Instrucciones del diez y siete de Enero de mil novecientos trece, procediendo en seguida á la inauguración del referido marco construido por la Comisión Brasileira y compuesto de cimiento de mamposteria ordinaria tomada con mortero de portland con dos metros por dos metros por un metro; dado de mamposteria ordinaria rejuntada con mortero de portland con un metro y treinta centímetros por un metro e treinta centímetros por noventa centímetros; segundo dado con ochenta centímetros por ochenta centímetros por sesenta centímetros y pilar de granito labrado con treinta centi-

relhado com cincoenta centímetros por cincoenta centímetros por vinte e dois centímetros. No segundo dado está cravada uma placa de bronze com os seguintes dizeres: «Este marco collocado em territorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil assignala a passagem da linha de fronteira do regimen do talvegue para o da meia distancia aguas acima.» O dito marco está ligado á triangulação geodesica em execução, para o calculo de suas coordenadas geographicas que constarão da acta geral descriptiva a que se refere o Artigo Oitavo das Instrucções de dezeseite de Janeiro de mil novecentos e treze. E, para constar, se lavrou a presente acta que foi lida perante todos os presentes e por elles unanimemente approvada e assignada e por mim lavrada e subscripta Primeiro Tenente JOSÉ ANTONIO COELHO NETTO, Ajudante, servindo de Secretario. Está conforme — 2º Tenente GASTÃO PARANHOS DO RIO-BRANCO.

metros por trinta centímetros por un metro y siete centímetros, en la parte superior un escudo de bronce con las armas Brosileras, descansando en un zócalo y moldura también de granito labrado con cincuenta centímetros por cincuenta centímetros por veintidos centímetros. En el segundo dado está colocada una placa de bronce con la siguiente inscripción: Este marco colocado en territorio de la República de los Estados Unidos del Brasil indica el pasaje de la línea de frontera del régimen del thalweg al de medias distancias, aguas arriba. Dicho marco está ligada á la triangulación geodesica en ejecucion, para el cálculo de sus coordenadas geográficas que constarán en el Acta general descriptiva á que se refiere el Artículo Octavo de las Instrucciones del diez y siete Enero de mil novecientos treze. Y, para que conste, se labró la presente acta que fué leída ante todos los presentes y por ellos unanimemente aprobada y firmada y ante mi labrada y suscripta.— Alferez Antonio Mirco-vich, actuando de Secretario. J. Chiappara. A. Gasparini. José E. Trabal. Pedro A. Munar. Arturo Juambeltz. Carlos Vila Seré. José Montefiore. Eduardo Zubia. Gabriel de Souza Pereira Botafogo. Alfredo Malan d'Angrogne. José Felisberto Dornelles. Alfredo Alberto de Alencastro. José Antonio Coelho Netto. Oswaldo Gomes da Costa. Renato Guillobel. Gastão Paranhos do Rio-Branco. Dr. Arthur de Albuquerque Bizerra Cavalcanti. João Augusto Guimarães.— Confere. JOÃO AUGUSTO GUIMARÃES, Capitão.— Está conforme. ALFREDO MALAN D'ANGROGNE, Capitão.

IV

ACTA DA 7ª CONFERENCIA, REALIZADA A 31 DE DEZEMBRO DE 1913, REFERENTE Á DISCRIMINAÇÃO DAS ILHAS DA AREIA, DO BRAULIO E DE SANTA RITA OU NEVES, QUE FICARAM PERTENCENDO AO BRASIL, E INAUGURAÇÃO DOS TRES MARCOS RESPECTIVOS

COPIA. ACTA DA SETIMA CONFERENCIA. Aos trinta e um dias do mez de Dezembro do anno de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e da Republica Oriental do Uruguay o Senhor José Battle Y Ordoñez e Ministros das Relações Exteriores os Senhores Coronel Doutor Lauro Severiano Müller e Doutor Emilio Barbaroux; presentes nas Ilhas da Areia, em seguida na do Braulio e em seguida na de Santa Rita ou Neves, situada a primeira, em seu ponto medio, a cerca de seiscentos e cincoenta metros, aguas acima, em linha recta dos ilhotes do Negro Morto, ficando o mesmo ponto medio a cerca de cento e vinte metros da margem esquerda, Brasileira, e a cerca de duzentos e setenta metros da margem direita, Uruguaya, do Rio Jaguarão; a segunda em seu ponto médio a cerca de mil e duzentos metros em linha recta, aguas acima, do ponto medio da primeira, ficando o ponto medio da dita segunda Ilha a cerca de cento e vinte metros da margem esquerda, Brasileira, e a cerca de quatrocentos e cincoenta metros da margem direita, Uruguaya, do mesmo rio Jaguarão; a terceira proximo ao arroio Quartel Mestre e ás

Copia. Comisión de Límites entre el Brasil y el Uruguay. Acta de la setima Conferencia. A los treinta y un dias del mes de Diciembre del año mil novecientos trece, siendo Presidente de la República Oriental del Uruguay el Señor José Battle y Ordoñez y de la República de los Estados Unidos del Brasil el Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca y Ministros de Relaciones Exteriores los Señores Doctor Emilio Barbaroux y Coronel Doctor Lauro Severiano Müller, presentes en las Islas de la Arena, en seguida en la de Braulio y en seguida en la de Santa Rita ó Neves, situada la primera en su punto medio, cerca de seiscientos y cincuenta metros, aguas arriba, en línea recta de los islotes de Negro Morto, quedando el mismo punto medio cerca ciento veinte metros de la marjen izquierda, Brasilera, y cerca de doscientos setenta metros de la marjen derecha, Uruguaya, del río Jaguarón; la segunda, en su punto medio, cerca de mil doscientos metros, en línea recta, aguas arriba, del punto medio de la primera, quedando el punto medio de dicha segunda isla cerca de ciento veinte metros de la marjen izquierda, Brasilera, y cerca de quatrocientos cincuenta metros de la marjen derecha, Uruguaya, del mismo río Jaguarón; la tercera próxima

charqueadas Rache Leite e Companhia e Zeferino Lopes de Moura, distando o seu ponto medio de cerca de trezentos metros da margem esquerda, Brasileira, e de cerca de quatrocentos metros da margem direita, Uruguaya, sendo as referidas Ilhas respectivamente, a terceira, quarta e sexta, aguas acima sem contar os Ilhotes, que por pouco importantes não foram discriminados e a Ilha do Diniz que pela posição do talvegue ficou do lado Uruguayo do rio; os seguintes membros da Commissão Mixta de Limites: General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primeiro Commissario; Capitão Alfredo Malan d'Angrogne, Segundo Commissario; Capitão Tenente Tiburcio Gomes Carneiro (Ausente); Primeiros Tenentes José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa (Ausente), Themistocles Paes de Souza Brasil (Ausente); Segundos Tenentes Renato Guillobel e Gastão Paranhos do Rio-Branco, Ajudantes; Major Doutor Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, Medico; Capitão João Augusto Guimarães, Commandante do destacamento; Coronel José Chiappara, Primeiro Commissario; Capitán Julio A. Roletti, Segundo Commissario; Capitán Asimilado Alfredo Gasparini, Practicante de Medicina; Alferez Antonio Mircovich, Ayudante Secretario; Ciudadano Roberto Nin, Auxiliar de Contabilidad; Teniente Primero José E. Trabal, Capitán Jacinto Bermudez (Ausente); Tenientes Primeros Pedro A. Munar, Roberto Machado (Ausente), Mateo Tula Dufort (Ausente), Alferez de

al arroyo Quartel Mestre y á las Charqueadas Rache Leite y Compañía y Ceferino Lopes de Moura, distando su punto medio cerca de trescientos metros de la margen izquierda, Brasileira, y cerca de cuatrocientos metros de la margen derecha, Uruguaya; siendo las referidas Islas, respectivamente la tercera, cuarta y sexta, aguas arriba, sin contar los islotes, que, por su poca importancia no fueron determinados, y la isla de Dinis que, por la posición del thalweg, quedó del lado Uruguayo del río; los siguientes miembros de la Comisión Mixta de Límites: Coronel José Chiappara, Primero Comisario; Capitán Julio A. Roletti, Segundo Comisario; Capitán Asimilado Alfredo Gasparini, Practicante de Medicina; Alferez Antonio Mircovich, Ayudante Secretario; Ciudadano Roberto Nin, Auxiliar de Contabilidad; Teniente Primero José E. Trabal, Capitán Jacinto Bermudez (Ausente), Tenientes Primeros Pedro A. Munar, Roberto Machado (Ausente), Alferez de Navio Arturo Juambeltz, Teniente Primero Mateo Tula Dufort (ausente), Alferez Carlos Vila Seré, José Montefiore, Enrique Frisch (ausente), y Eduardo Zubia, Ayudantes; General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primero Comisario; Capitán Alfredo Malan d'Angrogne, Segundo Comisario; Primeros Tenientes José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa (ausente), Themistocles Paes de Souza Brasil (ausente), Segundos Tenientes Renato Guillobel (ausente), e Gastão Paranhos do Rio-Branco, Capitão Te-

Navio Arturo Juambeltz, Alferez Carlos Vila Seré, José Montefiore, Enrique Frisch (Ausente) e Eduardo Zubia, Ayudantes; depois de examinados e compulsados os resultados communs dos trabalhos hydrographicos effectuados nas zonas do rio correspondentes ás ditas Ilhas da Areia, do Braulio e de Santa Rita ou Neves, resultando do exame a convicção e certeza de que o referido canal mais profundo passa entre as ditas tres Ilhas referidas e a margem direita, Uruguaya, do Rio Jaguarão; assentaram unanimemente no reconhecimento do direito da Republica dos Estados Unidos do Brasil á posse das ditas tres Ilhas, nos termos do artigo Quarto do Tratado de trinta de Outubro de mil novecentos e nove; e logo em seguida procederam á inauguração de cada um dos tres marcos construidos em cada uma das Ilhas referidas pela Commissão Brasileira, situados o marco da Ilha da Areia e a cerca de cento e trinta metros da ponta a jusante da dita Ilha, o da Ilha do Braulio a cerca de cento e dez metros da ponta a jusante da referida Ilha e o da Ilha de Santa Rita ou do Neves a cerca de cento e sessenta metros da ponta a jusante da dita Ilha. Os marcos inaugurados se compõem, cada um, de alicerce de alvenaria de cimento com um metro por um metro por um metro; dado de alvenaria de cimento rejuntado, com setenta centimetros por setenta centimetros por cincoenta centimetros e pilar de granito apparelhado com vinte e cinco centimetros por vinte e cinco centimetros por oitenta e cinco centimetros, tendo na parte superior da face voltada para a Republica Oriental do Uruguay, um escudo de bronze com

niente Tiburcio Gomes Carneiro (ausente), Ayudantes; Major Doctor Arthur d'Albuquerque Bizerra Cavalcanti, Medico; Capitán João Augusto Guimarães, Comandante del Destacamento; después de examinado y verificados los resultados comunes de los trabajos hidrográficos efectuados en las zonas del rio correspondientes á dichas Islas de la Arena, de Braulio y de Santa Rita ó Neves, resultando del examen la convicción y certidumbre de que el referido canal más profundo pasa entre dichas Islas y la margen derecha, Uruguay, del rio Jaguarón, resolvieron unanimemente reconocer el derecho de la República de los Estados Unidos del Brasil á la posesión de dichas tres Islas, en los terminos del Artículo Cuarto del Tratado de treinta de Octubre de mil novecientos y nueve y luego en seguida procedieron á la inauguración de cada uno de los tres marcos construidos en cada una de las Islas referidas por la Comisión Brasileria, situados el marco de la Isla de la Arena cerca de ciento treinta metros de la punta (para el lado del refluzo de la marea) de dicha Isla, el de la Isla de Braulio cerca de ciento diez metros de la punta de la referida Isla y el de la Isla de Santa Rita ó Neves cerca de ciento setenta, digo, sesenta metros de la punta de dicha Isla. Los marcos inaugurados se componen cada uno, de cimientto de manposteria ordinaria con mortero de portland, con un metro por un metro por un metro; dado de manposteria ordinaria con mortero de portland, rejuntado, con setenta centimetros por setenta centimetros por cincuenta centimetros y pilar de granito labrado con veinticinco centimetros por

as armas Brasileiras. Os ditos marcos estão ligados á triangulação geodesica em execução para o calculo de suas coordenadas geographicas que constarão da acta geral descriptiva da fronteira, a que se refere o Artigo Oitavo das Instrucções de dezeseite de Janeiro de mil novecentos e treze. E para constar se lavrou a presente acta que foi lida perante todos os presentes e por elles unanimemente approvada e assignada e por mim lavrada e subscripta. — Primeiro Tenente José Antonio Coelho Netto, — Ajudante servindo de Secretario. Está conforme, João Augusto GUIMARÃES, Capitão.

veinticinco centímetros por ochenta y cinco centímetros, en la parte superior en el plano que dá frente al territorio de la República Oriental del Uruguay un escudo de bronce con las armas Brasileras. Dichos marcos están vinculados á la triangulación geodesica en ejecución para el cálculo de sus coordenadas geográficas que constarón en el acta general descriptiva de la frontera, á que se refiere el Artículo Octavo de las Instrucciones de diez y siete de Enero de mil novecientos trece. Y para que conste se labró la presente acta que fué leída ante todos los presentes y por ellos unanimemente aprobada y firmada y ante mi labrada y suscrita. Alferes Antonio Mircovich, Ayudante, actuando de Secretario, J. Chiappara, Julio A. Roletti, A. Gasparini, Roberto Nin, José E. Trabal, Pedro A. Munar, Arturo Juambeltz, Carlos Vila Seré, José Montefiore, Eduardo Zubia, Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Alfredo Malan d'Angrogne, José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Gastão Paranhos do Rio-Branco, Arthur d'Albuquerque Bezerra Cavalcanti, João Augusto Guimarães. — Confere. João Augusto Guimarães, Capitão. Está conforme. Alfredo Malan d'Angrogne, Capitão.

V

ACTA DA 8ª CONFERENCIA, REALIZADA A 2 DE JANEIRO DE 1914, REFERENTE Á DISCRIMINAÇÃO DAS ILHAS DO DINIZ, DOS JACINTHOS E DO SOCORRO, QUE FICARAM PERTENCENDO AO URUGUAY, DEVENDO A RESPECTIVA COMISSÃO ASSENTAR EM CADA UMA DELLAS UM PEQUENO MARCO, OPPORTUNAMENTE

Copia DA TRADUÇÃO DA ACTA DA OITAVA CONFERENCIA. — Aos dois dias do mez de janeiro do anno de mil novecentos e quatorze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e da Republica Oriental do Uruguay o Senhor José Battle y Ordoñez e Ministro das Relações Exteriores os Senhores Coronel Doutor Lauro Severiano Müller e Doutor Emilio Barbaroux; presentes successivamente nas Ilhas do Diniz, dos Jacinthos e do Soccorro, quinta, setima e nona respectivamente, a partir, aguas acima, da embocadura do rio Jaguarão, os seguintes membros da Commissão Mixta de Limites: General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primeiro Commissario; Capitão Alfredo Malan d'Angrogne, Segundo Commissario; Capitão Tenente Tiburcio Gomes Carneiro (Ausente), Primeiros Tenentes José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa (Ausente) e Themistoles Paes de Souza Brasil (Ausente), Segundos Tenentes Renato Guillobel (Ausente) e Gastão Paranhos do Rio-Branco, Ajudantes; Major Doutor Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, Medico; Capitão João Augusto Guimarães,

Copia. — Comisión de Límites entre el Brasil y el Uruguay. — Acta de la ochava Conferencia. A los dos dias del mes de Enero de mil novecientos catorce, siendo Presidentes de la República Oriental del Uruguay el Señor José Battle y Ordoñez y de la República de los Estados Unidos del Brasil el Señor Mariscal Hermes Rodrigues da Fonseca y Ministros de Relaciones Exteriores los Señores Doctor Emilio Barbaroux y Coronel Doctor Lauro Severiano Müller, presentes sucesivamente en las islas de Diniz, de Jacintos y de Soccorro, quinta, septima y novena respectivamente, á partir aguas arriba de la desembocadura del río Jaguarón; los siguientes miembros de la Comisión Mixta de Límites: General de Brigada Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Primero Comisario; Capitan Alfredo Malan d'Angrogne, Segundo Comisario; Capitán Tenente Tiburcio Gomes Carneiro (ausente); Primeros Tenientes José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Oswaldo Gomes da Costa (ausente), Themistocles Paes de Souza Brazil (ausente), Segundos Tenentes Renato Guillobel (ausente) e Gastão Paranhos do Rio-Branco, Ayudantes; Major Doctor Arthur de Albuquerque Bizerra Cavalcanti, Medico; Capitán

Commandante do Destacamento; Coronel José Chiappara, Primeiro Commissario; Capitão Julio A Roletti, Segundo Commissario; Capitão Assimilado Alfredo Gasparini, Praticante de Medicina; Alferes Antonio Mircovich, Ajudante Secretario; cidadão Roberto Nin, Auxiliar de Contabilidade; Tenentes Primeiros José E. Trabal, Pedro A. Munar, Roberto Machado (Ausente), Alferes de Navio Arturo Juambeltz, Tenente Primeiro Mateo Tula Dufort (Ausente), Alferes Carlos Vila Seré, José Montefiore, Enrique Frisch (Ausente), e Eduardo Zubia, Ajudantes; depois de examinados e compulsados os resultados communs dos trabalhos hydrographicos effectuados nas zonas do rio correspondentes ás referidas ilhas do Diniz, dos Jacinthos e do Soccorro, resultando do exame a convicção e certeza de que o canal mais profundo passa entre as ditas ilhas e a margem esquerda do rio Jaguarão; asentaram unanimemente no reconhecimento do direito da Republica Oriental do Uruguay á posse das ditas ilhas do Diniz, dos Jacinthos e do Soccorro, nos termos do Artigo Quarto do Tratado de 30 de Outubro de mil novecentos e nove. Assentaram ainda mais, que a Comissão Uruguaya construirá oportunamente em cada uma das referidas ilhas um pequeno marco, cuja fôrma, dimensões e material constarão da acta geral descriptiva da fronteira. Os ditos marcos serão ligados á triangulada geodesica em execução para o calculo de suas coordenadas geographicas que constarão tambem da acta geral descriptiva da fronteira a que se refere o Artigo Oitavo das Instrucções de deze-

João Augusto Guimarães, Commandante de Destacamento; Coronel José Chiappara, Primero Comisario; Capitán Julio A. Roletti, Segundo Comisario; Capitán Assimilado Alfredo Gasparini, Praticante de Medicina; Alferes Antonio Mircovich, Ayudante Secretario; Ciudadano Roberto Nin, Auxiliar de Contabilidad; Tenientes Primeiros José E. Trabal, Pedro A. Munar, Roberto Machado (ausente) Alferes de Navio Arturo Juambeltz, Teniente Primero Mateo Tula Dufort (ausente), Alferes Carlos Vila Seré, José Montefiore, Enrique Frisch (ausente), e Eduardo Zubia, Ayudantes; depois de examinados e compulsados os resultados, digo, después de examinados y verificados los resultados comunes de los trabajos hidrográficos efectuados en las zonas del río correspondientes á dichas islas de Diniz, de Jacinto y de Socorro, desprendiéndose del exámen la convicción y certidumbre de que el canal más profundo pasa entre dichas islas y la margen izquierda del rio Jaguarón; resolvieron unanimemente reconocer el derecho de la Republica Oriental del Uruguay á la posesion de dichas islas de Diniz, de Jacintos y de Socorro, en los términos del Artículo Cuarto del Tratado de treinta de Octubre de mil novecientos nueve. Se conviene, además, que la Comision Uruguaya construirá oportunamente en cada una de las nombradas islas, un pequeño marco, cuyas formas, dimensiones y material se harán constar en el acta general descriptiva de la frontera. Dichos marcos serán vinculados á la triangulación geodesica en ejecución para el calculo de las coordenadas geográficas que

sete de Janeiro de mil novecentos e treze. E, para constar, se lavrou a presente acta que foi lida perante todos os presentes e por elles unanimemente approvada e assignada e por mim lavrada e subscripta. Primeiro Tenente José Antonio Coelho Netto, Ajudante servindo de Secretario. Está conforme. 2º Tenente GASTÃO PARANHOS do RIO-BRANCO

constarán tambien en el acta general descriptiva de la fontera, á que se refiere el Artículo Octavo de las Instrucciones del diez y siete de Enero de mil novecientos trece. Y para que conste se labró la presente acta que fué leída ante todos los presentes y por ellos unanimemente aprobada y firmada y ante mi labrada y suscrita. Alferez Antonio Mircovich, Ayudante actuando de Secretario. J. Chiappara, Julio A. Roletti, A. Gasparini, Roberto Nin, José E. Trabal, Pedro A. Munar, Arturo Juambeltz, Carlos Vila Seré, José Montefiore, Eduardo Zubia, Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Alfredo Malan d'Angrogne, José Felisberto Dornelles, Alfredo Alberto de Alencastro, José Antonio Coelho Netto, Gastão Paranhos do Rio Branco, Arthur de Albuquerque Bizerra Cavalcanti, João Augusto Guimarães. Confere. JOÃO AUGUSTO GUIMARÃES. Capitão. Está conforme. ALFREDO MALAN D'ANGROGNE, Capitão.

N. 127

Officio do Chefe da Commissão Brasileira de Limites com o Uruguay, remettendo informações referentes aos trabalhos da mesma Commissão e aos da Commissão Mixta Brasileiro-Uruguaia de demarcação da fronteira, realizados nos annos de 1913 e 1914, e ao programma pelo qual foram elles executados

Commissão demarcadora de limites entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão — N. 33. — Jaguarão, 23 de Março de 1914.

Senhor Sub-Secretario,

Cumprindo o determinado em telegramma de 19 do corrente, tenho a honra de remetter a Vossa Excellencia, no documento que vae incluso, as informações referentes aos trabalhos desta Commissão nos annos de 1913 e 1914 e ao programma pelo qual foram elles executados.

Apresento a Vossa Excellencia os protestos da minha maior consideração e estima.

GABRIEL DE S. P. BOTAFOGO.

A Sua Excellencia o Senhor Commendador Frederico A. de Carvalho, Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXO

INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE O OFFICIO N. 33

Recebidas as instrucções de serviço em fins de Fevereiro de 1913, a Commissão inaugurou os trabalhos de campo a 21 de Abril, procedendo nesse mesmo dia á cerimonia da inauguração do novo marco da barra do rio Jaguarão.

Ficaram constituidas tres turmas de operações. Uma procedendo á triangulação geodesica do baixo Jaguarão e lagoa Mirim até a bocca do arroio São Miguel, servindo-se dos signaes geodesicos da Carta Geral da Republica e dos do Serviço Geographico Uruguayo; outra de topographia e hydrographia

que começou os seus trabalhos pela bocca do Jaguarão e uma terceira encarregada da locação e construcção dos marcos divisorios.

A 4 de Junho, ainda de 1913, foram interrompidos os serviços em consequencia das enchentes. Nessa época estavam concluidos os seguintes trabalhos :

Pela turma de geodesia, reconhecimento de toda a zona e occupação dos signaes do baixo Jaguarão bem como a topographia correspondente ;

Pela de topographia e hydrographia, levantamento do Jaguarão até acima da Ilha das Ovelhas (12 kms.) e a hydrographia e discriminação das Ilhas da Barra e das Ovelhas ;

E, pela turma de locação e construcção de marcos, estavam locados e construidos os marcos das Ilhas da Barra e o das Ovelhas, em seguida inaugurados. Essas duas ilhas ficaram do lado do Brasil. Essa mesma turma de marcos construiu e inaugurou a 8 de Outubro o marco da bocca do arroio Lagoões que indica o ponto de passagem da linha de limites (no rio Jaguarão) do regimen do talvegue para o da meia distancia, aguas acima.

A 1º de Novembro, mal dissipadas as difficuldades do inverno, continuaram os serviços com o mesmo programma e maior celeridade, creando-se mais uma turma de topographia com a incumbencia de levantar a região fluvial comprehendida entre as cabeceiras do arroio da Mina e a cachoeira do rio Jaguarão, onde se devia encontrar com a turma de topographia e discriminação, organizada no inicio das operações.

A 31 de Dezembro a turma de geodesia operava na lagôa Mirim.

A de topographia e discriminação subira o Jaguarão até a ilha de Santa Rita, tendo discriminado essa ilha e as do Braulio e Areia.

Tanto a turma de geodesia como a de discriminação eram compostas de representantes dos dois paizes. Sub-turmas mixtas, nos termos das Instruções.

A turma de levantamento do arroio da Mina-Cachoeira estava com cerca de 50 kms. levantados.

A turma de locação e construcção de marcos, havia construido e inaugurado os marcos das referidas ilhas da Areia, do Braulio e de Santa Rita que ficaram pertencendo ao Brasil, e construido o marco do Aceguá, no extremo N. da fronteira modificada.

Em 1914:

A 2 de Janeiro, a turma de topographia e discriminação das ilhas avançava, aguas acima, tendo feito a discriminação das ilhas do Diniz, dos Jacinthos e do Socorro, cujos marcos foram construidos pela Comissão Uruguaya, a quem essas ilhas ficaram pertencendo.

A 25 de Janeiro se encontravam na cachoeira, como havia sido determinado, as duas turmas de topographia com os serviços terminados.

A 27 de Fevereiro estavam discriminadas as ilhas do Braz e a do Moinho e inaugurados os marcos dessas ilhas que ficaram do lado do Brasil.

Foram por essa epoca dispensados cinco dos membros da Commissão, agora composta de um Commissario Chefe, tres Ajudantes e um Commandante de Destacamento.

Até esta data estão concluidos todos os trabalhos topographicos, os de construcção de novos marcos e reparação dos velhos, faltando apenas occupar-se um vertice da triangulada geodesica e proceder á reparação do marco velho da bocca do São Miguel, que está em ruinas, e falta tambem inaugurar o marco do Aceguá.

Pode-se resumir, dizendo:

De Abril a Junho e de Novembro a Dezembro de 1913 a Commissão occupou quatro vertices da triangulada geodesica, tendo anteriormente procedido ao reconhecimento de toda a zona.

Construiu e inaugurou o marco da bocca do rio Jaguarão;

Fez a topographia de cerca de 30 kms. do Jaguarão, discriminando cinco ilhas;

Construiu e inaugurou os marcos dessas cinco ilhas;

Construiu e inaugurou o marco do arroio Lagoões e,

Finalmente, construiu o marco do Aceguá.

Em 1914:

Occupou dez signaes da rede geodesica, levantou cerca de 120 kms. da lagôa Mirim;

Concluiu a topographia de todo o rio Jaguarão, cerca de 110 kms.;

Discriminou as cinco ilhas restantes e,

Finalmente, fez o levantamento hydrographico do canal da lagôa Mirim, na parte contida entre as ilhas de Taquary e a bocca do Jaguarão, por onde tem de correr a linha de limites.

Com mais alguns dias de trabalho ficam terminadas todas as operações de campo.

Jaguarão, 23 de Março de 1914.

Fronteira com a Republica do Perú

N. 128

Officio do Chefe da Commissão Brasileira de Limites com o Perú, remettendo as Actas das duas primeiras Conferencias da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, realizadas em Manáos, nos dias 3 e 5 de Julho de 1913

Commissão de Limites do Brasil com o Perú.— Manáos, 10 de Julho de 1913 — N. 31.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de entregar a Vossa Excellencia as duplicatas das actas das duas conferencias realizadas nesta cidade, a 3 e 5 do corrente mez, a primeira para a constituição da Commissão Mixta Brasileiro — Peruana Demarcadora de Limites e a segunda para o fim especial de resolver sobre os trabalhos da mesma Commissão.

A chegada da Commissão Peruana, a esta cidade, no dia 2 do corrente, foi por mim communicada a Vossa Excellencia em telegramma do mesmo dia.

Não sendo possivel alcançar em menos de sessenta dias a zona em que a Commissão tem de operar, á vista do adeantado da epocha, que corresponde a grande escassez das aguas, só sendo possivel a navegação em batelões e canôas a partir da bocca do rio Acre, affluente do Purús; não estando a Commissão Peruana prompta a partir antes do dia 25 do corrente mez; e terminando no fim de Setembro a epocha da secca — unica em que se podem effectuar os trabalhos de campo; ficou resolvida a partida em fim de Fevereiro ou principio de Março para os rios Santa Rosa e Chambuyaco, aproveitando-se as ultimas aguas para a conducção de viveres e material, bem como do pessoal que ficará prompto, na referida zona, a iniciar os trabalhos, logo que as condições locais o permittam, podendo assim trabalhar durante toda a estação da secca.

A Commissão Peruana dispõe de meios de transporte, ao passo que a Brasileira, por difficuldades de ordem interna, não possui ainda o credito que solicitei antes da partida; mas mesmo na hypothese de possuil-o, a tentativa daquella viagem na presente epocha seria uma falta indesculpavel por ser a Commissão

Mixta obrigada a regressar de muito perto, depois de haver feito grande despeza sem o minimo proveito.

Resolvi, porém, propor que empreguemos o tempo na realisação de um trabalho de grande vantagem para o anno proximo — a determinação de longitude de Senna Madureira—, embora a viagem até esse ponto já se faça com difficuldade; determinando-se tambem em seguida a mesma coordenada de Manáos em relação a Belém, ambas pelo emprego da telegraphia sem fio, com auxilio das estações que acabam de iniciar o serviço.

Para as viagens a Senna Madureira e a Belém, lançarei mão dos recursos de que disponho.

A realisação das duas conferencias acima referidas foram tambem por mim participadas a Vossa Excellencia por telegrammas de 3 e 10 do corrente mez, pedindo no ultimo a Vossa Excellencia que se dignasse approvar o accôrdo feito entre os Chefes das Commissões parciaes, conforme o Protocollo de 19 de Abril do anno fluente, afim de que eu possa tomar as necessarias resoluções com referencia ao plano de trabalho estabelecido.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,

Capitão de Fragata, Chefe da Commissão.

A Sua Excellencia o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXO I

ACTA DA 1ª CONFERENCIA, EM MANÁOS, A 3 DE JULHO DE 1913

COMMISSÃO DE LIMITES ENTRE O
BRASIL E O PERU'

Acta da 1ª conferencia

Aos tres dias do mez de Julho de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil Sua Excellencia o Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Presidente da Republica do Perú Sua Excellencia o Senhor D. Gui-

COMISIÓN DE LÍMITES ENTRE EL PERU'
Y EL BRASIL

Acta de la conferencia

A los tres dias del mes de Julio de mil novecentos treze, siendo Presidente de la República del Perú, el Excelentísimo Señor Don Guillermo E. Billinghurst y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, el Excelentísimo Señor Mariscal Don Her-

lermo E. Billinghamurst, reuniram-se em conferencia na cidade de Manãos, na séde da Commissão Brasileira, as Commissões Brasileira e Peruana nomeadas de conformidade com o Protocollo de dezenove de Abril de mil novecentos e treze, firmado na cidade do Rio de Janeiro pelos Senhores Doutor Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e Doutor D. Hernán Velarde, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Peruana no Brasil, com o fim de darem execução á parte III do mesmo Protocollo.

Depois de examinados e confrontados os titulos de nomeação dos Chefes e Sub-Chefes das duas Commissões, bem como as instrucções representadas nas disposições do mesmo Protocollo, considerou-se constituida a Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites.

A Commissão Brasileira acha-se composta dos Senhores :

Chefe, Capitão de Fragata Antonio Alves Ferreira da Silva ; Sub-Chefe, Capitão Tenente Manoel José Nogueira da Gama ; Ajudantes, os Capitães Renato Barbosa Rodrigues Pereira e Luiz Carlos Franco Ferreira ; Medico, o Major Dr. Brenno Braulio Moniz ; Commandante e Subalterno do Destacamento, os 2^{os} Tenentes do Exercito Antonio Pyrineus de Souza e João Aníbal Duarte ; Secretario e Encarregado do Material, João de Toledo Lopes.

O Chefe da Commissão Brasileira declarou que faz parte da mesma Commissão uma escolta militar composta de 20 soldados e um sargento e que a Commissão dispõe do material neces-

mes Rodrigues da Fonseca, reuníronse en conferencia en la ciudad de Manãos, sede de la Comisión Brasileira, las Comisiones Peruana y Brasileira nombradas de conformidad con el Protocolo de diez y nueve de Abril de mil novecientos trece, firmado en la ciudad de Rio de Janeiro por los Señores Doctor Hernán Velarde, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la República Peruana en el Brasil y el Doctor Lauro Müller Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, con el fin de dar ejecución á la parte tercera del mismo Protocolo.

Después de examinados y confrontados los títulos de nombramiento de Jefes y Sub-Jefes de las dos Comisiones, así como las instrucciones indicadas en las disposiciones del mismo Protocolo, consideróse constituida la Comisión Mixta Perú-Brasileira Demarcadora de Límites.

La Comisión Peruana compuesta por los Señores Jefe Coronel Arthur J. Woodroffe ; Sub-Jefe, Capitan de Navio José M. Olivera ; Ayudantes, Mayor de Ingenieros Ricardo E. Llona y Teniente 2^o Federico Dias Dulanto, Medico Dr. Alberto Mora Quimper.

El Jefe de la Comisión Peruana declaró que la Comisión disponía del material y personal subalterno necesarios para los trabajos y de la lancha «Cahuapanas» á ordenes del Teniente 2^o Alejandro P. Valdivia.

La Comisión Brasileira compuesta por los Señores ; Jefe, Capitán de Fragata Antonio Alves Ferreira da Silva ; Sub-Jefe, Capitán Teniente Manoel José Nogueira da Gama ; Ayu-

sario para emprender os trabalhos de demarcação.

A Comissão Peruana compõe-se dos Senhores :

Chefe, Coronel Arthur J. Woodroffe; Sub-Chefe, Capitão de Navio José M. Olivera; Ajudantes, Major de Engenheiros Ricardo E. Llona e Tenente 2º Federico Diaz Dulanto; Medico, Alberto Mora Quimper.

O Chefe da Comissão Peruana declarou que a mesma Comissão dispõe do material e pessoal subalterno necessários para os trabalhos e da lancha «Cahuapanas» sob o commando do Tenente 2º Alejandro P. Valdivia.

O Chefe da Comissão Brasileira congratulou-se com o seu collega da Comissão Peruana pela sua nomeação e em seguida felicitou a Comissão Mixta que se acabava de constituir para dar execução aos trabalhos de demarcação da fronteira entre os dois paizes.

O Chefe da Comissão Peruana respondeu ás saudações do seu collega da Comissão Brasileira em termos da maior cordialidade e felicitou igualmente a Comissão Mixta pela sua primeira reunião.

Pelo Chefe da Comissão Brasileira foi ainda declarado que a mesma Comissão acha-se em Manáos desde o dia vinte e cinco de Maio com o fim de dar cumprimento á parte Primeira do já referido Protocolo.

O Chefe da Comissão Peruana declarou que não foi possível achar-se nesta cidade antes de trinta e um de Maio, de conformidade com o estatuido na parte Primeira do referido Protocolo, por haver perdido as correspondencias dos vapores em Colon e Bar-

dantes, Capitanes Renato Barbosa Rodrigues Pereira y Luís Carlos Franco Ferreira; Médico, Mayor Doctor Brenno Braulio Moniz; Comandante y Subalterno de Destacamiento, los 2ºs Tenientes de Ejercito, Antonio Pyri-neus de Souza y João Annibal Duarte; Secretario y Encargado del Material João de Toledo Lopes.

El Jefe de la Comisión Brasileira declaró que formaba parte de la Comisión, una escolta de veinte soldados y un Sargento y que la Comisión disponía del material necesario para emprender los trabajos de demarcación.

El Jefe de la Comisión Brasileira felicitó á su colega de la Comisión Peruana por su nombramiento y en seguida felicitó á la Comisión Mixta que se acababa de constituir, para dar ejecución á los trabajos de demarcación de la frontera entre los dos países.

El Jefe de la Comisión Peruana contestó á los saludos de su colega de la Comisión Brasileira en terminos cordiales y felicitó igualmente á la Comisión Mixta por su primera conferencia.

El Jefe de la Comisión Brasileira declaró tambien que esta Comisión se encontraba em Manaos desde el veinte y cinco de Mayo para dar cumplimiento á la parte Primera del ya referido Protocolo.

El Jefe de la Comisión Peruana declaró que no le había sido posible llegar á esta ciudad antes del treinta y uno de Mayo, de conformidad con lo estatuido en la parte Primera del referido Protocolo, por haber perdido las conexiones de los vapores en Colon y Bar-

bados, que deviam conduzir a mesma Commissão a Manaós, como teve a honra de communicar ao Chefe da Commissão Brasileira por telegramma de Kingston, a vinte e seis de Maio e que a Commissão Peruana sente não haver podido dar cumprimento á parte Primeira do Protocollo de dezanove de Abril de mil novecentos e treze pela razão exposta.

Esgotado o assumpto que deu lugar á convocação da presente conferencia, declara-se esta encerrada ficando resolvido entre os Chefes da Commissão Mixta a convocação de uma nova conferencia, a realizar-se brevemente, com o fim especial de tratarem dos trabalhos da demarcação da fronteira.

E nada mais havendoa tratar-se, eu, João de Toledo Lopes, Secretario da Commissão Brasileira, lavrei a presente acta em duplicata, escripta em portuguez e hespanhol, que, depois de lida é assignada.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,
Capitão de Fragata, Chefe da Commissão.

MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA,
Capitão Tenente, Sub-Chefe.

RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA,
Cap. de Engenharia, Ajudante.

LUIZ CARLOS FRANCO FERREIRA,
Cap. de Cavallaria, Ajudante.

JOÃO DE TOLEDO LOPES,
Secretario.

ARTHUR J. WOODROFFE,
Coronel, Jefe de la Comisión.

J. M. OLIVERA.
RICARDO E. LLONA.

FEDERICO DIAS DULANTO.

bados que debían conducir á la Comisión á Manaos, como habia tenido la honra de comunicarlo al Jefe de la Comisión Brasileira por cablegrama de Kingston de veinte y seis de Mayo y que la Comisión Peruana sentia no haber podido dar cumplimiento á la parte Primera del Protocolo de diez y nueve de Abril de mil novecientos trece, por las razones expuestas.

Terminado el asunto que dió lugar á la convocación de la presente conferencia, declarose esta terminada, quedando resuelto entre los Jefes de la Comisión Mixta, la convocación de una nueva conferencia que se realizaría brevemente, con el fin especial de tratar de los trabajos de demarcación de la frontera.

Y no habiendo mas de que tratar, yo, Ayudante Teniente 2º Federico Dias Dulanto, nombrado Secretario de la Comisión Peruana, levanto la presente acta en duplicado, escrita en español y portugués, la que después de leída fué firmada.

ARTHUR J. WOODROFFE,
Coronel, Jefe de la Comisión.

J. M. OLIVERA.

RICARDO E. LLONA.

FEDERICO DIAS DULANTO.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,
Capitão de Fragata, Chefe da Commissão.

MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA,
Capitão-Tenente, Sub-Chefe.

RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA,
Capitão de Engenharia, Ajudante

LUIZ CARLOS FRANCO FERREIRA,
Cap. de Cavallaria, Ajudante.

ANNEXO II

ACTA DA 2ª CONFERENCIA, EM MANÁOS, A 5 DE JULHO DE 1913

COMISSÃO MIXTA BRASILEIRO-PERUANA
DEMARCADORA DE LIMITES

Acta da 2ª Conferencia

Aos cinco dias do mez de Julho de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil Sua Excellencia o Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Presidente da Republica do Perú Sua Excellencia o Senhor D. Guilherme E. Billinghurst, reuniram-se em conferencia na cidade de Manáos, Estado do Amazonas, na séde da Comissão Brasileira, os Senhores Capitão de Fragata Antonio Alves Ferreira da Silva e Capitão Tenente Manoel José Nogueira da Gama, respectivamente Chefe e Sub-Chefe da Comissão Brasileira, e os Senhores Coronel Arthur J. Woodroffe e Capitão de Navio José M. Olivera, Chefe e Sub-Chefe da Comissão Peruana, com o fim de resolverem sobre os trabalhos a emprender pela Comissão Mixta Demarcadora de Limites.

Tendo em consideração as informações recebidas sobre a escassez de agua para navegação no rio Purús, para alcançar as boccas dos rios Santa Rosa e Chambuyaco, como prescreve o Protocollo de dezanove de Abril de mil novecentos e treze, accordaram os Chefes :

1º. Começar os trabalhos de demarcação fixando a posição geographica de

COMISIÓN MIXTA PERUANA-BRASILEIRA
DEMARCADORA DE LIMITES

Acta de la segunda Conferencia

A los cinco dias del mes de Julio de mil novecientos trece, siendo Presidente de la República del Perú, el Excelentísimo Señor Don Guillermo E. Billinghurst y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, el Excelentísimo Señor Mariscal Don Hermes Rodrigues da Fonseca, reunieron en conferencia en la ciudad de Manáos, Estado de Amazonas, sede de la Comisión Brasileira, los Señores Coronel Arthur J. Woodroffe y Capitán de Navio José M. Olivera, Jefe y Sub-Jefe respectivamente de la Comisión Peruana y los Señores Capitán de Fragata Antonio Alves Ferreira da Silva y Capitán Teniente Manoel José Nogueira da Gama, Jefe y Sub-Jefe respectivamente de la Comisión Brasileira, con el fin de resolver sobre los trabajos á emprender por la Comisión Mixta Demarcadora de Límites.

Teniendo en consideración los informes recibidos sobre la escasez de aguas para la navegación del Rio Purús, para alcanzar las bocas de los Rios Santa Rosa y Shambuyaco como prescribe el Protocolo de diez y nueve de Abril de mil novecientos trece, acordaron los Jefes :

1º. Par principio á los trabajos de demarcación por fijar la posición geo-

Senna Madureira em relação a Manãos e a desta cidade em relação a Belém do Pará, pelo telegrapho sem fio.

2º. Para execução do projecto anterior formar-se-hão duas Sub-Commissões Mixtas, uma das quaes se trasladará a Senna Madureira, em data que se fixará opportunamente, para conseguir resultados independentes, sujeitando-se ás instrucções de seus respectivos Chefes, conforme o artigo VIII do Protocollo, anteriormente mencionado.

E nada mais havendo a tratar-se por estar esgotado o assumpto da conferencia, foi esta encerrada, e eu, João de Toledo Lopes, Secretario da Comissão Brasileira, lavrei a presente acta em duplicata, escripta em portuguez e hespanhol, que depois de lida e approvada é assignada.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,
Capitão de Fragata, Chefe da Comissão.

MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA,
Capitão Tenente, Sub-Chefe.

JOÃO DE TOLEDO LOPES,
Secretario.

ARTHUR J. WOODROFFE,
Coronel, Jefe de la Comisión.

J. M. OLIVERA.
FEDERICO DIAS DULANTO.

gráfica de Senna Madureira, con respecto á Manãos y la de ésta ciudad con respecto á Belem do Pará, por el método de cambio de señales inalámbricas, y

2º. Para la ejecución del proyecto anterior se formarán dos Sub-Comisiones Mixtas, de las cuales una se trasladará á Senna Madureira, en fecha que se fijará oportunamente, para conseguir resultados independientes; sujetandose á las instrucciones de sus respectivos Jefes conforme al artículo ocho del Protocolo anteriormente mencionado.

Y no habiendo mas de que tratar por haberse resuelto el asunto que motivó la presente conferencia, fué esta terminada, y yo Ayudante Teniente 2º Federico Dias Dulanto, Secretario de la Comisión Peruana, levanto la presente acta en duplicado, escrita en español y portugués, la que después de leída fué firmada.

ARTHUR J. WOODROFFE,
Coronel, Jefe de la Comisión.

J. M. OLIVERA.
FEDERICO DIAS DULANTO.
ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,
Capitão de Fragata, Chefe da Comissão.

MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA,
Capitão Tenente, Sub-Chefe.

N. 129

Officio do Chefe da Commissão Brasileira de Limites com o Perú, remettendo a Acta da terceira Conferencia da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, realizada em Manáos, a 11 de Outubro de 1913

Commissão de Limites do Brasil com o Perú.—N. 63.— Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de entregar a Vossa Excellencia as inclusas actas da 3ª Conferencia da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, realizada a 11 de Outubro do corrente anno, com o fim de suspender os trabalhos e fixar a data para nova reunião no anno proximo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,
Capitão de Fragata, Chefe da Commissão.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXO

ACTA DA 3ª CONFERENCIA, EM MANÁOS, A 11 DE OUTUBRO DE 1913

COMISSÃO MIXTA BRASILEIRO PERUANA
DEMARCADORA DE LIMITES

Acta da 3ª conferencia

Aos onze dias do mez de Outubro de mil novecentos e treze, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil Sua Excellencia o Senhor Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e

COMISIÓN MIXTA PERUANA BRASILERA
DEMARCADORA DE LIMITES

Acta de la tercera conferencia

A los once dias del mes de Octubre de mil novecientos trece, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Don Guillermo E. Billinghurst y Presidente de la Repú-

Presidente da Republica do Perú Sua Excellencia o Senhor D. Guillermo E. Billinghurst, reuniram-se em conferencia na cidade de Manáos, Estado do Amazonas, na séde da Commissão Brasileira, os Senhores Capitão de Fragata Antonio Alves Ferreira da Silva e Capitão Tenente Manoel José Nogueira da Gama, respectivamente Chefe e Sub-Chefe da Commissão Brasileira e os Senhores Coronel Arthur J. Woodroffe e Capitão de Navio José M. Olivera, Chefe e Sub Chefe da Commissão Peruana, com o fim de tratarem dos trabalhos executados no corrente anno e tomar deliberações referentes aos do anno proximo.

Tendo sido effectuada a determinação da longitude de Senna Madureira pelo emprego do telegrapho sem fio e não estando em funcionamento as estações radio-telegraphicas de Belém e Santarém, foi resolvido executar-se o mesmo trabalho entre as cidades de Belém e Manáos utilizando-se do cabo sub-fluvial que entre ellas corre.

Verificada a concordancia das latitudes e longitudes obtidas pelas duas Commissões para as cidades de Manáos, Belém e Senna Madureira, e estando resolvida a transferencia da séde da Commissão Mixta para a cidade de Belém, os Chefes accordaram em assignalar os valores definitivos dessas coordenadas depois de calculos rigorosos, na acta da proxima conferencia a realizar-se antes de iniciar os futuros trabalhos no rio Purús.

Considerando os mesmos Chefes que foram executados os serviços a que se refere a acta da 2ª Conferencia lavrada nesta cidade aos cinco dias do mez de

blicade los Estados Unidos Brasil le Excelentísimo Señor Mariscal Don Hermes Rodrigues da Fonseca, reunieronse en conferencia en la ciudad de Manáos, Estado de Amazonas, sede de la Comisión Brasileira, los Señores Coronel Arthur J. Woodroffe y Capitan de Navio José M. Olivera, Jefe y Sub-Jefe respectivamente de la Comisión Peruana y los Señores Capitan de Fragata Antonio Alves Ferreira da Silva y Capitan Teniente Manoel José Nogueira da Gama, Jefe y Sub-Jefe de la Comisión Brasileira, con el fin de tratar de los trabajos ejecutados en el corriente año y tomar deliberaciones referentes á los del año proximo.

Habiendo sido efectuada la determinación de la longitud de Senna Madureira por el empleo de la telegrafia sin hilos y no estando en funcionamiento las estaciones radio telegráficas de Belem y Santarem se resolvió ejecutar el mismo trabajo entre las ciudades de Belem y Manaos utilizando el cable submarino que hay entre ellas.

Verificada la concordancia de las latitudes y longitudes obtenidas por las dos Comisiones para las ciudades de Manaos, Belem y Senna Madureira y estando resuelta la transferencia de la sede de la Comisión Mixta para la ciudad de Belem, los Jefes acordaron en firmar los valores definitivos de esas coordenadas, después de calculos rigurosos, en el acta de la próxima conferencia que se realizará antes de iniciar los trabajos en el Rio Purus.

Considerando los mismos Jefes que fueron ejecutados los servicios á que se refiere el acta de la 2ª Conferencia realizada en esta ciudad el cinco del mes de

Julho do corrente anno, e tendo em vista que na presente época não se pôde dar execução ás operações de demarcação da fronteira, por ser de chuvas e alagamento das respectivas zonas, resolvem suspender os trabalhos do corrente anno e fixar o dia 15 de Março do anno proximo para a reunião da Comissão Mixta na cidade de Belém.

E, nada mais havendo a tratar-se, por estar esgotado o assumpto da conferencia, foi esta encerrada, e eu, João de Toledo Lopes, Secretario da Comissão Brasileira, lavrei a presente acta em duplicata, escripta em portuguez e hespanhol, que depois de lida e approvada é assignada.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,
Capitão de Fragata, Chefe da Comissão.

MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA,
Capitão Tenente, Sub Chefe.

JOÃO DE TOLEDO LOPES,
Secretario.

ARTHUR J. WOODROFFE,
Coronel, Jefe de la Comisión Peruana.

JOSÉ M. OLIVERA,
FEDERICO DIAZ DULANTO.

Julio del presente año y teniendo en vista que en la presente epoca no se puede dar ejecución á las operaciones de demarcación de fronteras, por ser de lluvias y alagamiento de las respectivas zonas, resolvieron suspender los trabajos del corriente año y fijar el día quince de Marzo del año proximo para la reunion de la Comisión Mixta en la ciudad de Belem.

Y, no habiendo mas de que tratar, por estar resuelto el asunto de la conferencia, fué esta terminada, y yo, Ayudante Teniente 2º Federico Díaz Dulanto, Secretario de la Comisión Peruana, levanto la presente acta en duplicado, escrita en español y portugués, que después de leida y aprobada fué firmada.

ARTHUR J. WOODROFFE,
Coronel, Jefe de la Comisión Peruana.

J. M. OLIVERA.
FEDERICO DIAZ DULANTO
ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA.
Capitão da Fragata, Chefe da Comissão.

MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA.
Capitão Tenente, Sub-Chefe.

JOÃO DE TOLEDO LOPES,
Secretario.

N. 130

Telegramma do Governo Brasileiro á sua Legação em Lima

Brasleg. Lima.

Do Rio de Janeiro, em 19 de Março de 1914.

«Numero tres. Em virtude telegramma recebido neste Ministerio do Commandante Ferreira da Silva, Chefe Commissão Brasileira Limites, Ministro Velarde communicou-me ter passado sobre assumpto outro ao Governo Perú sobre inconvenientes demora Commissão Peruana. Queira procurar Ministro Exterior e transmittir-me resposta para resolvermos sobre partida Commissão Brasileira que niciará isoladamente na zona de trabalhos serviços que esperamos serão approvados por esse Governo.»

FREDERICO DE CARVALHO.

N. 131

Telegramma da Legação Brasileira em Lima a este Ministerio

De Lima, em 21 de Março de 1914.

«Numero dezoito. Respondo numero tres. Falta orçamento este anno tem dificultado partida immediata Commissão Peruana Limites. Ministerio Exteriores espera vencer difficuldades dentro dez a quinze dias, partindo então directamente Commissão Paris, Chefe daqui. Governo Peruano não tem inconveniente para que Commissão Demarcadora Brasil adeante alguns serviços na zona trabalhos, entendendo naturalmente não constituem demarcação, palavras textuaes Ministro Exteriores.»

ALENCAR.

N. 132

Officio do Chefe da Commissão Brasileira de Limites com o Perú, remettendo uma Exposição dos principaes factos occorridos na Commissão a seu cargo, durante o anno de 1913

Comissão de Limites do Brasil com o Perú.— N. 2.— Belém, 26 de Março de 1914.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de submeter á apreciação de Vossa Excellencia a inclusa e succinta exposição do que occorreu na Commissão a meu cargo durante o anno findo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha elevada e respeitosa consideração.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA.

Capitão Fragata, Chefe da Commissão.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXO

Exposição dos principaes factos occorridos na Commissão Brasileira de Limites com o Perú, durante o anno de 1913

Comissão de Limites do Brasil com o Perú.— Belém, 26 de Março de 1914.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excellencia uma exposição succinta do que occorreu no anno findo relativamente á Commissão Demarcadora de Limites entre o Brasil e o Perú, nomeada em execução do art. 1º do Protocollo assignado na cidade do Rio de Janeiro a 19 de Abril do mesmo anno e em obediencia ao

art. II do Tratado de 8 de Setembro de 1909, que estabelece a fronteira entre os dois paizes.

A Comissão Brasileira, cujo chefe Vossa Excellencia se dignou confiar-me, partiu do Rio de Janeiro a 11 de Maio, com destino á cidade de Manáos, onde chegou no dia 25, devendo reunir-se com a Comissão Peruana até o fim do mesmo mez de conformidade com o estipulado no referido Protocollo.

Não foi possível, porem, realizar-se a primeira Conferencia para a organização da Comissão Mixta no prazo estipulado, por não ter chegado a Comissão Peruana, cujo Chefe me communicou, em telegramma expedido de Kingston, no dia 26, que havia perdido a correspondencia com um paquete que devia conduzir aquella Comissão ao porto de New-York, afim de ali embarcar com destino ao de Manáos.

Só a 2 de Julho chegou essa Comissão á capital do Amazonas e no dia 3 teve logar a primeira Conferencia, sendo então trocados os titulos de nomeação dos Chefes e Sub-chefes das duas Comissões parciaes e constituindo-se em seguida a Comissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites.

A Comissão Brasileira ficou assim constituida: Chefe, Capitão de Fragata Antonio Alves Ferreira da Silva; Sub-Chefe, Capitão Tenente Manoel José Nogueira da Gama; Ajudantes, Capitães Renato Barbosa Rodrigues Pereira e Luiz Carlos Franco Ferreira; Medico, Major Brenno Braulio Moniz; Commandante e Subalterno do destacamento, os Segundos Tenentes Antonio Pyrineus de Souza e João Annibal Duarte; Secretario e encarregado do material, João de Toledo Lopes.

Achava se prompto para acompanhar a Comissão um destacamento militar composto de um sargento e 20 praças do Exercito.

A Comissão Peruana compõe-se dos seguintes membros: Chefe, Coronel Arthur J. Woodroffe; Sub-Chefe, Capitão de Mar e Guerra, José M. Olivera; Ajudantes, Major de Engenheiros Ricardo Llona e Segundo-Tenente da Armada Federico Dias Dulanto; Medico, Dr. Alberto Mora Quimper.

Além desse pessoal contava a mesma Comissão com a lancha «Cahuapanas» e respectivo pessoal ao mando do Segundo Tenente Valdivia.

Como se vê, antes de expirar o prazo estabelecido para a reunião da primeira Conferencia, já se achava a Comissão Brasileira na cidade de Manáos — ponto de encontro indicado no Protocollo — aguardando a presença da outra, com a qual devia operar conjunctamente na zona limitrophe; mas o motivo já apontado prejudicou o cumprimento dessa parte protocollar dentro do prazo exigido, o qual findava a 31 de Maio.

No dia 5 de Julho teve logar, por proposta minha, a segunda Conferencia, com o fim de se estabelecer o programma de trabalhos a executar. O Chefe da Comissão recém-chegada declarou-me que, tendo necessidade de preparar-se, só no fim de Julho poderia estar prompto a iniciar os serviços.

A falta do credito solicitado pelo Governo ao Congresso Federal, logo após a abertura deste e só votado na segunda quinzena do mez de Dezembro, consti-

tuia por si só forte impedimento á movimentação da Comissão Brasileira, e, portanto, á realização das operações que lhe incumbem.

Felizmente, porém, essa causa ficou encoberta por outra que se prende ás condições hydrographicas do rio Purús no mez de Agosto e que o Chefe da Comissão Peruana não podia deixar de acceitar como muito justa e racional.

A tentativa de subida do rio Purús com toda a Comissão para operar nos affluentes Santa Rosa e Chambuyaco, conforme a obrigação imposta no paragrapho 1º do art. VI do Protocollo, se me afigurava uma imprudencia, que redundaria certamente em despezas inaproveitaveis, porque a vasante do rio só permittiria chegar áquella região em fins de Setembro, proximamente na época inicial das chuvas e de suspensão dos trabalhos.

Além disso, a navegação do rio Purús acima da cachoeira, só poderia ser feita em batelões e canôas, com incalculaveis difficuldades para o transporte de toda a carga e grandes esforços do pessoal, que chegaria ao alto rio indubitavelmente enfraquecido e nas mais desfavoraveis condições para iniciar o arduo trabalho de campo.

Concordando o Chefe da Comissão Peruana com que os obstaculos inherentes á *estação da secca*, já adeantada, não aconselhavam a tentativa de alcançar as cabeceiras do rio Purús, apresentei-lhe um plano de trabalhos que, transpirando o desejo de algo fazermos aproveitando o resto do anno, facilitaria ao mesmo tempo o proseguimento dos mesmos no anno seguinte.

Esse programma, por elle acceito e depois por Vossa Excellencia approvedo, consta da Acta da segunda Conferencia realizada na cidade de Manáos.

Ficou então resolvido que a Comissão Mixta envidaria todos os esforços para determinar as posições geographicas de Senna Madureira, séde da Prefeitura do Alto-Purús e da cidade de Manáos.

As coordenadas mais recentes e de mais confiança, desta cidade, eram as determinadas pela Comissão chetiada pelo eminente scientista Dr. Luiz Cruls, as quaes constam do relatorio por elle apresentado e publicado no do Ministerio das Relações Exteriores no anno de 1902. Por elle vê-se que a latitude fôra obtida pela observação apenas de duas estrellas circum-meridianas e a longitude pelo transporte chronometrico entre Belém do Pará e aquella cidade, mas empregando sómente dois chronometros.

O distincto astrónomo, cuja illustração e actividade foram sempre postas ao serviço do Brasil, não conseguiu a linha telegraphica sub-fluvial entre as duas cidades para o emprego do mais rigoroso methodo na determinação da longitude, razão pela qual foi levado a empregar o methodo chronometrico, como claramente explica no seu telatorio.

O conhecimento exacto das coordenadas de Senna Madureira se impunha, como de grande vantagem para a demarcação, não só para termos um ponto de longitude rigorosamente conhecido, que permittirá, em caso de necessidade, a re-

gulação de chronometros perto da zona dos trabalhos, como principalmente para servir de centro de irradiação de signaes horarios emittidos pela estação radio-telegraphica alli existente e que serão recebidos por estações portateis na zona fronteira, segundo o programma concertado entre as duas Commissões.

Tendo em vista a vasante progressiva do rio, propuz ao Chefe da Commissão Peruana que destacasse uma pequena turma, afim de seguir com a Sub-Commissão Brasileira e alli operarem conjuntamente. Como, porém, a sua Commissão não se achasse prompta a satisfazer essa conveniencia, concordámos em partir para o Purús o Sub-Chefe Capitão Tenente Nogueira da Gama acompanhado de dois soldados e levando uma canôa para o transporte acima da bocca do Acre.

Assim, partiu essa turma Brasileira do porto de Manáos, a bordo do vapor « João Alfredo », da *The Amazon River Company*, a 21 de Julho de 1913, com destino a Senna Madureira.

A falta d'agua no rio Purús, obrigou aquelle official a trasbordar-se em Hyutananhã para o « Campinas », pequeno navio da mesma Companhia no qual foi conduzido até a foz do Acre, onde chegou a 5 de Agosto, não podendo proseguir na mesma embarcação por ser muito escassa a agua daquelle rio acima da confluencia com este ultimo.

Esse facto veio provar quão acertada fôra a resolução de não tentar a viagem com todo o pessoal e a grande carga necessaria para todo o tempo das operações.

Partindo no dia seguinte da foz do Acre, chegou aquella turma a Senna Madureira a 15 de Agosto, depois de penosissima viagem.

Ahi foram logo iniciadas as observações para determinação da latitude, azimuth e hora, afim de trocar signaes com a estação Marconi da ponta do Ismael, nos arredores de Manáos. Nesta ultima já nos achavamos, eu e o Ajudante Capitão Renato Barbosa Rodrigues Pereira, com as observações preliminares promptas e em condições de realizar a referida troca a de signaes horarios.

A estação de Manáos é de 75 kilwatts e do systema Marconi e a de Senna Madureira é Telefunken de 9 kilwatts, o que permittia boa recepção nesta ultima e pessima n'aquella, onde os signaes chegavam fraquissimos. Apesar d'isso conseguimos effectuar com muita precisão a troca de signaes durante as noites de 20, 21 e 22 de Agosto, e, tendo eu verificado que os resultados eram satisfactorios, determinei ao Sub-Chefe que regressasse a Manáos, o que teve lugar a 28 do mesmo mez.

A viagem de regresso foi feita na mesma canôa em que subira, chegando á foz do rio Acre no dia 31 ; sendo ahi graciosamente hospedado no vapor « Marion » que estava fundeado á espera d'agua para subir esse rio. D'ahi partiu a 3 de Setembro na alvarenga « Alcinda » rebocada pela lancha « Acrim » até a cachoeira, onde passou para a *gaiola* « Rio-Branco », a cujo bordo chegou a Manáos a 17 de Setembro.

A turma Peruana, dirigida pelo Sub-Chefe, só poudo partir de Manáos, com destino a Senna Madureira, no dia 3 de Agosto, a bordo da lancha « Cahua-

panas », que havia vindo de Iquitos para ficar á disposição da Commissão. Ficaram em Manãos somente o Chefe da Commissão e o seu ajudante Major Llona, que devia operar junto da estação Marconi logo que aquella turma chegasse ao ponto de destino no rio Purús.

O estado do rio não permittiu a subida da lancha acima da bocca do Acre e a turma Peruana proseguiu em uma pequena lancha, que teve a felicidade de encontrar, até o porto de Senna Madureira, onde chegou a 6 de Setembro, depois de muito longa viagem. O receio de encalhe fez com que o Chefe da turma ordenasse a descida da lancha até o ponto denominado Inauhiny, onde ficou aguardando aquella turma para a descida até Manãos.

Como se approximasse a epocha das chuvas e o céu encobrisse constantemente, difficultando muito as observações astronomicas, propuz ao Chefe da Commissão Peruana a sua ida ou do seu Ajudante commigo para Belém, afim de fazermos a determinação da differença de longitude entre aquella cidade e a de Manãos, ao mesmo tempo que um d'elles executaria igual trabalho entre esta cidade e Senna Madureira.

Desejando conservar junto a si o Ajudante, e concordando, por outro lado, com a necessidade de não perdermos as condições ainda favoraveis para as observações, teve a gentileza de dizer que acceitaria as observações que eu fizesse em Belém, recebendo simultaneamente com a turma Brasileira de Manãos as series de signaes que a ella se destinassem.

Assim combinado o plano de trabalhos, parti de Manãos acompanhado do Ajudante Capitão Renato Barbosa a bordo do paquete « Bahia », a 11 de Setembro, chegando ao porto de Belém a 14 do mesmo mez.

Na capital do Pará a minha primeira preocupação foi identificar o portão principal da alfandega, citado no relatorio do Dr. Cruls, por ser o ponto a que se refere a longitude determinada pela Commissão Norte-Americana. Verifiquei que esse portão é o que dá entrada pela rua Industria, em frente á praça das Mercês; não sendo, portanto, nenhum dos que se encontram do lado do rio.

Estabeleci a estação de observações astronomicas em um ponto da avenida Marechal Hermes, proximo do grande edificio em que funciona a Companhia Port of Pará, ponto esse que ficou rigorosamente indicado em uma photographia que opportunamente entregarei a Vossa Excellencia e que foi tirada para futuros esclarecimentos.

Ahi realizei as observações preliminares necessarias, bem como a ligação ao referido portão principal da alfandega, tendo tido o prazer de verificar que a divergencia entre as latitudes determinadas por mim e pela Commissão Americana é apenas 1",44.

Tomadas as medidas necessarias e conseguido o valioso auxilio da The Amazon Telegraph Company, cujos gerentes em Manãos e em Belém foram da mais completa gentileza, pondo á minha disposição o cabo sub-fluvial durante as noites que julgasse convenientes; dirigindo pessoalmente a parte telegraphica, alte-

rando ligações á medida das necessidades ; tudo, enfim, facilitando para que se alcançasse franco successo ; foram iniciadas as trocas de signaes horarios para a determinação da differença de longitude entre as cidades de Manáos e Belém, cuja longitude foi determinada pela citada Commissão Norte Americana, que em 1878 e 1879 tambem fixou com grande rigor as posições das cidades do Recife, Bahia e Rio de Janeiro.

No dia 17 de Setembro me foi communicada pelo Sub-Chefe a sua chegada a Manáos, onde, de accôrdo com as instrucções que lhe havia eu deixado, começou as observações para a troca de signaes, auxiliado pelo Segundo Tenente João Anibal Duarte.

Não se podendo confiar na communicação directa entre Manáos e Belém, segundo informação das respectivas gerencias, mandei para Santarém o Capitão Luiz Carlos Franco Ferreira, e, por ser sensivelmente o mesmo o desenvolvimento do cabo sub-fluvial entre essa e cada uma daquellas cidades, resolvi que os signaes fossem dados por esse Ajudante, utilizando-se para isso de um chronometro de tempo medio enquanto que os observadores extremos receberiam em outros de tempo sideral. Assim procurei evitar os erros, que se accumulariam, si dividisse a operação em duas phases com transmissões e recepções entre a estação intermediaria e cada uma das principaes. As emissões e recepções desses signaes tiveram logar nas noites de 24, 25, 26, 27 e 29 de Setembro e nas de 1 e 2 de Outubro, sendo as cinco primeiras recebidas pelas duas turmas da Commissão Brasileira e apenas as tres ultimas pela Brasileira de Belém simultaneamente com a Peruana de Manáos, visto não ter esta podido receber as anteriores.

Cada serie completa de signaes era feita durante 4 minutos e cada serie parcial em 1 minuto, compondo-se esta de 3 grupos de signaes, cada um de 10^s seguidos, e separados por interrupções de 10 segundos. Assim, cada série parcial fornecia 30 signaes, tomando-se nota sómente do ultimo de cada grupo depois de bem haver estudado a fracção de segundo, e a serie total dava lugar a 120 signaes nas mesmas condições.

Como eram duas as séries completas emittidas de Santarém, conclue-se que a cada noite correspondia a recepção de 240 signaes nas estações extremas, cuja differença de longitude se procurava determinar.

Apesar dos recursos de que a boa vontade se poderia aproveitar, após a tentativa do saudoso Dr. Cruls, não havia sido ainda determinada a longitude de Manáos pelo methodo telegraphico — de todos o mais rigoroso.

A importancia dessa cidade, olhada pelo lado commercial ou encarada sob o ponto de vista geographico e scientifico, como origem que tem sido e certamente será de trabalhos de muitas commissões officiaes e particulares, exigia um esforço em prol da sua rigorosa fixação. Do conhecimento exacto de sua posição dependia o de todos os pontos do interior do Amazonas, os quaes poderão ter agora as suas longitudes referidas com rigor aos principaes observatorios.

Terminados os trabalhos em Belém, deixei essa cidade com destino a Manáos, no dia 6 de Outubro, a bordo do paquete « Ceará », que chegou ao termo da viagem no dia 9 do mesmo mez.

A determinação das coordenadas de Senna Madureira corresponde a uma util e necessaria correcção da posição geographica dessa cidade, que se achava em todos os mappas mui afastada da realidade.

O emprego do telegrapho sem fio para a obtenção da longitude dessa cidade do Alto Purús representa a primeira operação desse genero executada na America Meridional ; sendo mesmo o primeiro trabalho até então conhecido com relação a um ponto florestal tão afastado.

Durante a minha permanencia na cidade de Belém, transmitti a Vossa Excellencia a proposta, que me havia feito o Chefe da Commissão Peruana, de transferencia da séde da Commissão Mixta da cidade de Manáos para aquella ; accrescentando que me achava de pleno accordo por trazer essa mudança grandes beneficios para cada Commissão. Approvada por Vossa Excellencia essa proposta, telegraphiei ao Sub-Chefe, afim de que preparasse a mudança, e, chegado a Manáos, providenciei de modo a regressar no mesmo paquete ao porto de Belém com toda a Commissão a meu cargo.

Effectivamente deixámos a cidade de Manáos na tarde de 11 de Outubro e chegámos a Belém na manhã de 14 do mesmo mez.

No dia 10 de Outubro, ainda em Manáos, apresentei ao Chefe da Commissão Peruana os resultados dos calculos feitos pela Commissão Brasileira, isto é, os valores das latitudes e longitudes de Manáos e Senna Madureira, sendo as coordenadas da primeira dessas cidades reduzidas á torre de E. da Egreja Matriz e as da segunda referidas ao ponto de observações, proximo da estação radiographica, ponto esse onde seria construido um pilar de alvenaria, segundo prometteu o Prefeito do Alto Purús.

Só nesse dia, depois de terminados todos os trabalhos, chegou a Manáos a turma da Commissão Peruana que havia operado em Senna Madureira.

No dia 11, antes da partida da Commissão Brasileira, effectuou-se a terceira Conferencia da Commissão Mixta, da qual remetti a Vossa Excellencia dois exemplares em portuguez e hespanhol, como já havia feito com relação ás anteriores ; lavrando-se a respectiva Acta, da qual consta a suspensão dos trabalhos por ser epocha de chuvas e consequentes alagamentos que não permitem a execução de trabalhos na zona da fronteira, bem como a fixação do dia 15 de Março do corrente anno para nova reunião, afim de estabelecer-se o plano de trabalhos da demarcação.

Como o Chefe da Commissão Peruana não tivesse ainda calculado definitivamente todos os valores das coordenadas por elle determinadas, ficou entre nós accordado que esses valores seriam assignalados na Acta da Conferencia a realizar-se a 15 de Março do corrente anno.

Essa conferencia, porém, não se effectuou por não haver comparecido a Commissão Peruana no dia convencionado.

A baixa constante das aguas no alto Purús levou-me a pedir a Vossa Excellencia permissão para seguir com a Commissão Brasileira, procurando assim garantir a sua chegada aos rios Santa Rosa e Chambuyaco com a grande carga que sou forçado a conduzir á vista da falta absoluta de recursos naquella região, onde terá a mesma Commissão de permanecer durante muitos mezes.

Assim, julgo pouco criterioso apresentar a Vossa Excellencia nesta rapida descripção os resultados obtidos no anno findo, visto não estarem ainda exarados na Acta de iniciação dos trabalhos, pois qualquer alteração, embora muito pequena, que a Commissão Peruana por ventura faça nos elementos apresentados, ficaria em desaccordo com o Relatorio de Vossa Excellencia ao Senhor Presidente da Republica.

Aguardando a Commissão Peruana na zona dos trabalhos, deverá essa reunião ser alli realizada e só então poderão ser inscriptos na respectiva Acta os valores parciaes e as suas médias, as quaes representavão os dados officiaes, que terei a honra de apresentar opportunamente a Vossa Excellencia, acompanhados de detalhes relativos aos calculos.

Quanto aos serviços a executar no corrente anno, apenas teriam sido discutidos na mesma reunião os methodos a empregar, visto que o programma de trabalhos está estabelecido nos §§ 1º e 2º do art. VI do Protocollo de 19 de Abril, que encerra as Instrucções que regem a Commissão Mixta; devendo ser iniciados com a exploração dos rios Santa Rosa e Chambuyaco, e seguindo-se a elles identica operação nos rios Chandless e Yaco, todos affluentes do rio Purús.

Julgo de meu dever fazer algumas referencias ás inesperadas alterações soffridas pela Commissão em face das medidas tomadas pelo Senado Federal, reduzindo as gratificações, o pessoal e a verba destinada ao material.

Como executor do Protocollo, sob a confiança que Vossa Excellencia em mim depositou, devo declarar a Vossa Excellencia que enormes serão as difficuldades futuras na demarcação da fronteira, si outros elementos não forem facultados á Commissão Demarcadora, que se verá provavelmente na impossibilidade de acompanhar a Commissão Peruana, que dispõe de todos os meios necessarios ao cumprimento de sua alta missão.

Eis ahi, Senhor Ministro, a rapida exposição dos principaes factos occorridos durante o anno de 1913 na Commissão a meu cargo e que tenho a subida honra de submeter á esclarecida e illustrada apreciação de Vossa Excellencia.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,

Capitão de Fragata, Chefe da Commissão.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Fronteira com os Estados Unidos de Venezuela

N. 133

Informação do Chefe da Comissão Brasileira de Limites com a Venezuela, apresentada ao Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, com o Officio n. 12, datado do Rio de Janeiro, a 21 de Março de 1914

Comissão de Limites Brasil-Venezuela.— Rio de Janeiro, 20 de Março de 1914.

Resumo.— Nomeação da Comissão. Viagem de Belém a Manáos e dahi para Santa Isabel. De Santa Isabel a Cucuhy. Trabalhos effectuados. Estado sanitario.

I

Para dar cumprimento ao Protocollo assignado em 29 de Fevereiro de 1912 em Caracas, com o Governo da Venezuela, foi nomeada para representar o Brasil a seguinte Comissão que ficou definitivamente constituida em Setembro do mesmo anno : Commissario Chefe, Tenente Coronel Manoel Luiz de Mello Nunes ; Sub-Commissario, Capitão João Alvares de Azevedo Costa ; Auxiliares : 1º Tenente Firmo Freire do Nascimento, 1º Tenente José Nery Ewbank da Camara e Alexandre Sfrappini ; Commandante do destacamento, Aspirante a Official Joaquim Cardoso Magalhães Barata ; e Encarregado do material, 2º Escripturario da Delegacia Fiscal do Pará Xisto Vieira ; Medico, 1º Tenente Medico do Exercito Dr. Alvaro da Silva Rego e Pharmaceutico, 1º Tenente Pharmaceutico do Exercito Orestes Maffei.

Sómente em Junho do anno seguinte conseguiu a Comissão ficar completamente aparelhada, inclusive de material e medicamentos para operar em uma região que, por seu afastamento e difficuldades de communicação com os centros civilizados do paiz, é positivamente balda de recursos ; além de uma insalubridade a toda prova, como infelizmente tivemos occasião de constatar.

A 20 daquelle mez, Junho, partiu de Belém a Comissão, a bordo do pequeno vapor *Esperança*, da Amazon River Company, chegando a Manáos a 26 do mesmo mez, depois de pequena e indispensavel demora em Santarém, onde

havia a Commissão encomendado algumas canôas e batelões. A demora de quatro dias decorridos da chegada a Manáos, e partida da Commissão dahi para Santa Isabel, foi bem aproveitada no preparo e arrumação da carga que tinha de seguir para Cucuhy a bordo do *Inca*, igualmente pertencente á Amazon River. Antes de proseguir, seja-nos licito consignar aqui a gentileza de que usou para com a Commissão o Sr. Dr. Enéas Martins, Governador do Estado do Pará, pondo á sua disposição não só o *Esperança* como o *Inca*; o primeiro para a viagem de Belém a Manáos e o segundo para a de Manáos a Santa Isabel. Também se tornam dignos de reconhecimento por sua lhaneza, amabilidade e esforço em bem servir a Commissão os Srs. Commandantes do *Esperança* e *Inca*.

II

A 1º de Julho tomou a Commissão passagem a bordo do *Inca*, neste mesmo dia partindo para Santa Isabel, onde chegou, tendo feito toda a escala do navio, a 6 do mesmo mez. Em Santa Isabel, segundo uns, ou em Tapurucuara, segundo outros, é que começa a secção encachoeirada do rio Negro, a qual se estende até Carapanan, corredeira que fica um pouco acima de S. Gabriel.

III

De Santa Isabel a Camanau já se sentem de uma maneira bem nitida as diferenças de nivel existentes nesse trecho do rio Negro, as quaes formam fortes corredeiras que, conforme o lugar, se tornam muito difficeis de vencer e mesmo perigosas. A viagem de Santa Isabel para Camanau foi feita em uma lancha relativamente grande e possante, das maiores que podem ser utilizadas nesse trecho; o que não impediu uma demora de quatro longos dias em distancia inferior a 30 milhas. Em Santa Isabel tivemos as peiores informações a respeito do estado das corredeiras em Camanau, onde, segundo se dizia, só era possivel a passagem por terra. A este proposito convem mencionar a existencia de um projecto de uma estrada de rodagem de Camanau a S. Gabriel, em bom terreno e com a pequena extensão de 18 kilometros, o qual ainda não foi executado não sabemos por que. Comquanto as difficuldades constantes das informações acima referidas não fossem já tão grandes na época da nossa passagem, tivemos ainda assim de lutar com grandes difficuldades. Logares houve, como na corredeira denominada Furnas, em que a lancha venceu a força da corrente á custa do esforço da tripulação que se segurava aos galhos das arvores das margens, á guiza de sirga. Nesta operação cahiram tres homens n'agua, conseguindo a custo se apegarem a arvores que estavam mais abaixo, escapando assim de uma morte certa. A sirga nesses logares infelizmente não pôde ser empregada, por não haver propriamente margens de terra firme em que os homens se possam apoiar, mas simplesmente galhos de arvores cujos troncos estão cobertos por grandes e profundas massas

d'agua. De Camanau a S. Gabriel, apesar da distancia pelo rio ser, apenas, de 18 milhas, o transporte do material da Commissão, com cerca de 700 volumes pequenos, consumiu 10 dias. Na longa successão de cachoeiras, mais ou menos perigosas, é esse o peor trecho. Em S. Gabriel, na posição em que o rio tem a sua menor largura, cerca de 200 metros, e um pouco acima da villa, existiu outr'ora um pequeno forte do qual actualmente só restam vestigios quasi apagados pelo tempo. Por esse motivo foi denominada *Fortaleza* a ultima grande corredeira, a maior de todas entre Camanau e S. Gabriel. Apertadas, devido a uma brusca diminuição de largura e profundidade do curso do rio entre a margem direita e uma grande saliencia de pedra na esquerda, que formava a esplanada do antigo forte, as aguas ahi sobem acima do leito com tremenda impetuosidade, impossibilitando, pela formação constante de redemoinhos em sua espessura, a passagem de qualquer das embarcações em uso nessas regiões. Nós mesmo, infelizmente, assistimos neste lugar ao naufragio de um batelão, atado ao costado de uma lancha em que desciamos em companhia de trabalhadores e praças doentes. Foi no dia 30 de Outubro do anno passado. Ao penetrar a lancha na corredeira, vimos abrirem-se inumeros redemoinhos de todos os lados. Em um delles precipitou-se a embarcação com o batelão atado ao costado como ficou dito acima. Como esse tivesse proa mais baixa que a lancha, ficou quasi que completamente submerso. Parte do pessoal passou para a lancha, ficando, porém, por molestia ou por falta de pericia, dois trabalhadores e um corneteiro do destacamento de Cucuhy. Desses escapou apenas o trabalhador de nome Angelo Francisco, que vinha doente de impaludismo, e pereceram o corneteiro, que vinha já muito melhor de beriberi de que tinha sido acommettido, e o trabalhador de nome Florencio. Esses factos que, infelizmente, não são unicos, juntos a informações obtidas pelo caminho, de pessoas moradoras nesses logares, nos convenceram de que a época da nossa subida, Julho, não foi a melhor. As aguas ainda se conservavam muito altas. Talvez fosse uma boa época para descida. Para uns tantos logares, as difficuldades da navegação augmentam na enchente e, para outros, na baixada das aguas.

Para os nossos trabalhos, portanto, e viagem, o melhor tempo é aquelle em que não ha chuva e a região em que se tem de operar está secca ou descoberta ao menos. Em Cucuhy as chuvas cessam nas proximidades do mez de Agosto e as aguas principiam a descer de 15 desse mez em diante, conforme as informações ahi obtidas e verificação por nós feita o anno passado. Depois da demora em S. Gabriel acima referida, a Commissão partiu d'ahi a 16 de Julho, chegando a seu destino — Cucuhy — a 31 do mesmo mez. Ao chegar a Cucuhy, verificou a Commissão estar ainda coberto por uma espessa camada d'agua o lugar em que a sua predecessora nesses trabalhos collocou, na margem direita do Rio Negro e defronte da Pedra de Cucuhy e da Ilha de S. José, o marco de onde parte a linha geodesica que, no rumo verdadeiro de 51°-6'-23" SE., liga este ponto ao salto Uuá no canal de Maturacá. A essa linha chamamos Rio Negro-Maturacá. Emquanto davamos tempo a que as aguas baixassem, foram feitos

alguns levantamentos topographicos de importancia para o conhecimento dos igarapés existentes na margem esquerda do Rio Negro, a um dos quaes se referiu o Ministro Rio-Branco em seu officio de 30 de Outubro de 1911, dirigido ao Ministerio da Guerra. Não sabendo da existencia de igarapé algum situado entre a casa de Joaquim Pereira da Silva e o posto actual do destacamento de Cucuhy, não podia aquelle Ministro entender a que igarapé se referia o Governador do Territorio do Amazonas em Venezuela, quando este affirmava ao commando daquelle destacamento que a intersecção da linha Rio Negro-Maturacá, com a margem esquerda do Rio Negro se dava na bocca do igarapé que fica acima do mencionado posto, uns trezentos metros.

IV

Os serviços executados pela Commissão constaram: levantamento do igarapé D. Antonia ou Vundé, que se dirige no rumo NE. e cuja bocca fica um pouco abaixo do posto militar de Cucuhy. Esse igarapé é cortado pela linha Rio Negro-Maturacá. O levantamento foi levado poucos metros acima da linha Rio Negro-Maturacá, portanto penetrou em territorio venezuelano. Tem um desenvolvimento de 10.350^m. Em seguida a esse foi levantado o Igarapé Alfredo, situado trezentos metros acima de Cucuhy e a que se referiu a autoridade venezuelana, segundo informa o commandante do destacamento de Cucuhy. Este levantamento apresenta um desenvolvimento de 2.019^m. Sua denominação veio de um trabalhador da Commissão, que ahi trabalhou e falleceu pouco depois de beri-beri; antes disso não tinha nome algum. Termina em um vasto igapó, isto é, uma vasta área de terreno baixo e alagadiço, coberto por espessa floresta. Pouco abaixo da casa de Joaquim Pereira da Silva, acima citado, ha um pequeno igarapé que como o anterior termina em igapó. O seu levantamento tem um desenvolvimento de 1.000 metros. Logo que as aguas permittiram, procedeu a Commissão á verificação das coordenadas do marco da margem direita do Rio Negro e traçou a linha Rio Negro-Maturacá com o rumo verdadeiro de 51°-6'-23" SE, como fizera em 1880 a Commissão Parima. Nesta direcção foi aberta uma picada na extensão de seis kilometros. Foi cuidadosamente assignalado o ponto á margem esquerda do Rio Negro, intersecção da linha acima mencionada com a referida margem. Depois desse serviço, a Commissão cuidou do levantamento da ilha de S. José, a respeito da qual não havia uma planta topographica. Essa ilha é alagadiça em parte e, em certas épocas do anno, quasi na totalidade de sua superficie.

Em sua maior dimensão tem um kilometro e segundo a linha do Rio Negro-Maturacá, que a corta em seu primeiro terço, a contar do Sul, tem 145^m. É separada da margem esquerda do Rio Negro por um canal cuja largura media é de 1.100^m e maior profundidade no meio, 10^m,60. O canal da direita tem uma largura média de 200^m e maior profundidade 7^m. A fim de reunir em planta as situações dos igarapés acima referidos, a ilha de S. José e respectivos canaes, a Com-

missão procedeu ao levantamento do trecho do Rio Negro comprehendido entre o ponto da margem esquerda denominado Santa Helena, situado um pouco mais abaixo do Igarapé D. Antonia, até proximo a embocadura do Macaony, em Venezuela. Esse levantamento do Rio Negro foi feito em uma extensão de 10 kilometros.

A fim de assignalar a direcção da linha já muitas vezes referida Rio Negro-Maturacá, a partir do meio do salto Uuá, em direcção ao Rio Negro, foi designada uma turma de engenheiros e trabalhadores sob a direcção do Sub-Chefe da Commissão. Essa turma, que gastou em viagem 22 dias, passou muitos trabalhos, causados pela difficuldade de navegação nesses logares, ora estreiteza do leito do rio impossibilitando as voltas da canôa e ora, finalmente, grande quantidade de madeiras já submersas e já fluctuando. Verificou as coordenadas do salto e abriu uma picada de um kilometro.

V

Quanto ao clima, já sabiamos pelo relatorio do Barão de Parima que não era bom. O estado sanitario do nosso pessoal não foi dos melhores. Dos nossos trabalhadores adoeceram 22, sendo que tres voltaram de S. Gabriel. A molestia predominante era o impaludismo de varias fórmãs. Entre elles tivemos dois casos fataes de beri-beri que não deram tempo sequer ao recurso aconselhado pelo medico do transporte do doente para Manãos ou Pará, e graças ao qual se se salvaram quasi todos. Como já havia dito o Barão de Parima, essa região' do Rio Negro é famelica, isto é, não tem peixe nem caça de especie alguma. Desta maneira a alimentação unica de que podíamos lançar mão era a carne secca do Rio Grande do Sul, cujo uso diario só não a tornava pouco appetecida como não contribuia menos para o enfraquecimento organico geral, e, portanto, predisposição para a molestia. Entre os membros da Commissão tivemos quatro doentes, predominando sempre as affecções de estomago e intestinos, consequencia natural do alimento. Terminando, temos a satisfação de dizer que todos cumpriram com o seu dever, apesar de seu estado physico, dedicando-se ao serviço.

Quando em tempo opportuno entregarmos o relatorio final dos nossos trabalhos, o faremos apresentando a planta topographica a que nos referimos acima.

MANOEL LUIZ DE MELLO NUNES,

Commissario.
